



PPGH

Programa de Pós-Graduação
de História

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O GRITO DOS TRABALHADORES: MOVIMENTO
OPERÁRIO, REIVINDICAÇÕES E GREVES NA MANAUS
DA GRANDE GUERRA (1914-1918)

MOISÉS DIAS DE ARAÚJO

Manaus
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MOISÉS DIAS DE ARAÚJO

**O GRITO DOS TRABALHADORES: MOVIMENTO OPERÁRIO,
REIVINDICAÇÕES E GREVES NA MANAUS DA GRANDE GUERRA (1914-1918)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

Manaus
2018

Ficha Catalográfica
(Catalogação na fonte)

A663g	<p>Araújo, Moisés Dias de O grito dos trabalhadores : movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918) / Moisés Dias de Araújo. 2018. 200 f.: il. color.</p> <p>Orientador: César Augusto Bubolz de Queirós Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Trabalhadores. 2. Greves e lockouts. 3. Guerra Mundial, 1914-1918. 4. Manaus. I. Queirós, César Augusto Bubolz de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p> <p>CDU: 331.892(811.3)</p>
-------	--

Elaborado pela bibliotecária Jéssica dos Santos Gonçalves (CRB-7/6681).

MOISÉS DIAS DE ARAÚJO

**O GRITO DOS TRABALHADORES: MOVIMENTO OPERÁRIO,
REIVINDICAÇÕES E GREVES NA MANAUS DA GRANDE GUERRA (1914-1918)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Presidente/Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Membro Titular Interno

Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles
Universidade do Estado do Amazonas - UEA
Membro Titular Externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela força e graça concedida durante o tempo de mais uma etapa na minha vida profissional, a conclusão do mestrado em História. Ao longo da pesquisa, muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta etapa. Antes, quero agradecer a CAPES pelo auxílio com a bolsa de mestrado decisiva, aliás, para o andamento da pesquisa.

Na graduação, um agradecimento especial aos professores Geraldo Pantaleão Sá Peixoto Pinheiro, Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Raimundo Nonato (Departamento de Antropologia), que sempre foram uma referência para a minha vida acadêmica: suas reflexões na sala de aula me ensinaram a perceber o mundo com os olhos de um historiador e pesquisador.

Ao professor Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro com quem, desde a graduação, participei de diálogos bastante ricos, que se ampliaram no momento de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Assim como as conversas com os professores Nelson Tomelin Jr., Antonio Emílio Morga e Patrícia Rodrigues da Silva, todos do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, com quem partilhei minhas dúvidas e cresci no ofício de historiador. Ao grande secretário do PPGH Jailson, por sua ajuda quanto às questões de documentações e prazos. A vocês o meu muito obrigado.

Gostaria de agradecer ao professor Aldrin Castellucci (UNEB), que ajudou enviando uma de suas obras, que foi uma fonte muito valiosa para a construção deste trabalho.

Aos funcionários do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), sempre dedicados no trabalho de atendimento aos pesquisadores e que, com paciência, me ajudaram na “garimpagem” das fontes.

Aos companheiros e companheiras do GT Mundos do Trabalho, Seção Amazonas, onde pudemos dialogar sobre os diversos trabalhos e pesquisas que estavam sendo elaborados, desenvolvidos ou ainda pensados por seus participantes. Os debates possibilitaram a abertura de diálogo e troca de experiências entre aqueles que ainda estavam na graduação, já no mestrado ou em seu dia a dia de luta com os trabalhos acadêmicos, assim como nas salas de aulas da rede pública de ensino do Estado e Município.

Aos companheiros de mestrado, em especial aos companheiros James Batista, Wanderlene Barros, Ludimilla Gomes, Maycon Santos, Camila Monção e Roberta Lima, pela amizade fortalecida na pesquisa e na discussão sobre a elaboração da dissertação, compartilhando as dúvidas e angústias.

E em especialíssimo aos amigos Claudia Barros, Luciano Teles, Caio Paião, Glaucia Campos e Thiago Rocha, com quem dividi as dúvidas e incertezas do processo de elaboração de uma dissertação. O bate papo descontraído e principalmente o intercâmbio intelectual me ajudou bastante no fortalecimento do pensamento que “no fim tudo vai dar certo!”.

Um agradecimento especial aos colegas de magistério, que me incentivaram bastante quando falava sobre a minha pesquisa e também davam algumas dicas.

Um agradecimento especial ao professor César Augusto Queirós, meu orientador, que ao longo desta caminhada sempre me tratou com respeito profissional, suas orientações sempre um bálsamo para minhas dúvidas e inquietações. Nesta trajetória, ficou clara a sabedoria de quem conhece profundamente os caminhos e descaminhos da pesquisa documental nos arquivos, sempre atento, entendendo as limitações de um “pesquisador aprendiz”. Muito obrigado pela oportunidade que me foi dada.

Quero agradecer a minha família. À minha mãe Dorvanei Araújo, que sempre me incentivou a buscar meus sonhos e ideais, tanto para minha vida como em meu trabalho. À minha namorada, Clara Santos, que me incentivou durante esses períodos de pesquisa e escrita, e compreendeu as minhas ausências.

E, por fim, agradeço a todos que me auxiliaram durante esse caminhar, tanto em incentivo quanto com conselhos. Mesmo que seus nomes não apareçam, pois a lista é muito grande, saibam que sou muito grato a todos.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo estudar os movimentos reivindicatórios e de resistências dos trabalhadores da cidade de Manaus durante o período de 1914 a 1918, dentro da conjuntura da Primeira Guerra. Analisa a situação em que a cidade se encontrava anteriormente à Primeira Guerra, assim como a manifestação deste evento externo no Amazonas. Investiga a relação da Primeira Guerra Mundial com o movimento operário local e suas reações. Além disso, verifica as condições de vida e trabalho dos diversos agentes sociais presentes na cidade de Manaus, assim como as formas de resistência, as incertezas da vida, e como se davam esses sistemas de relações no cotidiano dos sujeitos, tanto no espaço público e de trabalho quanto no espaço privado. Buscou-se mapear e discutir as diversas formas de resistência por parte dos trabalhadores e da população local, trazendo como destaque as associações que se formaram no período. A questão do Primeiro de Maio como uma data reivindicatória, bem como as greves que ocorreram durante o período 1914-1918 também foram averiguadas.

Palavras-chave: Greve. Trabalho. Primeira Guerra Mundial. Manaus.

ABSTRACT

It aims to study the protest and resistance movements of the workers of the city of Manaus during the period from 1914 to 1918, within the conjunct of the First World War. It analyzes the situation in which the city was before the WWI, as well as the manifestation of this external event in the Amazon. Investigate the relationship of the First World War with the local labor movement and its reactions. In addition, it verifies the living and working conditions of the various social agents present in the city of Manaus, as well as the forms of resistance, the uncertainties of life, and how these systems of relations were given in subjects' daily lives, both in the public space and in private ones. We sought to map and discuss the various forms of resistance on the part of the workers and the local population, bringing out as a highlight the associations that were formed in the period. The May Day issue as a claim date, as well as the strikes that occurred during the period 1914-1918 were also ascertained.

Keywords: Strike. Job. First World War. Manaus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Charge “A Gravura do dia”.....	19
Figura 2 – Primeiro de Maio de 1915.....	110
Figura 3 – Primeiro de Maio de 1916.....	114
Figura 4 – Primeiro de Maio de 1918.....	118
Figura 5 – Trabalhadores do Serviço de Limpeza Pública, 1914.....	124

LISTA DE SIGLAS

ACA – *Associação Comercial do Amazonas*

CGT – *Confédération Générale Du Travail* (Confederação Geral do Trabalho)

COB – *Confederação Operária Brasileira*

FOA – *Federação Operária do Amazonas*

IGHA – *Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*

SFIO – *Section Française de l'Internationale Ouvrière* (Seção Francesa da Internacional Operária)

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
CAPÍTULO 1 - ENTRE UM CONFLITO E OUTRO: CRISE ECONÔMICA, DISPUTAS POLÍTICO-OLIGÁRQUICAS E A GRANDE GUERRA NA CIDADE DE MANAUS.	14
1.1 OS IMPACTOS DAS CRISES NA CIDADE DE MANAUS.....	15
<i>A influência britânica.....</i>	<i>16</i>
1.1.1 OS IMPACTOS DA “CRISE” ECONÔMICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE MANAUARA.....	22
<i>Crise econômica.....</i>	<i>24</i>
<i>Crise política.....</i>	<i>25</i>
1.2 OS IMPACTOS DA GUERRA NA CLASSE TRABALHADORA DE MANAUS.....	33
CAPÍTULO 2 - OS TRABALHADORES E SUA BUSCA POR UNIDADE	50
2.1 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NA MANAUS DA GRANDE GUERRA	51
2.2 A FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS DURANTE O PERÍODO DA GRANDE GUERRA.....	77
2.2.1 <i>A Federação Operária do Amazonas.....</i>	<i>77</i>
2.2.2 <i>União Operária Nacional do Amazonas.....</i>	<i>87</i>
2.2.3 <i>Centro Operário do Amazonas.....</i>	<i>96</i>
2.3 ENTRE COMEMORAÇÕES E LUTAS – O PRIMEIRO DE MAIO DURANTE O PERÍODO DA GRANDE GUERRA.	102
CAPÍTULO 3 - GREVES, TUMULTOS E EXPLOSÕES REIVINDICATÓRIAS NA MANAUS DA GRANDE GUERRA.....	120
3.1 ENTRE TUMULTOS E GREVES – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA.....	122
3.2 A GUERRA PELO “CASTELO DE PAPEL” – A GREVE DOS TIPÓGRAFOS DOS JORNAIS <i>O TEMPO</i> E <i>O AMAZONAS</i>	136
3.3 OS FOGUISTAS E SUAS REIVINDICAÇÕES	149
3.4 PANOS, LINHAS E TESOURAS – O MOVIMENTO GREVISTA DOS ALFAIATES	156
3.5 A “ECONOMIA MORAL” DA CIDADE – A GREVE DOS <i>CHAUFFERS</i> E <i>BOLIEIROS</i>. 160	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	176

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho teve seu esboço inicial em meados de 2002, originado de um trabalho solicitado pelo professor de Teoria da História, no período em que cursava Licenciatura em História na Faculdade Objetivo – atualmente Universidade Uninorte. Durante a licenciatura, deram-se os primeiros contatos com a temática dos trabalhadores, com a leitura das obras das historiadoras Maria Luiza Ugarte Pinheiro¹, Francisca Deusa da Costa² e Edinea Mascarenhas³, além do trabalho de Edgar Carone⁴.

O ingresso posterior na primeira turma do curso noturno de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amazonas, possibilitou entrar em contato com uma leitura mais diversificada sobre o tema, assim como o aprofundamento sobre a temática, além de entrar em contato diretamente com a historiadora Maria Luiza Ugarte.

Mantendo a temática dos trabalhadores, tive a oportunidade de cursar a disciplina “Metodologia da Pesquisa em História”, ministrada pelo professor Luiz Balkar Pinheiro, onde apresentei o primeiro projeto, já agora modificado por novas leituras, com o título “Conflitos e manifestações populares – Manaus 1880 a 1920” e que tinha como principal objetivo analisar as diversas greves ocorridas na cidade de Manaus durante o período da Primeira República.

Buscando sempre a mesma temática de pesquisa, cursei a disciplina “Estudo da História Operária no Brasil”, novamente com o professor Luiz Balkar Pinheiro, observando, desta forma, as diversas facetas do mundo do trabalho no Brasil, principalmente na cidade de Manaus. Nos textos e discussões em sala de aula, tive a oportunidade de me aprofundar ainda mais no mundo do trabalho. Durante o progresso da disciplina, começou a identificação com uma das ideologias presentes dentro do universo dos trabalhadores: o anarquismo.

Entretanto, durante este caminhar, surgiram verticalizações sobre o tema, permanecendo a figura do trabalhador. Essa verticalização ocorreu em dois trabalhos apresentados na disciplina de “Prática Integrada VII”, com o Professor Hideraldo Costa, na qual nos foi requisitada a elaboração de dois artigos. Um dos artigos já pairava em

¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. 3. ed. Manaus: FUA, 2015a.

² COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915)**. Manaus: Editora Valer; Fapeam, 2014.

³ DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

⁴ CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1984. v. 1.

minha mente -- um apanhado de minha pesquisa anterior, sobre as greves e manifestações ocorridas na cidade de Manaus -- e o outro viria a surgir da minha ligação com o pensamento anarquista e os novos agentes sociais com os quais pude ter contato a partir dos estudos empreendidos sobre imigrantes estrangeiros⁵.

Este segundo artigo recebeu o título “Os trabalhadores migrantes em Manaus”, dando início à ideia da constituição do novo projeto de pesquisa, trazendo o recorte temporal que procurava e a delimitação dos agentes com os quais iria trabalhar. Desta forma, o eixo para o estudo deste mundo do trabalho manauara chegou à presença da figura social do imigrante trabalhador da cidade de Manaus.

Isto posto, comecei a buscar temas específicos para a construção de um novo projeto, chegando assim a um segundo projeto que também buscou o trabalhador, mas agora o trabalhador estrangeiro. No princípio, fiquei em dúvida entre os imigrantes espanhóis e italianos, mas devido a ligações ideológicas de cunho anarquista optei pelos italianos, ainda ligado à antigas ideias de que grande parte dos anarquistas eram de origem italiana. Entretanto, baseados em diversos trabalhos produzidos, sabemos que os anarquistas eram de diversas nacionalidades e, no caso do Amazonas, encontramos principalmente os de origem portuguesa⁶.

Nesta situação, procurei fontes para o desenvolvimento da pesquisa tendo como base a leitura de jornais da própria comunidade italiana no Amazonas⁷, tendo, porém, encontrado algumas dificuldades, o que me afastou, no momento, deste tema. Entretanto, pretendia manter o foco de estudo nos trabalhadores e suas reivindicações na

⁵ No momento da elaboração do trabalho apresentado na disciplina não havia bibliografia vasta sobre o assunto, mais especificamente para o estado do Amazonas. Entretanto, nos dias atuais, ocorreu uma grande expansão local de pesquisas relacionadas a esse tema. Ver os trabalhos de BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009; PENNINGTON, David. **Manaus e Liverpool: uma ponte marítima centenária – anos finais do império – meados do século XX**. Manaus: FUA; UNINORTE, 2009; PINHEIRO, Geraldo Pantaleão Sá Peixoto. **Imprensa, política e etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1937)**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Universidade do Porto, Portugal, 2011; PINHEIRO, M., 2015a; PINHEIRO, Luis Balkar Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017; PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. **Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores (1910-1930)**. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 79-100, jan./jul. 2017;

⁶ PINHEIRO, G., 2011; BARROS, Claudia Amélia Mota Moreira. **Vozes operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2015; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017; PINHEIRO, L., 2017b; TELES, Luciano Everton Costa. **Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914)**. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 9, n. 17, p. 101-119, jan./jul. 2017.

⁷ O jornal pesquisado foi *La Stella D'Italia* de 1901, cujos números 3, 4 e 5 se encontram nos arquivos do IGHA.

cidade de Manaus, buscando, por conseguinte, delimitar ainda mais minhas pesquisas, retornando a meu primeiro projeto.

Após alguns anos afastado, ressurgiu a oportunidade de retornar a meus antigos projetos. A criação do grupo de trabalho (GT) “Mundos do Trabalho” seção Amazonas no ano de 2014, fez com que, através dos debates realizados dentro deste grupo, começasse a entrar em contato com outros trabalhos e temas de pesquisa bastante diversificados ligados à questão da História Operária.

Quanto aos assuntos abordados durante as reuniões do GT, tivemos debates em cima de diversas produções clássicas e atuais sobre o tema trabalho e trabalhadores. Dentre as diversas leituras das obras de Thompson, Hobsbawm, Claudio Batalha, entre outros, houveram dois pesquisadores que me chamaram a atenção. O primeiro foi a historiadora Silvia Petersen, com seu artigo intitulado “Cruzando Fronteiras: as pesquisas regionais e a História Operária Brasileira”, no qual a autora “parte da hipótese de que a história operária brasileira poderia alcançar outro patamar analítico se houvesse a articulação dos resultados das pesquisas regionais”⁸. E o segundo trabalho foi do historiador Marcel van der Linden em sua obra “Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho”⁹, onde apresenta uma variedade de possibilidades de pesquisa com o tema do trabalho e suas variantes, abrindo assim caminho metodológico para a construção de um projeto. Linden (2013) ainda comenta que “[...] o campo da história do trabalho vem-se transformando num projeto verdadeiramente global, como demonstrado pelo número de conferências, associações etc. organizadas em nível internacional [...]”¹⁰. Essas palavras, juntamente com as de Petersen, começaram a me fazer pensar sobre meu tema de pesquisa, retornando ao antigo projeto e às fontes que eu já havia recolhido em trabalhos anteriores e novos.

Desde o projeto apresentado no momento do ingresso no Programa de Pós-Graduação em História, que tinha como título “Visões de Mundo - As greves de 1917 e 1919 em Manaus”, até o processo de qualificação, a pesquisa sofreu mudanças significativas, principalmente em seu marco temporal. Entretanto, a temática dos trabalhadores continuou presente com ainda mais força, principalmente após as diversas leituras realizadas durante as disciplinas cursadas ao longo de um ano, o que veio a

⁸ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a História Operária Brasileira. **Revista Anos 90**, v. 3, n. 3, p. 129-153, jun. 1995.

⁹ LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

¹⁰ *Ibid.*, p. 10.

auxiliar bastante no desenvolvimento do projeto, assim como no desenvolvimento da escrita do primeiro capítulo.

Dentre esses trabalhos, tiveram destaque os trabalhos de Marcel van der Linden e o de Silvia Petersen, assim como os trabalhos de Marco Pamplona com “A Historiografia do Protesto Popular e das Revoltas Urbanas”; o de George Rudé, “A multidão na História”; Luciano Teles com seu “Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920”; Peter Linebaugh com “Todas as montanhas atlânticas estremececeram”; Cristina Lopreato e seu trabalho “O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917”¹¹; e Edilene Toledo com o “Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República”.

Portanto, este trabalho tem por finalidade o estudo dos movimentos reivindicatórios e de resistências dos trabalhadores da cidade de Manaus durante os anos de 1914 a 1918. Pois,

Assim que os trabalhadores subalternos se submetem a uma relação de trabalho heterônoma – o que, por definição, sempre acontece –, o resultado é uma batalha ininterrupta travada contra os empregadores e seus representantes, às vezes aberta e às vezes sub-reptícia, às vezes individual e às vezes coletiva¹².

A escolha da delimitação quanto ao período de 1914-1918 deveu-se às leituras bibliográficas quando na graduação em História, assim como através das pesquisas desenvolvidas em minha vida acadêmica e pós-acadêmica, observando que dentro deste período perpassa uma conjuntura interna e externa de crises políticas, econômicas e sociais.

Primeiramente, a escolha deu-se devido ao período conter o ano de 1917, um dos marcos iniciais da minha antiga pesquisa, em que ocorreu uma greve na cidade de Manaus, tendo como principais protagonistas os *chauffeurs*¹³ e *boleiros*¹⁴, tidos como responsáveis pelo transporte particular na cidade, assim como os bondes -- estes últimos usados no transporte coletivo.

Durante a pesquisa e o processo da escrita, surgiram indagações sobre esse ano emblemático tanto dentro da história nacional como na internacional, graças às

¹¹ LOPREATO, Cristina Roquette. **O espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

¹² LINDEN, 2013, p. 195.

¹³ Palavra de origem francesa, refere-se ao trabalhador da ferrovia que cuidava da caldeira (*chauffage*) das antigas locomotivas, similar ao nosso foguista ou maquinista. Com o advento do automóvel, os franceses aproveitaram o termo para designar aquele que conduzia o novo veículo - até porque os primeiros modelos eram movidos a vapor e, portanto, dotados de caldeira.

¹⁴ O responsável por conduzir a boleia. Boleiros ou boleiro é sinônimo de cocheiro.

diversas greves que ocorriam no Brasil e no mundo. Como exemplo, temos o trabalho já mencionado de Cristina Lopreato, tratando das greves ocorridas no ano de 1917 em São Paulo; o de Queirós¹⁵, que trata sobre os movimentos grevistas de 1917, 1918 e 1919, e o de Silva Jr¹⁶, que trata dos movimentos grevistas de 1917, ambos referentes ao Rio Grande do Sul; e temos também Aldrin Castellucci¹⁷, que apresenta os diversos movimentos operários grevistas baianos no período de 1914 a 1921, que se tornou uma fonte valiosa para a construção deste trabalho. Não podemos deixar de citar como referência o trabalho produzido por Luís Balkar Pinheiro e Maria Luiza Ugarte Pinheiro¹⁸, que buscou retratar os trabalhadores, as lideranças, as associações e as greves na cidade de Manaus durante o período de 1880 a 1930.

Além das questões internas que permeavam o cenário local, o mundo focava as atenções na Europa, em virtude da guerra que estava sendo travada no velho continente, em conjunto com os fatos que estavam acontecendo no Império Russo: uma revolução que havia sido iniciada pelo descontentamento da população contra o regime de exploração e descaso advindo de séculos de opressão imposta pelos seus governantes. Desta forma, a “Primeira Guerra Mundial, um conflito mais abrangente, total, iniciado em agosto de 1914, desagregou de vez o velho sistema de três séculos, derrubado por uma segunda revolução, anônima e unânime, a de fevereiro de 1917”¹⁹.

Esta exploração e descaso fez-me refletir e buscar, na cidade de Manaus, algumas questões iniciais sobre o ano de 1917. Neste ano, como já havia comentado anteriormente, estavam ocorrendo ondas de greve por todo o Brasil, por parte de diversas categorias, inclusive de *chauffeurs* e bolieiros de outros estados. Durante esse período só havia ocorrido uma única greve, ligada a esta mesma categoria, na cidade de Manaus.

Entretanto, segundo Castellucci²⁰, na Bahia também não ocorreu uma greve geral no ano de 1917, assim como na cidade de Manaus, ocorrendo apenas em 1919.

¹⁵ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **O positivismo e a questão social na Primeira República (1895-1919)**. Guarapari, ES: Ex Libris, 2006; _____. “Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense”: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016.

¹⁶ SILVA JR. Adhemar Lourenço da. **Povo! Trabalhadores!:** tumultos e movimento operário: estudo centrado em Porto Alegre, 1917. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

¹⁷ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004.

¹⁸ PINHEIRO, Luis Balkar Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha:** trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiá: Paco Editorial, 2017.

¹⁹ REIS, Daniel Aarão. **A revolução que mudou o mundo:** Rússia, 1917. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 264 p. p. 189.

²⁰ Cf. CASTELLUCCI, 2004.

Desta forma buscou-se expandir o marco temporal da pesquisa para encontrar respostas às indagações propostas. Relembrando Silvia Petersen e a busca pelo cruzamento de informações, e articulações entre os resultados das pesquisas regionais sobre movimento operário.

Sendo assim, a escolha do ano de 1914 deu-se para fugir um pouco da visão da historiografia tradicional regional, que tem como marco temporal a economia gomífera, para o período mais contemporâneo da história local, principalmente em sua chamada fase de crise. Desta forma, tem-se um marco cronológico partindo de uma situação macro (a grande guerra e até mesmo a Revolução na Rússia) seguindo à análise micro, com as dificuldades que o Brasil e o estado do Amazonas, principalmente em sua capital Manaus, vivenciavam neste período.

Possuindo o ano de 1914 como marco inicial, estendeu-se até o ano de 1918, quando da ocorrência do final do conflito mundial, bem como o surgimento na cidade de Manaus da **União Operária Nacional** -- criada em 16 de junho de 1918, entretanto começando a atuar e se organizar em 14 de novembro de 1917 --, assim como o **Centro Operário Amazonense**, em 22 de dezembro de 1918²¹. Isso representou uma mudança na perspectiva do universo de trabalho manauara, pois essas duas organizações passariam a concentrar grande parte do processo de mobilização dos trabalhadores, auxiliando nos movimentos de confronto com seus empregadores, durante os anos posteriores.

Observando nosso mundo contemporâneo, percebemos o momento em que vivemos como, no mínimo, conturbado. A exemplo disso, temos os diversos conflitos motivados por execração social, religiosa e política – os quais geram instabilidade e consequências significativas na população --, sem termos uma guerra declarada como antigamente, onde ainda havia a noção de quem seriam os “bons” e os “maus”.

Dentro dessa conjuntura, esta pesquisa chega como uma possibilidade de observar situações vivenciadas em nosso tempo presente, que nos remetem a nosso passado, mesmo que em conjunturas diferentes, porém com justificativas parecidas, especialmente para o caso brasileiro. Em verdade, muitas situações que a sociedade brasileira presencia estão sendo justificadas como uma “crise” econômica, que o mundo passou na primeira década do século XXI e que o Brasil vem passando nesta segunda década de século.

²¹ Ambas as associações serão trabalhadas no segundo capítulo, assim como seu processo de construção e as correntes ideológicas que predominaram dentro delas (PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 193-210).

Tal justificativa resultou na tomada de algumas ações, como o GOLPE da primeira presidente eleita democraticamente e removida do cargo graças à questões de ordem política, maquinadas por grupos que se perpetuam no poder, mostrando que as velhas oligarquias continuam instituídas, em faceta dissimulada, mandando e desmandando, tanto no país como nos estados.

Este fato levou a novas ações no Congresso brasileiro, como a aprovação de Leis e Reformas, que representam prejuízo à população de milhões de trabalhadores, que amargam o desemprego e sofrem com a retirada de direitos trabalhistas, para dar lugar a direitos que privilegiam os empregadores.

A Reforma trabalhista, em especial, derrubou décadas de lutas exaustivas dos trabalhadores por direitos que garantissem condições dignas de trabalho. E é exatamente com essa ideia de luta, assim como o centenário em 2017 da primeira greve geral ocorrida em 1917, além do centenário da Revolução Russa, que essa pesquisa busca trazer essas histórias subterrâneas à tona novamente.

Consequentemente, essa pesquisa tem por objetivo trazer à memória da resistência e luta dos diversos trabalhadores da cidade de Manaus durante período de 1914 a 1918, tendo em vista que esses trabalhadores recorriam a diversas estratégias para galgar seus propósitos em um momento de dificuldades.

Nesse período, como comentado anteriormente, estavam ocorrendo diversos problemas de ordem política, econômica e social em Manaus. Destacam-se os decorrentes da guerra na Europa, assim como seus desdobramentos pelo mundo, que geraram crises e modificaram todo o cenário global. É dentro dessa conjuntura que retornamos para o contexto local do princípio do século XX, onde diversas categorias de trabalhadores encontram-se reivindicando seus direitos, assim como a população grita pelo direito a sobreviver na cidade de Manaus, em constante modificação.

Desta forma, durante a década de 1910 já presenciemos uma tradição de luta dos trabalhadores que conseguiria sobreviver durante as primeiras décadas do século XX. Como Pinheiro & Pinheiro enfatizam

Para o mundo do trabalho, o crescimento da cidade e o dinheiro circulando numa dimensão, até então nunca vista, provocaram impactos positivos, em especial pela abertura de novos postos de trabalho, embora a chegada contínua de imigrantes na cidade praticamente anulassem a possibilidade de ganhos salariais maiores. A economia em expansão e o aumento das margens de lucro dos empreendimentos da cidade geravam também um maior poder de barganha aos trabalhadores,

da mesma forma que lhes assegurava manifestações de simpatia e apoio por parte da sociedade e de alguns órgãos de imprensa²².

Entretanto, como mencionado acima, a década de 1910 chega trazendo um cenário diferenciado, pois “o sonho dourado do progresso e da opulência foi como um canto de sereia, arrastando a região, assim como inúmeras outras, alçadas tanto pela expansão voraz do capital em busca de matérias primas para suas indústrias”²³.

Mesmo com todos os problemas, iremos presenciar, nas diversas categorias existentes na cidade, herdeiras das tradições de lutas anteriores, a resistência às mudanças pelas quais a cidade começou a passar a partir de 1911, chegando ao ápice da crise em 1915, momento em que a Primeira Guerra começa a se mostrar como algo que irá modificar todo o cenário internacional e nacional.

Dentre as diversas categorias que apresentarão suas reivindicações e demonstrarão resistência temos “desde peixeiros e pescadores até operários fabris”, como os estivadores, carroceiros, motoristas e condutores de bonde, gráficos, funcionários da limpeza pública, foguistas, alfaiates, *chauffeurs* e bolieiros assim como coveiros. Esta última categoria apresenta registro de duas paralisações, uma no final do ano de 1913 para 1914 e outra em 1918, em cujo período a cidade de Manaus passava por uma alarmante e amplamente noticiada epidemia de gripe espanhola²⁴.

É deveras desolador o espectáculo que presentemente se observa em nossa capital. Pela tarde de ontem fomos informados pelo sr. Oscar Coelho de que num chalet da rua Leonardo Malcher, perto do igarapé de São Raimundo, se achava o cadáver de um infeliz, que fora victimado de influenza, em adeantado estado de putrefacção, em como um outro, em idêntico estado, num dos quartos da estância da rua Luiz Antony, entre Leonardo Malcher e o igarapé da Castelhana²⁵.

Desta forma, como já mencionado anteriormente, tem-se o intuito de estudar os movimentos reivindicatórios e de resistência dos trabalhadores da cidade de Manaus durante nos anos 1914 a 1918 no âmbito da Primeira Guerra, buscando, assim, analisar

²² PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 109.

²³ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 141.

²⁴ A gripe espanhola, como ficou conhecida devido ao grande número de mortos na Espanha, apareceu em duas ondas diferentes durante 1918. Na primeira, em fevereiro, embora bastante contagiosa, era uma doença branda não causando mais que três dias de febre e mal-estar. Já na segunda, em agosto, tornou-se mortal. Enquanto a primeira onda de gripe atingiu especialmente os Estados Unidos e a Europa, a segunda devastou o mundo inteiro: também caíram doentes as populações da Índia, Sudeste Asiático, Japão, China e Américas Central e do Sul. No Brasil, a epidemia chegou em setembro de 1918: o navio inglês "Demerara", vindo de Lisboa, desembarca doentes em Recife, Salvador e Rio de Janeiro (então capital federal). No mesmo mês, marinheiros que prestaram serviço militar em Dakar, na costa atlântica da África, desembarcaram doentes no porto de Recife. Em pouco mais de duas semanas, surgiram casos de gripe em outras cidades do Nordeste e em São Paulo.

²⁵ *Jornal do Commercio*, 17/11/1918, p. 1.

a conjuntura na qual a cidade se encontrava antes da Primeira Guerra e como este evento externo se manifestou no Amazonas, principalmente na cidade de Manaus, qual a sua relação com o movimento operário local e suas reações.

Buscaremos também analisar as condições de vida e trabalho dos diversos agentes sociais presentes na cidade, assim como as formas de resistência às incertezas da vida, e como eram esses sistemas de relações em seu cotidiano tanto no espaço público e de trabalho, como no privado. Além de mapear e discutir as diversas formas de resistências por parte dos trabalhadores e da população local, procuraremos trazer como destaque as associações que se formaram no período, a questão do Primeiro de Maio como uma data reivindicatória, e as greves que ocorreram durante o período de 1914-1918.

Para o desenvolvimento deste trabalho, lançaremos mão a uma forma pela qual possamos trabalhar teoricamente e metodologicamente as fontes que serão utilizadas, pois “trabalhando com seu objeto e com conceitos, o historiador promove ‘encontros significativos’, constitutivos mesmo da inteligibilidade do próprio sentido do tempo”²⁶. Destarte, busca-se assim relacionar os diversos estudos produzidos regionalmente, e até internacionalmente, cruzando as diversas metodologias, teorias e fontes trabalhadas que possam dialogar com o trabalho proposto.

Temos, assim, como destaque inicial, os estudos de Edward Thompson acerca do conceito de “luta de classes”, bem como as novas formas de ver essa relação de luta de classes e a visão da classe dos trabalhadores, que são os principais protagonistas deste projeto, pois segundo Thompson

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente²⁷.

Em conjunto com a ideia de classe proposta por Thompson, a ideia de experiência também auxiliou no desenvolvimento das relações entre os movimentos que surgiam entre 1914 e 1918, e os diversos impactos aos trabalhadores e os moradores da

²⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Orgs.). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000. p. 21.

²⁷ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. (v. 1. A árvore da liberdade). p. 10.

cidade. Outra ideia pertinente é a proposta pelo sociólogo Mike Savage, no que diz respeito ao conceito de “insegurança estrutural”²⁸.

Savage (2004) propõe que uma distribuição desigual de recursos materiais na sociedade torna os trabalhadores um grupo muito vulnerável às incertezas da vida, gerando assim uma busca por solucionar de alguma forma seus problemas através de diversos mecanismos dentro da sociedade em que estão inseridos. Neste ponto, fala-se da questão dos fatores internos e externos que afetavam direta e indiretamente os trabalhadores, seus espaços de sociabilidade e sua vida fora do ambiente de trabalho. As contribuições de Savage permitem situar as dificuldades econômicas, políticas e sociais presenciadas na sociedade manauara, além da sociedade global.

Outra ideia importante para esse trabalho é a desenvolvida por Eric Hobsbawm (2000) no texto “Flutuações econômicas e alguns movimentos sociais desde 1800”²⁹, que “trata das expansões periódicas e súbitas em tamanho, força e atividade dos movimentos sociais”. Principalmente as “questões de por que esses movimentos são ‘inconstantes’ e descontínuos, por que eles ocorrem quando ocorrem; e, em menor grau, como os problemas da coordenação internacional”³⁰. Possibilitando através desta proposta, observar os motivos que levaram os movimentos dos trabalhadores na cidade de Manaus a ter uma curta duração e, às vezes, até mesmo a não acontecer.

Observando a presença de outros conceitos que serão de suma importância para o desenvolvimento do trabalho, como o de greve. Que aqui utilizaremos as ideias desenvolvidas por Marcel van der Linden, que a define como:

Formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outros³¹.

Desta forma, temos a presença de outro trabalho que vai ser bastante utilizado e que trás também outro conceito de greve, e que estará presente neste trabalho. Segundo César Queirós, “a greve consiste, de modo geral, na abstenção organizada ao trabalho

²⁸ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Cultura de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004. p. 25-48.

²⁹ HOBBSAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a. p. 155-188.

³⁰ Ibid., p. 155.

³¹ LINDEN, 2013, p. 203.

por parte de um grupo mais ou menos extenso de trabalhadores. Ou seja, ela é sempre coletiva [...]”³².

Dando continuidade, o presente trabalho possui dois momentos em destaque: o levantamento bibliográfico e a escrita da dissertação. No primeiro momento, foi o levantamento de documentos bibliográficos sobre o objetivo principal da pesquisa: os trabalhadores urbanos. Desta forma, o ponto de partida foi o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, detentor da maioria dos periódicos já publicados na cidade e que possibilita acesso mais facilitado; em seguida, ocorreu a visita aos arquivos públicos locais, e de associações, com objetivo ampliar e aprofundar as fontes para o desenvolvimento da pesquisa. Desta forma, a abordagem metodológica deste trabalho se concentrou nos jornais do período trabalhado, assim como nas pesquisas de história e da historiografia da região sobre temas ligados às questões dos mundos do trabalho.

Iniciando, assim, o diálogo com as fontes jornalísticas, trabalharemos com estas fontes de duas formas, sempre mantendo o filtro: periódicos em circulação na cidade de Manaus durante o período de 1914 a 1918. No âmbito deste trabalho, a utilização da imprensa vem como meio para podermos compreender o objeto de estudo, que são os trabalhadores da cidade, assim como as suas formas de sobrevivência e seu cotidiano. Nesse caso, serão utilizados dois tipos de periódicos: os da chamada grande imprensa local, que são *A Capital*, *Gazeta da Tarde*, *Imparcial*, *O Tempo* e o *Jornal do Comercio*; e os da chamada imprensa operária ou ligados a alguma categoria, que são *A Lucta Social*, *A União* e a *Folha Marítima*. Esses últimos existiam sob as seguintes condições:

Agora não se tratava mais de lidar com jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas de manejar folhas sem periodicidade ou números de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, por vezes redigidas em língua estrangeiras, sobretudo italiano e espanhol, impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquina disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes, contavam com subscrição dos próprios leitores para sobreviver [...]”³³.

Porém, como sabemos, muitas das histórias que chegam até nós são escritas pelos vencedores dentro do processo histórico. Mesmo entre os escritos deixados pelo povo há um tom de subjetividade, visto que aqueles que produziram os periódicos e neles escreveram possuíam conhecimento a mais. Em uma sociedade e em um mundo onde uma considerável porção da sociedade era composta por pessoas analfabetas, os

³² QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense”: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016. p. 10 e 11.

³³ LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed., reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 119.

produtores de periódico teriam o mecanismo do poder, devido a seu conhecimento sobre a escrita e a leitura, além de agregação de ideias, crenças e valores que permeavam o seu mundo e que eram difundidos a partir da palavra escrita.

Devido a estes fatos, utilizaremos outras fontes tais como leis, Relatórios de Governadores, anuários estatísticos, fotos, mapas e imagens, que nos auxiliem no desenvolvimento do trabalho, sempre buscando dialogar com a historiografia regional, nacional e internacional relacionada com o tema proposto.

Desta forma o desenvolvimento da pesquisa foi estruturado em três grandes capítulos, procurando abordar pontos específicos em cada um deles, para assim compreender esse período de 1914 a 1918. Assim, o primeiro capítulo tem como título “Entre um conflito e outro: crise econômica, disputas político-oligárquicas e a Grande Guerra na cidade de Manaus”. Nele iremos abordar os conflitos internos da cidade de Manaus, como as crises econômicas e político-oligárquicas existentes, de que forma afetaram os trabalhadores e como os últimos buscaram lidar com isso. Levando-nos a outro ponto desse capítulo, trataremos o como a Primeira Guerra afetou os trabalhadores da cidade de Manaus e quais foram suas relações com o movimento operário local, bem como as reações provocadas no operariado.

O segundo capítulo tem como título “Os trabalhadores e sua busca por unidade”, onde tratamos como os trabalhadores conseguiram resistir a todas as dificuldades que a cidade estava vivenciando durante o período de 1914 a 1918, desde sua vivência no cotidiano, a luta por moradia, assim como por saúde. Buscamos observar os mecanismos utilizados para sobrevivência principalmente à carestia que já acompanhava os trabalhadores de muito antes e que piora durante esse período da Primeira Guerra.

Investigamos também as formas de resistência dentro do meio operário local, como a constituição de associações, dando ênfase à “A Federação Operária do Amazonas”, “União Operária Nacional do Amazonas” e o “Centro Operário do Amazonas”, que procuraram unir os trabalhadores sobre uma única bandeira para suplantar as dificuldades de sua vida cotidiana e de seu trabalho. Observando outro mecanismo utilizado por eles como forma de resistência, o movimento “Primeiro de Maio” os possibilitou gritar por melhores condições de vida e mostrar angústias quanto a sua condição, ocupando os espaços públicos que lhes eram negados pelas autoridades.

Já o terceiro e último capítulo tem como título “Greves, tumultos e explosões reivindicatórias na Manaus da Grande Guerra”. Nesse capítulo será tratado o método de ação direta aplaudido por alguns trabalhadores, e negado por outros, que é a greve,

trabalhando, assim, com os movimentos grevistas dos funcionários da limpeza pública, dos tipógrafos, dos alfaiates, foguistas e dos *chauffers* e bolieiros da cidade de Manaus.

CAPÍTULO 1 - ENTRE UM CONFLITO E OUTRO: CRISE ECONÔMICA, DISPUTAS POLÍTICO-OLIGÁRQUICAS E A GRANDE GUERRA NA CIDADE DE MANAUS.

Entre os anos 1914 e 1918, a cidade de Manaus passava por transformações ocasionadas pela conjuntura política, econômica e social global. Dentre essas conjunturas globais, temos a Primeira Guerra que estava correndo na Europa neste período e foi “[...] a partir da qual o panorama do capitalismo mundial começou de novo a mudar. O conflito marcou o fim da partilha do mundo entre um reduzido número de potências”³⁴.

Esta mudança das engrenagens do capitalismo iria propiciar revoluções sobre os povos do mundo como “[...] na Rússia, com o fim do czarismo e com a Revolução de Outubro; na Hungria, onde, em março de 1919, foi instalado um regime comunista liderado por Bela Kuhn”³⁵ -- porém sofrendo tempo depois com a invasão romena --, além dos eventos ocorridos na Bulgária em 1919 e na Itália nos anos de 1919 e 1920³⁶, modificando os espaços de influência, gerando o aparecimento de outro bloco de destaque no mundo: o comunismo.

Todos esses fatores contribuíram na reelaboração dos espaços de conflitos entre os diversos atores presentes no mundo e também na cidade de Manaus. Ademais, além da perceptível influência de um conturbado contexto internacional, no cenário local podemos destacar a “crise da economia gomífera”, que muitos consideram como a principal responsável pelas carestias, falta de trabalho e outros males que afligiam a cidade.

No entanto, hoje sabemos, devido a uma constante renovação historiográfica local³⁷, que a situação da borracha foi apenas um de muitos fatores que vieram a afetar a cidade. A ideia de crise ocasionada pela queda do valor da borracha, sua ligação com a

³⁴ SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso et al. **III. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 348.

³⁵ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “**Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense**”: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016. p. 35.

³⁶ QUEIRÓS, loc. cit.

³⁷ Trabalhos já publicados em forma de livros: DIAS, 2007; COSTA, F., 2014; MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura, 1852-1910**. 3. ed. Manaus: Editora Valer; Prefeitura de Manaus; Uninorte, 2006; PINHEIRO, M., 2015a; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Manaus: EDUA, 2015; PINHEIRO, Luis Balkar Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)**. Jundiá: Paco Editorial, 2017; TELES, Luciano Everton Costa. **Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920**. Manaus: UEA Edições, 2015; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

carestia e as dificuldades que Manaus vinha passando foi muito mais uma construção desenvolvida pela elite local e abraçada pela grande imprensa; esta elite oligárquica passava por um momento de intensos conflitos internos antes mesmo de iniciar o chamado período de “crise da borracha”.

Desta forma, nesse primeiro capítulo buscaremos compreender a conjuntura política, econômica e social da cidade de Manaus no período da Primeira Guerra. Desmistificaremos a ideia de que essa crise teria surgido com o declínio da economia gomífera, além de procurar compreender como as disputas político-oligárquicas regionais influenciaram no aumento do mito de uma crise ocasionada pela borracha.

Analisaremos como essas questões foram dinamizadas pela influência da Primeira Guerra no estado do Amazonas e como tudo isso afetou o mundo do trabalho manauara, em especial. Pois “[...] a Primeira República em geral e, mais particularmente, a conjuntura dos anos 1914-1920 foram marcadas por crises econômicas e financeiras”³⁸ que marcaram “[...] diretamente a vida e influenciaram a própria ação política e social da classe operária e do conjunto dos estratos populares”³⁹. Nessa busca por tentar compreender, principalmente, as questões político-oligárquicas locais, faremos um breve recuo no marco temporal para demonstrar em que cenário estava envolvida a cidade de Manaus, assim como todos aqueles que a habitavam.

1.1 OS IMPACTOS DAS CRISES NA CIDADE DE MANAUS

Durante as duas últimas décadas do século XIX e o princípio do século XX, a cidade de Manaus estava vivenciando uma conjuntura de grandes mudanças. Como o “[...] segundo produtor mais importante na pauta de exportação brasileira já em 1880 (perdendo apenas para o café), a economia extrativa da borracha dinamizou o vasto sertão amazônico por meio da abertura e estruturação de diversas unidades produtivas”⁴⁰.

Essa conjuntura realocou os diversos espaços de disputas político-econômicas e socioculturais, fazendo a cidade passar por um grande *loop*, deixando-a exposta às forças naturais e históricas agenciadas pelas tecnologias modernas, que conflitavam com os antigos padrões de vida a que sua população estava habituada. Nessa ocasião, Manaus e também Belém “[...] passaram a assumir o papel de importantes centros de

³⁸ CASTELLUCCI, 2004, p. 97.

³⁹ Ibid., p. 97.

⁴⁰ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 27.

organização da produção e distribuição do produto para o mercado internacional europeu e americano”⁴¹.

E, segundo Pinheiro & Pinheiro (2017), em Manaus essas transformações “[...] parecem ter sido muito mais profundas e perceptíveis que em Belém, já que era uma das principais cidades brasileiras, desde meados do século XVIII, concentrando importantes instituições e edificações”⁴².

É nesse sentido que, para tornar a cidade mais funcional, seria imprescindível a utilização de novas tecnologias, pois “[...] o poder do capital determinou uma nova concepção de cidade, sendo, portanto, o grande responsável pelo estabelecimento de conflitos impostos pelas contradições econômicas, sociais e políticas que se constituem a partir daí”⁴³.

Desta forma, o “[...] capital se apressa em engrandecer a capital do Amazonas, consolidando a demolição da antiga aldeia e da velha cidade colonial, não levando em conta, nesse projeto civilizatório, os impactos sociais e ambientais negativos”⁴⁴.

A influência britânica

Dentro deste mesmo período, as chamadas grandes potências estavam reformulando suas esferas de influência no mundo onde “Cada uma delas, além de procurar ampliar ao máximo as áreas coloniais sob o seu domínio direto, buscava ganhar influência e dominar os mercados das economias coloniais que eram politicamente independentes”⁴⁵. Foi durante o século XIX que “[...] a Inglaterra se configura como potência comercial e industrial dominante e, por isso colocou-se em posição de organizar e estabilizar o sistema internacional”⁴⁶. Além disso,

Os custos da governança do sistema internacional pautavam-se em intervenções esporádicas, como na Guerra da Criméia, em empréstimos a aliados; e em manter-se como *hegemon* em face de desafiantes como França, na primeira metade do século XIX, e Alemanha, na segunda metade daquele século⁴⁷.

⁴¹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 27.

⁴² Ibid., p. 27.

⁴³ DIAS, 2007, p. 35.

⁴⁴ Ibid., p. 35.

⁴⁵ SINGER, 1997, p. 354.

⁴⁶ PEREIRA, Diego Marques Morlim. A hegemonia britânica no Brasil do século XIX. **Revista Interação**, v. 8, n. 8, p. 39-51, jan./jun. 2015. p. 41.

⁴⁷ Ibid., p. 41.

Desta forma, segundo Pereira (2015) a “[...] Inglaterra tornou-se a principal potência mundial, dominava o comércio internacional, administrava as finanças internacionais por intermédio do padrão ouro, garantia mercado consumidor para seus produtos”⁴⁸, influenciando políticas internas, externas e regionais. “A influência inglesa no Brasil do século XIX foi marcante, especialmente em relação à política e à economia”⁴⁹.

Segundo Fendt Jr. (1977), foi na segunda metade do século XIX que o “[...] governo brasileiro pôs em prática um *plano de capital garantido* segundo o qual os investimentos estrangeiros que preenchessem certos requisitos receberiam, por um dado período, uma taxa anual mínima de dividendos sobre o montante investido”⁵⁰. Dentro desse sistema ocorreram grandes investimentos no Brasil, especialmente com capital britânico. E foi dentro dessa política econômica que os ingleses ofereceram seus serviços em troca de longas concessões junto ao governo do Amazonas, tendo como destaque as empresas *Manáos Railway Co.* e *Manáos Eletric Ligging Co.*, ambas no período de 1895, e *Manáos Tramways and Light Co.*, de 1909, responsáveis pelos setores de transporte urbano e iluminação.

Havia também a *Manáos Improvements Ltd.*, de 1906, que dominava os setores de abastecimento de água e esgoto da cidade, e a *The Manáos Markets and Slaughterhouse Ltda.*, além da *Manáos Harbour Ltda.*⁵¹, que assumiu a concessão do porto em 8 de setembro de 1902. Segundo Pinheiro (2015a), esta firma foi criada especificamente para a construção e exploração do porto de Manaus, ficando por 60 anos no comando do mesmo⁵².

Essa onda de privatizações de serviços urbanos foi tendência nacional, afetando, assim, a vida urbana no Brasil, como demonstrou o trabalho de Heloísa de Farias Cruz:

Nesse período da história brasileira, a maioria das atividades do setor de serviços são assumidas pelo capital privado. Mesmo as atividades concebidas enquanto áreas de responsabilidade pública, como transporte urbano, iluminação, limpeza pública e comunicações, foram assumidas por empresas privadas. A grande maioria dessas atividades,

⁴⁸ PEREIRA, 2015, p. 42.

⁴⁹ Ibid., p. 42.

⁵⁰ FENDT JR. Roberto. Investimentos ingleses no Brasil, 1870-1913: uma avaliação da política brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 521-539, jul./set. 1977. p. 521.

⁵¹ Sobre a *Manáos Harbour Ltda.*, ver o trabalho de PINHEIRO, M., 2015a, p. 46-54.

⁵² PINHEIRO, M., 2015a, p. 46-47.

inclusive os serviços de infraestrutura urbana, parecem ter-se constituído enquanto áreas de grande lucratividade do capital⁵³.

Para o Amazonas, o capital estrangeiro, sobretudo inglês, tornou-se o principal responsável pela execução dos projetos de reforma do perímetro urbano de Manaus. Devido à existência de autoridades regionais interessadas em seus serviços, essas entidades atuavam com total autonomia, pouco se importando com as possíveis reclamações oriundas da deficiência dos serviços prestados⁵⁴. E, segundo Pinheiro & Pinheiro (2017), estas empresas “[...] aportaram em Manaus com o objetivo único de auferir lucros máximos e, como regra geral, faziam ouvidos moucos aos reclamos da população e de seus trabalhadores”⁵⁵.

Portanto, reclamações quanto à essas entidades ocorriam com frequência, principalmente nas páginas dos jornais. Dentre eles temos a “Gazeta da Tarde”, que durante o período de 1914, tece críticas à *Manáos Markets* e à *Manáos Improvements Ltd.* sobre seus contratos e má administração dos serviços prestados à população da cidade.

Embora a totalidade dos grandes jornais do período mantivessem vínculos próximos com os grupos econômicos e politicamente hegemônicos, sua posição crítica diante das firmas concessionárias dos serviços públicos era principalmente motivada pelo fato do próprio comércio amazonense se ver sensivelmente prejudicado por muitos desses serviços.⁵⁶

As críticas aos diversos serviços prestados por essas concessionárias podem ser observadas em uma charge publicada em 06 de janeiro de 1912 (figura 1):

⁵³ CRUZ, 1991 *apud* PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 27.

⁵⁴ “Modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais da época, passa a ser o objetivo maior dos administradores locais. Eram necessários que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para aqueles que a visitavam a negócios ou pretendessem estabelecer-se definitivamente. A política seria a transformação de Manaus, defendendo a dominação do grupo que vai geri-la. Este grupo será constituído pelos extrativistas e aviadores, todos ligados ao capital financeiro internacional, com estreita conexão com o poder público local” (DIAS, 2007, p. 28).

⁵⁵ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017. p. 111.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 111.



Figura 1 - Charge “A Gravura do dia”.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 06/01/1912, p.01.

Ao observar a charge (figura 1), tem-se o encontro aparentemente casual entre dois senhores: o que está virado de frente apresenta feição de espanto com a situação a qual ele se depara, que é outro senhor carregando alguns materiais de limpeza. Observando esta cena, o senhor espantando lhe faz uma pergunta: “Onde vae você com esse material todo?”. E o outro, com fisionomia de cansado, responde: “Eu lhe digo: vou ao reservatorio da *Improvements*. Levo um espanador para correr com os carapanans, uma vassoura para affastar o lixo e um balde para apanhar uma amostra de agua suja e hydrometrica...”.

Essa charge permite que tiremos algumas conclusões sobre como estava o reservatório da empresa responsável pela distribuição de água e captação de esgoto da cidade: abandonado, cercado de lixo e provavelmente de mato, sendo um local de foco de proliferação de carapanãs⁵⁷ e outros insetos responsáveis por disseminar doenças, tais como a malária, febre amarela e beribéri. A população local era afetada, sobretudo a mais pobre, com as deteriorantes condições de higiene.

Na mesma edição do jornal, em artigo de primeira página com o título “*A Manãos Improvements* esta abusando da paciência do povo”, o periódico denunciava a empresa que “[...] começou a cobrar, por hydrometro, a agua suja; os pobres foram escolhidos para ser as primeiras victimas da ganância do polvo”⁵⁸.

⁵⁷ Carapanãs é um nome regional brasileiro dado aos mosquitos sugadores de sangue, principalmente na Região Norte do Brasil. São conhecidos em outras unidades federativas do Brasil como *muriçoca*, *pernilongo*, *sovela* ou *mosquito-prego*.

⁵⁸ *Jornal do Commercio*, 06/01/1912, p.01.

A *Manáos Improvements Ltd.* tornaria a aparecer em destaque, no comentário “[...] os pagamentos relativos ao fornecimento de água em atraso foram punidos com o corte de serviço inicialmente realizados pelos policiais civis e militares nas residências, mas logo os policiais civis recusaram a tarefa por estarem em situação de igualdade com os demais moradores”⁵⁹.

Pinheiro & Pinheiro (2017) ainda acrescentam que “[...] reagindo ao avanço da crise, as empresas concessionárias dos serviços públicos passaram a buscar a realização de seus lucros por meio de um combate mais sistemático aos atrasos e ao não pagamento das taxas, além de majorá-las indiscriminadamente”⁶⁰.

Além disso, os autores destacam que “[...] insuflada com notícias diárias dos jornais de oposição. A ira popular avançou também sobre o governo de Jonathas Pedrosa, acusado pelos jornais de ser governador corrupto e insensível para com as demandas da população”⁶¹.

Tal situação gerou um grande movimento unificado entre parte da população da cidade, que estava insatisfeita, e policiais civis, levando a dois dias de “[...] tumultos e motins” – 15 e 16 de junho. A sede do escritório da empresa foi invadida, com a quebra de objetos, destruição de arquivos e o incêndio do escritório da *Manáos Improvements Ltd.* Este movimento não ficou apenas direcionado à empresa, pois também houve o empastelamento de jornais tanto da situação quanto da oposição, como “O Tempo”⁶², “Folha do Amazonas”⁶³ e a “Gazeta da Tarde”⁶⁴.

A multidão assistia calma e desarmada aos incêndios, ateados a Rua Municipal e na Avenida Eduardo Ribeiro, de frente das Topografias d’O Tempo e do jornal de Manáos, quando chegou a notícia dos

⁵⁹ FEITOSA, Orange Matos. **A sombra dos seringais: Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. 223 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 142.

⁶⁰ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 153.

⁶¹ *Ibid.*, p. 153.

⁶² *O Tempo* era um jornal diário (exceto segunda-feira), matutino, ligado ao Partido Republicano Conservador. Tinha como diretores Senador Henrique F. P. de Azevedo, Francisco Telles da Rocha (tesoureiro), Desembargador Agapito Pereira (Diretor-político), Henrique Rubim e Jonathas Pedrosa (Diretor-político). Circulou na cidade de Manaus no período de 1913 a 1917.

⁶³ *Folha do Amazonas* era um jornal diário matutino, que representava o Partido Republicano Conservador. Tinha como editor Lionel Garnier, e diretores H. Antony e Senador Silvério Nery (diretor-político). Circulou em Manaus no período de 1910 a 1915.

⁶⁴ *Gazeta da Tarde* era um jornal diário (exceto às segundas-feiras), vespertino, que se auto denominava “jornal independente”. Em seu primeiro número, dirige aos leitores a sua mensagem editorial: “*Jornal de linha ideológica-política, sem compromisso, imparcial (...) somos combatentes a peito descoberto*”. Suspendeu a publicação em 29 de março de 1913, no número 15, voltando a circular em 25 de abril com o número 17. Após nova suspensão de 1º a 4 de julho de 1913, foi empastelado na madrugada de 16 de julho, voltando a circular em 8 de outubro de 1913. Durante o ano de 1914 sofreu quatro empastelamentos, além de vários atentados contra seu diretor. Em 1915 circulou com editorial denominado “GAZETINHA” onde constava a opinião sobre os mais variados assuntos, com destaque para a guerra. Circulou na cidade de Manaus no período de 1913 a 1923.

empastelamentos ao quartel do 46º batalhão de caçadores, onde se achava o Sr General Comandante da Região. Esta autoridade imediatamente mandou dispensar o povo. Uma força de linha desceu a Rua José Clemente e, encontrando na avenida a massa popular procurou dispersa-la e, não conseguindo desde logo, descarregou as suas armas, ferindo três populares. Um desses feridos faleceu ontem na Santa Casa de Misericórdia⁶⁵.

Segundo Adhemar Lourenço da Silva Jr. (1994) “[...] o tumulto puro não existe empiricamente. Se assim o fosse, sua irreduzível irracionalidade não nos permitiria tomá-lo como objeto cognoscível”⁶⁶. Desta forma “[...] os pesquisadores que tomam tumultos empíricos como objeto, ao mesmo tempo que apontam seu caráter comunitário, tradicional e ritualístico, também apontam conexões de sentido nesses fenômenos”⁶⁷.

Silva Jr. comenta ainda o fato de

Que o motim, o tumulto, mesmo sendo um arcaísmo, uma sobrevivência de uma prática comunitária tradicional na Inglaterra ou na França, segue existindo no século XIX (e mesmo XX), configurando mesmo o que os pesquisadores de tradição marxista denominam consciência (ou experiência) de classe⁶⁸.

Assim sendo, as ondas de tumultos e motins controlados de forma violenta por parte do governo além da “[...] paralisação temporária das cobranças e cortes do abastecimento de água, serenaram os ânimos na cidade, mas o ressentimento ficou ainda latente entre os moradores e os trabalhadores”⁶⁹.

Entretanto, isso só iniciou outra disputa, agora entre o governo Estadual e a concessionária, pois segundo Feitosa (2015) “[...] a Companhia por meio de sua matriz solicitou indenização pelos danos causados à empresa e assinou outro contrato com Estado se comprometendo a reduzir as taxas e expandir a rede d’água aos subúrbios mais populosos desta cidade”⁷⁰. Mesmo com este novo discurso, o governo rescindiu o acordo no mês seguinte “[...] assumindo assim a prestação de serviços da companhia”⁷¹.

Porém, a *Manáos Improvements Ltd.* não aceitou de bom grado a atitude tomada pelo governo do estado, o que culminou por acionar “[...] a embaixada inglesa para intervirem junto ao governo federal por meio do ministro da Fazenda Rivadavia Correia que, em 2 de fevereiro de 1914 telegrafou ao governador Pedrosa e solicitou

⁶⁵ Jornal *O Amazonas*, 14/06/1913 apud PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 154.

⁶⁶ SILVA JR., 1994, p. 22.

⁶⁷ Ibid., p. 22.

⁶⁸ Ibid., p. 23.

⁶⁹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 155.

⁷⁰ FEITOSA, 2015, p. 143.

⁷¹ Ibid., p. 144.

uma solução”⁷². Este entrave entre a Companhia e o governo do estado “[...] estava lançando o Brasil ao descrédito no estrangeiro”⁷³, por isso o governador permitiu a retomada dos serviços pela concessionária. Esta pendência só terminou “[...] em 1916 com assinatura de um contrato definitivo”⁷⁴.

Observa-se que os acontecimentos na Manaus da década de 1910 não eram tão somente fruto da crise da economia gomífera, e sim uma conjuntura de fatores internos e externos à cidade. Desta forma, trabalharemos os impactos econômicos ligados à situação da produção da borracha – já em dificuldades em períodos anteriores e que tem uma piora com mudanças de mercado que começam a influenciar neste produto –, e às dificuldades por que passava a própria economia do país, piorando ainda mais a situação não apenas do estado do Amazonas, mas de muitos outros.

Além de constatar as questões político-oligárquicas locais, podemos considerá-las fator gerador de crise na região. Essas questões interferiam em questões econômicas, devido à grande influência das oligarquias que controlavam a produção da borracha e que também estavam ligadas aos partidos políticos locais e nacionais⁷⁵, gerando, assim, uma ligação entre político e econômico, e impactando na sociedade local.

1.1.1 OS IMPACTOS DA “CRISE” ECONÔMICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE MANAUARA.

Dentre as dificuldades encontradas no estado do Amazonas, uma tem destaque dentro da historiografia: a crise econômica ocasionada pela queda da produção gomífera silvestre, já comentada anteriormente. Mas quando se fala em crise, é necessário perceber que ela não apareceu do nada, havendo, em algum momento, um princípio. Em que momento isso ocorreu? Alguém foi o responsável? E quem sofreu mais com essas dificuldades?

No caso da primeira indagação, existem alguns estudos produzidos por pesquisadores sobre este período, trabalhando tanto com uma visão mais macro, assim como com questões mais micro relacionadas a este tema. Entretanto, há aqueles

⁷² Ibid., p. 144.

⁷³ FEITOSA, 2015, p. 144.

⁷⁴ Ibid., p. 144.

⁷⁵ Ver os trabalhos de SANTOS, Eloina Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. 3. ed., rev. Manaus: Valer, 2001; DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o paiz das seringueiras**: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998; FEITOSA, 2015.

trabalhos ligados a uma tradição historiográfica apologética, dentre os quais podemos destacar os de Agnello Bittencourt⁷⁶, Genesino Braga⁷⁷, Mário Ypiranga Monteiro⁷⁸, Antonio Loureiro, dentre outros. Assim como há alguns estudos que buscaram sintetizar este período, como o da pesquisadora Ana Maria Daou⁷⁹.

Os escritos de Antonio Loureiro⁸⁰, para este princípio de trabalho, trazem algumas contribuições interessantes, principalmente sobre o aspecto de delimitações de marcos temporais, sobre os períodos de crise que a cidade passou, assim delimitando o período mais delicado da crise. Porém, devemos ter cuidado e procurar fazer análises críticas a este trabalho, buscando cruzar suas informações com outros trabalhos produzidos.

Com essa finalidade, utilizaremos outros dois trabalhos com temáticas paralelas à abordada por Loureiro (2008), que são o de Roberto Santos⁸¹ e Barbara Weinstein⁸², ambos ligados a uma visão da história conexas a questões econômicas. Além disso, utilizaremos o trabalho produzido em uma parceria entre Maria Lígia Coelho Prado e Maria Helena Rolim Capelato, que traz um pouco dessa visão mais macro dos acontecimentos no período trabalhado.

E, dentro de uma visão mais crítica da história e da historiografia de Manaus neste período da crise da borracha, temos Francisca Deusa Sena da Costa⁸³, Maria Luiza Ugarte Pinheiro⁸⁴, Paulo Marreiro dos Santos Junior⁸⁵, Leno José Barata Souza⁸⁶ e Edineia Mascarenhas Dias⁸⁷, que apresenta a perspectiva da Nova História Social, trazendo novas abordagens e novas possibilidades metodológicas de estudo para o período.

⁷⁶ BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do estado do Amazonas**. Manaus: ACA/ Fundo editorial, 1985; _____. **Aspectos sociais e políticos do desenvolvimento regional**. 2. ed., rev. Manaus: Ed. Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2001.

⁷⁷ BRAGA, Genesino. **Chão e graça de Manaus**. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1995.

⁷⁸ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Carros e carroças de bois: subsídios para a história social do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1984.

⁷⁹ DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

⁸⁰ LOUREIRO, Antônio. **A grande crise**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2008. (Série Memórias da Amazônia).

⁸¹ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

⁸² WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1993.

⁸³ COSTA, F., 2014.

⁸⁴ PINHEIRO, M., 2015b.

⁸⁵ SANTOS JR., Paulo Marreiro dos. **Cotidiano da suspeita: etnia e criminalização na Belle Époque amazonense: portugueses, índios, tapuios, cabocos e nordestinos, 1890-1920**. 335 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁸⁶ SOUZA, Leno José Barata. **Vivência popular na imprensa amazonense do início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

⁸⁷ DIAS, 2007.

Crise econômica

Iniciaremos a fala observando os cenários de crises, que ocorreram no princípio da primeira década do século XX na cidade de Manaus, ou seja, nos anos de 1901 e 1908. Santos⁸⁸ e Loureiro⁸⁹ explicam que todas as crises anteriores a 1908 haviam sido especulativas, relacionadas à monopolização das compras ou das vendas, ou boicotes dos consumidores finais. Loureiro (2008) ainda reitera que nos anos de 1907 e 1908 a região teria sofrido uma subcrise por conta da concorrência asiática, e que a grande crise se deu a partir de 1908 e se estendeu até 1916⁹⁰.

Contudo, durante os períodos de 1909 a 1910, ocorreu um período de euforia, intercalado com uma nova situação de crise em 1911, onde se “[...] manteve a falsa impressão de que a crise poderia ser superada por métodos artificiais de amparo aos preços ou da criação de um órgão estatal protetor”⁹¹. Sobre esta questão, as pesquisadoras Maria Lígia Coelho Prado e Maria Helena Rolim Capelato reforçam que, durante esse ano “[...] foi criado um sindicato de ‘valorização’ do produto pelos membros da Liga dos Aviadores⁹², com o apoio do Banco do Brasil, à semelhança da medida realizada com o café”⁹³. Porém,

Não se levou em conta, todavia, a situação privilegiada que, na época, o café desfrutava no mercado mundial, em contraposição à situação em que se encontrava a borracha brasileira, ameaçada cada vez mais pela produção asiática. Tentou-se estocar a borracha, aguardando preços melhores; entretanto, os preços não subiam, a produção asiática continuava entrando no mercado, a borracha corria o risco de deterioração e os recursos do Banco do Brasil eram escassos. Portanto, os resultados obtidos foram nulos e a iniciativa se constituiu num fracasso absoluto⁹⁴.

Entretanto, no ano de 1912, o governo federal idealizou o Plano de Defesa da Borracha, seguindo sugestões dos governos do Pará e do Amazonas. Este plano havia sido submetido à apreciação do Congresso Nacional em setembro do ano anterior,

⁸⁸ SANTOS, R., 1980.

⁸⁹ LOUREIRO, 2008.

⁹⁰ Ibid., p. 15-16.

⁹¹ Ibid., p. 12.

⁹² Ver o trabalho de AVELINO, Alexandre Nogueira. **O patronato amazonense e o mundo do trabalho**: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919). 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

⁹³ PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **III. O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 302.

⁹⁴ Ibid., p. 302.

quando foi nomeada uma comissão para estudar a questão. O projeto elaborado foi apresentado à Câmara em fins de 1911 onde

A comissão observou que não se tratava de uma tentativa de valorização do produto – a borracha não tinha até aquele momento causas naturais de depreciação – e sim de um plano de defesa, já que a borracha vinha sendo objeto de audaciosa especulação dentro e fora do país, em prejuízo do produtor e do comerciante da Amazônia. O que o plano pretendia era obter nos mercados mundiais cotações que fossem ditadas pelas necessidades do consumo⁹⁵.

Pois, no ano da promulgação do Plano de Defesa da Borracha (1912), “[...] o deputado amazonense Luciano Pereira sugeria que a carestia de vida no Valle do Amazonas era uma das principais razões da crise e, as causas dela seriam os altos impostos de importação e exportação”⁹⁶ principalmente sobre “[...] as taxas cobradas sobre os gêneros de primeira necessidade”⁹⁷. Assim, a partir do ano de 1913, verifica-se a lenta agonia da borracha natural silvestre até que em 1915 se percebeu que “[...] os efeitos da crise da borracha, conjugados àqueles causados pela 1ª Guerra, geraram uma composição urbana que não se pode analisar numa trajetória com as décadas de 1890 e meados da de 1910”⁹⁸.

Essa oscilação não era resultante apenas das dificuldades financeiras da produção de borracha ou da questão da guerra, mas estes, combinados às questões político-oligárquicas e sociais pelas quais a cidade atravessava, geraram uma avalanche sobre àqueles com olhares arrogantes e todos os outros que estavam em seu caminho. Desta forma “[...] a crise econômica veio seguida de crises políticas, pois começavam a surgir dissensões dentro do Partido Republicano Conservador”⁹⁹.

Crise política

Chegamos, assim, ao segundo ponto: quem seriam os responsáveis por esta crise econômica e política? Como exposto anteriormente, esta crise não ocorreu uma única vez. A cidade passava constantemente por problemas financeiros, como o jornal o “Correio do Norte” noticia em suas páginas:

Com as centenas de milhares de contos de réis arrecadados pelo fisco amazonense, nesses 16 anos, se tivesse havido critério e honestidade

⁹⁵ PRADO; CAPELATO, 1997, p. 302.

⁹⁶ FEITOSA, 2015, p. 155.

⁹⁷ Ibid., p. 155.

⁹⁸ COSTA, F., 2014, p. 34.

⁹⁹ SANTOS, E., 2001, p. 38.

na sua applicação e ás obras a realizar-se presidisse a indispensável orientação scientifica, Manáos seria hoje uma das mais bellas cidades do Brasil e a ama dos homens políticos que têm dirigido este Estado seria outra muito differente da actual, humilhante para elles e para todos nós que habitamos esta região. [...] Não há em todo o Estado quem passe desaogadamente, pertença ao commercio, á magistratura, ou ao funcionalismo, exceto os apaniguados do governo, para os quaes sempre se encontra algum dinheiro nos magros cofres do thesouro¹⁰⁰.

Essa situação evidencia que parte das dificuldades financeiras do estado durante os primeiros anos do século XX foram devido à questões administrativas e interesses particulares, não muito diferente da década de 1910.

A pesquisadora Eloína dos Santos destaca que a queda dos preços da borracha marginalizava a Amazônia, empobrecendo cada vez mais as oligarquias dominantes na região. Essa situação provocava divergências entre os grupos ou facções manipuladores do poder, a serviço de seus interesses particulares¹⁰¹.

Praia apresenta ideia parecida, pois as representações contidas nos discursos ideológicos elaborados por intelectuais a serviço das elites locais foram dominadas pelo passado áureo da borracha e pela implacável decadência do presente. Desta forma, tentavam resgatar a modernidade e a cidade idealizada das elites, como uma tentativa de reaver os benefícios de outrora¹⁰², gerando assim uma crise de hegemonia dentro do estado. Prado e Capelato comentam que,

No caso específico da borracha brasileira, sua ruína se explica não apenas pelo mecanismo do sistema em que se insere, mas também por fatores internos. Os representantes políticos da Amazônia nunca conseguiram consolidar uma política de defesa da borracha. Além disso, os lucros auferidos na região foram canalizados para o consumo, não concorrendo para a transformação das condições existentes¹⁰³.

Consequentemente, percebe-se uma prática perigosa nas unidades gestoras do estado, culpado pela má administração e pela falta de investimentos que beneficiassem a cidade e não apenas a um grupo específico, como nos colocam as autoras acima citadas. Além disso, haviam as constantes disputas travadas entre as próprias elites locais, que geravam um grande prejuízo para a cidade. Essas disputas hegemônicas se tornavam mais caóticas nos períodos de eleições para o governo, como nas de 1909, 1912 e 1916 para a cidade de Manaus, e também para Belém, no ano de 1912. No caso de Belém,

¹⁰⁰ *Jornal Correio do Norte*, 25/04/1906, p.01.

¹⁰¹ SANTOS, E., 2001, p. 36.

¹⁰² PRAIA, Benta Litaiff. **A crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. p. 23-24.

¹⁰³ PRADO; CAPELATO, 1997, p. 307.

Em agosto de 1912, Lauro Sodré, candidato único das três facções à eleição governamental que se realizaria em dezembro, veio às pressas do Rio para tentar a reconciliação dos grupos e superar um impasse surgido. Mas, nem mesmo o antigo líder republicano conseguiu pacificar as animosidades. Um dos grupos fez tudo para acirrá-las. A simulação de um atentado a Lauro Sodré foi o estopim para que entrasse em funcionamento o dispositivo de violência preparado contra as propriedades e a pessoa de Lemos no dia 29 de agosto. O ataque começou com intenso tiroteio contra o jornal do velho político, cujo belo prédio foi na mesma hora incendiado impiedosamente. Seguiu-se a destruição de sua residência particular e haveres, transformados num monte de ruínas, sua final captura e quase linchamento¹⁰⁴.

Dessa forma, Santos salienta que os desentendimentos entre as três facções do republicanismo paraense, a saber, a “lemista”¹⁰⁵, a “laurista”¹⁰⁶ e a “coelhistas”¹⁰⁷, eram responsáveis pelos atos de violência entre esses grupos, pois “[...] não era difícil movimentar uma parte da massa de trabalhadores expulsos do mercado pela queda da borracha, de funcionários descontentes e de eleitores sectários incessantemente trabalhados por editoriais que pediam sangue”¹⁰⁸.

Em Manaus a situação era semelhante, pois as oligarquias políticas dominantes no estado durante esse princípio de século XX eram as famílias Nery e Bittencourt. Durante esse período, Antônio Bittencourt foi vice-governador no quadriênio de Constantino Nery (1905-1908) -- Partido Republicano Federal -- quando se elegeu governador, tendo como seu vice o desembargador Antônio de Sá Peixoto.

Porém, o antigo acordo de ter um membro ligado a família Nery no poder não foi seguido por Bittencourt quando este colocou no comando do município seu próprio filho, Agnello Bittencourt, monopolizando os poderes públicos do estado¹⁰⁹. Tal ato contrariou os Nery, iniciando uma feroz disputa política que, segundo Souza e Santos, acalorou os debates entre os grupos durante a convenção do Partido Republicano Federal, no dia 11 de fevereiro de 1910, na qual visavam destituir o ex-governador Silvério Nery do comando do Partido¹¹⁰.

Segundo Santos, essas divergências “[...] entre Silvério Nery e Antônio Bittencourt, as quais resultaram na cisão do partido, originando-se então a facção

¹⁰⁴ SANTOS, R., 1980, p. 245.

¹⁰⁵ Partidários de Antônio José de Lemos, que foi intendente de Belém entre 1897 a 1911, e responsável pelo desenvolvimento urbano da cidade de Belém.

¹⁰⁶ Partidários de Lauro Sodré, que governou por duas vezes os Estado do Pará, nos períodos de 1891 a 1897 e 1917 a 1921.

¹⁰⁷ Partidários de João Antônio Luís Coelho, que governou o Estado do Pará no período de 1909 a 1913.

¹⁰⁸ SANTOS, R., op. cit., p. 245.

¹⁰⁹ SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. *Revista Tempos Históricos*, v. 14, n. 2, p. 106-133, 2010. p. 124.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 127; SANTOS, E., 2001, p. 39.

política liderada [...]”¹¹¹ por Antônio Bittencourt que “[...] embora situacionista, em nível local, não contava com o apoio de Pinheiro Machado, líder da bancada rio-grandense-do-sul e que efetivamente influía na política nacional”¹¹².

Em decorrência a esses desacordos oligárquicos, no dia 08 de outubro de 1910 ocorreu

[...] o bombardeio da cidade de Manaus por forças federais incentivado pelo vice-governador Sá Peixoto que, há meses, pedia intervenção federal no Estado. Ainda que fosse da situação a nível local, Bittencourt não contava, diferentemente dos Nerys, com o apoio das principais forças políticas do país¹¹³.

Após estes fatos, Bittencourt viu-se forçado a renunciar, sendo, porém, reconduzido ao cargo devido a um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. Essa manobra instigou a continuidade das disputas entre os grupos oligárquicos.

Na Bahia, segundo Aldrin Castellucci, ocorreu situação semelhante levada também por conflitos oligárquicos locais, onde:

As antigas oligarquias ligadas ao PRB tentaram resistir e o governador Araújo Pinho, pressionado, renunciou ao cargo faltando uma semana para pleito. O conflito acabou levando à dualidade de legislativos; tropas foram mobilizadas e outras foram requeridas pelo juiz federal Paulo Fontes para impedir a transferência da Assembléia Estadual. Finalmente, em 10 de janeiro de 1912, as coisas tomaram contornos nunca vistos, tendo Salvador sido bombardeada por forças federais, que intervieram com vistas a submeter os governistas¹¹⁴.

Neste caso da Bahia, o vitorioso foi J. J. Seabra, que fazia parte do PRD (Partido Republicano Democrata). Já no estado do Amazonas, no dia 14 de julho de 1912 foram realizadas eleições para o Governo do Estado, apresentando-se uma chapa única e, portanto, não ocorrendo disputas devido manobras políticas decididas pelo Partido Republicano no Rio de Janeiro¹¹⁵. Tínhamos, desta forma, Jonathas de Freitas

¹¹¹ SANTOS, E., 2001, p. 39. Cf. FEITOSA, 2015, p. 110-129.

¹¹² Ibid., p. 40.

¹¹³ SOUZA, 2010, p. 127.

¹¹⁴ CASTELLUCCI, 2004, p. 158.

¹¹⁵ Durante esse período a Primeira República, principalmente em sua segunda fase, foi marcada por diversos arranjos políticos e dentre os principais teremos a chamada “Política dos governadores”, definida como o “arranjo político idealizado pelo presidente Campo Sales, como forma de viabilizar o apoio necessário ao desenvolvimento de suas ações de governo”. Maria de Resende reitera que “na análise da política dos governadores inclui-se, também, a dinâmica do jogo de interação entre o poder do Estado nacional e os interesses oligárquicos coincidentes ou conflitantes”. Cf. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89-120. (O Brasil republicano; v. 1).

Pedrosa¹¹⁶, indicado para governador, e Guerreiro Antony¹¹⁷, para vice-governador. Porém, essa situação não se manteve devido às eleições para o Congresso Estadual e para o Senado Estadual.

Contudo, as juntas apuradoras reconheceram, apenas, os candidatos eleitos pelas mesas dos partidários do governador Bittencourt, em exercício. Em decorrência desta divergência, a 15 de dezembro, tomaram posse duas Câmaras diferentes, uma situacionista e outra da oposição, estabelecendo-se uma dualidade.

A 22 de dezembro, Bittencourt foi deposto por um grupo de oficiais da Polícia Militar, que entregaram o governo a Pedrosa, a 1º de janeiro de 1913, que, ao assumir, deu por encerrado o acordo, empossando os deputados oposicionistas e promulgando uma nova Constituição, na qual eram abolidos o Senado Estadual e o cargo de vice-governador. Os atingidos entraram com os recursos legais, mas apesar da vitória não foram atendidos pelo governador¹¹⁸.

Porém, essas querelas políticas permaneceram, principalmente por parte de Guerreiro Antony que “[...] através de seu jornal *O Liberal*, criticava a oligarquia Pedrosa, que manipulava o Poder”¹¹⁹, provocando desta forma “[...] o acirramento das rivalidades manifestadas em atos de violência, como as tentativas malogradas de 15 de junho de 1913 e de 19 de agosto de 1915”¹²⁰. Que seria o caso da *Manáos Improvements Ltd.*, onde

[...] o governo sugeriu que a sedição foi tramada por seus opositores políticos, que manipularam a ignorância dos soldados seduzidos por promessas enganosas e os fizeram rejeitar uma solução pacífica, sendo por isso necessário metralhar o quartel¹²¹.

Entretanto, neste caso, há a possibilidade “[...] que seus opositores tenham aproveitado as circunstâncias para executar seus planos contra o governo. Todavia, a Companhia era relapsa na prestação de serviços desde sua instalação em Manaus”¹²². Além do mais, “Pedrosa tornou público seu apoio aos Nerys e sua franca oposição a Bittencourt, na ocasião do bombardeiro de Manaus em 1910”¹²³.

Segundo Santos, outra tentativa frustrada ocorreu quando o Coronel Guerreiro Antony investiu contra o grupo da situação, o que resultou em um atentado contra a sua pessoa, levando a polícia civil e militar a sair “[...] às ruas para reprimir qualquer

¹¹⁶ Foi governador do Estado do Amazonas de 1913 a 1916, além de senador pelo mesmo estado de 1898 a 1913.

¹¹⁷ Coronel Antônio Guerreiro Antony, político amazonense, foi membro do Partido Republicano Liberal e vice-governador do Estado do Amazonas. Foi também diretor-político do jornal *O Liberal*.

¹¹⁸ LOUREIRO, 2008, p. 159.

¹¹⁹ SANTOS, E., 2001, p. 44.

¹²⁰ Ibid., p. 44.

¹²¹ FEITOSA, 2015, p. 143.

¹²² Ibid., p. 143.

¹²³ Ibid., p. 143.

iniciativa contra o situacionismo. Houve emboscadas, prisões, feridos e mortos”¹²⁴. Santos reitera que durante o governo de Jonathas Pedrosa (1913-1917), este sofreu forte oposição de Guerreiro Antony e de sua facção política¹²⁵.

Novamente aqui, encontramos similaridades com outro estado da federação com relação às disputas oligárquicas, pois segundo considerações de Castellucci “[...] diferentemente do que ocorreu no centro-sul do país, na Bahia não surgiu uma oligarquia hegemônica que fosse capaz de assegurar a estabilidade das instituições do novo regime”¹²⁶, como podemos observar também no estado do Amazonas, com essas mudanças constantes de grupos oligárquicos. Tal qual a Bahia, essa “[...] acirrada competição fazia da política uma área de conflitos muito intensos e, por vezes, sangrentos”¹²⁷, como podemos observar nos fatos relatados nas páginas anteriores.

Durante o governo de Pedrosa, a crise se agrava dia a dia, e “[...] tanto no sertão amazônico, quanto nas principais cidades amazônicas, teve início um processo de retorno de população que, todavia, foi incompleto”¹²⁸. Nas “[...] cidades, e em especial em Manaus, a consequência imediata do colapso da borracha foi o fechamento de inúmeros postos de trabalho, causando preocupação e desespero entre a população”¹²⁹. Paralelamente a isso, tínhamos essas disputas oligárquicas locais que prejudicavam ainda mais a condição da população que ficava no meio do fogo cruzado.

Boa parte das animosidades durante o governo se concentraram, basicamente, nos periódicos que cada grupo oligárquico possuía, ou sob os quais tinha determinada influência¹³⁰. Além de tentar solucionar os problemas internos, Pedrosa teve que se preocupar também com problemas externos com o estado do Pará, envolvendo questões de limites entre os dois estados, além de questões alfandegárias que se iniciam durante o seu governo, estendendo-se até o governo de Alcântara Bacellar¹³¹.

É no meio desse conflito que, no início do ano 1917, irá ocorrer mais um ato que marcará essas disputas sangrentas entre as oligarquias locais. Neste ano ocorreriam as eleições para o governo do estado onde “[...] a facção Nery e a facção Pedrosa” conseguiriam eleger seu candidato, Pedro de Alcântara Bacellar¹³², “[...] enquanto a

¹²⁴ Jornal *A Imprensa*, 20/08/1915 *apud* SANTOS, E., 2001, p. 44.

¹²⁵ SANTOS, E., 2001, p. 43.

¹²⁶ CASTELLUCCI, 2004, p. 159.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 159.

¹²⁸ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 142.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 142.

¹³⁰ SANTOS, E., 2001, p. 44-45.

¹³¹ FEITOSA, 2015, p. 93.

¹³² Pedro de Alcântara Bacellar nasceu em 29 de junho de 1875, em Feira de Santana, Bahia, e faleceu em Manaus, a 21 de abril de 1927. Doutorando-se em Medicina, dirigiu-se ao Amazonas. Fixou residência

oposição deu posse ao general Thaumaturgo de Azevedo, no cargo de governador e a Lima Bacuri, no de vice-governador”¹³³. No entanto, Bacellar “[...] tomou posse, contando com a intervenção das forças federais”¹³⁴.

Porém,

[...] naquela tarde de primeiro de janeiro de 1917, enquanto acontecia no Palácio do governo a cerimônia de posse do governador Pedro de Alcântara Bacellar, tiros cortaram o ar e bombas de dinamite estouraram por toda parte no centro da cidade, tudo começou com sinal de três foguetes lançados da Avenida Joaquim Nabuco por um grupo da Força Estadual, fazendo os populares vivenciarem mais um dia de sobressaltos¹³⁵.

Santos comenta que a facção de Guerreiro Antony era por todos os meios sufocada, e que “[...] conforme *Boletim* de protesto que circulou no primeiro dia da revolta, percebe-se que a luta se travava violenta entre uma facção e outra”¹³⁶. Guerreiro Antony declarou à imprensa, segundo Santos, que “[...] o movimento de 1º de janeiro de 1917 era exclusivamente dirigido ao ex-governador Jonathas Pedrosa, e ainda assegurou que o movimento não foi mais que um protesto, protesto de sangue e de dor”¹³⁷.

Mesmo diante desse

[...] quadro dramático, era de se esperar que em Manaus os trabalhadores, fragilizados e recém iniciados no processo de organização de classe, recuassem para posições tímidas, aquiescendo diante da pressão patronal por aumento de jornada e retração de salários e empregos¹³⁸.

Entretanto, durante a década de 1910, podemos presenciar uma grande movimentação por parte dos trabalhadores, mesmo durante o período da Primeira Guerra. Vemos um contínuo movimento das classes subalternas disputando espaços, realizando reivindicações, elaborando estratégias para tentar defender-se dos efeitos da crise e “[...] resistindo às propostas de cortes de pessoal e salários com uma onda de mobilizações e greves jamais vista na cidade”¹³⁹.

em Humaitá, no rio Madeira, em outubro de 1905. Entrou na política e exerceu o cargo de superintendente municipal de Humaitá. Foi eleito no dia 14 de junho de 1916, foi reconhecido e declarado Governador do Amazonas pela Assembleia Legislativa a 5 de setembro de 1916. Foi Governador do Estado do Amazonas de 1917 a 1920 (BITTENCOURT, Agnello *apud* SANTOS, E., 2001, p. 45).

¹³³ CASTELLUCCI, 2004, p. 160.

¹³⁴ SANTOS, E., 2001, p. 45.

¹³⁵ FEITOSA, 2015, p. 162.

¹³⁶ SANTOS, E., *op. cit.*, p. 45.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 45.

¹³⁸ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 144.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 144.

É dentro deste contexto, “[...] marcado indistintamente pela precarização da condição operária e pela radicalização de suas lutas espalhou-se desde os primeiros sinais de irreversibilidade da crise, já no início de 1911, até meados de 1918”¹⁴⁰. Dentre essas categorias tínhamos desde “[...] peixeiros e pescadores até operários fabris; passando por estivadores e carroceiros, motoristas e condutores de bondes”¹⁴¹, gráficos, funcionários da limpeza pública, alfaiates e trabalhadores da navegação fluvial¹⁴². Quanto a isso, Costa ressalta que “[...] a respeito de parte das greves da década de 10 e mesmo de 20, um dos principais fatores que as motivaram eram as reivindicações por pagamentos atrasados”¹⁴³.

Somados a esses problemas de ordem política e econômica, presenciavam-se os diversos agentes sociais lutando de maneiras variadas dentro dessa montanha-russa prestes a descarrilar, pois os responsáveis por organizar e solucionar os problemas da cidade dedicavam-se a outras questões de ordem¹⁴⁴, tidas como mais importante que sua população em dificuldades.

É dentro dessa conjuntura apresentada que teremos, para os períodos de 1914 a 1918, os mais diversos impactos que a Primeira Guerra Mundial trouxe para o Brasil e para a região amazônica. Observando que o advento da Primeira Guerra foi um episódio muito além da própria compreensão dos habitantes deste estado -- assim como dos habitantes do Brasil como um todo --, eles se viram em uma situação de escolha tanto política quanto econômica, assim como social. Temos como exemplo a disputa entre “*germanófilos e aliadófilos*”¹⁴⁵. Desta forma, nossa próxima seção irá tratar sobre como a guerra impactou na sociedade manauara como um todo, investigando as mais variadas fontes e tendo como fio condutor principal para isso os periódicos operários (*A Lucta Social*), assim como os da grande imprensa local (*Jornal do Commercio*, *Gazeta da*

¹⁴⁰ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 144.

¹⁴¹ Ibid., p. 145.

¹⁴² No caso dos funcionários da limpeza pública, dos gráficos, dos alfaiates, dos foguistas e dos *chauffers* e bolieiros, serão trabalhados no terceiro capítulo deste trabalho. Para compreender mais sobre esses movimentos que ocorreram durante esse período ver: DIAS, 2007; PRAIA, 2010; COSTA, F., 2014; BARROS, 2015; PINHEIRO, M., 2015a; PINHEIRO, M., 2015b; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017; PINHEIRO, L., 2017b.

¹⁴³ COSTA, F., 2014, p. 61.

¹⁴⁴ Ver os trabalhos de SANTOS, E., 2001; DAOU, 1998.

¹⁴⁵ Termos utilizados para designar aqueles que estavam a favor dos alemães e aqueles a favor dos aliados, no caso os franceses e ingleses. Ver: SILVA JR., 1994; BONOW, Stefan Chamorro. As listas negras e a Grande Guerra: repercussões sobre capital e trabalho germânicos em Porto Alegre. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 280-304, ago./dez. 2010; PIRES, Livia Claro. Os inimigos da nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o “perigo alemão” durante a Grande Guerra (1915-1919). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 62-81, jan./jun. 2015; OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Primeira Guerra e o Brasil*. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). **A experiência nacional: identidades e conceitos de nação na África, Ásia, Europa e nas Américas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 51-78.

Tarde e A Capital), analisando, desta forma, seus discursos e suas posições sobre a Primeira Guerra na cidade de Manaus.

1.2 OS IMPACTOS DA GUERRA NA CLASSE TRABALHADORA DE MANAUS.

A Primeira Guerra teve seu início em 28 de julho de 1914, quando a Áustria declara guerra à Sérvia, o que começa a gerar uma reação em cadeia com diversas declarações de guerra por toda a Europa¹⁴⁶, devido aos diversos acordos econômicos e políticos que cada país possuía um com o outro. Apesar do Brasil a princípio -- em 4 de agosto de 1914¹⁴⁷ -- se declarar neutro no conflito, o país rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha em 11 de abril de 1917. Contudo, sua neutralidade só veio a ser suspensa efetivamente em 1º de junho de 1917, quando dois de seus navios¹⁴⁸ foram torpedeados enquanto navegavam na costa francesa. Ainda assim, somente em 26 de outubro de 1917 o Brasil reconheceu e proclamou o estado de guerra iniciado pela Alemanha¹⁴⁹.

Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill comentam que o Brasil teve participação pouco expressiva no processo e que essa participação ocorreu através de três medidas adotadas, que foram a “[...] abertura dos portos brasileiros aos países aliados, patrulhamento do Atlântico Sul e envio de missão médica à Europa”¹⁵⁰.

¹⁴⁶ Segundo Eric Hobsbawm, a Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça não tiveram participação no conflito. Cf. HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. ed., 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31.

¹⁴⁷ O decreto de neutralidade de 4 de agosto de 1914 é composto por 27 artigos, informando como o Brasil deveria proceder com suas relações com as outras nações que se encontravam em guerra. “Art. 1º - Os residentes nos Estados do Brasil, nacionais ou estrangeiros, devem abster-se de qualquer participação ou auxílio em favor dos belligerantes e não deverão praticar acto algum que possa ser tido como de hostilidade a uma potência em guerra” (*Jornal do Commercio*, 18/08/1914, p. 1).

¹⁴⁸ Os navios torpedeados foram o Tijuca, em 20 de maio de 1917, e o Lapa no dia 22 do mesmo mês. Porém, a situação já se encontrava caótica antes mesmo desses acontecimentos, pois em janeiro de 1916, um navio alemão havia colocado minas no litoral brasileiro, assim como no mês de abril de 1917 o navio mercante Paraná já havia sido torpedeado, na Costa Ocidental da França. Cf. FLORES, Hilda Agnes Hubner; NEUBERGER, Lotário (Orgs.). **I Guerra Mundial: reflexos no Brasil**. Porto Alegre: Ediplat, 2014; DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia**. São Paulo: Contexto, 2016.

¹⁴⁹ FLORES; NEUBERGER, 2014; DARÓZ, 2016; OLIVEIRA, 2017.

¹⁵⁰ LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. História de uma cidade e de seus trabalhadores em tempos de guerra: Pelotas (1914-1918). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 8-21, jan./jun. 2015. p. 9.

Loner e Gill ainda comentam que, mesmo não participando inicialmente do combate “[...] não quer dizer que o país não sofreu com as consequências do conflito”¹⁵¹, pois

A frágil produção industrial brasileira era muito dependente da importação de máquinas, peças de reposição e insumos para seu funcionamento e, quando estes produtos deixaram de estar disponíveis para o país, devido à desorganização da produção europeia, a situação ficou muito difícil para algumas fábricas, que terminaram tendo que diminuir sua produção ou fechar as portas. Com isso, o desemprego e/ou baixos salários afligiram o proletariado durante os anos de guerra¹⁵².

Completando esta ideia, Silva Jr. comenta que essa “[...] declaração brasileira de neutralidade atendeu às exigências de uma racionalidade ímpar. O esforço de guerra das potências viria a restringir o mercado consumidor da agro-exportação brasileira e a adesão a qualquer dos lados acentuaria tais dificuldades”¹⁵³. Além de que “[...] a guerra fez também com que o Brasil passasse a comerciar mais com os Estados Unidos, ao invés da Inglaterra, ou mesmo Alemanha”. Devido a este fato “[...] o Brasil tendeu a seguir a política norte-americana frente à guerra, política essa que levou ao rompimento de hostilidades entre os Estados Unidos e os Impérios Centrais em 4 de abril de 1917”¹⁵⁴.

E é dentro deste contexto que encontramos a cidade de Manaus já debilitada internamente, como vimos anteriormente, buscando sair da crise econômica gomífera e dos problemas político-oligárquicos. A guerra mexeu ainda mais econômica e politicamente com a cidade e sua sociedade, além de prejudicar também o comércio, deixando marcas profundas devido à dependência que Manaus possuía devido ao mercado estar atrelado ao sistema de navegação, que ficou bem afetado nesse período.

Sobre essa questão, Edinea Mascarenhas nos lembra que o comércio de Manaus dependia de muitos “[...] produtos importados dos mais diferentes pontos da Europa e do país”¹⁵⁵, vindos da Inglaterra, Alemanha, França, Portugal, Estados Unidos, assim como do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, etc. e que sua principal porta de entrada era o porto de Manaus. Maria Luiza Ugarte, reitera que essa questão de dependência a produtos externos, ocorreu devido “[...] a

¹⁵¹ Ibid., p. 9.

¹⁵² LONER; GILL, 2015, p. 9.

¹⁵³ SILVA JR., 1994, p. 138.

¹⁵⁴ Ibid., p. 138-139.

¹⁵⁵ DIAS, 2007, p. 39.

ênfase econômica no extrativismo da borracha”¹⁵⁶, que “[...] esvaziou as iniciativas privadas e governamentais de incentivo à produção agrícola”¹⁵⁷. Com exceção dos pescados, “[...] os gêneros de primeira necessidade eram oriundos de outras regiões, o que os encarecia sobremaneira”¹⁵⁸, principalmente neste período da Grande Guerra, afetando assim diretamente a população do estado.

Segundo Praia, a Primeira Guerra Mundial agravou o quadro de crise na cidade, dificultando o transporte e o comércio da região, além de contribuir para a carestia de vida, com a escassez dos gêneros alimentícios importados e com a supervalorização dos preços dos produtos nacionais. Além disso,

Durante a Guerra, a presença de submarinos alemães tornou os mares inseguros, visando impedir o abastecimento da Alemanha e Áustria, a borracha foi considerada contrabando de guerra, fator determinante que ocasionou a proibição de sua exportação, somente dois países figuravam como exceção: a França e a Rússia. A Amazônia devido a sua posição geográfica mais próxima dos grandes centros consumidores, do que o Oriente continuou exportando em volume menor esse produto, especialmente para os Estados Unidos. Os americanos aproveitaram essa circunstância para baixar o preço, a um limite irrisório de 3\$000 réis o quilo para a borracha fina, permitindo de forma precária a continuidade do sistema de aviação reduzido a talvez menos de um quinto em relação aos anos de grande movimento¹⁵⁹.

Durante a Primeira Guerra, distanciou-se a valorização da borracha e a crise persistia de forma acentuada. Sem compradores, os estoques de borracha aumentavam nos armazéns, ocasionando o êxodo da população interiorana do Amazonas para Manaus ou para outros municípios, ocorrendo um crescente aumento da população pobre da cidade. E a situação piora com o passar da guerra, pois

A falta de transportes cada vez mais intensificada, pelas contínuas requisições das autoridades inglesas de seus navios, utilizados na guerra contra a Alemanha dificultavam, o serviço de condução de cargas aos portos brasileiros e posteriormente, aos estados, causando demora e uma série de prejuízos ao comércio e ao povo, que pagava mais caro para obter produtos essenciais à sua sobrevivência.

O momento beligerante aumentava ainda as tensões internas, pois tratava de isolar Manaus do contato com o restante do país ao suspender, os três ou quatro navios do Lloyd Brasileiro que aportavam mensalmente na cidade¹⁶⁰.

¹⁵⁶ PINHEIRO, 2015, p. 79.

¹⁵⁷ PINHEIRO, loc. cit.

¹⁵⁸ Ibid., p. 79.

¹⁵⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/10/1915 apud PRAIA, 2010, p. 35.

¹⁶⁰ PINHEIRO, 2015a, p. 64.

Desta maneira, podemos perceber que a guerra afetou drasticamente o cotidiano e a economia da cidade, pois sua dependência da navegação¹⁶¹ – que no momento estava sendo bloqueada, por falta de navios ou por constantes ataques aos navios de transporte – gerou um sentimento de instabilidade. Para tentar resolver essa situação, surgiram tentativas por parte do governo, desde exigir a interferência do Governo federal neste problema da navegação até a desnacionalização do serviço de cabotagem. Como nos relata o *Jornal do Commercio*:

A Idea, que hontem espendemos, de se pedir ao governo federal que aprestasse os navios da flotilha do Lloyd Brasileiro, afim de substituir os paquetes inglezes e allemães que vão paralyzar a sua navegação entre a Europa, Estados Unidos e norte do Brasil, calou bem no espírito publico.

A Associação Commercial, folgamos em dizel-o, esposou a nossa opinião e uma sua comissão, composta dos srs. Raphael Benoliel, Luiz Eduardo Rodrigues e Waldemar Scholz, procurou para isso tratar ao governador do Estado.

Os representantes da Associação Commercial fizeram ver ao governador que a nossa navegação transatlântica ingleza e alemã é a única que serve a Amazonia. Paralyzada Ella, ao governo federal, a quem pediram o chefe do executivo amazonense interviesse, cumpria utilizar o Lloyd Brasileiro no serviço de navegação entre as praças de Manáos e Belem e as da Europa e Estados Unidos.

A comissão lembrou que esse serviço podia ser feito com uns nove vapores, em viagens, quinzenaes, navegando cinco para a Europa e quatro para a America do Norte. O paquete *Pará*, hoje esperado do sul podia, na opinião dos representantes do nosso commercio, iniciar desde á a linha de Nova York.

A Associação Commercial dirigiu-se também, hontem, telegraphicamente ás suas congêneres do Pará e do Rio, pedindo-lhes que secndem os seus esforços¹⁶².

No texto acima, a Associação Comercial do Amazonas (A.C.A.), através do *Jornal do Commercio*, pede a interferência do Governo federal, substituindo os navios ingleses e alemães por flotilhas do Lloyd Brasileiro: nesse caso seriam utilizadas nove embarcações, número superior ao utilizado pelos navios ingleses e alemães. Segundo Praia, o número de embarcações que aportava com as duas bandeiras variava entre três a quatro, mensalmente. No caso do novo pedido, as viagens seriam quinzenais, com cinco navios com rota para a Europa e quatro para a América do Norte¹⁶³.

Já se passando alguns dias, o mesmo jornal publicou em suas páginas a respeito da situação da navegação para os estados do Norte.

¹⁶¹ Cf. PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. **Para além das chaminés**: memória, trabalho e cidade – a navegação a vapor no Amazonas (1850-1900). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

¹⁶² *Jornal do Commercio*, 02/08/1914, p. 1.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 1.

O espírito publico continua preso, a atenção publica vive voltada tão somente para esse acontecimento terrivelmente assombroso que é a conflagração europeia e que nos vae trazer, toda gente já o alcançou dolorosas consequências.

Felizmente para nós todos providencias estão sendo tomadas, senão no sentido de fazer desaparecer esse asphixiante estado de coisas que pesa sobre nós, que isso é materialmente impossível, pelo menos no afan de o minorar de algum modo.

O operoso representante amazonense na camara baixa do paiz, o dr. Antonio Monteiro de Souza, apresentou, está em nosso serviço telegraphico de hontem, á casa legislativa de que faz parte, um projecto de lei desnacionalizando a nossa navegação de cabotagem.

A proposta do ilustre deputado pelo Amazonas é, na época actual, na emergência em que nos achamos, talvez de grande alcance¹⁶⁴.

Nesta segunda proposta, é apresentado um projeto pelo deputado Antônio Monteiro de Souza, representante do Amazonas na capital federal, com o objetivo de desnacionalizar os navios ingleses e alemães que faziam a rota comercial entre Brasil, Europa e América do Norte.

Percebe-se, desse modo, a tentativa de buscar uma solução para os problemas da região. A equipe era encabeçada pela Associação Comercial, e o governo local conjuntamente com os políticos representantes do Amazonas na capital federal. Estes últimos focavam suas atenções à crise do transporte ocasionada pela guerra, estabelecendo soluções e saídas para sanar este problema da navegação.

Porém, as duas tentativas para buscar resolver esta situação não foram suficientes, pois como veremos no editorial da *Gazeta da Tarde*, de 9 de junho de 1917, as queixas quanto ao comércio marítimo continuavam, porque, como o jornal nos informa, ocorreu um aumento nos valores dos navios, assim como nos valores dos seguros, que dispararam nas regiões do conflito. Além disso, haviam problemas com o frete, o qual até a Europa, antes da guerra, era cobrado 30 francos a tonelada e agora estava alcançando 300 francos por tonelada, prejudicando assim o comércio exportador¹⁶⁵.

O mesmo periódico volta a comentar sobre a falta de transporte para o estado em sua página, onde criticam dizendo que “[...] o silencio do governo do Estado em tal assunto é notório como também porque nenhuma outra iniciativa se acha em campo de ação com o objetivo único de enviar a esta capital um paquete qualquer”¹⁶⁶. Não haviam meios para transportar os principais produtos – a borracha e a castanha -- para os mercados estrangeiros. Como nos informa o governador em seu relatório anual: “A

¹⁶⁴ *Jornal do Commercio*, 11/08/1914, p. 1.

¹⁶⁵ *Jornal Gazeta da Tarde*, 09/06/1917, p. 1.

¹⁶⁶ *Jornal Gazeta da Tarde*, 19/06/1917, p. 1.

conflagração européa fechando aos nossos productos as grandes fabricas da Allemanha, Áustria e BÉlgica, deixou o campo livre ás imposições dos inglezes e norte-americanos, desvalorizando-se por essa fórma o nosso principal artigo de exportação”¹⁶⁷.

E essas imposições dos ingleses e norte-americanos vão ser um ponto constante de críticas por parte do periódico *Gazeta da Tarde*, concentrando-se principalmente sobre os ingleses:

A Inglaterra não tolera o embarque dos nossos productos nem mesmo para os paizes neutros. Um grande carregamento de borracha embarcado do Pará para a Italia, isto é, embarque de um paiz neutro, para outro paiz neutro, para outro paiz também neutro, foi apprehendido, capturado, como contrabando de guerra!!¹⁶⁸.

As imposições feitas principalmente pela Inglaterra, não foram apenas de questões exclusivas das navegações, mas igualmente de algo bem maior. Como nos lembra Stefan Chamorro Bonow,

Em 1915 (portanto, no ano posterior ao começo das hostilidades), o governo britânico lançou mão de uma medida polêmica, que veio a acarretar constrangimentos ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Foi posta em prática a Statutory List, vulgarmente conhecida como Lista Negra (ou Black List). Em virtude dela, os súditos britânicos ficavam proibidos de estabelecer relações econômicas com qualquer individuo ou empresa que tivesse origem em qualquer dos países inimigos – mesmo que estivessem em países neutros¹⁶⁹.

Nesta situação, ficavam como responsáveis por serem os olhos e ouvidos de Sua Majestade os agentes consulares, que seriam encarregados de entregar as listas de nomes dos que desobedeciam. Entretanto Bonow acrescenta que,

As investidas desses cônsules no Brasil extrapolaram os limites usuais de suas atribuições e redundaram em pressão sobre as empresas brasileiras. Uma vez que negociar com alguém da lista ocasionava a entrada na mesma, estava estabelecido o problema. Intimações, exigências e denúncias feitas de modo a desrespeitar sistematicamente a soberania brasileira, se repetiam continuamente. De diferentes estados do Brasil chegavam queixas relatando as pressões sofridas¹⁷⁰.

Todavia, o ano de 1916 foi de tensão nesse meio diplomático, pois nesse ano a *Black List* foi divulgada, e nela constava “Theodor Wille com destaque por ser o representante da diplomacia comercial alemã no Brasil e pela capilaridade dos seus

¹⁶⁷ **Mensagem do Governador do Estado do Amazonas**, Sr. Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1915. p. 72. (Relatório enviado pelo Inspetor do Tesouro do Estado).

¹⁶⁸ *Jornal Gazeta da Tarde*, 22/01/1915, p. 1.

¹⁶⁹ BONOW, 2010, p. 282.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 282.

interesses na economia brasileira”¹⁷¹. Segundo estimativas de Bonow, em torno de quinhentas firmas brasileiras foram citadas na *Black List*.

Nesse mesmo ano de 1916 ocorreu a troca de correspondência entre os ministérios de ambos os estados onde:

O Brasil alertava para que houvesse comedimento e, a seguir, citava um caso relacionado a uma sociedade que seria criada em Manaus a partir da fusão de vinte e uma empresas, mas que havia sido vetada pelo cônsul britânico local. Entre outras questões [...]”¹⁷².

A resposta à representação brasileira junto ao ministério britânico foi que “[...] se comprometia a averiguar possíveis abusos de poder, requisitava uma lista de cada caso, mas que, no de Manaus, a legação britânica julgava procedente a ação de seu cônsul”¹⁷³.

Mesmo com todos os constrangimentos a que as empresas brasileiras eram submetidas “[...] em decorrência da vigilante atuação dos aliados, há de se destacar a diligente atuação do governo brasileiro”¹⁷⁴, pois “[...] em suas denúncias contra a falta de tato no agir para com as empresas sediadas no Brasil, geralmente, se conseguia fazer com que os nomes fossem retirados das listas”¹⁷⁵.

Desta forma observamos que não eram simples questões relacionadas ao econômico ou comercial, como no caso da Lista Negra:

Pode ser observada como sendo um recurso a mais, a serviço da guerra moderna, na qual o esforço pela vitória é mais eloquente, grandioso, já que a mobilização de tropas passa a ser medida por milhões de soldados, a produção industrial se adéqua às necessidades do Estado em conflito e a vida dos civis se molda pela vida daqueles que lutam nos campos de batalha”¹⁷⁶.

Entretanto, essas táticas utilizadas pelos britânicos para convencer o governo brasileiro a ceder à suas pressões -- que incluíam o confisco de bens e dividendos de pessoas físicas e jurídicas, além de nacionalizar empresas inimigas -- não surtiram o efeito esperado. Em contrapartida afetaram bastante a sociedade amazônica, pois a dependência do estado a certos produtos do gênero alimentício de outras localidades -- nacionais e internacionais --, como nos afirmaram Dias e Pinheiro, levou a uma

¹⁷¹ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A Cervejaria Brahma e os investimentos alemães no Brasil durante as duas Guerras Mundiais. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 19, n. 2, p. 244-245, maio/ago. 2015.

¹⁷² BONOW, 2010, p. 282.

¹⁷³ Ibid., p. 282.

¹⁷⁴ BONOW, op. cit., p. 285.

¹⁷⁵ Ibid., p. 285.

¹⁷⁶ BONOW, op. cit., p. 286.

carestia¹⁷⁷ desses gêneros alimentícios, assim como dos derivados de outros produtos oriundos dos países beligerantes.

Outra situação que surgiu nesse período é a de que muitas empresas se queixaram que não estavam cumprindo corretamente os contratos por causa da guerra, pois os gêneros alimentícios não eram fabricados aqui na cidade, sendo importados de outros locais. Como podemos perceber no relatório do governador do ano de 1916:

Continuam arrendados á “The Manáos Tramways and Light C.º Ltd”, os serviços de luz e bondes da cidade. Por motivo de ordem financeira, determinei d diminuição do numero de lâmpadas da iluminação publica, o eu foi feito de modo a prejudicar o menos possível o transito nocturno da cidade. Segundo informa o Engenheiro Fiscal, acha-se retardada, no estrangeiro, a encommenda de carros novos e materiaes necessários á exploração e conservação d’estes serviços, attribuindo-se esse retardamento a se acharem as fabricas respectivas, em sua maioria, occupadas no preparo de material bélico para attender ás encommendas das nações em guerra.

A 27 de Abril próximo findo, terminou a prorogação do praso, concedido por contracto á Companhia, para a construção das duas novas linhas que, partindo, uma, da avenida Joaquim Nabuco, siga pelas ruas Leonardo Malcher, Emilio Moreira, Ramos Ferreira e Visconde de Porto Alegre até encontrar a linha da Cachoeirinha, e outra que, sahindo da rua Leonardo Malcher, suba pela Emilio Moreira até a Villa Municipal, e persistindo, com intensidade os motivos que determinaram a primeira prorogação, aliás agravados pelas difficuldades produzidas no mundo industrial pelo estado de guerra em que se acham as nações mais adiantadas da Europa, deferi o pedido de nova prorogação, por mais dois annos, para a construção das duas referidas linhas¹⁷⁸.

Percebemos, assim, as dificuldades encontradas pelas concessionárias em manter e cumprir o prazo de suas obras pela cidade, prejudicando assim os serviços que tinham de ser realizados no período, sendo, na maioria das vezes, prorrogados pelo governador do estado. Isso causava um grande transtorno para a população citadina que, regularmente, dependia deste serviço prestado pelas concessionárias.

Ainda temos as afirmativas postas por Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill sobre a frágil produção industrial brasileira ainda muito dependente da importação de máquinas, peças de reposição e insumos para seu funcionamento¹⁷⁹. Mesmo que as atividades industriais nos Brasil tivessem sofrido um incremento, “[...] principalmente a partir do processo de substituição de importações, ao mesmo tempo em que esforços

¹⁷⁷ Este tema será trabalhado no segundo capítulo desta dissertação, assim como outros temas relevantes a sociedade manauara durante esse período da Primeira Guerra.

¹⁷⁸ **Mensagem do Governador do Estado do Amazonas**, Sr. Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1916. p. 94-95.

¹⁷⁹ LONER; GILL, 2015, p. 9.

eram enviados para ampliar as exportações de alimentos”¹⁸⁰. Entretanto, Castellucci afirma que

Essa política foi a responsável diretamente pelo desabastecimento interno, por escassez de alimentos e escalada dos preços, movidas não apenas pela circunstâncias ditadas pelo livre mercado, como também por uma especulação desenfreada, tornando ainda mais insuportáveis as condições materiais de vida da classe operária, que, por sua vez, irrompeu em movimentos reivindicatórios em todo o país¹⁸¹.

No entanto, no ano de 1917, a guerra chega de vez ao Atlântico Sul, pois “[...] no dia 31 de janeiro de 1917, a legação brasileira em Berlim recebeu a notificação de que o Reich alemão passaria a exercer um bloqueio marítimo irrestrito”¹⁸², em algumas áreas do Atlântico Norte e “[...] que não se responsabilizaria pelos navios que entrassem na área de patrulha – o que não foi bem aceito pelo governo brasileiro”¹⁸³. E, como temos conhecimento, no dia 11 de abril o Brasil rompeu relações com a Alemanha, iniciando uma onda de protestos, comícios e passeatas pelo país, pois

Quando nações se envolvem em conflitos de grande amplitude, como é o caso de uma guerra mundial, os cidadãos desses países sofrem consequências múltiplas, independentemente do lugar em que estejam. Ou seja, residindo ou não dentro dos limites territoriais dos países em guerra, as populações identificadas com ambos os lados da disputa sentirão os reflexos desse conflito mundial¹⁸⁴.

A guerra, dentro desse aspecto social, trouxe impactos principalmente no estado do Amazonas, quando o Brasil corta por completo as relações diplomáticas com a Alemanha. Essa reação na cidade de Manaus pode ser demonstrada através da convocatória feita pelo advogado Carlos Chauvin na tarde do dia 26 de outubro de 1917, como noticiado pelo *Jornal do Commercio*:

Deante do facto que nos levou à guerra, o nosso confrade Carlos Eugenio Chauvin fez distribuir, hontem, a tarde, pela cidade o seguinte boletim:
Convida-se o povo para uma reunião na praça de São Sebastião, as dezenove horas, afim de apoiar a atitude do governo da Republica, incorporando, definitivamente, a nossa pátria no concerto das nações civilisadas, contra a barbaria germânica, mais uma vez demonstrada

¹⁸⁰ CASTELLUCCI, 2004, p. 97.

¹⁸¹ Ibid., p. 97-98.

¹⁸² BONOW, 2010, p. 285.

¹⁸³ Ibid., p. 285.

¹⁸⁴ PISTOIA, Cristiane Debus. A identidade cultural em evidência. In: FLORES, Hilda Agnes Hubner; NEUBERGER, Lotário (Orgs.). **I Guerra Mundial: reflexos no Brasil**. Porto Alegre: Ediplat, 2014. p. 21.

com o torpedeamento do Macae, Manáos, vinte e seis de outubro de mil novecentos e dezeseite. (a) Carlos Chauvin¹⁸⁵.

No dia marcado, aconteceu um grande ato seguido por muitos discursos, iniciando pelo de Carlos Chauvin:

A hora indicada, grande massa popular estacionava aquella praça. O dr. Carlos Chauvin pronunciou, então, um discurso patriótico enaltecendo a attitude assumida pelo nosso governo e reprovando o attentado soffrido pela integridade nacional. Relembrou os feitos grandiosos do soldado brasileiro e em imagens felizes concitou o povo a applaudir os actos dos governandes da Republica bem como collocar-se na vanguarda, em defesa do symbolo sacrosanto da pátria. O povo applaudiu delirantemente o orador, prorompndo em vivas ao Brasil.

Seguiu-se com a palavra o Sr. Ornellas Camara, que ergueu uma saudação entusiastica ao presidente da Republica e ao Congresso Nacional, sendo muito applaudido¹⁸⁶.

No discurso proferido por Chauvin há uma grande presença do tom patriótico. O rompimento de laços com a Alemanha, país beligerante e bárbaro, fez com que eles conseguissem ser enquadrados como uma sociedade civilizada e correta. Pois “[...] palavras como patriotismo, civismo e brios nacionais ganharam força no terreno discursivo e constantemente foram chamadas para traduzir um sentimento de revanchismo contra a Alemanha e a quem se identificava com esse país beligerante”¹⁸⁷.

E as ondas de patriotismo, misturadas com sentimentos antigermânicos, continuaram ecoando pelos jornais, chamando a população a se juntar a essa luta.

A mocidade amazonense deve correr, pois, aos quartéis, preparar-se no manejo das armas, formar ao lado dessa brilhante plêiade de moços, que constituem o Tiro numero dez, para, na ocasião propícia, defender o território nacional, prompta a aniquillar o inimigo da pátria, impedindo que elle viole o nosso solo e estrangule a alma brasileira. [...]

Para que o povo amazonense fique esclarecido de tudo isso é que se vae realizar, hoje, as dezeseite horas, na praça Oswaldo Cruz, um outro comício patriotico, de applauso a attitude do governo federal.

Pelo verbo inflammado dos oradores serão explicados ao publico, debaixo de toda ordem e respeito, qual o caminho a seguir, quaes os deveres a cumprir¹⁸⁸.

Segundo Silva Jr., essas práticas já estavam ocorrendo e “[...] antes mesmo da declaração de neutralidade, o Brasil reprovara a invasão da Bélgica pela Alemanha, em

¹⁸⁵ *Jornal do Commercio*, 27/10/1917, p. 1.

¹⁸⁶ *Jornal do Commercio*, 27/10/1917, p. 1.

¹⁸⁷ PISTOIA, 2014, p. 25.

¹⁸⁸ *Jornal do Commercio*, 29/10/1917, p. 1.

nota de 4 de agosto de 1914”¹⁸⁹. Demonstrando uma “[...] tendência brasileira a tomar posição em favor dos aliados. Boa parte dos jornais publicava notícias provenientes de agências noticiosas ligadas à *Entente*”¹⁹⁰.

Pires acrescenta que o “[...] início da Primeira Guerra Mundial deu-se nesse contexto político-cultural, e abalou o tempo das certezas”¹⁹¹ e que

A surpresa diante da confirmação do conflito envolvendo as principais potências da Europa, bem como pela violência e pela destruição que se seguia, gerou entre o meio letrado brasileiro uma contestação dos modelos intelectuais daquele continente, dentre os quais se incluíam os pensamentos nacionalistas e os discursos civilizacionais¹⁹².

Durante esse período, em alguns estados do país iriam surgir, principalmente através dos jornais, os chamados discursos *germanófilos e aliadófilos*¹⁹³. Os primeiros, neste caso, “[...] seriam os defensores das ações da Alemanha na guerra, de seu modelo político e cultural”¹⁹⁴, e os do segundo grupo “[...] demonstravam, em geral, apreço pelas expressões culturais britânicas e, sobretudo, francesas. Ressaltavam também, a influência das civilizações clássicas na formação político-cultural dos países modernos”¹⁹⁵.

Tais discursos veiculados pela grande imprensa amazonense também buscavam inflamar constantemente a população através da afirmação de uma identidade nacional que unisse toda a nação brasileira, mexendo com o brio nacional. E essa combinação de sentimentos, misturados com reações antigermânicas se espalhavam pelo Brasil, como nos relata José Giorgis: “Verdadeira multidão percorreu as ruas de Porto Alegre empunhando o pavilhão do Brasil, fazendo uso da palavra vários oradores, produzindo discursos patrióticos. Alguns oradores, ao terminar, deram morras à Alemanha, correspondidos pela multidão”¹⁹⁶.

Na grande maioria das vezes incitados pelos discursos publicados pelos periódicos diários, esses conflitos de opiniões se tornaram mais acirrados quando a Liga

¹⁸⁹ SILVA JR., 1994, p. 139.

¹⁹⁰ Ibid., p. 139.

¹⁹¹ PIRES, 2015, p. 68.

¹⁹² Ibid., p. 68.

¹⁹³ Segundo Livia Claro Pires, “para receber a alcunha de *germanófilos ou aliadófilos* precisava não apenas se expressar simpatia a um dos lados combatentes. Bastava tecer críticas ou mesmo reconhecer algumas qualidades de um dos beligerantes em guerra para que seu autor recebesse a denominação” (PIRES, 2015, p. 62-81).

¹⁹⁴ PIRES, op. cit., p. 68.

¹⁹⁵ Ibid., p. 69.

¹⁹⁶ GIORGIS, José Carlos Teixeira. A Grande Guerra na imprensa de Bagé. In: FLORES, Hilda Agnes Hubner; NEUBERGER, Lotário (Orgs.). **I Guerra Mundial: reflexos no Brasil**. Porto Alegre: Ediplat, 2014. p. 106.

Brasileira pelos Aliados foi fundada, em 19 de fevereiro de 1915 na capital federal, atuando por cinco anos e se utilizando de diferentes estratégias. A principal delas foi “[...] a publicação de boletins na imprensa fluminense, relatando avisos de reuniões, reuniões, divulgação de eventos, correspondências enviadas ou recebidas”¹⁹⁷.

Em seus discursos, tanto escritos como orais, o comportamento da Liga assumia “[...] uma postura crítica as ações do Segundo Reich, a quem culpava diretamente pela eclosão da guerra”¹⁹⁸. E tais atitudes, assumidas muitas das vezes por aqueles que escreviam nas colunas dos jornais e nos *meeting*, levavam frequentemente à incidência de depredações e incêndios, como nos casos que ocorreram em Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul¹⁹⁹. Inclusive, “Cenas semelhantes ocorreram em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, onde o restaurante *Brahma* foi totalmente destruído”²⁰⁰.

No caso do Amazonas, as reações mais enfáticas partiram dos órgãos públicos, assim como do comércio manauara, como podemos observar nas notas produzidas no jornal *A Capital*: “As casas commerciaes brasileiras, estabelecidas em Manáos dispensaram de seus serviços os empregados de nacionalidade allemã”²⁰¹.

Foi demittido o subdito allemão Biermann, que exercia o cargo de contador do Serviço de Aguas do Estado. Substitua-o o Sr. José Franco de Sá, hábil guarda livros e que já exercia sua actividade naquelle departamento publico²⁰².

A Associação Comercial do Amazonas também tomou medidas extremas, como a exclusão, de forma unanime, dos comerciantes de origem alemã de seu quadro de sócios, que era composto por: Ohliger & C^a, Semper & C^a, G. Deffner & C^a, W. Peters, Maxim Holdun, Waldemar Scholtz e Philippe Schlee²⁰³.

Percebemos que parte da população da cidade estava aceitando o discurso produzido pelo jornal. Porém, veremos a seguir que nem todos pregavam o mesmo discurso nem possuíam as mesmas ações, pois a ideia de identidade nacional e de pátria possui outra tonalidade junto aos operários e sindicalistas ligados ao socialismo e anarquismo. Eles se posicionavam contra a guerra e acusavam o governo de estar desviando a atenção dos problemas sociais internos.

¹⁹⁷ PIRES, 2015, p. 71.

¹⁹⁸ Ibid., p. 72.

¹⁹⁹ LONER; GILL, 2015, p. 18.

²⁰⁰ FONSECA, Roberto. A guerra. In: FLORES, Hilda Agnes Hubner; NEUBERGER, Lotário (Orgs.). **I Guerra Mundial: reflexos no Brasil**. Porto Alegre: Ediplat, 2014. p. 235.

²⁰¹ Jornal *A Capital*, 29/10/1917, p. 1.

²⁰² Jornal *A Capital*, 30/10/1917, p. 1.

²⁰³ Jornal *Gazeta da Tarde*, 14/11/1917, p. 2.

Podemos perceber esse fato na imprensa operária do Amazonas, através do jornal operário *A Lucta Social* que traz em suas folhas uma nota sobre o que seria essa “ideia de pátria” na visão dos trabalhadores.

A ideia de pátria é o manancial de todos os dias e de toda a injustiça. Nascida da guerra, impede que os povos se conheçam, se apreciem e se confundam em uma obra de fraternal solidariedade.

Quando as creanças começam a soletrar, aprendem que todos os homens, não compreendidos entre as fronteiras levantadas ao redor do seu país, são inimigos. E’ urgente inculcar e as ideias, porque mais tarde seriam recusadas pela inteligência. A respeito de historia não se ensina ás creanças senão as guerras que se tem sustentado contra as nações, tendo o cuidado de salientar os efeitos guerreiros e atenuar o mal que o inimigo aja causado. O ódio contra o estrangeiro sustenta-se por todos os meios, durante toda a vida, porque para os governantes é um recurso que lhes permite terem á ordem ezercitos dispostos a tudo.²⁰⁴

Percebemos as diferenças entre os jornais da grande imprensa e os da imprensa operária sobre as ideias de pátria e guerra e de como elas eram colocadas aos leitores de seus respectivos jornais.

No caso da ideia de pátria, como vista anteriormente, para os jornais da imprensa amazonense vinha junto também daquela ideia de nação, no caso da construção de um país e sua soberania perante outros países. Eric Hobsbawm não considera nação “[...] como uma entidade social originária ou imutável. A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas usando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno”²⁰⁵.

E, no momento em que este país tinha sua soberania ameaçada, todos os seus cidadãos tinham a obrigação cívica de participar e lutar de todas as formas contra esta ameaça. Devido a isso, houve uma grande quantidade de comícios com a participação de membros importantes da política e da sociedade manauara.

Além dos comícios realizados, a imprensa diária publicava notas e artigos que buscavam inflamar e rememorar feitos – como no caso do artigo que comemorava o feito do “[...] gigante que expulsou de seu territorio os invasores hollandezes, que esmagou a audácia paraguaya, que enfrentou os arreganhos bellicosos de outros paizes, crescendo dia a dia, na admiração do mundo”²⁰⁶. Desta forma podemos presenciar a construção de uma “tradição” de luta por parte do “povo brasileiro” em defesa dessa

²⁰⁴ Jornal *A Lucta Social*, 01/10/1914, p. 2.

²⁰⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p. 18.

²⁰⁶ *Jornal do Commercio*, 29/10/1917, p. 1.

“nação” que ainda nem havia sido criada. Pois, segundo Hobsbawm & Ranger “[...] o objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição”²⁰⁷.

Dessa forma, tais periódicos enfatizavam a ideia de união de toda a pátria, ou como salientado por eles: o gigante expulsou e esmagou todos aqueles que tentaram algum dia o enfrentar. Percebemos a utilização da memória nacional como elemento principal para a construção do discurso produzido pelo jornal para legitimar os atos do Governo brasileiro referente à guerra, assim como o recrutamento e o envio de tropas. Pois essa “[...] referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo”²⁰⁸.

No caso da utilização da memória, o jornal relembra os feitos que ocorreram no período de formação do Estado brasileiro, antes mesmo de se constituir como uma nação republicana, visto que “[...] manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estado), eis as duas funções essenciais da memória comum”²⁰⁹.

Deste modo, eles utilizavam de fatos ocorridos no período da colônia e do Império, como se ambos os casos tivessem ocorridos pelos mesmos objetivos, criando uma nova memória comum sobre os fatos históricos. Segundo Hobsbawm “[...] é que a ‘consciência nacional’ se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país; essa diversidade regional e suas razões foram notavelmente esquecidas no passado”²¹⁰.

Este enquadramento da memória utilizado pelo *Jornal do Commercio* vai de encontro à nota produzida pelo jornal operário *A Lucta Social*, que possui pontos divergentes ao exposto pelo jornal da grande imprensa. O jornal operário demonstrou principalmente que essa ideia de patriotismo e de inimigo, eram construções dos governantes para controle absoluto, dado que o trabalho de enquadramento da memória “[...] se alimenta do material fornecido pela história”²¹¹. E isso ocorre desde a sua infância, para conseguir criar e moldar uma memória social oficial, principalmente,

²⁰⁷ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55). p. 10.

²⁰⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

²⁰⁹ Ibid., p. 9.

²¹⁰ HOBBSAWM, 2013, p. 21.

²¹¹ POLLAK, op. cit., p. 9.

fazendo-os lembrar de grandes feitos, mesmo que esses feitos não tenham ocorridos pelos motivos que eles contam.

Outro ponto de destaque que traz *A Lucta Social* é a visão sobre a guerra e como os trabalhadores deveriam tomar consciência sobre este evento.

Não somos partidários da guerra. A guerra além de imoral é criminosa. Gastam-se nela muitos milhões, que vão enriquecer somente, acionistas de fabricas de material de guerra. Mas, de tudo o mais importante, são as inúmeras vidas que desaparecem.

E' ver as guerras contemporâneas! Quantas vidas ceifadas ou inutilizadas?! Vejamos a Hispano-americana; a Anglo-transvaliana; a recente de Marrocos e ainda a dos paizes balkanicos.

As guerras são iníquas e perversas. E delas só os financeiros tiram lucros fabulosos. [...]

E o operariado, que na guerra morre em favor da *Patria-Estado*, sucumbe agora nas casernas atacado de epidemias, ainda para prover a defesa da mesma *Patria-Estado*.²¹²

Essa declaração ocorre antes do início do conflito. Porém, o jornal exprimia muito das ideias que possuía sobre o que seria a guerra para eles, que seria “[...] imoral e criminosa”, pois os gastos que ocorrem com ela e seus lucros, quem colhe não são os mesmos que semeiam: o lucro exorbitante fica para os acionistas das fábricas de armamentos e outros instrumentos bélicos. E, nessa situação de linha de frente, temos os operários em idade de alistamento e serviço militar, que vão para a guerra. Nesta situação, o jornal cita o exemplo da França, que aprovou o serviço militar por três anos e causou agitação entre a população francesa²¹³.

Porém, Mariana Joffily reitera que, no dia 4 de agosto, “[...] os socialistas votaram unanimemente pela aprovação de verbas militares e pelos projetos de lei objetivando a organização da defesa nacional”²¹⁴. Assim como

Em setembro, a SFIO e a CGT criaram uma Comissão de Ação – integrada também por alguns anarquistas – cuja meta era a defesa da nação francesa, sem deixar de levar em conta as questões operárias. Ainda que o movimento socialista posse internacional, os socialistas franceses não podiam deixar de defender a ‘vocação universal do proletariado francês’ e a ‘missão histórica da França republicana e socialista’. A luta de classes foi substituída pela defesa da nação.²¹⁵

Mesmo com essa intensa participação dos socialistas e de outros grupos em favor da nação, e não propriamente à causa da guerra, ainda haviam “[...] alguns intelectuais e sindicalistas socialistas isolados, originários de grupos políticos variados”,

²¹² Jornal *A Lucta Social*, 01/05/1914, p. 3.

²¹³ Ibid., p. 3.

²¹⁴ JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 34.

²¹⁵ Ibid., p. 34-35.

os quais “[...] procuraram reunir-se a fim de resistir à guerra”. E é sobre esse caso de resistência²¹⁶ que *A Lucta Social* apresenta seu artigo “A guerra e os socialistas”.

Se o momento que atravessamos é de uma grande luta, em que os interesses do capitalismo são postos em duelo, no qual corre o sangue rubro de milhares e milhares de proletários, e da contenda estes só podem tirar de resultado a miséria, também é de luta para os socialistas, não patuando n’essa guerra desesperadora e vergonhosa em que se debate uma grande parte da Europa, afirmando assim as suas convicções de lutadores de um ideal sublime na estrada já percorrida, em que se tem mostrado na propaganda, que a guerra ao capitalismo deve ser a todas as óras, tendo igual campanha o militarismo por representar na sociedade o retrocesso!! [...]

Mas os pregadores socialistas, os que antes, diziam coisas sublimes em bem arquitetados discursos, arrancado das multidões anônimas fortes aplausos, dizendo do burguez em palavras retombantes, o que absolutamente são e do militarismo, que a sua organização representa a tirania, aparecem agora na guerra com armas na mão, patuando e plaudindo o acontecimento d’essa órda de capitalistas, que querem para si o direito de maiores interesses no auferimento de lucros!... [...] Quanto não seria mais nobre n’este momento chamar a si os elementos libertários e de commum acordo tentar um movimento grandioso para atenuar este grande mal!... Digam em repulsa: pegar em armas para defeza dos burguezes não enobrece a ação. Mas levantar um movimento de protesto, e lutar com sacrifício da própria vida, engrandece a causa da nossa doutrina! Por isso n’este momento só podemos dizer n’um grito de revolta: – Abaixo a guerra!²¹⁷.

A orientação do discurso presente no jornal liga-se à linha ideológica do sindicalismo revolucionário²¹⁸, porém com uma forte vertente do anarquismo, principalmente devido à figura do seu redator e tipógrafo Tercio de Miranda²¹⁹. No caso, a crítica encontrada aqui vem de encontro com a que estava sendo organizada pela SFIO²²⁰ e CGT²²¹ na França que, com o advento da guerra deixa o foco -- a luta de

²¹⁶ “[...] Surgiram assembleias de operários e diversos veículos de imprensa contestando a essência da guerra. No estado de São Paulo surgiram jornais específicos para este fim, como *A Rebelião* e *A Revolta* (1914); *O Combate* e *O Livre Pensamento* (1915); *A Plebe* e *A Defesa do Povo* (1917) e *O Operário* (1918).” (FERREIRA apud DARÓZ, 2016, p. 29).

²¹⁷ Jornal *A Lucta Social*, 01/11/1914, p. 2.

²¹⁸ Segundo a historiadora Edilene Toledo, o sindicalismo revolucionário vai se constituindo num projeto internacional, a partir da década de 1890, por meio da circulação das formas de luta, das práticas e dos modelos de organização, surgindo dentro dos sindicatos, com a prática da ação direta, e depois ganha forma de doutrina política, reunindo idéias socialistas e anarquistas. Ver: TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.13; e BESANCENOT, Oliver; LOWY, Michael. **Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras: por uma solidariedade entre marxistas e libertários**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

²¹⁹ Segundo a historiadora Claudia Barros, Tércio Fernandes da Silva Miranda foi um militante português, que chega a Manaus em 1914, ou pelo menos em meados desse ano. Participou das organizações libertárias do Porto, chegando a associar-se em 1912 a Liga d’a Educação Nova. Ver: BARROS, 2015, p. 76.

²²⁰ SFIO: *Section Française de l’Internationale Ouvrière* (Seção Francesa da Internacional Operária).

²²¹ CGT: *Confédération Générale Du Travail* (Confederação Geral do Trabalho).

classe -- em segundo plano, em prol da defesa da nação. E essa mudança de foco é justamente a principal crítica que *A Lucta Social* faz às organizações francesas socialistas, pois estas estariam compactuando com os capitalistas ao invés de lutar contra eles. E, novamente trazendo o discurso acerca do lucro em todos os sentidos favorável aos capitalistas, a exemplo da comercialização de material bélico e a ideia de militarização das nações.

Nesse cenário, uma força de comum acordo é convocada entre os anarquistas para tomar a frente e, desta forma, conseguir liderar um grande movimento de protesto, “[...] pois pegar em armas para a defesa dos burgueses não enobrece a nação”. Percebe-se a visão de alguns membros importantes do operariado amazonense, dotados de conhecimento acerca dos acontecimentos desenrolados na Europa, referentes à guerra e à luta dos trabalhadores dentro e fora dela. Nota-se, ademais, que o jornal operário *A Lucta Social* manifestava clara repulsa à guerra ou a qualquer tentativa de aceitação desta, por acreditar ser essa a causa da influência capitalista no mundo e que os únicos que estavam lucrando com isso eram os burgueses.

Desta maneira, em um mundo “[...] que já era globalizado, por conta das necessidades de produtos industrializados e matérias primas, não foi possível ao país passar incólume”²²² pelas consequências da guerra na Europa. Entretanto esta conjuntura irá proporcionar aos trabalhadores que se organizem tanto a nível nacional, como regional “[...] reivindicando por melhorias em sua vida cotidiana e pela construção da paz”²²³.

Assim como foi difícil para a população brasileira, para a população local também o foi, pois sofreram com a carestia, as dificuldades econômicas, além de grandes surtos epidêmicos que assolaram a cidade, bem como o país, durante esse período de guerra. E são esses pontos que serão trabalhados mais profundamente no capítulo seguinte. Abordando também a moradia, a vida cotidiana, do lazer ao trabalho da população local, assim como a construção das organizações de trabalhadores que tiveram destaque durante esse período da Grande Guerra.

²²² LONER; GILL, 2015, p. 20.

²²³ Ibid., p. 20.

CAPÍTULO 2 - OS TRABALHADORES E SUA BUSCA POR UNIDADE

Neste capítulo, serão abordadas outras formas encontradas pelos trabalhadores de reivindicar seus direitos e buscar solucionar seus problemas, pois “[...] seria um erro pensar que a insatisfação com as consequências da crise afetava apenas os trabalhadores, como parte mais frágil que eram na cadeia produtiva”²²⁴. Como vimos no primeiro capítulo, a população se manifestou na forma de revolta popular contra as demandas que estavam ocorrendo por parte das empresas concessionárias, assim como contra a ociosidade do governo local para resolver os problemas mais críticos da população.

Desta forma, veremos as outras formas encontradas pela população e pelos trabalhadores para lidar com essas demandas. No caso dos trabalhadores, os investigaremos através das diversas associações que surgiram no estado durante esse princípio de século XX, pois foi durante esse século que o

[...] processo de organização da classe operária amazonense avançou no sentido da criação de associações por ofício e de confederações, mas sociedades de cunho mutualista, como as que se ligavam às comunidades diaspóricas surgidas ainda em fins do século XIX”²²⁵.

Desta forma, trabalharemos com três seções. Na primeira, iremos nos concentrar na população manauara como um todo, representando as suas formas de luta e vivência nessa cidade, quando viver ameaçava a ordem urbana imposta pelos grupos dominantes.

Na segunda seção nos concentraremos propriamente nos trabalhadores e nas construções das associações, confederações e sociedades que surgiram durante o período de 1914 a 1918.

Na terceira seção deste capítulo, trataremos das comemorações do Primeiro de Maio na cidade. Essa data possui grande significância dentro do universo dos trabalhadores, principalmente durante o período estudado, pois ela enfatiza os seus sentimentos de lutas como classe trabalhadora dentro deste contexto da Grande Guerra na cidade de Manaus.

²²⁴ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 152.

²²⁵ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 120.

2.1 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NA MANAUS DA GRANDE GUERRA

Durante esse período de 1914 a 1918, percebemos, até o momento, um alto grau de instabilidade pela qual a população como um todo estava passando, assim como podemos presenciar uma cidade que tentava sobreviver a tudo isso. Os seus moradores, tanto da área mais central como do subúrbio, criavam meios para conseguir superar todas essas dificuldades diárias a eles impostas.

Dentre as diversas dificuldades pelas quais a cidade estava passando, havia uma sempre presente no cotidiano da população mais pobre e dos trabalhadores, que era a questão da carestia de vida. Como o jornal vespertino que circulava na cidade comenta:

Eis o grito que se ouve por todos os pontos, o phantasmas que se desdobra por todos os lares, o avejão sinistro que destende as azas sobre uma população que agonisa de fome, que estrebucha n'um estendal de misérias sem fim.

[...]

A fome, a miséria com o seu cortejo lugubre, eis o que elle vê somente. E assim vão os dias passando e o circulo de ferro apertal-o n'uma agonia lenta. E nesse soffrer infinito e horrorosamente, o ódio a lhe ferver n'alma, a indignação a lhe despedaçar o coração, o viver faustoso e insultante d'aqueles que defraudam o dinheiro que elle deposita com sacrificios ingentes para o equilibrio orçamentário do Municipio e do Estado²²⁶.

Neste artigo intitulado A CRISE!, que se encontra no jornal *Gazeta da Tarde*, podemos perceber como a carestia estava afetando a cidade e sua população. Porém, como vimos anteriormente, há alguns elementos que estavam acelerando ainda mais este processo de carestia dos moradores da cidade.

O primeiro desses elementos foi a dificuldade para tentar suplantar a crise econômica enfrentada pela cidade, e que se acelerou ainda mais durante essa década de 1910. Simultaneamente, temos um segundo elemento, relacionado às disputas dos grupos político-oligárquicos em busca de sustentar suas hegemonias na cidade. E um terceiro, que está diretamente ligado às consequências da Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos no cenário local, principalmente com a crise de navegação que afetou profundamente a cidade.

E, como um quarto elemento, temos a centralização da venda de gêneros alimentícios no mercado público, que novamente era controlada por uma firma

²²⁶ Jornal *Gazeta da Tarde*, 22/01/1914, p. 1.

estrangeira, a inglesa *The Manáos Markets and Slaughterhouse Ltd*, “[...] em cujo contrato, na cláusula 24, estabelece-se o monopólio de explorações desse setor do abastecimento”²²⁷, o que motivou constantes reclamações por parte da população citadina, assim como por parte de alguns jornais que circulavam na cidade.

Devido a haver essa “[...] política de centralização, amparada por um contrato que dava plenos poderes à firma inglesa, gerou proibições e dificuldades às vendas dos ambulantes, obrigando dessa forma, a população manauara a abastecer-se exclusivamente ali”²²⁸. Entretanto “[...] para os moradores centrais ou mais próximos do Centro, ir ao mercado não se constituía em grande problema”²²⁹, porém como neste período a cidade havia crescido para o seu interior, empurrando ainda mais seus limites para a floresta, a população da periferia sentia essa dificuldade. Pinheiro & Pinheiro acrescentam que “[...] essa mesma restrição monopolista, atingiu também, e sobremaneira, a praia adjacente ao prédio, onde se processava desde os tempos colônias o comercio de peixes”²³⁰.

Segundo Costa “[...] a própria municipalidade reconhecia essa dificuldade de ter o abastecimento centrado num local distante dos subúrbios e fala constantemente da necessidade de se estabelecer outros polos abastecedores”²³¹. Esta situação não estava ocorrendo somente no estado do Amazonas. Em outras capitais a situação era semelhante, como comenta Castellucci para o estado da Bahia, que “[...] a crise econômica, aguda do segundo semestre de 1918 ao primeiro trimestre de 1919, iniciou-se, na realidade, pouco antes da guerra e se agravou com ela”²³².

Loner e Gill também comentam para a cidade de Pelotas “[...] que um dos principais problemas dos trabalhadores, antes mesmo do início da guerra, foi a questão da carestia”²³³, ocorrendo “[...] mobilizações organizadas pelas principais associações de trabalhadores da cidade na época, a União Operária e a Liga Operária, de 1911 a 1913”²³⁴.

²²⁷ Segundo Costa (2014), a firma inglesa “[...] em 1908, entrou com uma ação civil proposta contra o Estado do Amazonas e o município de Manaus [...] para fazer declarar a nulidade da Lei n.º 12, de 17 de janeiro de 1908, que anulou o contrato de arrendamento do Mercado e Matadouro. A firma inglesa saiu derrotada do pleito, temporariamente, readquirindo os direitos de exploração do mercado e do matadouro somente em 1913. Nesse ínterim, a exploração ficou por conta da Intendência Municipal. O monopólio foi cessado novamente em 1930, com as ações do interventor do Estado Novo que o restituiu ao município” (COSTA, F., 2014, p. 158; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 113).

²²⁸ PINHEIRO, M., 2015a, p. 80.

²²⁹ COSTA, F., 2014, p. 158.

²³⁰ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 113.

²³¹ *Ibid.*, p. 158.

²³² CASTELLUCCI, 2004, p. 98.

²³³ LONER; GILL, 2015, p. 10.

²³⁴ *Ibid.*, p. 10.

Considerando o crescimento da cidade e o custo de vida elevado, “[...] que fazia de Manaus uma das mais caras cidades do país ao longo de toda a República Velha”²³⁵, essa situação se agravou ainda mais durante essa década de 1910, como denuncia o periódico vespertino a *Gazeta da Tarde*:

Prometemos dizer algo sobre o accordo que o poder executivo do Estado acaba de celebrar com a companhia ingleza, que, durante algum tempo, explorou o arrendamento dos próprios municipaes.

O publico tem ainda viva a recordação dos acontecimentos, que determinaram a recisão do contracto, por forte solicitação popular, tão forte, que, realisado o acto da recisão, houve nesta cidade a maior das manifestações ao governo de então.

[...]

Não temos odiosidade particular a essa empreza, pelo contrario e fazemos votos pela sua prosperidade.

Mas, enche-se-nos o espírito de serias attribuições!

Que Ella readquirindo o seu contracto não venha restabelecer os primitivos processos do monopólio do peixe e da carne e demais gêneros de primeira necessidade, que se vendem no mercado, que Ella não espolie os pequenos vendedores, entregando a um affeioado, somente, os pequenos negócios que ali se fazem, que Ella não sea tão deshumana para com os pobres empregados que á foram em massa despedidos essas e não outras são nossas preocupações²³⁶.

Desta forma, o poder público municipal se viu obrigado a estabelecer algumas medidas para tentar amenizar essa situação. Uma dessas medidas foi a lei municipal de 8 de maio de 1914, que decretou a criação das feiras municipais suburbanas da Cachoeirinha e de São Raimundo. Nessas feiras, o produtor poderia vender sua produção diretamente ao consumidor, a compra direta reduzia os preços dos produtos e trazia vantagem para a população mais carente de Manaus, bem como aos pequenos produtores que viviam em suas adjacências. “A situação alimentar era, portanto, um sério problema para os populares e trabalhadores em Manaus, que só aumentava em tamanho e gravidade quanto mais os preços da borracha despencavam no mercado internacional”²³⁷.

Santos Jr. também comenta que na greve ocorrida em Porto Alegre, entre os pontos da lista de reivindicações apresentadas pela Liga de Defesa Popular, estava a questão da criação de feiras ou mercados livres, pois o problema não era somente o da alimentação, mas da carestia geral²³⁸. E que as reivindicações dois, três e cinco “[...]”

²³⁵ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., op. cit., p. 60.

²³⁶ Jornal *Gazeta da Tarde*, 06/02/1914, p. 1.

²³⁷ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 62.

²³⁸ SANTOS JR., 1994, p. 257-259.

dizem respeito exatamente aos três produtos que já no dia 27 de julho o *Correio do Povo* constatara que constituíam preocupação: açúcar, carne e pão”²³⁹.

A situação da cidade de Manaus também estava calamitosa, mesmo com as medidas tomadas pelo governo, como nos relata o *Jornal do Commercio*, sobre os reclames da população sobre a questão das “carnes verdes”: “Dizem-nos que em vários talhos de carne verde, existentes pela cidade, os açougueiros viciam as balanças, obrigando a que a carne seja muito mal pesada”²⁴⁰.

Além do problema com as “balanças viciadas”, que era um sistema de manipulação das balanças para pesagem de carnes por parte de alguns comerciantes da cidade que, com toda a dificuldade que passava o comércio, era neste momento que viam a oportunidade de conseguir gerar lucros para si. Havia outro problema com a carne verde, pois a mesma “[...] que abastecia a capital amazonense vinha prioritariamente dos campos do rio Branco, no atual estado de Roraima, e sua oferta na cidade mostrou-se irregular ao longo de todo o período da República Velha”²⁴¹.

Christina Roquette Lopreato observa com relação ao estado de São Paulo, que com

A decretação dos novos impostos sobre a comercialização dos produtos, com o conseqüente repasse para o consumidor, situação em que o comércio “nada perde, apenas faz uma operação aritmética em eu o menos nunca figura em seus livros mas o mais é lançado na conta do consumidor”, agravou as já precárias condições de vida. Gêneros alimentícios, luz, aluguel, calçados, vestuários etc., nada escapou ao encarecimento. A imprensa passou a dar atenção especial ao problema da carestia e os seus efeitos sobre a população²⁴².

O jornal operário *A União* comenta em suas páginas sobre as dificuldades que a população estava passando, através do artigo intitulado “A Miséria”:

Não atinge só o operariado, manifesta-se e abrange todas as camadas sociaes, desde o pequeno industrial ao mais pobre dos habitantes da nossa urbs. Os ricos mesmo, os grandes potentados, não estarão bem tranquilos, porque a terrível miséria segue com tanta intensidade que ameaça destruir os seus capitães. A guerra está horrorosa na Europa, a fome comnôscos e a peste também não se fará esperar; e a fome alastra-se intensamente e de um modo aterrador, ameaçando esphacelar-nos completamente. Os pobres encontram-se a braços com os maiores sacrifícios que se podem imaginar, não é porque não haja o alimento sufficiente para a população soffredora, pois o comercio tem em deposito grande “stock” de mercadorias, mais sim porque falta-

²³⁹ Ibid., p. 258.

²⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 13/06/1914, p. 1.

²⁴¹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., op. cit., p. 61.

²⁴² LOPREATO, 2000, p. 72.

lhes o respectivo cobre para comprar os gêneros de primeira necessidade.

E quem poderia remediar tudo isso?

O governo, pagando ao funcionalismo, fundando colônias, dando serviço aos trabalhadores que em grampe quantidade vagueiam desocupados pelas ruas de Manáos; o Município também compete tomar alguma medida a favor dos proletariados que se encontram ameaçados de morrer a fome, aos srs. Intendentes também, cumpre despertarem do somno da indiferença, e zelar com carinho pelo bem estar daqueles que com seus votos foram suffragar os seus nomes nas urnas.

Sóbem estupidamente os preços de todos os gêneros alimentícios, desaparecem todos os recursos, o commercio deixa de vender fiado, os patrões, inclusive o Estado, deixam de auxiliar a massa popular e esta se deixará ficar assim até morrer a míngua?

Não; o povo deve reclamar o pão de cada dia, protestar contra a carestia estúpida de todos os gêneros, recorrer aos poderosos, pedir auxilio e remédio para a miséria que tenta consumil-o e se não conseguir minorar os seus males, ao menos em parte, morrer com a tranquillidade com que morre um infeliz abandonado de todos. Aos governos compete melhorar a situação de flagel-los e miséria em que todos nós nos encontramos.

A fome tem negroses peiores que a guerra estúpida, e esta é a promotente de todas as desgraças sociaes; o povo um dia cansará e revoltado sahirá pelas ruas assaltando os ricos onde os encontrar, saqueando o commercio e apedrejando os legisladores parazitas que nada fazem em seu favor, assim como acontecera no Rio e S. Paulo, e o que esperamos não se fará entre nós, pois os que nos governam procurarão minorar os males deste povo, do qual, segundo o nosso programma, estaremos sempre ao seu lado²⁴³.

Desta forma, podemos destacar alguns elementos importantes, colocados no artigo. Primeiramente, podemos perceber que o jornal traz uma análise da situação em que se encontra a cidade neste período de 1914. No caso, a cidade e sua população estavam passando por um momento de grande carestia ou de “miséria”, como é colocado pelo jornal, o que não estava afetando apenas os trabalhadores e sua população mais pobre, mas estava atingindo também os pequenos industriários e os pequenos comerciantes.

A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro coloca que essas reclamações não eram uma exclusividade da categoria dos estivadores, sendo muito comum encontrar no discurso jornalístico, nos boletins reivindicatórios das associações, nos relatórios das autoridades públicas e mesmo no discurso patronal, referências a constante elevação dos preços dos gêneros alimentícios²⁴⁴.

Como vimos anteriormente, com a suspensão de incentivos dados principalmente pelo Banco do Brasil ao mercado local, muitos começaram a falir,

²⁴³ Jornal *A União*, 01/10/1914, p. 1.

²⁴⁴ PINHEIRO, M., 2015a, p. 78.

gerando ainda mais desemprego e carestia. Para Pinheiro “[...] os proprietários urbanos, desde a fundação da Associação dos Proprietários (1908) até quando se viram às voltas com a crise dos anos 1915, reclamavam que a inexistência de um Banco Hipotecário agravou ainda mais o quadro do mercado imobiliário”²⁴⁵.

Segundo Paulo Marreiro dos Santos Junior, “[...] em 1914, a Associação dos Proprietários ‘justifica’ a alta dos aluguéis das moradias coletivas pela baixa de oferta de moradias, denunciando a tentativa de segmentos da cidade permanecerem em áreas centrais”²⁴⁶.

Levando-nos ao segundo ponto colocado pelo jornal, de que essa situação não ficaria somente em um nível mais baixo da sociedade e chegaria às classes mais altas. Que se agravaria ainda mais devido à guerra que estava ocorrendo na Europa, e que nesse momento já estava começando a refletir no mundo e no Brasil também. E, como a economia do estado estava ancorada nas exportações “[...] qualquer leve indício de queda ou oscilações nos preços da borracha provocava desempregos num mercado com um considerável exército de reserva que se ampliava nesses momentos de instabilidades”²⁴⁷.

Costa também enfatiza sobre esse ano de 1915, que “[...] quando a crise, conjuntamente com os problemas causados pela 1ª Guerra e pela epidemia palúdica, revela uma cidade depauperada e doente, pode-se verificar a situação de miséria da população dos subúrbios”²⁴⁸.

Outro ponto é a ligação feita entre miséria e doença, pois a dificuldade de conseguir alimentos levava à desnutrição, criando um ambiente propício para a proliferação de outras patologias, pois com o baixo grau de resistência, simples enfermidades poderiam se transformar em grandes epidemias²⁴⁹. No caso da cidade, podemos presenciar uma constante proliferação de afecções, como podemos observar no relatório apresentado à Intendência Municipal de Manaus pelo superintendente Dorval Pires Porto, na sessão ordinária de 11/02/1915:

²⁴⁵ Ibid., p. 63.

²⁴⁶ SANTOS JR., Paulo Marreiro dos. História e ação social: moradia e ameaça urbana. **Revista Canoa do Tempo**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 83-95, jan./dez. 2007. p. 89.

²⁴⁷ Ibid., p. 66.

²⁴⁸ COSTA, F., 2014, p. 161.

²⁴⁹ Em relação ao trabalhador da estiva, sua alimentação “era precária e sempre tida também como uma das causas de suas frequentes doenças e fragilidades. A propensão à doença estava intimamente ligada as condições precárias de trabalho a que estavam submetidos. Suas reclamações apontavam, principalmente, para a extrema fadiga causada pela excessiva exposição ao sol escaldante, uma característica da cidade, ou às fortes chuvas que caíam com frequência (PINHEIRO, M., 2015a, p. 83).

Aos 16 de julho do ano passado trazida em ofícios ao conhecimento de V.Ex.^a as condições precárias em que se encontravam os moradores dos arrabaldes atacados pelo paludismo de forma grave em suas diversas modalidades clínicas, e assoberbados por medonha crise devida à carência de trabalho remunerador [...]²⁵⁰

Júlio Santos da Silva salienta que

[...] um dos grandes desafios dos administradores da cidade era o enfrentamento de várias doenças, que anualmente visitavam a cidade, como a febre amarela. Outras doenças eram constantes, como a malária, que era endêmica e sazonal, permanecendo constante durante todo o ano²⁵¹.

Silva ainda acrescenta que

[...] o impaludismo foi a doença que mais matou na cidade de Manaus. No período de 1895 até 1920 foi o primeiro lugar, só não matou mais em 1918, em virtude da epidemia de gripe espanhola, que matou 798 contra 397 mortes por impaludismo. Mesmo que a gripe espanhola tenha ceifado um número bastante considerável de pessoas em 1918, nem chega perto do total geral de óbitos ocasionados pelo impaludismo no período de 1895 a 1920²⁵².

Ainda sobre as epidemias que assolavam a cidade durante este período trabalhado, Rosineide de Melo Gama em seu trabalho “Dias Mefistofélicos: A gripe Espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919)” comenta que:

Em 1918, a população de Manaus se encontrava a beira de um colapso no sistema sanitário. O progresso deste segmento com imposições de práticas salútares e criações de departamentos de saúde. Concepção que foi largamente difundida no final do século XIX e início do século XX, com a afirmação do positivismo nas principais cidades do Brasil, pareceu não ter alcançado a população carente da cidade de Manaus, que ao se deparar com a epidemia, criou cenas funestas durante a passagem do mal e fez desmoronar tanto o cotidiano da cidade quanto os discursos sobre doenças e mortes democráticas²⁵³.

Percebemos desta forma que, tanto os trabalhadores quanto a população em geral, estavam vivendo em uma cidade doente e colapsada, onde a grande maioria de sua população buscava sobreviver de todas as formas; entretanto a vida era dificultada, muitas das vezes, por falta de providências do poder público, que tratava a maioria dos problemas com descaso.

²⁵⁰ PINHEIRO, M., 2015b, p. 66.

²⁵¹ SILVA, Júlio Santos da. **Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. p. 104.

²⁵² Ibid., p. 115.

²⁵³ GAMA, Rosineide de Melo. **Dias Mefistofélicos: a gripe espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. p. 34.

Outro ponto de destaque do artigo é que a falta de dinheiro no bolso dos trabalhadores, devido à dificuldade em achar trabalho além da falta de pagamento do funcionalismo público, estava dificultando as compras dos alimentos junto aos comerciantes da cidade que estavam com seus “stokes” cheios, porém sem compradores. Pinheiro & Pinheiro acrescentam que

No setor público, com o recuo nas rendas do Estado levariam o funcionalismo a conviver, por décadas, com atrasos frequentes da folha de pagamento, fazendo com que a circulação monetária fosse sensivelmente reduzida, notadamente entre a população mais pobre²⁵⁴.

Aqui novamente vamos perceber algumas semelhanças com outros estados que estavam passando pelas mesmas dificuldades, entretanto com suas particularidades. No caso da Bahia, houve uma disputa entre as classes populares e a Sociedade União dos Varejistas, devido a uma tabela de preços que estava sendo proposta para entrar em vigor, pois “[...] ao contrário das providências que deviam ser tomadas para o barateamento dos artigos de primeira necessidade, deu-se exatamente o aumento de preços desses mesmos gêneros...”²⁵⁵.

Lopreato já havia ponderado sobre essa situação onde “[...] o comércio nada perde, apenas faz uma operação aritmética em que o menos nunca figura em seus livros mas o mais é lançado na conta do consumidor”²⁵⁶. Ainda segundo a autora, “[...] os jornais paulistanos alertam os industriais e os governantes sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na aquisição dos produtos necessários para a reposição da sua força de trabalho e para a manutenção da família”²⁵⁷.

Essa dificuldade com a carestia irá persistir mesmo com o fim da Primeira Guerra aqui no estado, como podemos presenciar nas páginas do jornal *Vida Operária*: “[...] a alta de preços na velha Europa é um fato, porém, aqui no Brasil, é uma fonte de riqueza dos senhores comerciantes que, famintos do ouro e sedentos de ver o seus capitais aumentarem dia para dia, lançam mão de todas as especulações”²⁵⁸.

Entretanto, o jornal *A União* coloca que isso não seria um problema se existisse trabalho para todos e pagamento referente a esse trabalho. No entanto, temos que verificar que mesmo se o pagamento ocorresse de forma correta, os trabalhadores e o restante da população não teriam como fazer suas respectivas compras, pois os gêneros de primeira necessidade continuavam a subir constantemente e sem nenhum controle

²⁵⁴ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 142-143.

²⁵⁵ CASTELLUCCI, 2004, p. 100.

²⁵⁶ LOPREATO, 2000, p. 72.

²⁵⁷ Ibid., p. 72.

²⁵⁸ Jornal *Vida Operária*, 24/02/1920 apud PINHEIRO, L., 2017b, p. 46-48.

desses valores, como podemos perceber na notícia publicada no *Jornal do Commercio* do dia 18 de agosto de 1915, que traz como título de seu artigo “A carestia do pão”:

Um novo comício de protesto á alta do preço do kilogramma do pão anuncia para hoje á tarde.

A concião será, como das outras vezes, as dezeseis horas, realisando-se, porem agora, á praça General Osorio, onde fica localisado o quartel do quarenta e seis batalhão de caçadores²⁵⁹.

Percebemos desta forma que, além desse protesto marcado, já havia ocorrido outros com o mesmo teor, que era contrário à alta do preço do pão: principal produto da alimentação dos trabalhadores e da população em geral. E como já presenciemos, essa dificuldade não era apenas do estado do Amazonas. Podemos observar questões quanto a carestia do pão também em Salvador²⁶⁰, São Paulo²⁶¹ e Porto Alegre²⁶².

Essa elevação do preço do pão continuaria nos anos seguintes, porém com uma prática que estava se tornando comum que era burlar o peso mínimo do pão, regulamentado por lei, como nos é relatado no *Jornal do Commercio* de 02 de junho de 1917:

Ainda ontem, depois de termos recebido diversas reclamações, veio a nossa redação o Sr. Febrônio Cabral, que nos trouxe o pão da fabrica Bijú, pessando 55 gramas e vendido por \$100 réis. O Sr. Febrônio declarou-nos que sendo freguês daquela fabrica, vinha notando, dia a dia, a diminuição do peso e do tamanho do pão. Para não reclamar injustamente foi a uma farmácia e em uma balança de precisão verificou que o pão de \$100 réis da Bijú pesava somente 55 gramas o que importa em custarem 2\$000 1.100 gramas²⁶³.

E a situação chegou a uma circunstância alarmante quando três membros do 45º Batalhão de Caçadores – Paulo Souza, Antonio Pereira da Silva e João Joaquim da Silva – foram presos por roubar gêneros alimentícios²⁶⁴. Assim como nos outros estados aqui apresentados, percebemos a influência dos comerciantes junto aos preços dos gêneros alimentícios. Como acrescenta o jornal *Vida Operária*: “[...] é verdade que em todas as praças houve alterações, devido à exportação, que até então era nenhuma, mas o que não chegou a tanto, como os senhores nos apregoam”²⁶⁵. Além de não admitir

²⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 18/08/1915, p. 1.

²⁶⁰ CASTELLUCCI, 2004, p. 107-113.

²⁶¹ LOPREATO, op. cit., p. 73-77.

²⁶² SILVA JR., 1994, p. 256-259.

²⁶³ *Jornal do Commercio*, 02/06/1917 apud PINHEIRO, M., 2015b, p. 80-81.

²⁶⁴ *Jornal A Capital*, 20/08/1918, p. 2.

²⁶⁵ *Jornal Vida Operária*, 24/02/1920 apud PINHEIRO, L., 2017b, p. 46-48.

“[...] o açambarcamento de muitos gananciosos, como um de nossa praça, que tentou subornar a praça de Pernambuco, comprando todo o açúcar”²⁶⁶.

E quem poderia resolver todas essas situações? O jornal *A União* colocou em suas páginas as possíveis soluções para o momento, não podendo prever as mudanças conjunturais que estavam para acontecer, visto que de início todos imaginavam que estas “crises” seriam apenas momentâneas, causadas principalmente pela guerra na Europa.

Desta forma, a primeira das soluções deveria caber ao governo do estado. E como ele faria isso? O primeiro ponto seria o pagamento do funcionalismo público que se encontrava em atraso.

[...] Não há quem desconheça, entre nós, que de certo tempo a esta parte, o funcionalismo publico, além de não receber em dia os seus parcos vencimentos, tem sido victima de iníquos impostos com que se vem tributando os seus ordenados.

Taes impostos têm sido introduzidos nas leis orçamentárias a titulo fútil de economia, sob a promessa formal de que, com o respectivo desconto, o pagamento dos seus vencimentos serão realizados a tempo e a hora.

Mas, isso não tem acontecido, achando-se presentemente os empregados públicos em considerável atrazo, no recebimento dos seus ordenados²⁶⁷.

O articulista observa que, ao invés de encontrar uma solução para resolver esse problema do funcionalismo, o governo do estado só fez piorar a situação com a criação de um novo imposto que, em vez de agregar retirava parte do salário do funcionalismo que estava na ativa, assim como dos aposentados. Como vimos anteriormente, esses atrasos irão permanecer por décadas.

O segundo ponto para a solução dos problemas era a criação de colônias. Isso se deve principalmente devido ao grande aumento de migrações pelas quais o estado estava passando devido à falta de trabalho no interior com a queda da produção da borracha, fazendo a cidade inchar, gerando uma grande “[...] quantidade de pessoas desocupadas, que ficavam vagando pela cidade”.

Pois, com a criação de colônias, colocaria essa grande massa de mão de obra inativa para trabalhar, separando assim o trabalhador “[...] honesto cumpridor de seu papel social e aqueles que desenvolviam outros tipos de atividades consideradas nocivas (como roubo, gatunagem, furto, etc.)”²⁶⁸.

²⁶⁶ Ibid., p. 46-48.

²⁶⁷ Jornal *A Capital*, 20/10/1918, p. 1.

²⁶⁸ TELES, 2015, p. 107.

Sidney Chalhoub comenta que “[...] os debates sobre o projeto de repressão à ociosidade mostram claramente a tentativa dos parlamentares de precisar o conceito de trabalho e seu significado no mundo em que viviam”²⁶⁹. Procurando assim “[...] uma justificativa ideológica para o trabalho, isto é, razões que pudessem justificar a sua obrigatoriedade para as classes populares”²⁷⁰.

Teles também enfatiza que

Grande parte dos chamados ‘indesejáveis’ era da classe trabalhadora que, nos anos iniciais da primeira república, sofria com os baixos salários, falta de assistência social, instabilidade no emprego e demais contingências que os colocava constantemente à margem do processo produtivo. Geralmente ficavam desempregados, caíam na mendicância, etc.²⁷¹.

O autor ainda reitera que “[...] a possibilidade de mudar esta situação se colocava como um desafio e a ação coletiva dos trabalhadores era clamada como essencial para este fim”²⁷². É devido a isso que o jornal clama pela ajuda do município e dos intendentes que foram eleitos. Assim como clama que o povo deve protestar contra a estupidez da carestia de todos os gêneros, deve recorrer aos poderosos, pedir auxílio e remédio contra a miséria que tenta consumi-los e, se não conseguir diminuir os seus males ao menos em parte, estará sujeito a morrer com a tranquilidade com que morre um infeliz abandonado de todos.

Antes mesmo de a guerra ser deflagrada na Europa, os próprios trabalhadores conclamam a classe trabalhadora da cidade para reagir a esta situação, como nos coloca o jornal *A Lucta Social*:

A situação precária em que se encontra a vida de Manáos, demonstra á evidencia a necessidade da organização operaria.

O operariado, não se tem importado, absolutamente, com esse dever, decerto, porque a vida lhes sorria, mas n’uma felicidade ephemera! Porém agora, necessário se lhe torna essa organização, não só para fazer valer os seus direitos, como ainda para a conquista de novos direitos que a natureza concedeu ao homem, cujo futura, na sua ambição, será uma sociedade livre.

[...]

Appello justo é este, que diz que é preciso unir as diversas classes, para melhorar as condições de vida de um povo, que soffre não só o pão do espírito, como ainda o pão da vida, necessário ao sustentento dos filhos ou para o amparo de uma esposa idolatrada!²⁷³.

²⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001. p. 70.

²⁷⁰ Ibid., p. 70.

²⁷¹ TELES, 2015, p. 108.

²⁷² TELES, loc. cit.

²⁷³ Jornal *A Lucta Social*, 29/03/1914, p. 6.

E é nessa tentativa de sobrevivência e de clamor por luta que o periódico *A Lucta Social* coloca outro ponto para a solução dos males trazidos por essas crises e carestias pelas quais a sociedade estava passando: no caso a organização do operariado da cidade, pois, em sua visão, esta seria a única forma de garantir seus direitos, o pão de cada dia e o sustento de suas famílias. E, devido a esta insegurança estrutural a que toda a sociedade manauara estava sujeita nesse momento, se observa que

A retirada dos meios de subsistências das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências²⁷⁴.

E é dentro desta sociedade capitalista que encontramos diversas famílias de trabalhadores que buscavam sua sobrevivência cotidianamente, lidando com todas as incertezas da vida diária e, através da prática cotidiana, formulavam e reformulavam estratégias próprias para sobreviver nesta cidade²⁷⁵. E “[...] para sobreviver, os nossos personagens não precisam apenas de uma atividade que lhes garanta um rendimento. Eles precisam, também, de um teto”²⁷⁶. Dentre as diversas famílias, que habitavam a cidade de Manaus, encontramos a família de Jacintho e Lucinda:

Jacintho Calado e sua mulher Lucinda de Jesus, residem há tempos, em companhia de uma filhinha, em um dos quartos de uma estância existente á rua Marcilio Dias, de propriedade de Jeremias Barbosa, morador também alli.

Ultimamente, efeitos da crise ou porque não esteam correndo bem os pequenos negócios do casal atrazou-se elle no pagamento dos alugueis do seu quarto, emquanto, por isso mesmo, mais do que nunca, cresceram de ponto as exigências do senhorio.

Nada de complacências – dizia Barbosa aos dois – estou farto de “jeremiadas...” Os tempos estão bicudos e eu quero o meu dinheiro... Preciso guardar o meu dinheiro... Bolso de inquelino não é caixa econômica.

- Espere, “seu” Barbosa. Não temos dinheiro agora. Hoje não, amanhã sim. Amanhã sim, hoje não.

E os dias corriam. O tempo ia passando. Os mezes de atrazo se avolumavam.

Jeremias, que é, em matéria de commiserção e piedade, a negação de seu nome, de seu homonymo bíblico, resolveu, em data de hontem, pôr em pratica um “true” de mestre ou de homem “corajoso”: cobrar á valentona de Lucinda, na ausência do marido, o seu rico cobre.

Pigarreou, preparouse para deitar energia, balanceou a cabeça e foi a quarto do casal, onde só estavam a esposa e a filhinha.

²⁷⁴ SAVAGE, 2004, p. 33.

²⁷⁵ “O renascer dos estudos do cotidiano se encontra vinculado a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, com uma politização do dia-a-dia”. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 22.

²⁷⁶ CHALHOUB, 2001, p. 131.

Entre ameaças e insultos, blaterou Barbosa: - Ou me dão os atrasados ou eu os ponho na rua! Não passa de hoe. A senhora bem me podia pagar. O Jacintho é um velhaco. Não admitto! E' desaforo! Paguem-me.

E por ahi afora, desandou o Jeremias. Uma onda de sangue subiu-lhe ao pescoço vermelho e suado á uma leve, delicada e paciente excusa explicativa da pobre: - "o senhor espere. O primeiro dinheiro será para o senhor. Não temos um vintém". Subiu a onda de sangue e o homem essandeceu. Abrutalhou-se de mais a mais. E foi uma fúria: quebrou moveis, tinas de servir, vasos baratos, um horror!

Não satisfeito, pulou na ponta do pé e quis agarrar Lucinda para batela ou... enforcal-a, amordaçando. Não o fez, porém, felizmente.

Ella supportou tudo com evangélica resignação. Apenas, procurou resguardar a creança da fúria rabiosa do homem.

Farto de impropérios e arrebetados os objetos de uso, retirou-se dalli Jeremias Barbosa.

A mulhher de Jacintho, antes mesmo da chegada delle, dirigiu-se á delegacia do primeiro districto, narrando o caso ao sub-delegado Braule Pinto que, sciente de tudo, mandou buscar o acusado e recolhendo-o ao xadrex. Aqui esta em que deu á cobrança a valentona de um Jeremias que não é para lamentações [...]

Chora elle agora sobre o clássico banco de uma Jerusalém que ainda não conhecia²⁷⁷.

Como havia tratado anteriormente, o artigo apresentado mostra a representação do viver cotidiano de uma família de trabalhadores e todas as suas dificuldades e estratégias para lidar com a incerteza da vida diária, além de nos apresentar o papel que a mulher do trabalhador desempenha dentro da sociedade e como são suas relações de poder na sociedade que os rodeia²⁷⁸.

Pois, segundo Mike Savage (2004),

É tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo. Nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como único ou principal eixo de classe social²⁷⁹.

Dando prosseguimento ao texto apresentado, temos as três figuras de destaque, que são o casal Jacintho Calado e Lucinda de Jesus e o nosso terceiro personagem, que é Jeremias Barbosa. Nesta situação apresentada pelo jornal, o foco de todo o problema seriam os atrasos do pagamento do quarto alugado pelo casal.

²⁷⁷ *Jornal do Commercio*, 19/02/1914, p. 1.

²⁷⁸ "Os questionamentos dos paradigmas históricos tradicionais vêm colocando novas questões, descobrindo novos corpos documentais e também discutindo as polarizações entre público/ privado, espaço/ tempo, sujeito/ objeto. Nesse sentido, as reflexões sobre as singularidades do cotidiano no processo de urbanização não devem se limitar aos espaços mais visíveis, mas também focalizar os domicílios, permitindo assim perceber o espaço não como algo 'congelado', bloqueado, tal como na imagem de uma carta cartográfica, ou como simples palco da história, mais sim um elemento constitutivo da trama histórica, de seus fluxos e de sua dinâmica em permanente ação, interação, transformação e reconstrução" (MATOS, 2002, p. 37).

²⁷⁹ SAVAGE, 2004, p. 33.

Chalhoub em sua obra “Trabalho, lar e botequim...” (2001), também apresenta um caso sobre a questão do atraso de aluguel, uma constante entre a classe trabalhadora, na qual também haviam outros aspectos presentes, como “[...] o problema de arrumar um outro local para morar”²⁸⁰ e o “[...] despejo exigido pelo pequeno burguês explorador da habitação coletiva”²⁸¹.

Percebemos isso claramente quando o jornal nos fornece as razões para o atraso, que nesse caso foram duas: a primeira relacionada à crise pela qual a cidade estava passando e a segunda a dificuldade dos “negócios” que o casal possuía. O jornal não especifica qual seria esta dificuldade. Porém, devido às condições que a cidade estava vivendo, podemos considerar até que ambas as razões poderiam estar interligadas.

Esse também é um dos pontos que fazem os donos das estâncias ficarem constantemente cobrando seus inquilinos, pois estes seriam tempos difíceis para todos. Como comentado anteriormente no artigo do jornal *A União*, a crise não se estenderia somente às classes mais pobres e chegaria a outras classes da sociedade, mostrando assim uma grande ligação entre todos na cidade.

O outro ponto da narrativa está centrado nas relações de cobrança dos aluguéis atrasados entre Jeremias e Lucinda. E, como vimos anteriormente, além da crise que assolava a cidade, também presenciemos a dificuldade em arrumar outro local de residência, pois se já era complicado pagar este tipo de moradia precária aonde se encontravam, procurar outro local se tornava ainda mais difícil.

Pinheiro (2015a) em seu trabalho sobre os estivadores, conseguiu fazer um levantamento sobre o local onde residiam estes trabalhadores. Neste caso podemos levantar uma hipótese sobre quais seriam os locais de moradias de outros trabalhadores. Neste caso ela coloca que seriam residentes “[...] tanto nas áreas de expansão, para onde se dirigiam prioritariamente as populações de baixa renda, como é o caso da Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo, Tócos (Plano Inclinado), Flores, Girão e Educandos”²⁸². Assim como poderiam ficar nas ruas e bairros centrais da cidade.

Entretanto, os valores dos aluguéis pela cidade ainda eram muito altos, “[...] oscilando, em 1905, entre 60.000 e 80.000 réis, e isso para o mais acanhado cubículo

²⁸⁰ CHALHOUB, 2001, p. 141.

²⁸¹ Ibid., p. 141.

²⁸² PINHEIRO, M., 2015a, p. 65.

em um cortiço da cidade”²⁸³. Sendo que a média diária de ordenado dos trabalhadores da cidade gira em torno de 6.000 a 10.000 réis.

E são nesses momentos de dificuldades que o “pequeno burguês” se aproveita das situações, para tentar tirar proveito e fazer pressão. E que melhor exemplo disso ocorre quando Lucinda e sua filha se encontram sozinhas e Jeremias se aproveita do momento para fazer a cobrança dos aluguéis em atraso, visto que o mesmo já havia recebido resposta de que seria pago em breve. O jornal nos informa, ainda, que Jeremias chegou ao ponto de insinuar outras formas de poder pagar as dívidas, no caso através de “favores sexuais”. Como ocorreu negativa a esta proposta, houve uma reação violenta por parte de Jeremias tanto com ameaças verbais como até mesmo físicas, como a destruição de alguns objetos que se encontravam no ambiente até na própria ameaça física a Lucinda.

No caso, o jornal coloca que Lucinda resistiu a tudo isso para proteger sua família, principalmente sua filha que via tudo aquilo que estava acontecendo. E que a atitude que Lucinda tomou foi um ato de coragem, indo até a delegacia antes mesmo de seu marido chegar. Porém, observamos uma grande relação de poderes colocada em questão, ao ponto que Lucinda consegue se defender de todas as artimanhas e ameaças colocadas por Jeremias. Após esse fato, percebemos o papel de Lucinda dentro da sociedade manauara, pois não seria o de uma mulher subjugada e amedrontada com as ameaças, que esperaria seu marido para tomar providências.

Perrot (2008) vê essa dona-de-casa dos meios operários de outra forma

Ela vive numa pequena habitação, que tem dois cômodos e mais um cubículo para a cozinha. Suas ocupações são o serviço de limpeza, a lavagem de roupa, as compras, a preparação das refeições, fazendo aquelas de custo mais barato (o ensopado em lugar do assado). Ela mesma faz e conserta as roupas da família... Ela é o médico da família e antes de tudo, seu “ministro das Finanças”, pois gerencia o orçamento...²⁸⁴.

Desta forma, vemos uma mulher do povo, que possui muitos saberes e muitos poderes, quebrando desta forma vários dos estereótipos que muitos jornais colocavam sobre as mulheres e como elas deviam se comportar²⁸⁵. Chalhoub (2001) observa

Que a construção e a divulgação de um determinado modelo dominante de relação homem-mulher não se fazem apenas através da

²⁸³ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 55.

²⁸⁴ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 115-116.

²⁸⁵ Essa “[...] dissociação da família e do trabalho, do pessoal e do político relaciona-se diretamente com a política de construção das elites, em que a pureza sexual das mulheres tem implicações na posição e no poder dos homens” (MATOS, 2002, p. 39).

ordem médica. As lições de amor e sexo, paternidade e maternidade etc. também são transmitidas por meio do aparato jurídico e da imprensa, por exemplo.²⁸⁶

O próprio jornal a coloca como “valentona” e não como um bom exemplo que todas as mulheres deveriam seguir. Pois, no momento em que eles colocam que tudo isso foi para proteger a filha, a situação fica reduzida a algo mais biológico, sendo “[...] um discurso naturalista, que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares”²⁸⁷.

Desta forma “[...] aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”²⁸⁸. Além de cumprirem com seu papel dentro da sociedade patriarcal que “[...] era de alguém que possuía uma natureza determinada a certos tipos de funções e ações e de maneira nenhuma poderia ela, se fosse uma mulher ‘honeste e digna’, fugir ou modificar sua condição”²⁸⁹.

Entretanto, vemos como exemplo o caso de Lucinda, de que já havia sido iniciado um grande tempo de mudanças na cidade de Manaus em relação a vivência e o trabalho das mulheres dentro e fora de suas casas. Buscando se reinventar dentro desses processos de contínuas crises que afetavam não somente a cidade de Manaus como seu interior, fazendo com que muitos dos moradores migrassem para a capital em busca de melhores condições de vida, tendo que se adaptar a esse novo ritmo da “cidade grande”.

Chegamos a um novo exemplo de como essa insegurança estrutural estava afetando a sociedade, não somente da cidade, mas também do interior do estado. Temos assim, a situação vivida por dois trabalhadores, Arminio Vieira de Souza e Antonio Rosa. Ambos vieram do Juruá²⁹⁰, em busca de melhores condições de sobrevivência²⁹¹, como nos relata o *Jornal do Commercio*:

²⁸⁶ CHALHOUB, 2001, p. 179.

²⁸⁷ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 177.

²⁸⁸ PERROT, loc. cit.

²⁸⁹ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação**: Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010, p. 55.

²⁹⁰ É um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Sudoeste Amazonense e microrregião de Juruá. A origem do nome do município vem do rio Juruá, que atravessa o município de um extremo a outro, indo em direção sul-norte. A palavra "Juruá" origina-se de *Iuruá*, que significa, em guarani, *rio de boca larga*.

²⁹¹ A pesquisadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro coloca que havia um período de sazonalidade no trabalho no interior, que iria de dezembro a março, essa era uma oportunidade de muitos trabalhadores do interior do Estado de vir a capital a fazer negócios ou a lazer, porém nesse período também “chegavam grandes contingentes de população pobre a procura de oportunidades de trabalho” (PINHEIRO, M., 2015b, p. 43).

Arminio Vieira de Souza e Antonio Rosa estiveram, hontem, na redacção do JORNAL e relataram-nos o seguinte, sobremodo pezarosos:

Ambos aqui chegados do Juruá, trabalharam alguns dias e uma serraria de Francisco Paulo, á rua Ramos Ferreira, ganhando uma diária de cinco mil réis cada um; succedendo, porém, que encontravam serviço mais leve e lucrativo, deixaram o da serraria, promettendo o gerente desta pagar lhes mais logo os salários e até hoje²⁹².

Porém, o mesmo jornal, no dia seguinte, publica uma carta enviada pelo proprietário da serraria, explicando sua versão dos fatos.

Com relação a *queixa* de Antonio Vieira de Souza e Antonio Rosas, recebemos a seguinte carta:

“Sr. redactor – V. exc., nas *Queixas do povo*, de seu conceituado Jornal de hontem, noticiou que dois trabalhadores, Antonio Vieira de Souza e Antonio Rosas, queixaram-se a v. exc.^a de que trabalharam na serraria de Francisco Paulo e que o gerente não lhes quis pagar o trabalho.

A serraria de que se trata é que explora o abaixo assignado. O facto passou-se assim: Os indivíduos de que se trata chegaram há dias na serraria, queixando-se de fome e mil privações. Pediram serviço e, conforme a pratica da casa, lhes foi declarado que o trabalhador que abandone o trabalho antes de uma semana e não avisa que vae se retirar, não tem direito a percepção dos dias de trabalho anterior. Foi esta a única maneira que se achou para normalizar o serviço diário, porque a maior parte dos trabalhadores que pedem serviço, só trabalham um ou dois dias, emquanto arranjam 5\$ ou 10\$, em geral para aquisição da cachaça a que são affeitos. Por este processo não há meio de reunir o pessoal para serviço e v. exe. Poderá imaginar do prejuízos que advêm á industria.

Apesar da praxe de que venho de fallar a casa nunca deixou de pagar, emfim, a nenhum trabalhador, incurso na falta.

Os trabalhadores em questão trabalharam apenas três dias e um delles ainda teve um pequeno abono.

Ao que parece elles tem na casa um grande atrazo; apenas trabalharam, mal e porcamente, cheios de má vontade e preguiça, os dias 16,17 e 18 do corrente. Em todo o caso na folha de pagamento do corrente mez elles estarão contemplados e receberão no fim do mez, apezar de não terem direito – Sou de v. exe. – amigo att.^o - J. F. de Paula²⁹³.

Na primeira parte que tratamos neste assunto da serraria, presenciámos ser uma nota de reclamação por parte dos dois trabalhadores sobre o não pagamento dos dias trabalhados, visto que os mesmos não mais se encontravam trabalhando na serraria em questão, pois, segundo o jornal, já estavam trabalhando em outro local que os proporcionava um trabalho menos rigoroso e que pagava melhor que o anterior. Já no segundo texto, temos um relato bem mais explicativo sobre a situação de trabalho

²⁹² *Jornal do Commercio*, 20/02/1914, p. 1.

²⁹³ *Jornal do Commercio*, 21/02/1914, p. 1.

dentro da serraria, assim como a visão do proprietário sobre os trabalhadores, não apenas dos dois expostos no caso, mas também de outros que passaram por lá.

Desta forma, podemos iniciar com o principal ponto de discussão, que é a forma de contratação dos trabalhadores e os meios utilizados para mantê-los trabalhando na serraria. No caso da contratação dos trabalhadores, esta não seguia uma forma tão rígida, como a exigência de especialização ou algo mais específico para se trabalhar na serraria, mesmo o patrão tendo consciência de que o ambiente dentro da serraria não seria um dos mais seguros de se trabalhar²⁹⁴.

Deve-se a isso a referência do jornal, que dizia que os trabalhadores foram atrás de “um serviço mais leve” e bem menos perigoso, pois trabalhar com este maquinário, assim como com outros materiais de uma serraria, poderia causar algum tipo de acidente, mutilando ou até matando o trabalhador, devendo ser exigido o mínimo de experiência. Porém, como sabemos, na maioria dos trabalhos não era solicitado como requisito pelos patrões a experiência²⁹⁵.

A forma encontrada pelos patrões para tentar manter os trabalhadores nesse tipo de serviço era estipular um tempo mínimo de dias trabalhados para poderem receber, que no caso era de uma semana, com a questão de aviso prévio caso o trabalhador fosse deixar de trabalhar na serraria, caso que levou ao conflito publicado nas páginas do jornal. Outros pontos relevantes que aparecem são os valores pagos aos funcionários, que eram de 5 mil reis por dia, e a grande rotatividade de trabalhadores na serraria onde, mesmo com estas regras, os donos não conseguiam manter os mesmos funcionários por um longo período de tempo.

A justificativa dada pelos donos da serraria era a de que o trabalho era apenas um “bico” para os trabalhadores conseguirem algum dinheiro para sustentar seus vícios, no caso a cachaça. Telles (2015) coloca que, entre as práticas associadas ao lazer operário, encontra-se o uso da bebida alcoólica, assim como o jogo, a prostituição e o banho de igarapé.

Todas essas práticas de lazer eram abominadas, mas dentre elas a que mais gerava problema e que era condenada pelos grupos políticos e econômicos dominantes,

²⁹⁴ “[...] as agruras dos estivadores estavam também ligadas aos constantes acidentes que ocorriam no espaço do trabalho. Esses acidentes decorriam, em grande medida, da precariedade das instalações, da falta de qualificação para o manuseio de equipamentos mecânicos... e do desgaste causado pela longa jornada de trabalho [...]” (PINHEIRO, M., 2015a, p. 87).

²⁹⁵ No caso do estivador, “[...] a estiva constituía-se numa atividade nova e bastante diferenciada da que estavam habituados (por exemplo: roça, seringal), o que resultava numa adaptação rápida, muitas vezes mal assimilando os mecanismos de funcionamentos desses instrumentos, que de resto não constituíam-se em garantia contra os acidentes” (Ibid., p. 89).

era o álcool²⁹⁶. “Estes encaravam o álcool como elemento degradante tanto das condições materiais e físicas do operariado quanto da moral e dos bons costumes”²⁹⁷. Com isso, podemos perceber o tamanho desprezo por parte dos donos da serraria quando comentaram que o trabalho só servia, na verdade, para sustentar o vício pelo álcool e, devido a este fato, não conseguirem pessoal para manter no serviço, deslocando assim toda a culpa para o trabalhador.

Porém, essa prática foi condenada por determinados grupos de trabalhadores e até mesmo por reconhecidos líderes revolucionários, como exemplo Trotski, que, quando escreveu “As questões do modo de vida”, em 1923 “[...] estava preocupado com a utilização do tempo livre pela classe operária russa: para combater a influência da vodka (alcoolismo) e da Igreja, propõe o cinematógrafo como nova forma de lazer, de fantasia e de espetáculo, não descartando a função educadora (ideológica) que o cinema poderia desempenhar”²⁹⁸.

Foot Hardman (2002) também explica que havia grandes debates “[...] sobre a questão do lazer, de como preencher o tempo livre dos operários, os projetos e utopias têm sido vários”²⁹⁹. Cita como exemplo a obra de Lafargue³⁰⁰,

[...] herdeira da tradição libertaria do paradoxo e da sátira, retoma, de certo modo, as considerações do socialismo utópico, com referências que remontam aos filósofos clássicos da Antiguidade. [...] Lafargue, vinculado ainda às propostas e práticas originárias do movimento operário (tanto anarquista quanto social-democrata), vislumbrava intermináveis passeios, grandes piqueniques populares regados a bom vinho, comemorações e jogos nos dias de festa, espetáculos, representações teatrais dos grupos amadores de ‘teatro social’ e festivais em benefício dos jornais da imprensa operária³⁰¹.

Mesmo com todo esse debate que vinha acontecendo entre diversos membros e teóricos ligados ao movimento operário, a questão dos cuidados com a saúde, higiene e principalmente o combate aos vícios, como o jogo e o alcoolismo, continuava premente. Como argumenta Liane Maria Bertucci (1994):

²⁹⁶ PINHEIRO, M., 2015a, p. 68.

²⁹⁷ TELES, 2015, p. 92.

²⁹⁸ HARDMAN, Francisco Foot. “**Nem Pátria, nem patrão!**”: memória operária, cultural e literatura na Brasil. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 224.

²⁹⁹ Ibid., p. 223.

³⁰⁰ Paul Lafargue foi um revolucionário jornalista socialista franco-cubano, escritor e ativista político. Lafargue foi genro de Karl Marx, casando-se com sua segunda filha Laura. Seu mais conhecido trabalho foi *O Direito à Preguiça*, publicado no jornal socialista L'Égalité. Nascido em Cuba numa família franco-caribenha, Lafargue passou a maior parte de sua vida na França, e um período na Inglaterra e Espanha. Aos 69 anos de idade ele e Laura morreram juntos em um pacto de suicídio.

³⁰¹ HARDMAN, 2002, p. 223 e 224.

A visão da perda do emprego, terrível se considerarmos as dificuldades de sobrevivência para a classe trabalhadora, e a desestruturação pessoal e familiar, resumem, ... uma preocupação diária concreta. Desemprego, dificuldade financeira que, com certeza, impediriam mais ainda para o vício da bebida, desestruturando definitivamente a vida doméstica, e levando o trabalhador em sentido inverso àquele buscado por militantes operários, ou seja, a união dos trabalhadores, representada para muitos deles pelos sindicatos³⁰².

Bertucci (1994) acrescenta que o alcoolismo virou

Sinônimo de desvio pessoal, diagnosticado e tratado como doença social, o alcoolismo possibilitará uma ação política abrangente, já que incidirá diretamente sobre o cotidiano do trabalhador. No discurso dos operários, essa possibilidade será revolucionária-pessoal (deixar de beber) para com ela atingir outra, ampla, social. O alcoolismo se prestará assim brilhantemente para a configuração tanto de uma debilitação do operariado, causada pela sociedade capitalista, quanto para o ataque a essa sociedade geradora do alcoolatra e estimuladora do alcoolismo³⁰³.

Isto posto, o que esses intelectuais do movimento, assim como seus líderes, defendiam era a manutenção de uma postura que estava “[...] impregnada pelos cânones ético-morais da época, esforçava-se para que os operários mantivessem a imagem de dignidade e honradez, possibilitando seu reconhecimento e valorização junto a sociedade”³⁰⁴. E, muitas das vezes, não há a imagem de pobreza e marginalidade nas informações repassadas pelos jornais da grande imprensa.

Não que a pobreza fosse totalmente indigna, mesmo porque seria muito difícil não conviver com ela na sociedade idealizada pelos grupos no poder. Além disso, era o que conduzia as pessoas a trabalharem em troca de baixas remunerações. Porém, a pobreza vinculada ao comportamento fora dos padrões a que se aspirava – a embriaguez, a indolência e a não submissão a um serviço regrado – era indesejável e por isso desqualificada como manifestação da preguiça e da ignorância decorrente de uma vida viciada, imoral e pernicioso à sociedade³⁰⁵.

A “indolência e não submissão” dos trabalhadores e das pessoas da cidade era de difícil compreensão por parte dos patrões e da elite da cidade, pois buscavam a sociedade e uma cidade idealizadas, de maneira que todos aqueles que saíssem dessa ordem pré-estabelecida seriam considerados indesejáveis e desqualificados.

³⁰² BERTUCCI, Liane Maria. A ameaça permanente: o alcoolismo na imprensa operária em São Paulo, início do século XX. **História Social**, Campinas, SP, n. 1, p. 95-116, 1994. p. 100.

³⁰³ BERTUCCI, 1994, p. 111.

³⁰⁴ BILHÃO, Isabel Aparecida. “Informar” para “formar”: reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 16, n. 24, p. 136-156, jan./jun. 2015. p. 152.

³⁰⁵ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza, 1890-1915. 3. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. p. 46.

Porém, a indolência e insubmissão são as formas de resistência³⁰⁶ encontradas no comportamento de diversos trabalhadores como meio de sobreviver às incertezas da vida. E, através disso, trazemos outro exemplo de como alguns trabalhadores encontravam caminhos para fugir dessas incertezas.

E é dentro desta perspectiva de resistência à realidade vivida pela sociedade manauara que encontraremos os “teques”³⁰⁷. Noticiados em primeira página no *Jornal do Commercio*, em manchete com o seguinte título “Os mascates cantam vitoria – Uma decisão judiciária manda entregar aos ‘teques’ o que o Thesouro confiscara para garantia do imposto de indústrias e profissões”.

Todos os annos, quando se approxima o fim dos successivos prazos concedidos pelo governo para a satisfação do imposto de industria e profissões, os mascates, os mais rebeldes contribuintes, ainda não têm liquidado o seu debito com a fazenda estadoal. Começa então um terrível pega-pega, em que a policia, posta a serviço da repartição arrecadadora, exerce a sua actividade capturando, de preferênciã, esses chamados vulgarmente teques, nome que lhes vem do som, peritamente arrancado por elles a dois longos pedaços de madeira, vibrados um contra o outro e que lhes servem, ao mesmo tempo de metro. Si, antigamente, sem causa visível, assim procediam, agora justamente o fazem, num recurso de desespero, por lhes quererem, a titulo de protecção aos commerciantes regularmente estabelecidos, arrancar a camisa com o peso de onerosissimos impostos. A taxa de industria e profissão, a pagar pelos mascates, tem sido, a cada anno, que passa, augmentada, duplicada, triplicada, a ponto de, pelo orçamento em vigor, encontrar-se o seu commercio taxado prohibitivamente. O resultado foi que, ao contrario dos outros annos, grande parte desses vendedores ambulantes, cuja mercadoria apregoava muita vez não chega á importância do imposto cobrado, viu-se obrigada a entregar aos agentes do fisco estadoal as caixas de bugigangas, chitas e armarinhos, todo o stock de seu negocio. O Thesouro do Estado, aos que pagaram, devolveu, posteriormente, o objecto do seus negócios, resolvendo metter em leilão as caixas daquelles que até hoje não tivessem pago o tributo devido. Afim de evitar semelhante extorsão, vinte e oito dos remissos devedores do Estado requereram ao Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do dr. Virgilio Barbosa, um mandato de sustação do referido leilão. A nossa mais alta corporação judiciária decidiu favoravelmente o pedido feito, mandando também que fizesse cessar o constrangimento, que soffriam os peticionários. Levando a devisão ao Thesouro e depois de obtido o cumpra-se do inspector, começou a ser feita, cerca de dezeseis horas, a entrega de tudo que alli se achava retido. Corria a coisa assim, saudada pela alegria victoriosa dos mascates, quando uma contra-

³⁰⁶ Essa utilização de “[...] bebida alcoólica fazia parte de seu cotidiano e estava presente mesmo durante o trabalho, sendo um recurso utilizado – como ainda hoje acontece – para minorar a dura jornada, mitigando a fome e a fadiga.” (SANTOS, 2008, p. 70). Cf. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. p. 75.

³⁰⁷ Apelido vulgar dado aos sírios-libaneses, pois “[...] carregavam as mercadorias nas costas e nas mãos um metro dividido e articulado em dois pedaços de pau que batiam um com o outro, para chamar a atenção dos fregueses” (BENCHIMOL, 2009, p.431). Cf. BENCHIMOL, 2009.

ordem mandou cessar a entrega iniciada. E' que surgira uma duvida sobre si o remédio jurídico provocava apenas a sustação do leilão anunciado ou obrigava á entrega da mercadoria confiscada. Nesse ínterim, chegou a hora de fechar a repartição, ficando para hoje a solução do incidente.

O grupo, que aobjectiva do nosso photographo panhou, é o de alguns dos mascates, attingidos pelo favor do Tribunal.³⁰⁸

Esse caso apresentado nas páginas do *Jornal do Commercio* mostra como estavam se organizando os trabalhadores, no caso os mascates, em relação ao imposto de Indústrias e Profissões que era cobrado pelo estado anualmente. No caso a “[...] cobrança desse tributo gerava reclamações e atitudes transgressoras vindas de diferentes segmentos, inclusive dos comerciantes”³⁰⁹. Porém, a situação se tornou insustentável no ano de 1912, quando o estado fixa o valor do tributo em 3:000\$000 “[...] para deposito de mercadorias, provocando contestações por parte da Associação Comercial”³¹⁰.

Segundo Costa, “[...] o que se queria atingir era, fundamentalmente, o comércio ambulante, praticado majoritariamente por turcos e sírios que guardavam suas mercadorias em depósitos espalhados pela cidade”³¹¹.

E, como o próprio jornal noticiava, os impostos sobre os mascates³¹² a cada ano que se passava duplicavam, triplicavam, ao ponto de o valor total de seus produtos não ser suficiente para pagar o valor total do imposto, que subiu a valores exorbitantes até mesmo para o restante do comércio da capital, visto que a situação financeira não era das melhores, neste período de 1916.

Porém, vinte e oito³¹³ mascates tomaram medidas que ninguém esperava que fossem tomadas por eles: acionaram a justiça através do advogado Virgilio Barbosa, entrando com um pedido de suspensão do leilão de seus pertences junto ao Superior Tribunal de Justiça. E, dentre os possíveis resultados, os mascates saíram com a vitória, pois a justiça determinou a suspensão do leilão, assim como os constrangimentos que os mascates estavam passando deveriam cessar. Pois

Compreender o direito como espaço de conflito implica diretamente em restituir à plenitude da condição de sujeitos os setores submetidos

³⁰⁸ *Jornal do Commercio*, 03/08/1916, p. 1.

³⁰⁹ COSTA, 2014, p. 95.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 95.

³¹¹ *Ibid.*, p. 95.

³¹² Indivíduo que percorre as ruas vendendo tecidos, jóias, quinquilharias etc. Era também um termo pejorativo dado aos portugueses recifenses pelos brasileiros olindenses.

³¹³ Lista de nomes publicada no *Jornal do Commercio*: Abbib Azrau, Abdoleador Oupar, Abou Camel, Abrahem Jorge, Alle Rajeb, Alli Mamud, Amod Jima, Armed Juma, Assem Assen, Assen Calil, Calil Tanus, Callil Mamud, Camel Ganem, Ibrahem José, José Ismail, José Pader, Lies Rame, Ligan Antonio, Mamed Amue, Mamed Caled, Mamud Chihib, Mansur Rustum, Marmar Abdalla, Muslem Torc, Osman Catab, Raduan Arnaut, Sahdin Chibarou e Salim Alli.

ao longo da história às mais variadas formas de dominação, em contraposição a análises contemporâneas que, ao reduzir a experiência dos primeiros à sua vitimização, tendem a negar a inserção de sua agência ao processo histórico.³¹⁴

Desta forma, vemos a categoria dos mascates como bem mais organizada, pois possuíam alguma noção de justiça, não se sentindo vitimizados, mas sim lesados pelo estado, em relação aos constantes aumentos do imposto de Indústrias e Profissões. Essa noção de justiça possibilitava aos mascates agirem dentro da lei, que para muitos eram inalcançáveis para os trabalhadores. Porém, esta prática já era utilizada por outros profissionais do comércio: os caixeiros. Segundo Kleber Barbosa de Moura, “[...] esses trabalhadores souberam se utilizar dos meios legais e políticos para alcançarem seus direitos trabalhistas e lutarem por direitos alcançados que eram desrespeitados”³¹⁵.

Podemos relacionar as práticas utilizadas pelos caixeiros como exemplos das diversas redes de sociabilidades as quais os mascates poderiam vir a se utilizar para resolver seus problemas, pois ambos trabalhavam com o comércio e tinham relações diretas no cotidiano da cidade. Sobre esta situação, vemos uma disputa entre categorias dentro desse mundo do trabalho no comércio, pois segundo Fabiane Popinigi “[...] as fronteiras entre as designações e funções para essa classe de trabalhadores eram, portanto, pouco nítidas. Essa flexibilidade foi usada de diferentes formas, dependendo da situação e do objeto almejado”³¹⁶.

Sempre “[...] olhados com desconfiança e preconceito, pois desafiavam o poderio dos grandes armazéns do centro da cidade”³¹⁷. Esses mascates “[...] exerceram papel importante na vida da cidade, à que levavam as fazendas e armarinhos à periferia dos bairros pobres, para pagamento em prestações semanais e mensais”³¹⁸.

Observamos a importância dos mascates dentro das redes de relações da cidade e sua força para conseguir se manter dentro da vida da metrópole. Pois esta vitória não foi apenas por uma causa pessoal, mas uma vitória em cima dos grandes comerciantes, que monopolizavam o comércio da cidade. E nesse momento, em que começam a devolver todos os pertences que estavam recolhidos para o leilão, surge um novo impasse, que paralisou a entrega das mercadorias, pois os agentes do “Thesouro”

³¹⁴ FORTES, Alexandre. O direito na obra de E. P. Thompson. **História Social**, Campinas, n. 2, p. 89-111, 1995. p. 107.

³¹⁵ MOURA, Kleber Barbosa de. **Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. p. 20.

³¹⁶ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007. p. 45.

³¹⁷ BENCHIMOL, 2009, p. 431.

³¹⁸ Ibid., p. 431.

queriam saber se deveriam somente cancelar o leilão ou se também deveriam devolver as mercadorias.

Na edição de 5 de agosto, saiu o resultado final do caso dos mascates.

Como era de esperar, o inspector do Thesouro deu, hontem, pleno cumprimento no mandato judicial, que obrigava a entrega aos mascates, das mercadorias, que os agentes daquela repartição haviam capturado, afim de garantir o augmento do imposto de industrias e profissões, na collecta deste ano. Em vista dessa resolução, foram retiradas do Thesouro, pelos respectivos proprietários, cerca de vinte e tantas caixas, bahu's e carrinhos, cheios de infinita variedade de artigos, que esses vendedores ambulantes apregoam pelas ruas.³¹⁹

Contudo, observamos que realmente a ordem que foi dada pela Justiça foi a de cancelamento do leilão e restituição de todos os pertences por parte do Tesouro do Estado aos mascates, que prontamente foram retirar seus bens do Tesouro. Porém, a situação não se encerrou sem antes o outro lado se manifestar sobre essa decisão.

Sobre a noticia que ante hontem publicamos, referenciando o caso, apenas, o Sr. Julio Cesare Roberti, presidente da Associação dos Retalhistas, dirigiu-as o seguinte officio, que gostosamente publicamos.

“Associação Commercial dos Retalhistas – Manaos, quatro de agosto de mil novecentos e dezeseis. – Illm.º e exm.º Sr. director do JORNAL DO COMMERCIO, nesta cidade. A propósito de um mandato judicial motivado pela apprehensão das mercadorias pertencentes aos vendedores ambulantes chamados téques, mascates ou coisa que o valha, por parte do Thesouro Publico do Estado, para pagamento do imposto de industria e proissão, publicou o jornal, que v. exc.^a muito dignamente dirige, um artigo a cujos conceitos pedimos licença para fazer algumas considerações. São os téques ou mascates, como v. exc.^a sabe, singulares commerciantes sem residência fixa e publicamente conhecida, alapando-se hoje aqui, amanhã alli e no outro dia acolá, adoptando nomes e exquisitas firmas commerciaes que variam, momentaneamente, consoante o seu capricho, e que, portanto, os transforma, e os oculta ás vistas do fisco. E, desta forma, estabelecem tremenda e desleal concorrência ao commercio regularmente estabelecido, porque conseguem eximir-se ao dispêndio da avultadas sommas para custeio do negocio, e fugir ao cumprimento de obrigações impostas por lei. Quanto a ficarem sem camisa com o peso de onerosissimos impostos, parece-nos que tal não se pode dar, porque já a deixaram nas mãos do fisco dos outros Estados por onde a maior parte delles estanciou antes de aportar ás terras do Amazonas.

No Rio de Janeiro e no Pará, por exemplo, pagam os vendedores ambulantes impostos que attingem, respectivamente, á cifra annual de três contos e seiscentos mil reis e três contos de reis, emquanto que ao Amazonas o Maximo que pagam é um conto de reis. E releva ainda observar que não se deve confundir os vendedores ambulantes denominados bufarinheiros, com aquelles que ahi percorre as ruas carregando armários ou empurrando carrinhos envidraçados pejados

³¹⁹ *Jornal do Commercio*, 05/08/1916, p. 1.

de mercadorias de todos os gêneros e qualidades, desde o simples papelinho de agulhas Garibaldi e do dedal de ferro alatado até ás mais custosas cambraias e ás mais variadíssimas colleções de finíssimas e apuradas rendas. Os bufarinheiros, segundo a lei do Amazonas, o Maximo que poderão pagar, annualmente, é duzentos mil reis. O commercio regular e fixo tem, para garantir a fazenda tos que sobre elle recahirem, os [...] publica da importância dos impoa.. veis e as fazendas expostas em seus estabelecimentos e outros factores que não vêm a pelo mencionar, e por isso a acção executora por ser exercida por intermédio da Justiça Publica. Portanto, justo é que os poderes publicos tenham com elles attenções e lhe dispensem protecções que não podem nem devem ser concedidas aquelles que, como garantia do que lhe devem, apenas offerecem a incógnita da sua existência commercial. Esperando que v. exc.^a se dignará ordenar a publicidade do presente officio nas colunas do seu conceituado jornal, subscrevemo-nos com a ma's alta consideração e apreço. De v. exc.^a criado muito obrigado – Julio de Cesare Roberti, presidente.”³²⁰.

O presidente da Associação dos Retalhistas fez deste officio encaminhado ao *Jornal do Commercio* uma carta de repúdio em relação às medidas tomadas pela Justiça, considerando que a Justiça estava agindo de maneiras diferenciadas quanto a essa questão do pagamento do imposto da indústria e profissão. Inclusive alegavam que estava ocorrendo favorecimento aos *mascates*, por parte da Justiça, e que todo o peso do imposto estava caindo sobre os comerciantes legalizados e com localização fixa.

Porém, podemos perceber muitas outras coisas dentro deste discurso publicado pelo jornal. Dentre elas, podemos notar uma disputa pela questão do mercado, pois no caso os *mascates* ou “*teques*”, competiam por um mercado que estava em dificuldades devido as diversas crises que estavam afetando a cidade de Manaus. Todavia, no caso os *mascates* estavam levando grandes vantagens devido ao não pagamento das diversas taxas que eram cobradas pelo estado, sendo a principal delas a de indústria e profissão. Outra situação presente era a existência de uma hierarquização das categorias de trabalho no comércio.

Neste caso, temos a Associação dos Comerciantes do Amazonas (ACA), Associação dos Comerciantes Retalhistas do Amazonas (ACR) e a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA). Essas associações ficariam responsáveis pela organização dos trabalhadores e dos comerciantes da cidade, porém existiam aqueles que não participavam dessas associações, e que também trabalhavam com o comércio, no caso os *mascates* e outra categoria que apareceu dentro do discurso proferido pelo presidente dos retalhistas: a dos *bufarinheiros*³²¹.

³²⁰ *Jornal do Commercio*, 05/08/1916, p. 1.

³²¹ Vendedores ambulantes de bugigangas.

Observando que a briga estava centrada entre os retalhistas e os *mascates*, e que os retalhistas eram claramente contra o comércio realizado por esta categoria específica, pois seriam eles os responsáveis por onerar os cofres do Tesouro do Estado.

Outro ponto a se observar era a questão étnica, pois a grande maioria dos comerciantes, assim como aqueles que estavam relacionados de alguma forma ao comércio, eram de origem portuguesa; já os *mascates* eram compostos por turcos e sírios. Pois, segundo Chalhoub (2001), para o Rio de Janeiro, entre essas tensões e conflitos do cotidiano, “[...] destaca-se a importância das rivalidades étnicas e nacionais enquanto expressões das tensões provenientes da concorrência da força de trabalho... num mercado de trabalho capitalista em formação”³²².

Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015a) também destaca essa rivalidade entre os estivadores, pois os “[...] momentos de crise e retração da oferta de empregos levavam à emergência de apelos xenófobos, como quando alguns empregadores priorizavam a contratação de estivadores portugueses alegando sua melhor robustez e aptidão”³²³. Essas rivalidades levaram os estivadores a protestarem e até mesmo paralisarem os serviços “[...] com denúncias e apelos ao cumprimento dos dispositivos legais contidos nos Estatutos dos Armazéns Alfandegados, onde estava estabelecido que os brasileiros natos são os que devem ser os preferidos para o serviço”³²⁴.

Observando desta forma podemos perceber as estratégias utilizadas pela Associação dos Comerciantes Retalhistas do Amazonas (ACR), para desestabilizar a categoria dos *mascates* nesse momento de crise que a cidade estava passando, e que esta concorrência que eles consideravam desleal, era mais uma configuração do sistema capitalista que a cidade estava se inserindo.

Desta forma, todas as nuances apresentadas até o momento nesta primeira seção remodelaram os espaços de disputas e aprofundaram ainda mais a situação de penúria da sociedade manauara que, mesmo assim, encontrava mecanismos para sobreviver, superando as mazelas, na grande maioria das vezes, sem precisar de ajuda do governo, encontrando caminhos próprios e criando espaços de resistência e de solidariedade, para superar toda essa conjuntura.

E são estes caminhos e a criação desses espaços de resistência e solidariedade que serão trabalhados na próxima seção, com a formação das diversas associações operárias durante este período de 1914 a 1918.

³²² CHALHOUB, 2001, p. 59.

³²³ PINHEIRO, M., 2015a, p. 101-102.

³²⁴ Ibid., p. 102.

2.2 A FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS DURANTE O PERÍODO DA GRANDE GUERRA.

Durante esse período de 1914 a 1918, surgiram na cidade de Manaus diversas associações, sindicatos, confederações e sociedades mutualistas, assim como outras que, durante esse período de mudanças, resolveram reformular seus estatutos e regimentos internos para se adaptar as novas mudanças que estavam ocorrendo ao seu redor.

Iremos nos concentrar em três associações com estruturas, objetivos e ideologias diferenciadas a fim de poder abarcar a heterogeneidade dessas associações operárias. Nesse sentido, analisaremos associações cuja matriz ideológica vai do sindicalismo revolucionário até o mutualismo, e que buscavam aglutinar os trabalhadores da cidade sob uma única bandeira. Desta forma, vemos surgir durante o período de 1914 a 1918 a “Federação Operária do Amazonas”, a “União Operária Nacional do Amazonas” e o “Centro Operário do Amazonas”.

Faremos a análise de cada uma delas pela ordem de aparecimento na cidade, ora utilizando jornais, ora trabalhando com seus estatutos, buscando dialogar com a historiografia nacional que trata deste tema.

Como Marcelo Cord e Claudio Batalha salientam, esta temática sofreu significativas mudanças, acompanhando um movimento mais geral de renovação da historiografia brasileira³²⁵. Além de relativizar uma série de mitos historiográficos, como “[...] a inexistência de demandas próprias e a falta de organicidade dos trabalhadores livres no tempo do escravismo, a natural substituição das corporações de ofício pelas sociedades mutualistas, e destas pelos sindicatos”³²⁶, e ainda “[...] a falta de consciência de classe fora dos sindicatos e dos partidos operários”³²⁷.

2.2.1 A Federação Operária do Amazonas

Antes mesmo da criação da “Federação Operária do Amazonas”, a cidade já havia tido diversas experiências com organizações que tinham como ideia a união dos trabalhadores através de um núcleo aglutinador. Destacam-se, neste caso, o “Partido

³²⁵ CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (Orgs.). **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014. p. 15.

³²⁶ CORD; BATALHA, 2014, p. 16.

³²⁷ Ibid., p. 16.

Operário”, fundado na cidade de Manaus no ano de 1892, que teve como presidentes José Diniz Gonçalves Pinto e Joaquim Carvalho, que não vinham, em absoluto, dos segmentos operários, gerando muitas críticas, assim como pondo em risco a legitimidade do partido³²⁸.

Pinheiro & Pinheiro salientam que “[...] a trajetória do Partido Operário Amazonense foi efêmera, já que desapareceria do cenário político em 1893, mas não sem antes ancorar candidaturas dissidentes nos pleitos municipais [...]”³²⁹, conseguindo eleger Joaquim Carvalho para o cargo de intendente municipal, assim como lançar outra candidatura de Gervásio Reis.

Já para o início do século XX veremos surgir na cidade o “Centro Operário em Manaus”, instalado formalmente na cidade em 5 de fevereiro de 1905, através da atuação e iniciativa de Manoel Madruga, Alfredo de Vasconcelos Lins e Hilário Martins. Tanto Madruga quanto Lins “[...] vinham de experiências sindicais em seus estados de origem e mantinham contato com lideranças e organizações operárias do Nordeste”³³⁰.

Pinheiro & Pinheiro chamam atenção ao fato “[...] de que, mesmo em suas reuniões preparatórias – por eles nominadas de reuniões de propaganda – o Centro Operário tenha aberto um leque grande de temas para discussão”³³¹, saindo dos temas relacionados com a questão salarial e da jornada de trabalho “[...] para alcançar questões sensíveis como o alcoolismo entre os trabalhadores e a emancipação feminina”³³².

Além do “Centro Operário de Manaus” (1904-1905) veremos surgir alguns anos depois a “Confederação do Trabalho”, que teve início em 5 de setembro de 1908³³³. Ambos tiveram curta duração, mas foram importantes por tentar organizar os trabalhadores. Em ambos os casos “[...] não se voltava[m] para categorias específicas, pretendendo falar em nome do conjunto da classe operária manauara”³³⁴.

Após alguns anos, a ideia de uma associação que conglomerasse as categorias do estado do Amazonas veio a reaparecer através das páginas do jornal operário *A Lucta*

³²⁸ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 103-104.

³²⁹ Ibid., p. 105-106.

³³⁰ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 126.

³³¹ Ibid., p. 127.

³³² Ibid., p. 127.

³³³ Ibid., p. 128-136.

³³⁴ Ibid., p. 133.

*Social*³³⁵, fundado pelo português Tércio Miranda, que no dia primeiro de maio de 1914 apresenta o esboço de uma nova Federação.

Considerando que a solidariedade, é indispensável a todos os que trabalham, para garantir e bom êxito das suas reivindicações;
 Considerando que, se a solidariedade deve existir dos indivíduos para com as sociedades não deve ser desprezada destes para com as respectivas federações e destas para com a confederação;
 Considerando ainda que do agrupamento das sociedades operárias, pela propaganda e educação irradiadas resulta o desenvolvimento dos laços de solidariedade e o aproximamento da Humanidade para a sua emancipação, num aumento constante de felicidade e bem-estar.
 Resolve, o grupo operário “A Lucta Social”, apresentar ás sociedades organizadas no Amazonas, as bases d’um agrupamento estadual federativo, para:
 1.º - ter em ligação permanente, por delegados especiais, qualquer federação profissional ou d’industria e de sindicatos que não possuam ainda as suas uniões;
 2.º - desenvolver a consciência associativa, manifestar-se contra a coação que por vezes se pretende impor á liberdade de pensar, de associação e de reunião e apoiar todos os movimentos de reivindicações operárias, auxiliando-os moral e materialmente.³³⁶

Podemos perceber que o intuito da criação da Federação seria o de buscar uma linha de ligação entre as associações e sindicatos locais com grupos de projeção mais nacional, deixando o isolamento e tentando unir-se a entidades nacionais que lutavam pelos trabalhadores, principalmente a “[...] Confederação Operaria Brasileira” (COB), que já possuía ligações com os operários amazonenses através dos tipógrafos³³⁷ Tércio Miranda e Rosendo dos Santos – que foi representante do Amazonas no segundo congresso da confederação realizado no Rio de Janeiro³³⁸.

Neste congresso, que contou com a participação da delegação amazonense, foram discutidas questões que giravam em torno do “[...] cooperativismo, carga horária diária de trabalho, salário mínimo, bolsas de trabalho e, principalmente, do modelo organizativo, afirmando mais uma vez o sindicalismo revolucionário³³⁹”. Teles (2017) comenta que “[...] além dessas questões, foram destacadas a propaganda, a organização

³³⁵ Pinheiro & Pinheiro (2017) comentam que o “jornal operário amazonense veio à luz no dia 29 de março de 1914, apresentando-se como ‘órgão operário livre’ e identificando como público-alvo ‘o conjunto dos operários amazonenses’”. Além de considerar que a característica mais importante deste periódico operária foi de ter assumido “um claro projeto de formação política a partir da discussão pedagógica de temas e questões centrais à condição e à causa operária”. (PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 185). Cf. BARROS, 2015; TELES, 2017a, p. 101-119.

³³⁶ *Jornal A Lucta Social*, 01/05/1914, p. 6. Cf. PINHEIRO, L., 2017b, p. 332-340.

³³⁷ Sobre a categoria dos tipógrafos no Estado do Amazonas ver o trabalho de Claudia Barros, onde ela trabalha sobre a formação dessa categoria como uma classe diferenciada dentro do movimento operário amazonense, desde suas formas de resistências, assim como sua interação entre suas principais lideranças. Cf. BARROS, 2015; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017.

³³⁸ BARROS, 2014, p. 28; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 180-181.

³³⁹ TELES, 2017a, p. 106.

e a educação dos trabalhadores como fundamentais. A imprensa operária foi considerada como instrumento eficaz de orientação doutrinária e pedagógica”³⁴⁰. Sendo ainda debatido “[...] o caráter internacionalista da luta pela emancipação humana, como envio de moções de apoio ‘aos trabalhadores do México, CGT da França e trabalhadores de Portugal e da Espanha’”³⁴¹.

Teles (2017) comenta que logo após o término do Segundo Congresso, as lideranças presentes no evento, ao regressarem aos seus estados de origem teriam retornado “[...] convictas da necessidade de lutar pela emancipação operária, não medindo esforço em organizar os trabalhadores em associações, fundar jornais para defender o projeto e buscar uma articulação de caráter internacional”³⁴².

Desta forma, no dia 29 de março de 1914, veio aparecer o jornal operário *A Lucta Social* onde “[...] Tércio Miranda, ao fundar o jornal, estava seguindo aquilo que foi deliberado na C.O.B.”³⁴³, assim como a ideia de compor uma Federação Operária aqui no estado. Desta forma, no dia Primeiro de Maio de 1914, Tércio Miranda publicou, no periódico operário, os 25 artigos que iriam compor o Estatuto da “Federação Operária do Amazonas”. Esse estatuto, apresentado a população e, principalmente, aos trabalhadores, trazia os principais objetivos dessa nova associação:

Art. 1º. - Fica organizada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, e filiada á Confederação Operaria Brasileira com sede no Rio de Janeiro, a Federação do Trabalho no Amazonas, com o fim de:

- a) promover a união de todos os salarizados, neste Estado, sem distinção de nacionalidade, para a defesa dos seus interesses morais, econômicos e profissionais;
- b) estudar e propagar os meios da emancipação do operariado e defender em publico as suas reivindicações econômicas, servindo-se de todos os meios de propaganda;
- c) reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas da vida econômica regional, movimentando operários e condições do trabalho em todo o paiz.³⁴⁴

Podemos perceber que a “Federação Operária do Amazonas”³⁴⁵ ficaria filiada à COB. Tal filiação implicaria em seguir algumas diretrizes propostas pela Confederação. Devido a este fato, uma das diretrizes reafirmadas no Congresso de 1913 foi a que remete a “[...] evitar ao máximo a burocratização dos sindicatos, recusando a elaboração

³⁴⁰ TELES, 2017a, p. 106.

³⁴¹ Ibid., p. 106.

³⁴² Ibid., p. 106.

³⁴³ Ibid., p. 109.

³⁴⁴ *Jornal A Lucta Social*, 01/05/1914, p. 6; PINHEIRO, L., 2017b, p. 332-340.

³⁴⁵ BARROS, 2014, p. 87-88.

de estatutos e regulamentos muitos rígidos”³⁴⁶. Pois a mesma Confederação não era uma “[...] entidade que intervinha diretamente nos sindicatos afiliados, senão se limitava a cumprir uma função articuladora e orientadora, através da propaganda, de uma ação sindical voltada para a preparação da greve geral revolucionária”³⁴⁷.

Entretanto, Tiago Bernardon ressalta que o ponto mais relevante dentro da constituição da COB, “[...] foi a vitória da tese defendia a orientação pela neutralidade política e religiosa no interior dos sindicatos”³⁴⁸.

Destarte, os sindicatos e federações que se associassem à Federação, conforme presente no estatuto, no momento em que viessem a deliberar a favor dos “[...] interesses gerais operários, será abrigada a dar conhecimento à Comissão Administrativa antes de entrar na prática de tais deliberações”³⁴⁹.

Um dos pontos de destaque dentro do estatuto da FOA, e que se encontra logo no início do estatuto proposto, é que está Federação seria a união de todos os trabalhadores “assalariados” do estado, sem distinção de nacionalidades, possuindo uma característica multiétnica.

Sabemos que a questão da etnicidade sempre foi um problema entre os trabalhadores dentro do movimento operário. Batalha (2000) comenta que havia elementos de diferenciações entre os trabalhadores e que essas diferenças de região para região, “[...] de ramo de atividade, de grau de qualificação e de salários tinham também, é claro, uma influência direta nas condições de vida e de trabalho do operariado”³⁵⁰, além de “[...] outro elemento de diferenciação, e por vezes de conflito, era a origem étnica dos trabalhadores”³⁵¹. Desta forma,

O surgimento de disputas e rivalidades opondo estrangeiros e brasileiros, bem como estrangeiros de diferentes origens nacionais – e, particularmente no caso dos italianos, também regionais -, não chega a ser surpreendente, e a dificuldade de comunicação entre esses grupos certamente desempenha nisso algum papel³⁵².

³⁴⁶ TOLEDO, Edilene. “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. **Revista Perseu**, n. 10, ano 7, p. 11-31, 2013. p. 25.

³⁴⁷ OLIVEIRA, Tiago Bernardon. A neutralidade política no sindicalismo anarquista brasileiro (1906-1913). In: QUEIRÓS, Cesar de; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). **Cultura operária: trabalho e resistência**. Brasília: Ex Libris, 2010. p. 182.

³⁴⁸ Ibid., p. 182.

³⁴⁹ *Jornal A Lucta Social*, 01/05/1914, p. 8; PINHEIRO, L., 2017b, p. 332-340.

³⁵⁰ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 11.

³⁵¹ Ibid., p. 12.

³⁵² Ibid., p. 12.

E no caso do Amazonas não foi diferente. Ficaram bastante visíveis os confrontos e debates em torno de brasileiros e estrangeiros, se acirrando ainda mais no período da Primeira Guerra.

Pinheiro & Pinheiro (2017), comentam que com “[...] relação ao trabalho qualificado, tanto nas fábricas quanto nas oficinas, esse era basicamente masculino e buscado, frequentemente, junto às comunidades estrangeiras, como no caso dos joalheiros italianos ou dos mestres cervejeiros alemães”³⁵³. Entretanto, com os problemas econômicos que a cidade estava passando no período, diminuía bastante as ofertas de empregos e “[...] os estrangeiros que chegavam a Manaus e que passavam a disputar os espaços no mercado de trabalho com os nacionais, acabavam por causar ressentimentos nestes”³⁵⁴, pois o patronato dava grande preferência aos trabalhadores estrangeiros.

Essa ideia de que o trabalhador estrangeiro seria melhor do que o nacional, no caso do estado do Amazonas, veio com a chegada do capital inglês que,

Atrelado a práticas de racionalização do trabalho, o que acabou por gerar um embate entre essa racionalização e as práticas culturais presentes na região, o que se materializando-se nos diversos conflitos e afirmações muitas vezes preconceituosas de que os nativos eram “preguiçosos” e pouco afeitos ao trabalho³⁵⁵.

Nesta conjuntura, a Federação agiria como um árbitro, para tentar apaziguar esta situação pela qual a cidade de Manaus estava passando. Tais conflitos também eram comuns em outras localidades do Brasil. Segundo Teles (2015), eram realizadas reuniões “[...] no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo, no ano de 1913, o movimento operário chegou a realizar uma campanha contra a imigração para o Brasil”³⁵⁶. Entretanto, essas manifestações “[...] tinha por objetivo explicitar aos candidatos potenciais a imigração, assim como aos seus governos, as condições adversas que encontrariam no Brasil”³⁵⁷.

Edilene Toledo (2013) enfatiza que, durante o Segundo Congresso, “[...] decidiu-se que a COB e as associações operárias deveriam fornecer informações sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil aos trabalhadores dos países que enviavam emigrantes para cá”³⁵⁸.

³⁵³ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 37.

³⁵⁴ TELES, 2015, p. 124.

³⁵⁵ Ibid., p. 121.

³⁵⁶ Ibid., p. 125.

³⁵⁷ Ibid., p. 125. Cf. BATALHA, 2000.

³⁵⁸ TOLEDO, 2013, p. 26.

Desta forma, o tema sobre a questão da imigração “[...] aparece ligado a duas questões fundamentais: a concorrência no mercado de trabalho entre brasileiros e estrangeiros – e a contratação deste último em detrimento daquele – e o desrespeito à legislação que reserva 2/3 das vagas aos trabalhadores nacionais no serviço público feito administrativamente ou por arrendamento”³⁵⁹.

Silva Jr. (1994) acrescenta que,

A rede de obtenção de mão-de-obra envolve agentes em diferentes cidades, dentre as quais, como já foi mencionado, o Rio de Janeiro. Não é preciso supor, entretanto, que essa rede estivesse restrita nos limites do Estado Nacional. Se o trabalhador europeu vem para o Novo Mundo, é para “fazer a América” e não necessariamente o Brasil, a Argentina ou o Uruguai. É por isso que os sindicatos das diferentes cidades entram em contato entre si: sua percepção do mercado de trabalho não é local ou nacional, mas, digamos, regional³⁶⁰.

Retornamos assim a discussão presente no primeiro capítulo, assim como na seção anterior, onde Sidney Chalhoub e Maria Luiza Pinheiro partilham a ideia de que momentos de crise e retração da oferta de empregos levam à emergência de apelos xenófobos, visto que o mercado de trabalho, naquele momento, estava saturado por uma grande demanda de mão-de-obra, advinda do interior do estado, assim como pela chegada de outros cidadãos nacionais e estrangeiros à cidade de Manaus.

Outrossim, podemos apresentar que a própria ideia de uma Federação mista de estrangeiros e brasileiros, seria a possibilidade de aglutinar antigas sociedades beneficentes ligadas a grupos étnicos existentes na cidade de Manaus, do mesmo modo de algumas sociedades de trabalhadores que tinham ainda essa funcionalidade, mesmo já apresentando características de transição, e desta forma tentar apaziguar os conflitos existentes dentro do meio operário regional.

Retornando a questão da filiação, os trabalhadores deveriam ser “assalariados” e estarem ligados a algum grupo, que poderia ser sindicato, federação ou associação. Desta maneira, aqueles que trabalhassem informalmente³⁶¹ na cidade, teriam uma imensa dificuldade em filiar-se à “Federação Operária do Amazonas”. Essa limitação colocada pelo estatuto seria ampliada com as cotas que seriam cobradas pelas

³⁵⁹ TELES, 2015, p. 125.

³⁶⁰ SILVA JR., 1994, p. 57-58.

³⁶¹ E como nos lembra Pinheiro & Pinheiro (2017) sobre este período em que havia um “[...] crescimento contínuo do obscuro, mas extremamente significativo do mercado informal de trabalho, contemplando desde o trabalho ambulante que homens, mulheres e crianças desenvolvia, pelas ruas da cidade, até os serviços domésticos” (PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 38).

admissões, e pelas cotas mensais, além de estar presente nas diretrizes afirmadas na COB, que seria de “[...] luta contra o trabalho por obra ou por empreitada”³⁶².

No momento em que ocorre a adesão das associações dos trabalhadores à FOA, seriam pagas de uma vez só pelas federações no valor de 50\$000, além de 5\$000 por cada sindicato que agrupe trabalhadores e 20\$000 por sindicatos não federados³⁶³.

Os valores pagos mensalmente para a FOA por cada federação e sindicato não federados, iriam variar de acordo com a quantidade de filiados que cada um possuía. Neste caso, os sindicatos que não tivessem mais de 100 agremiados deveriam pagar 300 réis por cada agremiado; até 500 agremiados seriam pagos 50 réis; e os que tivessem mais de 500 deveriam pagar 1000 réis por cada agremiado; já as federações pagariam apenas 200 réis por cada agremiado das demais populações federativas³⁶⁴. Além de que os jornais ou os grupos de propaganda associativa estariam isentos da quota de adesão, pagando apenas uma quota mensal fixa de 2\$500 réis³⁶⁵.

Para despesas com expedientes, honorários e outros gastos, como com propaganda e educação, seriam dedicados 20% da receita; para os fundos de greve, seriam dedicados 50%; e os últimos 30% seriam destinados aos “[...] perseguidos por questões sociais”³⁶⁶. Aos trabalhadores ligados aos movimentos de reivindicações, muitos dos quais partilhavam da ideia anarquista, haveria diferenciação se fossem um nacional ou estrangeiro. Pois no caso dos nacionais, muitos deles acabaram presos ou degredados para as chamadas colônias penais, e no caso dos estrangeiros muitos acabaram por ser expulsos do país³⁶⁷.

Outro ponto importante sobre a Federação Operária do Amazonas é a sua linha ideológica, visto que seu idealizador Tércio Miranda, assim como o próprio jornal onde foi editado o estatuto, segue a linha do sindicalismo revolucionário. Pois esta mesma linha ideológica era a que seguia a COB, e como Claudia Barros nos lembra:

A escolha do sindicalismo revolucionário aconteceu pela eleição do campo econômico de mobilização e pela interessante proposta do federalismo, que permitia a autonomia do sindicato na federação e desta na confederação. Além disso, havia uma influência internacional, de adoção deste modelo em outras partes do mundo. O

³⁶² TOLEDO, 2013, p. 25.

³⁶³ *Jornal A Lucta Social*, 01/05/1914, p. 8; PINHEIRO, L., 2017b, p. 332-340.

³⁶⁴ *Ibid.*, p. 8; *Ibid.*, p. 332-340.

³⁶⁵ *Ibid.*, p. 8; *Ibid.*, p. 332-340.

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 8; *Ibid.*, p. 332-340.

³⁶⁷ BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. “Com lei ou sem lei”: as expulsões de estrangeiros na Primeira República. *Cadernos da AEL*, v. 14, n. 26, p. 183-216, 2009; _____. As expulsões de estrangeiros e a defesa da soberania nacional na Primeira República brasileira (1891-1926). *História Social*, n. 16, p. 63-85, jan./jun. 2009.

meio de luta constituído em torno da mobilização pelas questões de curto prazo servia como “ginástica revolucionária”, que preparava o proletariado para a revolução social³⁶⁸.

Essa ideia proposta pela COB, assim como pela própria figura de Tércio Miranda, que quando “[...] veio para o Brasil já tinha contato com o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, muito em função da sua militância no movimento operário português”³⁶⁹, contribuiu significativamente para que a FOA tivesse a mesma linha ideológica em seu cerne.

Segundo Toledo (2004) o sindicalismo revolucionário vai se constituindo num projeto internacional, a partir da década de 1890, por meio da circulação pela imprensa das formas de luta, das práticas e dos modelos de organização, surgindo dentro dos sindicatos, com a prática da ação direta, depois ganhando forma de doutrina política, reunindo ideias socialistas e anarquistas³⁷⁰. Desta forma,

O novo do projeto sindicalista revolucionário, vale frisar, era essa tentativa de conciliar a luta para obter vantagem a curto prazo no quadro do sistema existente, com uma perspectiva a longo prazo de derrubar o capitalismo e instaurar um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores por meio dos sindicatos. Portanto, a função dos sindicatos era dupla: consistia ao mesmo tempo em melhorar a condição operária e preparar sua emancipação futura, fundindo, dessa forma, luta política e econômica, o que implicava a recusa, a marginalização e o esvaziamento do papel do partido político³⁷¹.

Tiago Oliveira (2009) também faz algumas considerações sobre o sindicalismo revolucionário no Brasil, onde diverge de Toledo em um único ponto e diz que este autor não percebe “[...] o sindicalismo revolucionário no Brasil como uma corrente autônoma do anarquismo”³⁷².

Isso não quer dizer, como ela demonstra, que não houvesse divergências com militantes anarquistas sobre a ênfase que os adeptos do sindicalismo davam à função revolucionária dos sindicatos, tampouco que não existiam militantes não-anarquistas que se diziam sindicalistas revolucionários. A meu ver, o sindicalismo revolucionário no Brasil não pode ser dissociado da militância anarquista, e, como a própria autora ressalta, muitas vezes o sindicalismo assumiu feições revolucionárias mais em termos de

³⁶⁸ BARROS, 2014, p. 17.

³⁶⁹ Ibid., p. 17.

³⁷⁰ TOLEDO, 2004, p. 50.

³⁷¹ Ibid., p. 57.

³⁷² OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009. p. 26.

discursos, na propaganda anarquista e nos estatutos de federações, do que na prática propriamente dita dos sindicatos³⁷³.

Entretanto Teles em seu trabalho salientou que “[...] essas disputas pelo controle do movimento operário também foram destacados por Silva Júnior ao estudar as sociedades de socorro mútuos”³⁷⁴. E resgatando as palavras de Silva Jr. através de Teles, embora no discurso dos anarquistas “[...] houvesse uma crítica às associações de caráter mutualista, na prática foram tolerados pelos anarquistas com o objetivo de permitir uma maior penetração no universo operário e assim preparar o terreno para a prática revolucionária”³⁷⁵. Afirmando assim “[...] não existir posição unânime entre os anarquistas, o que contribuiu para as diferentes práticas sindicais ou mutualistas”³⁷⁶.

Desta forma, assim como Teles, compreendemos que o sindicalismo revolucionário de Tércio Miranda seria “[...] como um método de ação visando propagar no meio operário os ideais anarquistas”³⁷⁷. E isso podemos observar logo nas falas iniciais da primeira edição do jornal operário *A Lucta Social*: “[...] o sindicato não é outra coisa que a Associação de classe, onde o operário fortifica a sua consciência e estuda as questões que interessam às suas necessidades”³⁷⁸.

Batalha nos lembra de que há “[...] elementos menos visíveis de continuidade entre antigas e novas organizações – além das já mencionadas práticas assistências – estão presentes no campo da cultura”³⁷⁹. Como nas práticas rituais “[...] que vão desde a forma de funcionamento das assembleias até as celebrações de um dia do ofício, normalmente, a data de aniversário da associação”³⁸⁰. Além de “[...] noções herdadas das sociedades mutualistas do século XIX, relativas à dignidade do trabalho, à valorização do trabalho manual e, sobretudo, à classe, e que constituem mais do que a mera sobrevivência de tradições ou de um vocábulo arcaico”³⁸¹.

Percebemos desta forma que as ideias da COB, assim como as experiências trazidas por Tércio Miranda, de sua ampla participação em movimentos tanto em sua terra natal, como as que ele vai adquirir aqui, vão ser a chave para tentar desenvolver a “Federação Operária do Amazonas” (FOA), buscando fortalecer a consciência do

³⁷³ OLIVEIRA, 2009, p. 26-27.

³⁷⁴ TELES, 2017a, p. 108.

³⁷⁵ SILVA JR., 2004 *apud* TELES, 2017a, p. 108.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 108.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 108.

³⁷⁸ *Jornal A Lucta Social*, 27/02/1914, p. 1.

³⁷⁹ BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 41-67, 1999. p. 47.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 47.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 47.

trabalhador, assim como criar um sentimento de classe trabalhadora no estado do Amazonas, implementando a sua forma de sindicalismo revolucionário, tanto através do jornal *A Lucta Social* quanto pela FOA.

No caso da “Federação Operária do Amazonas” (FOA), até o momento nas fontes levantadas para este estudo, assim como em outras referências, não há notícias de seu progresso junto à classe operária amazonense. Desta forma, podemos inferir que a ideia de uma Federação que congregasse outros grupos de trabalhadores não saiu do papel. Porém, deixando uma ideia que será trazida novamente à tona com a constituição do Centro Operário quatro anos depois.

2.2.2 União Operária Nacional do Amazonas

Passaram-se três anos para voltar a surgir a ideia da constituição de uma associação operária no estado do Amazonas, e isso ocorreu no dia 14 de novembro de 1917. Segundo o *Jornal do Commercio* de 14/11/1917,

Foi constituída nesta cidade uma nova sociedade denominada União Operaria, sendo eleita a seguinte directoria: presidente, Marçal Martins; vice-presidente, Anacleto Reis; primeiro secretario Levy Santiago; segundo secretario, Santos Filho; orador, Jorge Benedicto Ferreira.

Para a elaboração dos estatutos foram designados os srs. Guilherme Oliveira, Joaquim Santiago, Anacleto Reis e Santos Filho.

A sociedade funciona no prédio numero setenta e dois, da rua Dez de Julho³⁸².

Na edição do dia 12 de Maio de 1918³⁸³, sai uma pequena nota convocando todos os sócios, com o intuito de discutir o seu estatuto, em sua sede que naquele momento ficava localizada na Rua Luiz Antony, nº 221³⁸⁴. Durante essa seção, foram discutidos e aprovados os seus estatutos, além de um projeto de bandeira que deveria ser adotada pela referida associação³⁸⁵.

Foram propostos ainda novos nomes para se tornarem sócios, dentre eles temos Damião de Souza Galvão, João Carvalho da Costa, Raymundo José dos Santos, José Bentes de Sá e Proprio Martins Monteiros, todos sendo aceitos como sócios³⁸⁶.

³⁸² *Jornal do Commercio*, 14/11/1917, p. 2.

³⁸³ *Jornal do Commercio*, 12/05/1918, p. 1.

³⁸⁴ *Jornal A Capital*, 12/05/1918, p. 2

³⁸⁵ *Jornal do Commercio*, 13/05/1918, p. 2.

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 2.

No dia 11 de junho, os sócios da União Operária começaram a convidar diversos membros da sociedade e dos meios de comunicações para a tomada de posse da diretoria, da instalação da União em um novo endereço, localizado na Rua Barroso, nº 28, e da inauguração da bandeira da União³⁸⁷.

Para esta ocasião, foi escolhido como paraninfo o coronel João Martins de Araujo e sua esposa, além dos coronéis José Alves Junior e José Lopes da Silva. Foram escolhidos para serem os oradores oficiais Benjamin Franklin de Araujo Lima e os acadêmicos Paulo Eleutherio e Joaquim Gondim. Outras comissões foram compostas, como as que ficaram responsáveis pela recepção das famílias, composta por Abilio Zeferino da Costa, Odilon Octávio Elessondres³⁸⁸, Manoel Sérvulo da Silva³⁸⁹, Horacio Francisco de Siqueira e Juvenal Barbosa; e a de recepção às autoridades, tendo por membros Francisco Simões Pereira³⁹⁰, José Fernandes da Silva e Rubem de Carvalho; e da recepção à imprensa: Manoel Dorotheu, Anthenor Ferreira dos Santos e Euclides Pereira³⁹¹.

Desta forma, no dia 16 de junho de 1918, foi instalada oficialmente – agora com um estatuto constituído, uma bandeira e em uma nova sede – a “União Operária Nacional”. A sessão foi aberta pelo representante do governador Hamilton Mourão, seguido pelo presidente da União Operária, Joaquim Ferreira.

Após a fala do presidente, o orador oficial Benjamin Franklin de Araujo Lima, começou o seu discurso onde “[...] discorreu sobre todos os períodos do movimento socialista mundial, [...] o dr Araujo Lima teve palavras de insitamento aos operários, mostrando-lhes o verdadeiro caminho a seguir através de todas as vicissitudes e de todos os empreendimentos em prol da elevação moral e material da classe”³⁹².

E, por último, falaram o acadêmico Paulo Eleutherio e a menina Neusa Ferreira, e em seguida aos discursos ocorreu a inauguração da bandeira da União, contando com seus paraninfos, com a banda de música da Força Policial, além de vários representantes da sociedade, da imprensa e de várias associações³⁹³.

³⁸⁷ *Jornal A Capital*, 11/06/1918, p. 2

³⁸⁸ Possuía uma estância, foi funcionário da Inspetoria de Saúde do Porto e chefe de máquinas do vapor Tavares de Lyra (TELES, 2018, p. 83).

³⁸⁹ Destacou-se no cenário da militância local, participando da diretoria do Sindicato dos Cigarreiros e escrevendo artigos em folhas operárias como *Vida Operária* e *Extremo Norte*, Contribuiu na formação de diversos sindicatos, a exemplo dos estivadores (TELES, 2018, p. 83-84).

³⁹⁰ Foi auxiliar de comércio (TELES, 2018, p. 83).

³⁹¹ *Jornal do Commercio*, 15/06/1918, p. 1.

³⁹² *Jornal do Commercio*, 17/06/1918, p. 1 e 2.

³⁹³ *Ibid.*, p. 2.

Pinheiro & Pinheiro conseguiram ter acesso ao livro de atas, assim como ao livro de registros de associados, “[...] contendo cinquenta páginas com aproximadamente 1.100 registros, no qual aparecem nomes e dados pessoais dos sócios que ingressaram”³⁹⁴ na União entre os períodos de 1918 a 1926. Possibilitando montar duas tabelas: a primeira mostrando a origem de cada trabalhador associado, e a segunda apresentando uma lista com as principais profissões assumidas por cada associado.

Passado um mês de seu surgimento, a “União Operária Nacional” começa a aparecer para a sociedade amazonense com uma convocação para confeccionar um plano de ação para buscar resolver a situação pela qual a sociedade amazonense estava passando neste momento, conforme noticiado pelo jornal *A Capital*:

A convite da sociedade União Operaria Nacional estiveram reunidas ante-hontem, 10, na sede daquelle grêmio de trabalhadores, varias delegações de sociedades operarias, afim de tomarem deliberações sobre a situação em que se encontram as classes laboriosas. Presidiu os trabalhos o dr. Alcides Bahia, official de gabinete do exmo. sr. dr. governador do Estado, para esse fim distinguido pela commissão convocadora da reunião. Tomaram logares á mesa, ainda, os srs. Drs. Ayres de Almeida, superintendente municipal; Benjamin de Sousa, director da Imprensa Publica; Paulo Eleutherio, presidente da União Academica; srs. Commendador Luiz Eduardo Rodrigues, presidente da Associação Commercial; Giullio de Cesare Roberti, presidente da Associação Commercial dos Retalhistas e Joaquim José Ferreira, presidente da União Operaria Nacional³⁹⁵.

Nesta primeira parte do artigo do jornal, presenciamos a tentativa por parte da União Operária de organizar uma reunião com as principais lideranças governamentais e comerciais da cidade, que eram os que estavam compondo a mesa do debate, juntamente com a figura do presidente da União Operária. Porém, podemos perceber que não encontramos lideranças das classes operárias na mesa, pois eles estavam presentes na forma de expectadores, sendo seu representante Joaquim José Ferreira que era o presidente da União Operária.

Vemos aqui ocorrer uma tentativa de “aliança pluriclassista”³⁹⁶, tendo como foco de combate as dificuldades que a cidade estava passando durante esses últimos anos, principalmente a classe dos trabalhadores. Entretanto, segundo Castellucci (2004)

³⁹⁴ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 185-187.

³⁹⁵ Jornal *A Capital*, 12/07/1918, p. 1

³⁹⁶ Este termo foi utilizado por Aldrin Castellucci (2004) para explicar uma aliança feita entre a população nacional do Rio Grande do Sul contra a exploração dos capitalistas estrangeiros que possuíam a concessão da ferrovia federal. Cf. CASTELLUCCI, 2004, p. 162.

esse tipo de aliança é perigosa, pois corre “[...] o risco de o movimento operário virar massa de manobra nas mãos de uma das frações da burguesia ou dos governos”³⁹⁷.

Neste caso específico, a tentativa iniciada pela União Operária veio muito ligada às concepções que estavam regendo a ideologia interna da associação. Podemos levantar uma hipótese sobre a corrente ideológica que regia a União, presenciando uma característica de um “sindicalismo reformista”, mesmo que a palavra sindicalismo não esteja presente na nomenclatura da União³⁹⁸. Outro ponto que nos ajuda a esclarecer ainda mais a linha ideológica da União é a ligação de seus associados ao jornal *Vida Operária*, que viria a ser fundado em 1920, e que

[...] trouxe em suas páginas uma proposta política pautada na luta parlamentar, onde o jogo político-partidário e eleitoral era não somente aceito como também visto como o meio pelo qual, através dos representantes eleitos e compromissados com a causa operária (fossem operários ou “simpatizantes” de tal causa), seriam elaboradas as leis que assegurassem justiça social³⁹⁹.

Além de ter em seus quadros de colaboradores Anacleto José dos Reis, assim como Guilherme de Oliveira⁴⁰⁰. Teles comenta que o jornal *Vida Operária* “[...] se posicionava a favor da organização operária tanto por sociedades de classe (pode-se dizer também ofício) quanto por associações pluriprofissionais”⁴⁰¹, além de flertar com o positivismo. Segundo Batalha, essa vertente do sindicalismo “[...] para ver atendidas as reivindicações apresentadas, qualquer ajuda era bem-vinda, inclusive a intermediação de advogados, políticos, autoridades”⁴⁰².

Entretanto Marcelo Badaró Mattos coloca que “[...] o termo reformista também se presta a variadas interpretações, pois havia reformistas que se definiam pela recusa ao modelo de colaboração de classes, diferenciando-se explicitamente daqueles a quem eles também denominavam pejorativamente ‘amarelos’”⁴⁰³.

No entanto, essa situação fica cada vez mais esclarecida com a continuidade do artigo:

³⁹⁷ Ibid., p. 162.

³⁹⁸ Em seu trabalho, Pinheiro & Pinheiro (2017) demonstram uma mudança na nomenclatura do nome desta associação, que “em 19 de julho de 1923, mudariam sua designação, assumindo-se como *Sociedade União Operária do Amazonas*, mas já em 1928 passaria a ser designada apenas como União Operária Amazonense” (PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 193).

³⁹⁹ TELES, Luciano Everton Costa. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos**: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. p. 82.

⁴⁰⁰ TELES, 2015, p. 62-63. Cf. TELES, 2018.

⁴⁰¹ TELES, 2015, p. 155 e 168.

⁴⁰² BATALHA, 2000, p. 33.

⁴⁰³ MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. p. 131.

Aberta a sessão, tomou a palavra o sr. Nicodemos Pacheco, orador da comissão promotora, que explicou sufficientemente os fins da reunião, tendo palavras de sincera exactidão do que ora se passa nas classes laboriosas. Succedeu-lhe o Sr. Joaquim Gomes Evangelista, vice-orador, cujo discurso foi uma justificativa da atitude operária em face do momento, collocando-se ao lado das autoridades constituídas e cooperando com elas para a solução do problema. Terminou propondo a transmissão de um telegrama ao sr. presidente da Republica, secundando a acção possível na occasião⁴⁰⁴.

Presenciamos, assim, uma tentativa de colaboração entre a União Operária e as autoridades. Segundo Tiago Bernardon de Oliveira, outra distinção que precisamos fazer é entre “socialistas” e “colaboracionistas”.

A principal diferença é que os socialistas, ainda que, como veremos, tendessem cada vez mais a adotar estratégias reformistas, tinham como objetivo final o socialismo: a criação de uma nova ordem alternativa à capitalista. Enquanto isso, os “colaboracionistas” pretendiam, no máximo, algumas alterações que propiciassem a melhoria de condições de vida e de trabalho dos operários, sem questionar a estrutura social vigente, ou apenas tirar proveito ou beneficiar políticos e empresários⁴⁰⁵.

O que nos revela até o momento é que, devido às condições em que operariado se encontra, assim como o restante da população, os líderes da União Operária estão tentando tirar proveito da situação para tentar resolver problemas específicos dos trabalhadores.

Após o discurso inicial de seus oradores, os outros membros da mesa tomaram também a palavra. E, neste caso, foi o acadêmico Paulo Eleuterio que justificou as medidas que estavam sendo tomadas, além de apresentar uma proposta àquela assembleia.

Logo em seguida, Gomes Evangelista retoma a palavra, assim com Anacleto José dos Reis, ambos defendendo as propostas de Paulo Eleuterio. Porém, segundo o jornal, o discurso do sr. Guilherme Oliveira⁴⁰⁶ que “[...] occupou a attenção da assembleia sobre a questão do syndicalismo e do cooperativismo, desenvolvendo as

⁴⁰⁴ Jornal *A Capital*, 12/07/1918, p. 1.

⁴⁰⁵ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização operária na República excludente**: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. p. 77.

⁴⁰⁶ Foi colaborador do Jornal *Vida Operária*, que iniciou a circular na cidade de Manaus em 8 de fevereiro de 1920, e teve seu último número no dia 26 de setembro do mesmo ano. Publicou dois artigos no jornal: um com título “Aurora Promissora”, na primeira edição do jornal e o segundo artigo na edição de número seis com o título “Outro Rumo”, onde Guilherme de Oliveira explica os motivos de não fazer greve, assim como seus resultados contraproducentes (TELES, 2015, p. 62 e 139; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 203; PINHEIRO, M., 2015a, p. 214).

idéas que tem a respeito, desde 1901, possuindo a respeito um programa que apresentará opportunamente”⁴⁰⁷.

Terminado o discurso de Guilherme Oliveira, foi aprovada pela assembleia constituída a proposta apresentada pelo presidente da União Acadêmica. Vindo a falar a respeito da “[...] mesma o Sr. dr. Ayres de Almeida, que apresentou á assembleia o decreto federal sobre a carestia de vida”⁴⁰⁸ e em seguida Alcides Bahia ficou responsável por encerrar a sessão congratulando-se pelos resultados da mesma.

Na mesma edição do jornal, foi publicada a proposta aprovada pela Assembleia, que apresentava propostas por meio de cinco pontos, estando dois abaixo:

I - Demonstração de solidariedade e de applauso á attitude em que, no momento actual, se tem collocado o governo do Estado, revelando-se digno da confinação do povo, a quem procura amparar na sua saúde e no seu futuro.

II - Moção telegraphica ao exmo. Sr. dr. Wenceslau Braz, presidente da Republica, secundando os esforços do governo do Estado, das associações commerciaes e autoridades consulares, agradecendo o que há feito em prol da alimentação publica e confiando á acção e ao patriotismo de s. exc. A remoção dos obstáculos que paralyam as forças vitae do Amazonas⁴⁰⁹.

Nestes dois pontos, podemos perceber elogios ao governo do estado frente às dificuldades que estavam passando principalmente com a carestia, ponto já tratado neste trabalho. A carestia se manteve durante quase toda essa década de 1910, mesmo havendo tentativas para solucioná-la, porém sempre sofrendo empecilhos, principalmente por parte do comércio de determinados produtos, principalmente aqueles controlados por firmas estrangeiras.

Em razão disso, a solicitação de ajuda ao governo federal que venha em favor do estado, para tentar auxiliar e remediar a situação da alimentação pública estadual. Enquanto o segundo ponto busca uma solução fora do estado, o terceiro vai buscar uma solução dentro da própria região, como veremos a seguir:

III - Solicitação a todos os operários ou a quaesquer elementos sociaes, possuidores de terras, que façam nellas o cultivo do feijão, milho, arroz, hortaliças, etc, mesmo em modesta escala, para o consumo privado, adquirindo sementes na Secção de Agricultura do Estado e subsequentes auxílios necessários ás pequenas lavouras e criação⁴¹⁰.

⁴⁰⁷ Jornal *A Capital*, 12/07/1918, p. 1.

⁴⁰⁸ Jornal *A Capital*, 12/07/1918, p. 1.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p. 1.

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. 1.

Aqui percebemos a primeira tentativa por parte de ação direta da União Operária de incorporar os trabalhadores da cidade como agentes ativos, essencial para o funcionamento do plano de ação que visava resolver o problema da carestia.

Outra situação que podemos perceber por parte da União é a de tentar desvencilhar estes operários dos “meliantes e vadios” presentes na cidade, pois estariam dando uma solução àqueles trabalhadores desempregados, assim como para o restante da população uma possibilidade de trabalhar, mesmo que não fosse na sua profissão, mas com isso poderiam adquirir alimentos para a sua subsistência, assim como a possibilidade de conseguir alguma renda com a venda dos produtos cultivados.

O quarto e quinto ponto são mais dedicados à classe operária e à tentativa de mudança de mentalidade econômica da cidade.

IV - Adaptação das nossas corporações operárias, ao regimen dos sindicatos e a organização de uma cooperativa de consumo entre os proletários, mediante entendimento geral das associações de classes trabalhadoras que adoptarem o syndicalismo e o cooperativismo.

V - Promoção de uma propaganda tenaz em torno da intensificação do trabalho sob todos os seus aspectos, assim como em favor da mais severa economia e previdência, abolidas, como impatrióticas, todas as despesas consideradas superfluas a quasquer indivíduos ou corporações⁴¹¹.

No quarto ponto, vemos um pouco do retorno à discussão sobre a questão das organizações dos trabalhadores da cidade de Manaus e, novamente, sobre a questão do sindicalismo, já tão debatido na folha operária *A Lucta Social*. Segundo o periódico operário “[...] os sindicatos operários não podem de modo nenhum ser comparados aos clubs políticos, nem ás irmandades religiosas, nem ás sociedades de arte ou sciencia”⁴¹².

Aqui podemos verificar mais uma vez um pouco dos ideais socialistas, mesmo presenciando a questão do “colaboracionismo”, também presente na União Operária. Podemos presenciar essa pluralidade de pensamentos em outras partes do Brasil, não sendo de exclusividade da União Operária aqui do Amazonas. Benito Bisso Schmidt (1999), trabalhando com a “União Operária do Rio Grande” percebe:

que a sociedade abrigava em seu seio correntes com orientações diferenciadas: socialistas, anarquistas e mutualistas, além daqueles que simplesmente queriam usufruir dos benefícios oferecidos pela associação, como montepio, cooperativa, escola, atividades artísticas e recreativas etc⁴¹³.

⁴¹¹ A CAPITAL, 12/07/1918, p. 1

⁴¹² Jornal *A Lucta Social*, 27/02/1914, p. 1

⁴¹³ SCHMIDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” do Rio Grande (1893-1911). *Cadernos. AEL*, v. 6, n. 10/11, p. 147-169, 1999. p. 153.

E essas diferenças ficavam bem mais visíveis quando ocorria a necessidade de uma colaboração entre os trabalhadores, políticos e empresários, que, no máximo, desejavam algumas “[...] alterações que propiciassem a melhoria de condições de vida e de trabalho dos operários”⁴¹⁴. Além de possuir a ideia da implementação de sindicatos mais organizados, chegando a formar também cooperativas de trabalhadores no estado do Amazonas.

Esta ideia da formação de uma cooperativa esteve presente também na “União Operária do Rio Grande”, onde, segundo Benito Bisso Schmidt (1999), se menciona a participação de um militante socialista português, Antonio Guedes Coutinho, que dentre as ações “[...] ele apresentou o projeto e o desenho da bandeira da entidade, propôs a comemoração do 1º de maio e a criação de uma cooperativa”⁴¹⁵ junto à “União Operária do Rio Grande”. Portanto, notamos semelhanças entre as duas Uniões Operárias, tanto a respeito da formação ideológica como na ideia de formação de cooperativas de trabalhadores.

O último ponto das propostas faz referência à ampla divulgação da importância do trabalho em todos os aspectos, novamente tentando desvencilhar o trabalhador das classes perigosas, que tanto traziam preocupação para as autoridades.

Além de uma intensa campanha a favor da reestruturação econômica, eliminando as despesas supérfluas e impatrióticas, vemos aqui um pouco da crítica do comércio às empresas estrangeiras, principalmente, muitas vezes acusadas de serem antipatrióticas e que tinham grande influência na capital.

Após essa assembleia e essas decisões tomadas em conjunto, não encontramos outras notícias sobre o desenrolar deste fato nem pelos jornais, nem em outras fontes utilizadas neste trabalho, ficando assim uma lacuna quanto ao aceite ou não das decisões tomadas e se as mesmas foram colocadas em prática.

Entretanto, Pinheiro & Pinheiro em seu trabalho nos remetem ao fato da União ter permanecido ativa até meados de 1928, mudando sua nomenclatura para “União Operária Amazonense”. Sua atuação era constantemente questionada pelo jornal operário *Extremo Norte*⁴¹⁶, que era “[...] refratário à ação direta e ao conflito de classes, condena o recurso à greve e pregava a negociação entre os operários e seus patrões”⁴¹⁷.

⁴¹⁴ OLIVEIRA, T., 2003, p. 77.

⁴¹⁵ SCHMIDT, 1999, p. 152.

⁴¹⁶ O *Extremo Norte* foi o primeiro jornal operário a surgir na década de 1920, saindo no dia 14 de janeiro de 1920. “O conteúdo presente no jornal tratava de assuntos relacionados ao viver operário e os tinha como público alvo” (TELES, 2015, p. 167; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 200).

⁴¹⁷ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 200.

Contudo Pinheiro & Pinheiro elencam que “[...] seria um erro pensar que o jornal seguiu sempre nessa linha conservadora”⁴¹⁸, pois foi possível “[...] encontrar nele um conjunto de artigos e matérias dissonantes, assumindo posições mais progressistas e trazendo em seu bojo referências a perspectivas revolucionárias”⁴¹⁹.

Esse choque entre o *Extremo Norte* e a União Operária ocorria principalmente, pois o periódico apontava para uma “[...] defesa da organização dos operários por classe”⁴²⁰ criticando assim a posição assumida pela União na organização dos operários. Porém, Teles enfatiza que as “[...] críticas estabelecidas no jornal Extremo Norte atinge também o Centro Operário, uma vez que a posição tomada quanto a esta questão era a mesma da União Operária Nacional”⁴²¹.

Dentre os grandes movimentos que ocorreram após esse período de 1918, podemos citar a greve geral que ocorreu na cidade de Manaus no ano de 1919, contando com a participação de alguns membros da “União Operária Amazonense”, que foram Eslebão Luz, Anacleto Reis e Cursino Gama⁴²². Outra tentativa de greve geral veio a surgir em abril de 1921, que “[...] voltou a animar algumas lideranças e categorias operárias, mas a proposta não teve a adesão esperada, em que pese ter sido acolhida por associações importantes como a União Operária, o Centro Operário...”⁴²³.

A União retorna ao cenário dos movimentos nos idos de 1923. A primeira reaparição foi a sua participação como mediadora e apoiadora do movimento grevista iniciado pelos operários da *Amazon Engineering*, entre os dias 15 e 20 de junho de 1923, no qual conseguem ter atendidas suas reivindicações de jornada de oito horas de trabalho, sem a diminuição de seus salários⁴²⁴.

Desta forma vemos uma intensa participação da União, que durante esse período da década de 1920, teve modificações em sua nomenclatura além de passar por outras mudanças. Podemos perceber que, em alguns momentos de luta, a própria ideia que geraria essa associação também variou bastante, indo de mediações entre patrão e

⁴¹⁸ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 201.

⁴¹⁹ Ibid., p. 201.

⁴²⁰ TELES, 2015, p. 168.

⁴²¹ Ibid., p. 169.

⁴²² João Cursino da Gama, foi um importante líder operário socialista, originário do Estado de Pernambuco, se deslocando para Manaus, no início do século XX. Na cidade passou a participar na organização dos trabalhadores, ajudando a fundar associações, partido operário e jornais dos quais participou. Cf. TELES, Luciano Everton Costa. João Cursino da Gama: a trajetória de uma liderança operária socialista no Amazonas (1902-1935). *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 9, n. 1, p. 138-154, dez. 2017.

⁴²³ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 229.

⁴²⁴ Ibid., p. 232.

empregados até a disputa direta pelos direitos dos trabalhadores, que formaram as greves que contaram com sua participação direta ou indireta.

Veremos que a União não foi a única a disputar o espaço entre os trabalhadores durante esse período. Vamos ver nascer o Centro Operário, com a presença de antigos participantes da União.

2.2.3 Centro Operário do Amazonas

A “União Operária Nacional no Amazonas” não será a única organização de importância que irá surgir no estado do Amazonas no final da década de 1910. No dia 22 de dezembro de 1918, iremos presenciar o aparecimento do “Centro Operário Amazonense”⁴²⁵. Segundo Pinheiro & Pinheiro (2017) essas duas organizações operárias “[...] passariam a concentrar o processo de mobilização dos trabalhadores e de dirigí-los nos movimentos de confronto com seus empregadores, fosse o Estado, as firmas concessionárias dos serviços públicos, ou os proprietários de lojas, fabricas e oficinas”⁴²⁶.

Como vimos anteriormente, a União Operária nasce com uma concepção ligada ao socialismo reformista, porém apresentando uma gama de variedades ideológicas, utilizadas conforme a necessidade lhe condiz. Já o Centro Operário caminharia “[...] pela beneficência, centrando-se, não numa perspectiva proativa da luta pela criação de direitos, mas pela defesa dos (poucos) já alcançados”⁴²⁷. Mattos (2008) coloca que “[...] a existência de partidos e sindicatos como experiências de associações de trabalhadores urbanos não significou, porém, a extinção das modalidades mutuais de associativismo (e muito menos das irmandades)”⁴²⁸.

E isso se pode verificar na constituição do seu estatuto:

§1º promover a defesa dos direitos do proletariado deste Estado.

§2º prestar aos seus associados todo e qualquer auxilio, quer moral quer material, em toda e qualquer emergência, amparando-os especialmente nos casos de falecimento, moléstia e penúria, bem assim as suas respectivas famílias⁴²⁹.

Podemos assim comprovar o que alerta Batalha (1999), sobre “[...] a ideia de que as novas sociedades de resistência substituiriam definitivamente as velhas

⁴²⁵ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 193.

⁴²⁶ Ibid., p. 193.

⁴²⁷ Ibid., p. 194.

⁴²⁸ MATTOS, 2008, p. 137.

⁴²⁹ PINHEIRO, L., 2017b, p. 344.

sociedades mutualistas é falsa”⁴³⁰. Segundo o autor “[...] algumas das velhas sociedades acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistências adotaram práticas assistências”⁴³¹.

Batalha em trabalho posterior que tem como título “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil...”, nos lembra que a produção acadêmica, nos últimos anos,

Tem tratado das sociedades de auxílios mútuos adota dois enfoques distintos – em princípio, não contraditórios – para lidar com essas organizações. Um concebe o mutualismo como um fenômeno mais amplo e pluriclassista e outro prefere interpretá-lo como uma das formas de organização dos trabalhadores. O primeiro privilegia a dimensão propriamente mutualista/previdenciária dessas organizações, ao passo que o segundo está mais atento para os aspectos que transcendem o mutualismo e que estão presentes nas intenções e nas práticas das associações⁴³².

E dentro dessas abordagens, Batalha nos dá como exemplos: Tânia Regina de Luca, Adhemar Lourenço da Silva Junior, Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus, trabalhando com a primeira abordagem, e que segundo ele guardam em comum:

A defesa do mutualismo como fenômeno amplo, diversificado e aberto a diferentes segmentos sociais; a crítica à concepção do mutualismo como predecessor dos sindicatos e a insistência na diferenciação e na ausência de vínculos entre mutuais e outras formas organizativas, tais como corporações de ofício, as irmandades leigas e os sindicatos⁴³³.

E no caso da segunda abordagem, Batalha observa que “[...] apesar das diferenças entre vários autores, estão presentes Claudio H.M. Batalha, Silvia Petersen, Beatriz Loner, Marcelo Badaró, Paula Nomelini, Rafaela Leuchtenberger, Osvaldo Maciel, Benito Schmidt, Alexandre Fortes, entre outros”⁴³⁴.

E essas características, ligadas ao primeiro caso da abordagem, presenciamos no Centro Operário, principalmente no segundo capítulo do estatuto desta associação, onde fala-se dos “[...] benefícios que você tem de distribuir aos seus associados”⁴³⁵. Outrossim o capítulo três, que trata das despesas com o funeral dos associados, dizendo

⁴³⁰ BATALHA, 1999, p. 47.

⁴³¹ Ibid., p. 47.

⁴³² BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 12-22, ago./dez. 2010. p. 13.

⁴³³ BATALHA, 2010, p. 13-14

⁴³⁴ Ibid., p. 14.

⁴³⁵ PINHEIRO, L., 2017b, p. 345.

que o Centro “[...] efetuara a despesa de funeral do associado, limitando-se em 200\$000, quando pelos interessados for esse benefício solicitado ou pela família”⁴³⁶.

O capítulo cinco do estatuto traz ainda mais evidências dessa ligação mutualista, pois abarca os direitos e deveres dos sócios, principalmente no Art. 12º onde o sócio deveria “[...] contribuir com a joia de 10\$000 no ato da entrada, ou em duas prestações dentro do prado prazo de sessenta dias”⁴³⁷. Além de pagar uma mensalidade de 2\$000.

Esses valores variavam nas sociedades de outras capitais, como no caso do Rio de Janeiro. Segundo Batalha⁴³⁸ a mensalidade de entrada em quase todas as sociedades era de 1\$000 ou poderia ser anual de 12\$000, e os valores das joias de entrada costumavam variar entre 5\$000 e 40\$000. Conforme comenta Castellucci, na Bahia havia distinção entre os filiados do “Centro Operário da Bahia” em agremiados ou associados. Neste caso, “[...] o primeiro pagaria 2\$000 de joia e \$500 de mensalidade, ao passo que o último teria que desembolsar uma joia de 5\$000 e mensalidades de 1\$000”⁴³⁹.

Outro ponto que aparece no estatuto do “Centro Operário do Amazonas” é a preocupação com a instrução do operário amazonense, que se encontra no capítulo primeiro, seção 5: “[...] ministrar aos seus agremiáveis o ensino teórico e prático, não só das ciências como das artes, criando para isso aulas noturnas”⁴⁴⁰, assim como a criação de escola para os agremiados, seus filhos ou tutelados⁴⁴¹. Podemos, novamente, encontrar essa característica em outros Centros, como no de Salvador, que estabelecia que essa “[...] organização deveria oferecer cursos ‘primário’, ‘secundário’, ‘acessório’ e ‘técnico’”⁴⁴². E que Castellucci considera ser “[...] tributário das preocupações que aqueles militantes sociais manifestaram, desde 1890, com a instrução como mecanismo de aquisição da cidadania política”⁴⁴³.

Já Batalha, em suas pesquisas para o Rio de Janeiro, considera que a principal preocupação com a instrução seria a “[...] qualificação profissional, o que equivaleria a

⁴³⁶ PINHEIRO, L., 2017b, p. 345.

⁴³⁷ Ibid., p. 348.

⁴³⁸ BATALHA, 1999, p. 60.

⁴³⁹ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M (Orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014. p. 73.

⁴⁴⁰ PINHEIRO, L., 2017b, p. 344.

⁴⁴¹ Ibid., p. 359.

⁴⁴² CASTELLUCCI, 2014, p. 72.

⁴⁴³ Ibid., p. 72.

um sistema de controle sobre o mercado de trabalho”⁴⁴⁴, havendo também “[...] a defesa profissional através de proposta de controle e proteção do mercado contra a concorrência”⁴⁴⁵.

E sobre a ideia de defesa profissional, assim como a proteção do mercado contra a concorrência, encontramos no capítulo quatro do estatuto, que versa sobre as condições de admissão dos sócios. Logo de início, já se percebe essa proteção contra a concorrência.

§1º ser brasileiro nato de ambos os sexos, artista ou operário em qualquer ramo de atividade humana.

§2º não está respondendo processo criminal.⁴⁴⁶

Constatamos que a concorrência não se dava entre os próprios brasileiros e sim contra os estrangeiros, então podemos perceber que a ideia do Centro era a de proteção dos interesses dos trabalhadores nacionais de ambos os sexos. Essa ideia contraria o próprio estatuto que, em seu capítulo primeiro, coloca que o Centro deveria “[...] incentivar a união entre o proletariado, estimulando o espírito de solidariedade como o melhor meio de manter a integridade moral e material da classe...”⁴⁴⁷.

Ainda sobre essa ideia de proteção, Mattos nos evidencia a existência de associações de caráter profissional. Elas “[...] reuniam trabalhadores geralmente do mesmo ofício ou empresa, o que as aproximava dos interesses coletivos dos seus associados no que tange às questões do mundo do trabalho”⁴⁴⁸.

Além disso, “[...] na ausência de qualquer política pública previdenciária e diante da realidade de baixos salários e alto custo de vida, a constituição de caixas por contribuição solidárias poderia ser decisiva para amenizar a dureza das condições de sobrevivência”⁴⁴⁹.

E que para isso ocorre que “[...] tais organizações precisavam equilibrar-se entre o orçamento apertado pela baixa subscrição cobrada – pois em contrário não associariam trabalhadores --, o número nem sempre elevado de sócios e o custo dos benefícios que pagavam”⁴⁵⁰. Isso também nos dá o motivo pelo qual muitas categorias seguiram a orientação proposta pelo Centro Operário⁴⁵¹, de defesa dos trabalhadores

⁴⁴⁴ BATALHA, 1999, p. 50.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 50.

⁴⁴⁶ PINHEIRO, L., 2017b, p. 344.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 344.

⁴⁴⁸ MATTOS, 2008, p. 94.

⁴⁴⁹ Ibid., p. 94.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 94.

⁴⁵¹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 196.

nacionais, bem como propostas de soluções muito mais práticas para os seus problemas e próximas às suas realidades cotidianas. Diferentemente da União Operaria, que conseguiu arregimentar parte dos trabalhadores sindicalizados do estado⁴⁵².

Assim como a União, o “Centro Operário do Amazonas” teve participação na greve de 1919 ocorrida na cidade de Manaus. Pinheiro observa que “[...] nitidamente a greve aparece como sendo uma forma de pressão pela aprovação do projeto de lei que tramitava na Câmara Federal em vias de ser votado em plenário”⁴⁵³. A autora ainda enfatiza que “[...] essa atitude demonstra que o processo de conscientização dos trabalhadores de Manaus ia caminhando no sentido da formulação de interesses próprios, passando pela percepção mais clara da dominação de classe”⁴⁵⁴.

O movimento teve início no dia 13 de maio de 1919 e durou até o dia 17 do mesmo mês. Para conseguir dar unidade ao movimento grevista, as categorias que estavam participando do movimento ficaram subordinadas ao “Comitê de Operários Amazonense” (COA), que tinha como presidente o gráfico Nicodemos Pacheco. Até aquele momento o COA estava vinculado ao “Centro Operário Amazonense”, cabendo desta forma a liderança do movimento a um membro do Centro, juntamente com membros da “União Operária Nacional”, como já mencionado.

Pinheiro explica que a ideia da construção de um Comitê seria de “[...] auxiliar as categorias que ainda não possuíam sindicatos e a ajudar a consolidar aquelas que já mantinham esse tipo de associação, como os estivadores”⁴⁵⁵. Entretanto, essa ideia de se montar um comitê para falar em favor dos trabalhadores, não é característica exclusiva de Manaus, pois presenciamos criações de Ligas que tinham essa função, como a Liga de Defesa Popular (LDP) no Rio Grande do Sul na greve de 1917⁴⁵⁶, assim como o Comitê de Defesa Proletária (CDP) em São Paulo, no ano de 1917⁴⁵⁷.

E como Lopreato salienta,

A singularidade da Greve Geral de 1917 está na orientação e coordenação do movimento pelos libertários. Auxiliados por socialistas...que colocou em prática o axioma da Internacional: a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores⁴⁵⁸.

⁴⁵² PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 196.

⁴⁵³ PINHEIRO, M., 2015a, p. 188.

⁴⁵⁴ Ibid., p. 189.

⁴⁵⁵ PINHEIRO, M., 2015a, p. 189.

⁴⁵⁶ QUEIRÓS, 2016, p. 44.

⁴⁵⁷ LOPREATO, 2000, p. 54.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 54.

Presenciamos assim a herança de luta e resistência entre os trabalhadores de todas as categorias, não apenas daqueles que estariam ligados ao Centro, a União ou aos estivadores, mas a uma tradição mais antiga que as ideologias presentes. Principalmente, como já comentado, o Centro, juntamente com a União, englobava uma grande quantidade de trabalhadores em seus quadros de sócios. Devido a isso, presenciamos uma grande diversidade de trabalhadores dentro do Comitê, ligados às duas grandes associações da cidade, assim como trabalhadores sem nenhuma ligação a ambas ou à outras associações.

Segundo Pinheiro & Pinheiro “[...] a atitude dos grevistas foi pautada pela ênfase dada pelas lideranças na moderação e na ideia de que a vitória seria conquistada mais facilmente se eles conseguissem a mediação e o apoio das autoridades constituídas”⁴⁵⁹, essa característica já havia sido observada como estratégia da União Operária e, como tentativa de suas reivindicações serem atendidas, levou-os a telegrafar ao “[...] Presidente da República e aos representantes amazonenses no Congresso Nacional explicitando suas demandas”⁴⁶⁰.

Entretanto, devido

A demora na aceitação da proposta pelas firmas estrangeiras gerou impasse e o movimento, radicalizando suas ações, provocou tumultos e alguns atos de violências contra fura-greves e contra o patrimônio daquelas firmas. A radicalização do movimento foi acompanhada por uma ação truculenta da polícia, que passou a assediar e pressionar os grevistas, enquanto alguns de seus praças assumiam as direções dos bondes da cidade⁴⁶¹.

Após estes acontecimentos, a greve persistiu ainda por quatro dias, terminando no dia dezessete de maio “[...] com as firmas estrangeiras cedendo à pressão dos trabalhadores, da imprensa e das autoridades estaduais”⁴⁶². Contudo, essa decisão ainda caberia ser aprovada pelas matrizes europeias e norte americanas.

Desta forma, nesta seção percebemos, através dessas associações que se constituíram no estado, que os esforços para tentar resolver os diversos problemas que os trabalhadores estavam passando durante esse período da Primeira Guerra foi constante, passando por diversas ideologias presentes no mundo do trabalho manauara. A história de lutas continuará na próxima seção mostrando o embate dos trabalhadores através da data emblemática que foi o Primeiro de Maio.

⁴⁵⁹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 225.

⁴⁶⁰ Ibid., p. 225.

⁴⁶¹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., loc cit.

⁴⁶² Ibid., p. 225.

2.3 ENTRE COMEMORAÇÕES E LUTAS – O PRIMEIRO DE MAIO DURANTE O PERÍODO DA GRANDE GUERRA.

Dando continuidade aos nossos debates sobre os trabalhadores e suas formas de lutas e reivindicações, chegamos a um momento bastante marcante dentro da historiografia do movimento operário global, que é o das comemorações do 1º de maio e seus vários significados dentro do movimento dos trabalhadores. No artigo “Dia de festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920”⁴⁶³, Isabel Bilhão (2013) vai analisar “[...] as transformações no significado e nas formas de comemorar o Primeiro de Maio, bem como os embates entre líderes operários, Igreja Católica e governo em torno de suas celebrações no Brasil ao longo dos anos 1920”⁴⁶⁴.

Segundo Bilhão (2013), a representação do Primeiro de Maio durante a década de 1920 “[...] passou por muitas disputas que geraram transformações em suas formas de comemoração e mesmo em seu significado, marcando posições de distintos grupos que tentaram legitimar suas orientações ideológicas, formas de atuação e representação frente à sociedade e ao operariado”⁴⁶⁵.

E essas disputas não ocorriam somente com o Primeiro de Maio, como observa Queirós (2013); essas disputas ocorrem também com o próprio 7 de setembro, na qual esta data, assim como o Primeiro de Maio, faz parte de um conjunto de rituais “[...] fundados na possibilidade de dramatizar valores globais, críticos e abrangentes da nossa sociedade”⁴⁶⁶. Desta forma “[...] tais rituais contrastam com outros de caráter classista ou regional, pois se pretendem universais, com um significado que abranja todos os membros da coletividade”⁴⁶⁷.

Portanto, nosso trabalho se concentrará no período de 1914 a 1918, observando os discursos produzidos sobre o Primeiro de Maio na cidade de Manaus, através das folhas operárias que circularam durante o período estabelecido, assim como os jornais

⁴⁶³ BILHÃO, Isabel. Dia de festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. **Revista de Historia Iberoamericana**, v. 6, n. 1, p. 29-55, jan./jun. 2013.

⁴⁶⁴ BILHÃO, 2013, p. 29.

⁴⁶⁵ BILHÃO, 2013, p. 50.

⁴⁶⁶ DAMATTA, 1987 *apud* QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Dia da Independência e a disputa pelo espaço simbólico: a greve de 1919 em Porto Alegre. **Revista Litteris**, v. 2, n. 12, p. 470-480, set. 2013. p. 474.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 474

da grande imprensa, observando e fazendo as análises críticas merecidas sobre a visão que estes jornais produziram sobre este dia tão marcante para a classe laboriosa.

Desta forma, o caráter ritualístico e simbólico do Primeiro de Maio foi escolhido de forma estratégica por suas lideranças, como nos explica Chauí:

Por que maio? Várias memórias estão presentes na escolha do dia e do mês: o massacre de 9 trabalhadores, em Milwaukee, e 6, em Chicago; a declaração do trabalhador Gabriel Edmonston de que ‘oito horas serão a jornada de trabalho legal, a partir de 1º de maio de 1886’; o fato de que, no Estado de Nova York, o mês de maio era o mês de mobilização dos trabalhadores; o fato de que, mantendo a tradição dos camponeses europeus do mês de maio como mês de renovação da natureza com a primavera, desde 1789, eram plantadas as ‘árvores da liberdade’, o milho em francês ‘mais’ como ‘símbolos da revolta, monumentos de insurreição’.⁴⁶⁸

E é neste momento de visibilidade do trabalhador no espaço urbano manauara, essencialmente neste contexto de diversas crises econômicas, políticas e sociais, além da problemática da guerra, que os trabalhadores se mostram à cidade, assim como na greve, e a retomam de uma forma ritualística.

Michelle Perrot (1988) nos fala que a,

história do Primeiro de Maio de 1890 – na França e na Europa, o primeiro de todos os Primeiros de Maio – é, sob vários aspectos, exemplar. Resultante de um ato político deliberado, essa manifestação ilustra o lado voluntário da construção de uma classe – a classe operária -, à qual os socialistas tentam dar unidade política e cultural através daquela pedagogia da Festa cujo princípio, eficácia e limites há muito tempo tinham sido experimentados pela Revolução Francesa.⁴⁶⁹

Segundo Luciana Barbosa Arêas, há várias interpretações sobre o Primeiro de Maio, bem como de suas influências sobre as formas de comemoração. Desta forma a autora apresenta quatro interpretações, na qual a primeira seria como: um dia de lembrança e luto pelos militantes mortos em Chicago (1886), além dos mortos em Chicago, deveriam ser lamentadas as mortes de outros militantes, como a do anarquista espanhol Francisco Ferret. E desta forma “[...] como um dia que lembrava lágrimas, o Primeiro de Maio não poderia ser comemorado com festas e manifestações de alegria, mas sim com protestos”⁴⁷⁰. A segunda interpretação seria a de que este dia seria o ponto de partida na conquista da jornada de oito horas de trabalho, estando diretamente relacionada com a própria origem da data. A terceira interpretação seria a de um dia de

⁴⁶⁸ CHAUI, 1990 *apud* COSTA, F., 2014, p. 177-178.

⁴⁶⁹ PERROT, 1988, p. 127.

⁴⁷⁰ ARÊAS, Luciana Barbosa. As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930). *História Social*, Campinas, n. 4/5, p. 9-28, 1997. p. 19.

grande revolução social, e que esse dia seria visto como o prenúncio dessa revolução. E a última interpretação, é a que seria o dia do despertar da consciência de classe e que, “[...] nessa data em especial o operariado surgiria como um bloco unido e forte”⁴⁷¹. Desta forma, analisaremos como transcorreram as comemorações do Primeiro de Maio de 1914 na cidade de Manaus, e seu conteúdo simbólico para os trabalhadores.

Sabemos que a tradição do Primeiro de Maio em Manaus já havia tido grande repercussão dentro da cidade em anos anteriores, desde sua primeira comemoração na cidade. Luís Balkar Pinheiro nos relata que “[...] pela nascente imprensa operária amazonense, os trabalhadores gráficos de Manaus, por intermédio de seu jornal de propaganda, fizeram circular, em 1892, uma saudação à data, concitando os trabalhadores à mobilização e à luta por direitos”⁴⁷².

Com o tempo, as comemorações foram ganhando adesões “[...] entre os trabalhadores e simpatizantes da população citadina, a consolidação do 1º de Maio em Manaus refletia também o adensamento de trabalhadores na cidade”. Pinheiro nos mostra que, observando as matérias produzidas na imprensa amazonense nos primeiros anos do século XX,

[...] as comemorações do 1º de Maio em Manaus haviam se estruturado em um ritual celebrativo que foi sendo aperfeiçoado e atualizado ao longo de toda a República Velha. Se, em 1904, as comemorações concentravam-se na sede do Centro Operário, nos anos seguintes o movimento incorporou as passeatas e os discursos públicos como peça central das manifestações⁴⁷³.

Essa consolidação das comemorações na cidade pode ser observada através das manifestações ocorridas no ano de 1914, relatadas pelo jornal operário *A Lucta Social* de 1º de junho de 1914:

Apesar de varias dissensões ávidas, (injustificadas porém), entre as classes trabalhadoras, o proletariado amazonense deu provas de que estuda as questões sociaes, conhecendo perfeitamente os seus deveres e, não deixando postergados os seus lídimos direitos.

[...]

Os estudantes uniram-se ao operariado e aprestaram-se em levar por diante a cauza que, fatalmente, por lei natural da evolução cosmolojica, será um dia palio onde se albergarão as novas jerações num sublime abraço de fraternidade, tendo por lema o Amor e o Trabalho.

⁴⁷¹ ARÊAS, 1997, p. 25.

⁴⁷² PINHEIRO, L., 2017b, p. 124. Cf. CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manauara (1890-1930). *Revista Hydra*, v. 1, n. 1, p. 226-236, mar. 2016; VIEIRA, Ana Amélia Bittencourt. **Uma data e dois discursos**: o Primeiro de Maio na imprensa cotidiana de Manaus (1898-1914). Manaus: Universidade do Amazonas; MIMEO, 1995.

⁴⁷³ PINHEIRO, L., 2017b, p. 128.

Foi assim que o operariado amazonense interpretou e sagrou o 1º de Maio levando a cabo manifestações diversas quer internas quer externas. Aquélas nas associações de classe, e estas na praça publica, tendo por ponto de partida o largo de S. Sebastião, o qual ás 16 óras se juntaram proletários e estudantes dando inicio ao comício do acadêmico Adail do Couto...⁴⁷⁴.

Logo no início, percebemos a crítica presente àqueles que não haviam comparecido ao ato em alusão/comemoração ao dia Primeiro de Maio. Porém, elogios foram tecidos à participação daqueles trabalhadores que compareceram ao movimento, fazendo considerações principalmente aos estudantes que estavam presentes, pois são os mesmos que levarão às próximas gerações essa ideia de luta e união entre trabalhadores e sociedade. Os estudantes, no caso, eram representados pelos acadêmicos da Universidade de Manáos, responsáveis por iniciar os eventos com o comício de Adail do Couto.

Após o término da intervenção do acadêmico Adail, quem tomou a palavra foi o tipógrafo e um dos redatores do jornal *A Lucta Social*, Joaquim Azpilicueta, que fez um resumo histórico, “[...] não só da data 1º de Maio como também estrenando-se maravilhosamente sobre a situação social, do operariado jeral e em particular do operariado amazonense”⁴⁷⁵.

Logo ao término do discurso de Azpilicueta, a massa que se reuniu na Praça de São Sebastião seguiu em direção à sede da Federação Marítima. Chegando ao local, outros tomaram a palavra: o trabalhador Fernandez Varela, que “[...] em poucas palavras saudou aquela Federação concitando aos marítimos a unirem-se solidamente tendo por diviza o Trabalho e por lema a Justiça”⁴⁷⁶. Em seguida, o comandante Cruz se manifestou e proferiu algumas palavras em nome da Federação.

O cortejo seguiu logo depois das palavras de Cruz, dirigindo-se pela Avenida Eduardo Ribeiro e “[...] dando entuziasticos vivas ao operariado livre, aos estudantes, e abaixo os tiranos sintetizados nos governos e estes caraterizados no Estado salva-guarda da burguezia infrene”⁴⁷⁷. Segundo Queirós “[...] a fim de desqualificar seu oponente e evidenciar a exploração capitalista”⁴⁷⁸, tanto os jornais como os panfletos operários “[...] caracterizavam o patronato como o grande explorador da classe operária, o parasita, o vampiro”⁴⁷⁹.

⁴⁷⁴ Jornal *A Lucta Social*, 01/06/1914, p. 4.

⁴⁷⁵ Jornal *A Lucta Social*, 01/06/1914, p. 4.

⁴⁷⁶ *Ibid.*, p. 4.

⁴⁷⁷ *Ibid.*, p. 4.

⁴⁷⁸ QUEIRÓS, 2016, p. 236.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 236.

A próxima parada do cortejo foi a Fábrica de Roupas Amazonense⁴⁸⁰, localizada na Rua da Instalação, denominada pelos trabalhadores de pequena *bastilha*⁴⁸¹. Claudio Batalha comenta que “[...] essa linguagem simbólica remete constantemente à Revolução Francesa. Assim, a Bastilha, símbolo por excelência da opressão sob o antigo regime, torna-se o discurso da militância operária: a fábrica – as ‘fábricas-bastilhas’”⁴⁸². Acrescentando o autor que “[...] isso não significaria que a imagem original não continuasse a existir lado a lado com o símbolo adaptado à opressão do mundo da indústria”⁴⁸³.

Foi o momento onde se deu a participação feminina neste evento, quando

As operárias d’aquela industria receberam os seus companheiros de trabalho como outrora, os cristão o fizeram a Jezus cobrindo a rua com aromáticas flores, que também derramaram sob as cabeças do operariado, desde o alto do edifício, orando em seguida a operaria Cecilia Miranda que leu um belo discurso no qual ipotecava a solidariedade de sua classe ao operariado irmão em luta e em sacrifícios⁴⁸⁴.

Neste ponto, é o momento de destacarmos a participação das operárias dentro desta comemoração do Primeiro de Maio e, igualmente, dentro do movimento dos trabalhadores. Principalmente das trabalhadoras da Fábrica de Roupas Amazonense, na qual praticamente 100% dos trabalhadores eram mulheres, onde, durante o período da década de 10 do século XX, ocorreram três paralisações. As paralisações ocorreram nos anos de 1911, 1912 e 1913⁴⁸⁵. O primeiro ponto de destaque foram as flores lançadas do alto da fábrica pelas operárias que, segundo Hobsbawm (1997), juntamente com as bandeiras vermelhas, são os únicos símbolos universais do movimento, presentes desde o início⁴⁸⁶.

⁴⁸⁰ No momento de sua instalação na cidade de Manaus, em 01 de outubro de 1910, a fábrica era de propriedade de B. Levy & P. de Mello, entretanto no ano de 1913 a fábrica já se encontrava sobre propriedade de Cunha & Ca. No momento de sua fundação contava inicialmente com 32 operárias, passando em 1913 para o número de 60. A maioria das operárias era de nacionalidade portuguesa, assim como os proprietários da firma (CAMPOS, 2010, p. 115-116.).

⁴⁸¹ *Jornal A Lucta Social*, 01/06/1914, p. 4.

⁴⁸² BATALHA, Claudio H. de M. “Nós filhos da Revolução Francesa”: a imagem da Revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 233-249, mar./ago. 1991. p. 243.

⁴⁸³ BATALHA, 1991, p. 243.

⁴⁸⁴ *Jornal A Lucta Social*, 01/06/1914, p. 4.

⁴⁸⁵ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 160-172.

⁴⁸⁶ HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 292.

Outro destaque desta paralisação foram as palavras proferidas pela portuguesa Cecília Miranda⁴⁸⁷, a única voz feminina que teve notoriedade dentro desta manifestação de Primeiro de Maio e que, porém, teve grande significado e força.

Logo após o término da participação de Cecília, da janela da *Caza Avaneza*, o acadêmico Euclides Bentes proferiu o seu discurso, no qual terminou saudando as operárias da Fábrica e “[...] convidando-as a seguirem no presito dos trabalhadores, pois que elas também eram exploradas!”⁴⁸⁸. Da mesma Fábrica fez surgir outro orador, que foi Tércio Miranda, tipógrafo e um dos editores do *A Lucta Social*, que “[...] dissertando sobre o dia 1º de Maio, o qual era consagrado – disse o orador – como o dia de finados do operariado, sintetizando os crimes ediondos de Chicago nas pessoas de oito libertários, e secundados pelos governos de todos os países”⁴⁸⁹.

O cortejo continuou agora com a importante participação das trabalhadoras da Fábrica de Roupas, que foram à frente da multidão. Podemos observar esse processo de ritualização nas greves em Porto Alegre, com a participação das mulheres, através de atos simbólicos, marchas e discursos:

As trabalhadoras tiveram uma participação visível nas demonstrações públicas da greve, contribuindo para que se tornasse espetáculo de rua e de teatro. “Moças operárias” dramatizavam sua adesão ao movimento grevista rasgando vestidos vermelhos para fazer laços que usavam orgulhosamente no peito como símbolo de classe. Elas também salientavam o entusiasmo geral marchando juntas pelas ruas da cidade levando um estandarte vermelho pedindo uma jornada de oito horas de trabalho. Nas semanas seguintes, as mulheres apareciam repetidamente em comícios e reuniões, individualmente, em delegações de até 50 pessoas e em audiências mistas. Algumas trabalhadoras falavam a multidões reunidas⁴⁹⁰.

Percebe-se, assim, uma ritualização e uma tradição das ações das operárias dentro dos movimentos reivindicatórios, marcando assim uma tradição de luta própria dentro do movimento operário.

Desta forma, juntamente com os outros trabalhadores e simpatizantes, seguiram o cortejo até o teatro Alcazar. Chegando ao teatro, que ficou lotado com os trabalhadores, recomeçaram os discursos com participação dos trabalhadores Angel

⁴⁸⁷ Segundo Pinheiro & Pinheiro (2017) “[...] o fato da oradora ter o mesmo sobrenome do sindicalista revolucionário português pode não ser mera coincidência, sendo provável a existência de alguns vinculo familiar. Cabe lembrar ainda, que assim como Tércio Miranda, maioria das operárias da fábrica eram também de origem portuguesa” (PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 170-171).

⁴⁸⁸ Jornal *A Lucta Social*, 01/06/1914, p. 5.

⁴⁸⁹ *Ibid.*, p. 5.

⁴⁹⁰ BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. **Revista Métis: história & cultura**, v. 2, n. 4, p. 181-224, jul./dez. 2003. p. 211-212.

Pérez Caballero e Tércio Miranda, seguido ainda pelos acadêmicos Paulo Eleuterio e Edgar de Castro. Dentre as diversas leituras possíveis, Costa (2014) nos lembra que este relato apresentado pelo *A Lucta Social* é um discurso de “[...] urgência da solidariedade necessária à unificação das diferentes correntes do movimento. Só a fraternidade entre a própria classe trabalhadores seria capaz de triunfar sobre a dominação imposta”⁴⁹¹.

Arêas (1997) vai um pouco mais além quando situa que “A cada ano, os militantes operários esforçavam-se ao máximo para conseguir reunir nas manifestações um número significativo de pessoas. Contudo, na busca desse objetivo enfrentavam uma série de obstáculos, dentre os quais a própria indiferença dos operários.”⁴⁹² Relembrando a fala inicial presente no discurso da *A Lucta Social* sobre as “varias dissensões ávidas”⁴⁹³, que eles porém sabiam que o proletário amazonense havia dado provas de conhecimento sobre a importância deste dia, pois era uma categoria que “[...] estuda as questões sociais”⁴⁹⁴, além de conhecer os deveres e direitos advindos com a sua luta.

Com o encerramento das atividades do jornal *A Lucta Social* e a inexistência de outros periódicos com ligação ao operariado durante o período abordado, para a análise das comemorações do Primeiro de Maio no estado do Amazonas nos anos que seguem, passaremos a utilizar como fonte a grande imprensa da cidade, como o *Jornal do Commercio*, *Gazeta da Tarde* e *A Capital*.

O Primeiro de Maio do ano de 1915 já se inicia marcante, pois é o primeiro que ocorre no transcorrer da Primeira Guerra. O *Jornal do Commercio* traz em sua capa uma gravura em comemoração ao Primeiro de Maio, com os dizeres “O Dia dos Operários”⁴⁹⁵ e logo em seguida “A apothéose do trabalho”⁴⁹⁶. Seguindo assim um longo texto enaltecendo o trabalhador e dando explicações sobre o Primeiro de Maio.

A humanidade inteira, na data de hoje, ajoelha-se, fervorosa e contritamente, ante o templo da religião do Trabalho. E’ o dia do operariado. Não se pode dizer, em synthese, o que representam esses milhões de homens rudes, de mãos callosas, de rostos queimados pelas ardentias do sol ou apunhalados pelas laminas do frio, nas escalas determinadas da evolução. Basta assegurar que elles são a força esmagadora que anniquilla injustiças e levanta idéaes, o sol que afasta podridões e fecunda todas as coisas belas, num progredir incessante e pertinaz, desprezando todos os óbices que surjam, porventura, como uma barreira collocada entre o principio da trajetória e o ultimo

⁴⁹¹ COSTA, F., 2014, p. 192.

⁴⁹² ARÊAS, 1997, p. 14.

⁴⁹³ *Jornal A Lucta Social*, 01/06/1914, p. 4.

⁴⁹⁴ *Jornal A Lucta Social*, 01/06/1914, p. 4.

⁴⁹⁵ *Jornal do Commercio*, 01/05/1915, p. 1.

⁴⁹⁶ *Ibid.*, p. 1.

estagio da meta ambicionada. São os constructores da liberdade pela revolução, do direito pela lucta brutal, da paz pelo baptismo de sangue, da justiça pelo desrespeito ás ordens iníquas, do silencio pelo barulho solto do meio das baricadas⁴⁹⁷.

Algo que chama logo a atenção é a comparação do Primeiro de Maio, como algo religioso para o trabalhador. Não parando por aí, fazendo diversas comparações entre o labutar do trabalhador quase como um desígnio divino, uma missão que deveriam cumprir e que a fábrica seria o seu templo. Onde “[...] empregam todos os seus músculos no cumprimento daquillo que lhes ordena o espírito, durante o anno inteiro”⁴⁹⁸. Desta forma, percebemos que todas essas provações a que são submetidos os trabalhadores durante todo o ano seriam seu “batismo de sangue” que ao chegar a este dia 1º seria recompensado.

Mas, súbito, durante esse anno surge um dia em que o esforço é glorificado pelo descanso e pela apotheóse. E, então todos estancam para prestar a homenagem merecida. E’ o pairo divino, é o dia de hoje, banhado pelo sangue dos martyres da hecatombe de Chicago, em mil oitocentos e oitenta e quatro, e estabelecido, enfim, como a data do natalício da Festa do Trabalhador, consoante a declaração do congresso de Paris, em primeiro de maio de mil oitocentos e oitenta e nove⁴⁹⁹.

Sobre essa ideia de festa, assim como a lembrança pelos fatos ocorridos em Chicago, assim como o próprio Congresso de Paris, Luciana Barbosa Arêas (1997) comenta, que essa concepção de “[...] festa do trabalho foi defendida com algumas modificações e de forma mais veemente e constante pelos grupos conservadores da sociedade, principalmente nos editoriais dos grandes jornais diários”⁵⁰⁰, que para Manaus seria o *Jornal do Commercio*, divulgado com ampla tiragem na cidade⁵⁰¹.

Um dos principais objetivos dessa comemoração, segundo Arêas (1997), não seria a “[...] lembrança dos mártires ou a reivindicação de direitos, mas a homenagem ao trabalho de forma geral. Além de dignificar o homem, o trabalho constitui o grande impulsionar da evolução do mundo”⁵⁰². Algo que chamou a atenção quanto ao Primeiro

⁴⁹⁷ Ibid., p. 1.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 1.

⁴⁹⁹ *Jornal do Commercio*, 01/05/1915, p. 1.

⁵⁰⁰ ARÊAS, 1997, p. 21.

⁵⁰¹ O *Jornal do Commercio* iniciou sua circulação em 02 de Janeiro de 1904, iniciando assim sua primeira fase, passando assim por diversas fases. Para este trabalho, iremos dialogar com as produções da terceira fase (1908-1943), quando fica sob nova direção, passando a ser gerenciada por uma firma composta em sociedade anônima denominada de Reis & Companhia. Cf. PINHEIRO, M., 2015b; SOUZA, 2010; RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

⁵⁰² ARÊAS, 1997, p. 23.

de Maio do ano de 1915 foi a ausência, nas fontes pesquisadas, de manifestações públicas dos trabalhadores, diferentemente do que havia ocorrido no ano de 1914.

O *Jornal do Commercio* só faz referência a duas solenidades que seriam realizadas pela Sociedade dos Operários Gráficos e pela Federação Marítima, ambos em suas sedes respectivas. É interessante salientar que as categorias dos gráficos e marítimos, assim como dos estudantes, foram os principais responsáveis pelas manifestações que ocorreram na cidade de Manaus no ano de 1914. No respectivo ano não foi localizada, nas fontes pesquisadas, nenhuma manifestação produzida por outras categorias, a não ser pelas duas categorias mencionadas acima, que realizaram suas próprias solenidades em ambiente fechado e não para um grande público.

Isso nos remete à ideia colocada por Arêas (1997) de que havia grande dificuldade em trazer o trabalhador para as manifestações, pois “[...] muitos preferiam ficar em casa, aproveitando a folga conseguida com a paralisação do trabalho”⁵⁰³. Como nos remete o próprio texto do jornal “[...] durante esse anno surge um dia em que o esforço é glorificado pelo descanso e pela apothéose”⁵⁰⁴.

Outro ponto que podemos destacar nesta edição do *Jornal do Commercio* foi a utilização da imagem abaixo estampada em sua página.



Figura 2 - Primeiro de Maio de 1915.
Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 01/05/1915, p. 1.

⁵⁰³ ARÊAS, 1997, p. 14.

⁵⁰⁴ *Jornal do Commercio*, 01/05/1915, p. 1.

No caso, a imagem reproduzida no *Jornal do Commercio* não está bem visível, entretanto podemos destacar alguns pontos dela. Isto posto, no canto superior esquerdo podemos visualizar a presença de alguns rostos ali presentes, que não conseguimos identificar, porém podemos levantar algumas hipóteses, que neste caso poderiam ser de trabalhadores fazendo referência aos mártires de Chicago ou a de pensadores ligados ao mundo do trabalho.

Outro ponto importante na imagem é o trabalhador que se encontra ao centro da gravura, com o braço esquerdo levantado e com punho cerrado. No canto esquerdo inferior, encontramos uma das referências que mais aparecem nas gravuras sobre o Primeiro de Maio que é o martelo, no caso da imagem representado por uma marreta e uma bigorna⁵⁰⁵.

Neste contexto, temos a representação do trabalhador citadino fabril, através de seus instrumentos de trabalho e, nesta situação, temos a representação do operariado europeu. Segundo Claudio Batalha (1991), a “[...] maioria das ilustrações alegóricas publicadas nos jornais operários do Brasil, tivessem sido extraídas de publicações europeias”⁵⁰⁶. Porém vemos um jornal da grande imprensa se utilizando dessas imagens para representar o Primeiro de Maio.

Na parte inferior à direita, encontramos uma pena e um pergaminho; aqui, podemos levantar a hipótese de uma referência à declaração dos direitos do homem. E, ao fundo da imagem, encontramos imagens de prédios com raios de luz reluzindo por trás, como o raiar de sol, juntamente com a inscrição 1º de Maio. Sobre os prédios, temos novamente referência ao cenário europeu. E no caso do sol nascente é “[...] a vida; o novo dia, a ressurreição; o início; a nova era; a luz; o desperta; a consciência, o conhecimento, a razão”⁵⁰⁷.

Batalha (1991) ainda comenta que, no Brasil,

“[...] como em outros movimentos operários, essa iconografia estava carregada de uma simbologia de origem cristã e maçônica [...] e, também, de símbolos que ganharam um significado particular durante a primeira República Francesa, ainda que pudesse ter uma origem mais antiga, como é o caso do barrete frígido”⁵⁰⁸.

Já para o ano de 1916, o *Jornal do Commercio* traz novamente uma imagem que representaria o Primeiro de Maio estampada em sua página inicial, entretanto com

⁵⁰⁵ Cf. BILHÃO, 2013; BATALHA, 1991.

⁵⁰⁶ BATALHA, 1991, p. 244.

⁵⁰⁷ BATALHA, 1991, p. 243.

⁵⁰⁸ Ibid., p. 243.

algumas diferenças marcantes. A primeira das mudanças foi a dimensão da imagem, que foi reduzida, e a segunda mudança ocorreu no texto produzido pelo jornal, pois para algo que foi tão grandioso no ano de 1915, até mesmo para um periódico da grande imprensa, a imagem, assim como o texto, ficam quase que perdidos no meio de tantas notícias sobre a guerra e sobre a questão financeira e política do estado. Porém, o próprio jornal justifica essa mudança:

Há dois annos passados, antes de rebentar a guerra, nas cidades do mundo o dia de hoje era consagrado á festa do trabalho. Mas o conflito, que até agora continua a ensanguentar as terras do velho continente, de um lado, e do outro a crise, a grande crise, atormentando as praças de muitos paizes, como em quase todas senão em todas do Brasil, abriram um interregno de modo que a data não tem mais a significação que lhe era emprestada⁵⁰⁹.

Aqui vemos, logo de início, a principal justificativa, segundo o *Jornal do Commercio*, para não haver comemorações de Primeiro de Maio: devido à guerra. A outra justificativa seria a crise que atormentava todos os países, assim como a grande maioria das capitais brasileiras.

Neste momento novamente retornaremos a discussão do primeiro capítulo, onde pudemos verificar que boa parte dessa crise colocada pelo jornal refere-se diretamente à elite local, pois o que a pesquisa das fontes nos revelou até o momento, assim como em outros trabalhos já produzidos, “[...] é de que a miséria não entrou na história da capital amazonense com a crise da borracha. Ela já fazia parte da história da cidade desde seus primórdios”⁵¹⁰. Outrossim, tendo sido “[...] sensivelmente ampliada no período áureo da economia de exportação da borracha”⁵¹¹.

Outro ponto levantado nesta primeira parte do artigo do jornal seria a dificuldade que estariam vivenciando também outras capitais⁵¹², prejudicando assim as comemorações do Primeiro de Maio. Porém, em outra edição do jornal, na coluna “Os Estados” saiu uma nota de que “[...] teve grande esplendor a festa do trabalho, realizada a primeiro de maio pela sociedade Artista Beneficente”⁵¹³ no estado do Ceará, uma das

⁵⁰⁹ *Jornal do Commercio*, 01/05/1916, p. 1.

⁵¹⁰ PINHEIRO, L., 2017a, p. 18.

⁵¹¹ *Ibid.*, p. 18.

⁵¹² Os trabalhos de César Augusto Bubolz Queirós (2006; 2016), assim como o de Aldrin Castellucci (2004), mostram outras realidades sobre este contexto da dita crise colocada pelo jornal em suas respectivas cidades. No caso de Queirós trabalha com o movimento operário no Rio Grande do Sul e Castellucci trabalha com o movimento operário na Bahia (CASTELLUCCI, 2004; QUEIRÓS, 2006; 2016).

⁵¹³ *Jornal do Commercio*, 29/05/1916, p. 1.

capitais do nordeste que passava por dificuldades devido à intensa seca, constantemente noticiada pelos jornais da capital do Amazonas.

Porém, o *Jornal do Commercio* continuou a se justificar:

Na Europa principalmente momentos antes da grande guerra, já não apresentava o primeiro de maio o fulgor dos annos atraz, por causa da miséria em que se extorcia o operariado, havendo até a igreja, por isso, resolvido diminuir o numero de seus feriados para não prejudicar o proletariado que assim deixou de soffre um pouco menos em sua bolsa, mesmo diante do extraordinário numero de concorrentes. Mas isto não quer dizer que deixemos passar no olvido o dia de hoje, pelo que o registramos nestas linhas, estampando a gravura acima⁵¹⁴.

Aqui presenciamos uma mudança importante sobre o Primeiro de Maio no jornal, onde deixa de ser lembrado como um dia de luta dos trabalhadores e começa a adquirir o caráter de feriado, a exemplo dos feriados santos da Igreja. Ainda segundo o jornal, alguns feriados haviam sido retirados em “favor” de mais dias trabalhados para não prejudicar os trabalhadores com a diminuição da renda devido a poucos dias de trabalho. Essa ideia de transformar o Primeiro de Maio em feriado e de se apropriar desta data era uma sugestão de governo iniciada pelo presidente Hermes da Fonseca durante seu governo⁵¹⁵.

E neste caso não somente o governo tinha o interesse em se apropriar desse dia, mas a própria Igreja também desejava isso, pois segundo Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins (2009),

A luta dos trabalhadores, como se sabe, ganhou com o rito do Primeiro de Maio importante símbolo de universalização da classe, que passou a ser disputado por outros setores, a exemplo da Igreja Católica, conforme a Encíclica *Rerum Novarum*, de Maio de 1891, que ataca a modernidade, o ateísmo, a industrialização e suas conseqüências nefastas aos operários estabelecendo a resolução dos problemas dos trabalhadores pela colaboração de classes, de forma ordeira, sem questionar a propriedade privada, tida como sagrada pela Igreja⁵¹⁶.

Vemos assim que, com o passar dos anos, essa “[...] data transformou-se rapidamente numa festividade e rito anual altamente carregado”⁵¹⁷. Com essas mudanças “[...] o conteúdo político original do dia – a exigência de uma jornada de

⁵¹⁴ *Jornal do Commercio*, 01/05/1916, p. 1.

⁵¹⁵ ARÊAS, 1997, p. 14.

⁵¹⁶ LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. O Primeiro de Maio em disputa: apropriações e significados do Dia do Trabalho no Ceará no início do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., Fortaleza, 12-17 jul. 2009. *Anais...* Marília, SP: ANPUH, 2009. p. 5.

⁵¹⁷ HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 293.

trabalho de oito horas – fatalmente foi posto de lado, dando lugar a qualquer tipo de slogans que atraíssem os movimentos operários nacionais num dado ano⁵¹⁸.

E ainda se justificando por uma falta de atenção maior ao Primeiro de Maio, o jornal estampa a seguinte gravura:



Figura 3 - Primeiro de Maio de 1916.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 01/05/1916, p. 1.

Assim como na figura utilizada no ano de 1915, iremos perceber nesta nova imagem a presença da representação da Revolução Francesa ou da própria liberdade, neste caso representada pela figura feminina que se encontra no lado esquerdo, a qual podemos relacionar à figura feminina da República Francesa, Marieanne. Segundo Batalha (1991), essa é “[...] a imagem alegórica mais frequente na iconografia operaria”⁵¹⁹, que é a “[...] representação feminina da liberdade, que pode, segundo o

⁵¹⁸ HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 293.

⁵¹⁹ BATALHA, 1991, p. 244.

contexto, também representar a república, a revolução, a anarquia ou a civilização futura”⁵²⁰.

Outra imagem que representa isso é a presença de uma tocha em sua mão direita, bastante conhecida na iconografia do movimento operário. A tocha, neste caso, representaria a liberdade do trabalhador, retratado com grilhões quebrados, bastante visível em seu braço direito levantado em direção à figura feminina. Na imagem, essa liberdade viria com o raiar do novo dia, representado pelo sol nascente.

Buscando mais informações sobre o ano de 1916, encontramos o jornal operário *Folha Marítima*⁵²¹: periódico da Federação Marítima do Amazonas. Entretanto, deste periódico temos apenas quatro números, que são o 6, 7, 8 e 9. No número 8, do dia 6 de maio de 1916, infelizmente suas páginas não trazem nenhuma referência sobre as comemorações do dia Primeiro de Maio. Entretanto, fazem referência a outra data simbólica, que é o Treze de Maio, como comentado no início da seção. Sobre a questão do 7 de setembro, podemos perceber que o dia 13, no caso dos trabalhadores marítimos, teve uma importância maior que o Primeiro de Maio. Porém, este dia também faz parte de um conjunto de ritualizações que possibilita dramatizar “[...] valores globais, críticos e abrangentes da nossa sociedade”⁵²².

Seguindo o nosso trabalho, chegamos ao ano de 1917. Porém, nos periódicos utilizados como fonte para o nosso trabalho – *Jornal do Commercio* –, não foram noticiados eventos relacionados às comemorações do primeiro de maio na cidade e nem mesmo há menção a passagem da data pelo jornal, como havia ocorrido no ano anterior.

A busca por outras fontes que pudessem nos referenciar os motivos desse silêncio sobre o Primeiro de Maio também ficou em aberto. Porém, poderíamos tecer algumas considerações tendo por base que o próprio *Jornal do Commercio* já havia mencionado no ano de 1916, que os motivos seriam as dificuldades advindas da Guerra que estava ocorrendo na Europa e que nesse momento estava em sua fase mais crítica, trazendo grandes complicações para o estado do Amazonas.

Entretanto, segundo Queirós (2016), desde abril do ano corrente, no Rio Grande do Sul “[...] por ocasião dos conflitos étnicos motivados pela Grande Guerra, as autoridades governamentais haviam decretado ‘a proibição de meetings, reuniões ou

⁵²⁰ BATALHA, loc. cit.

⁵²¹ Jornal distribuído semanalmente e ligado a Federação Marítima, tendo como seu diretor Luiz Tirrelli e seus colaboradores D. Y. V., A. Vieira Lima, Ubijara e Ricardo Gonçalves. Cf. FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)**: catálogo de jornais. Manaus: Editora Calderado, 1990. p. 98.

⁵²² DAMATTA, 1987 *apud* QUEIRÓS, 2013, p. 474.

ajuntamentos nos lugares públicos”⁵²³. Levando-nos a considerar que esta ação também veio a ser tomada pelo governo local manauara, tentando evitar assim qualquer tipo de tumulto que pudesse causar os mesmos problemas que estavam ocorrendo em outras capitais do país.

Contudo, em agosto deste mesmo ano irá ocorrer a única greve registrada até o momento na cidade de Manaus durante o período de 1917: a dos *chauffeurs* e bolieiros, que se iniciará no dia 7 de agosto e terá seu fim no dia 14 do mesmo mês⁵²⁴. Colocando a situação deste ano ainda em aberto acerca do silêncio de informações sobre o Primeiro de Maio do corrente ano. Sobre essa situação, Hobsbawm (1998) nos lembra que “[...] a tentativa de restabelecer um passado perdido não pode ter sucesso completo, exceto em formas triviais (como a restauração de edifícios em ruínas), tentativas nesse sentido ainda serão feitas e normalmente serão seletivas”⁵²⁵.

Para o ano de 1918, também surgem de início alguns silêncios, entretanto podemos ouvir alguns sussurros de possíveis acontecimentos no Primeiro de Maio deste ano. Neste caso, novamente nossas fontes vieram de dois jornais da grande imprensa: o primeiro deles é *A Capital*⁵²⁶ e o segundo é a *Gazeta da Tarde*⁵²⁷.

Entretanto, iremos começar pelas informações da *Gazeta da Tarde* do dia 16 de abril, quando publica em suas páginas uma nota sobre “o dia do operário”.

Sabemos que um grupo de operários manauenses, reuniram-se hontem, afim de combinarem as festas a serem effectivadas por occasião da gloriosa data do homem do trabalho – o 1º de Maio.

Estes honestos operários, em essa reunião, entre outras cousas, aventuram a ideia de pedir o auxilio valioso de todo trabalhador amazonense, o que vão fazer por meio de commissões designadas, fasendo-se o mesmo a todas as associações operarias.

Mais de espaço, trataremos do assumpto, publicando as adhesões que a comissão conseguir e o programma das festas em organisação⁵²⁸.

Infelizmente, essa foi a única nota referente ao Primeiro de Maio no ano de 1918 que veio a aparecer neste periódico, pois nos dias posteriores não se conseguiu recolher nenhuma outra informação sobre o evento noticiado neste dia 16. Nem mesmo o jornal do dia primeiro de Maio se encontrava junto às outras edições do mesmo ano.

⁵²³ QUEIRÓS, 2016, p. 45. Cf. SILVA JR., 1994.

⁵²⁴ Essa greve será trabalhada no capítulo três dessa dissertação onde será aprofundado o debate sobre o cotidiano deste movimento grevista. Esta greve também foi citada nos trabalhos de BARROS, 2015; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017.

⁵²⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 26

⁵²⁶ Jornal *A Capital*, 01/05/1918, p. 1.

⁵²⁷ Jornal *Gazeta da Tarde*, 16/04/1918, p. 1.

⁵²⁸ *Ibid.*, p. 1.

Contudo, podemos construir algumas hipóteses sobre esta notícia divulgada pelo jornal *Gazeta da Tarde*.

A primeira delas é a de que o jornal não chega a nomear os trabalhadores que se reuniram para pensar nessa tentativa de se realizar uma “festa” ao dia do trabalhador. Porém, como mencionado nos tópicos anteriores deste capítulo, sabemos que na cidade de Manaus desse período já havia se formado um núcleo de liderança entre os trabalhadores que era a “União Operária Nacional”, que tinha como programa as ideias socialistas.

Outro ponto é a questão da utilização da palavra “festa” sendo, segundo Arêas (1997), a “[...] interpretação do Primeiro de Maio como a ‘festa do trabalho’ foi defendida com algumas modificações e de forma mais veemente e constante pelos grupos conservadores da sociedade, principalmente nos editoriais dos grandes jornais diários”⁵²⁹, como no caso da *Gazeta da Tarde*. Além de retornar a ideia que foi comentada nas páginas anteriores, de que parte dessa interpretação foi “[...] defendida pelos militantes socialistas, de que a data deveria ser dedicada à celebração do trabalho”⁵³⁰ e que o objetivo seria prestar uma homenagem ao trabalho de forma geral. Não deixando dúvida de que a ideia de formar comissões, além de pedir o auxílio às demais categorias, parte da ideia de fazer um dia de festa com todas as associações operárias da cidade.

Desta forma, podemos levantar a hipótese de que a Primeiro de Maio desse ano serviu como um laboratório para a “União Operária Nacional”, de como se comportariam os trabalhadores da cidade quanto a este papel de liderança que a União queria alcançar junto aos trabalhadores urbanos. Entretanto, como nas edições posteriores não nos trazem informações sobre esse prosseguimento da preparação do Primeiro de Maio pelos trabalhadores, ou até mesmo a ligação desses trabalhadores com a União. Podemos tirar, desta forma, uma segunda hipótese desta nota, de que a ideia proposta por estes trabalhadores não identificados pelo jornal, não prosseguiu como o imaginado, podendo ter ocorrido ou não.

O segundo periódico traz também uma informação incompleta sobre o Primeiro de Maio, porém, neste caso, deve-se a termos tido acesso a apenas parte desta edição do dia.

⁵²⁹ ARÊAS, 1997, p. 21.

⁵³⁰ Ibid., p. 23.



Figura 4 - Primeiro de Maio de 1918.
 Fonte: A CAPITAL, 01/05/1918, p. 1.

Pode-se perceber que só possuímos metade da edição do dia primeiro, além de parte do texto que se refere ao dia. Entretanto, percebemos novamente o uso de gravuras para representar esse dia. Desta forma, podemos trabalhar em duas etapas: a primeira referente ao texto que se encontra logo abaixo da gravura, e a outra propriamente a gravura.

Iniciando assim com o texto produzido temos a seguir a transcrição dele.

As collectividades operarias de todo o mundo e que constituem, por assim dizer, a força motora do progresso e das energias disciplinadas pelo trabalho, solennizam no dia de hoje a commemoração que tornaram universal, da solidariedade e do estímulo nas classes productoras.

No dia de hoje, operários de todas as officinas, trabalhadores de todas as industrias e de todas as artes, formam uma immensa phalange de abnegados que se alliançam pelas razões de uma estima collectiva, que os torna irmão de todas as pátrias.

Creemos mesmo que, apesar da carnificina, que ensanguenta terras [...] do mundo antigo [...]⁵³¹.

⁵³¹ Jornal A Capital, 01/05/1918, p. 1.

Percebemos aqui novamente o tom de exaltação ao dia do trabalhador, além da própria figura do trabalhador, onde se dá novamente importância ao trabalho para dignificar o homem: o trabalho possui o papel primordial de impulsionar a evolução do mundo⁵³². Trazendo a “[...] idéia de um Primeiro de Maio harmônico e confraternizador”⁵³³, mesmo com os fatos que estavam ocorrendo no “mundo antigo”.

Presenciamos assim o discurso da grande imprensa como nos anos anteriores sobre o Primeiro de Maio, retirando, assim, suas características originais de combatividade e memória.

Partimos assim para a segunda etapa da análise, que é a gravura presente no jornal. Um dos pontos que chamam a atenção é a utilização desta gravura pelo jornal que em termo se contrapõe a ideia presente no texto. Pois esta mesma imagem fora utilizada no jornal *A Voz do Trabalhador* do Rio Grande do Sul no dia Primeiro de Maio de 1913, e volta a ser utilizada pelo jornal operário *O Sindicalista*, na edição de Primeiro de Maio de 1919, também do Rio Grande do Sul⁵³⁴.

Nessa imagem, presenciamos a figura de um homem arrebatando “[...] os grilhões que lhe prendem com um martelo – um instrumento de trabalho -- e vislumbra no despontar do sol da liberdade o fim de sua escravidão”⁵³⁵. Na imagem apresentada no jornal *A Capital* percebemos algumas alterações à imagem que aparece no jornal operário. No caso do *A Capital* vemos a figura do homem em pé em cima de um terreno, entretanto sob ele deveria existir “[...] os crânios do clero, da burguesia, do capitalismo, do militarismo e da aristocracia, apontando para uma sociedade futura, sem a existência destas instituições julgadas perniciosas ao operariado e à própria sociedade”⁵³⁶.

Notamos, assim, a utilização consciente da imagem que representaria a “[...] mobilização do trabalhador para a derrubada do Estado e da propriedade privada”⁵³⁷, porém neste caso eles buscam inverter essa ideia apagando da imagem os crânios que seria a representação daqueles que os prejudicavam, pacificando a imagem de luta.

Observando que o discurso sobre o Primeiro de Maio no estado do Amazonas durante esse período de 1914 a 1918, passou por diversas transformações, onde percebemos que de início tinham um tom simbólico e pedagógico entre os

⁵³² ARÊAS, 1997, p. 23.

⁵³³ Ibid., p. 22.

⁵³⁴ QUEIRÓS, 2006, p. 83.

⁵³⁵ Ibid., p. 83.

⁵³⁶ Ibid., p. 83.

⁵³⁷ Ibid., p. 83.

trabalhadores, entretanto, a grande imprensa local conseguiu modificar seu sentido, e até mesmo diminuir sua importância dentro do contexto de luta dos trabalhadores. Essa mesma grande imprensa local se utilizou da conjuntura em que o estado e o mundo se encontravam, para tirar a importância que este dia possuía para os trabalhadores, assim como seus significados.

Podemos desse modo perceber, na última seção deste capítulo, que a luta dos trabalhadores, ocorria de diversas formas possíveis e que suas estratégias perpassavam sua vida cotidiana diária na cidade, onde tinham que lidar com crises de carestias de alimentos, questões de saúde e moradia, e, principalmente, com a questão da falta de trabalho e sua tentativa de ir para o mercado informal de trabalho.

Presenciamos a continuação da tradição de formação de associações, que vão procurar lidar com todos os pormenores dos trabalhadores nesta conjuntura de crises, ora buscando um “colaboracionismo” com o governo e com os empresários ora de forma direta. E uma dessas formas diretas foi o movimento do Primeiro de Maio, que tem como lição principal lembrar que, por de trás de uma data, existe uma tradição de luta que precisa ser lembrada e trabalhada.

A segunda forma direta de luta será a greve e suas diversas formas de se fazer, que veremos no capítulo seguinte, com as greves dos trabalhadores da limpeza pública, dos gráficos, dos foguistas, dos alfaiates e dos *chauffeurs* e bolieiros da cidade de Manaus.

CAPÍTULO 3 - GREVES, TUMULTOS E EXPLOSÕES REIVINDICATÓRIAS NA MANAUS DA GRANDE GUERRA

Como vimos no segundo capítulo, durante o período de 1914 até 1918, o processo associativo dos trabalhadores ganha uma nova dinâmica na cidade de Manaus, assim como por todo o Brasil, principalmente com o advento da Primeira Guerra. Entretanto, como foi observado nos dois primeiros capítulos, percebemos que toda essa movimentação começou muito antes, ainda no final do século XIX. Para Pinheiro & Pinheiro (2017), “[...] as greves do período compreendido entre os anos de 1911 e 1918 não foram substancialmente diferenciadas das anteriores, ao menos em se tratando de suas motivações e interesses”⁵³⁸. Conquanto, como vamos ver no decorrer do capítulo, elas tiveram suas particularidades.

⁵³⁸ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 146.

Ainda no ano de 1913, alguns movimentos reivindicatórios passam a irromper na cidade. Nos dias 15 e 16 de junho daquele ano, as ruas da cidade foram tomadas pelos populares contra a *Manáos Improvements Ltd*⁵³⁹. Nos últimos dias deste mesmo ano de 1913, os coveiros do cemitério São João Batista acabaram por ser demitidos após uma pequena paralisação, além de muitos desentendimentos⁵⁴⁰. Tais conflitos já demonstram que o ano de 1914 viria trazer novas movimentações por parte dos trabalhadores e de sua população.

Já o próprio sentido da greve trazia um impacto muito grande para os trabalhadores, pois a condição de grevistas não era bem vista dentro da sociedade, assim como pelos governos, não somente local como de outras partes do país. E isso fica bastante claro através do Código Penal de 1890⁵⁴¹, que tentou proibir as greves e coligações operárias. Portanto, a falta de regulamentação através de lei era um dos elementos principais que beneficiava mais aos empregadores do que aos trabalhadores, demonstrando que entre os empregados e empregadores, “[...] existe sempre ‘uma fronteira invisível de controle’, ‘uma fronteira que é definida e redefinida num processo contínuo de pressões e contrapressões’”⁵⁴². Esse fato gerava uma contrapressão por parte do empregador, que teve como resultado empírico a demissão de oito trabalhadores do cemitério São João Batista que estavam envolvidos com o movimento grevista.

Desta forma, nesse capítulo, iremos trabalhar cinco movimentos grevistas ocorridos durante o período de 1914 a 1918, e que foram promovidas pelas seguintes categorias: da limpeza pública, dos tipógrafos, dos alfaiates, dos foguistas e dos *chauffers* e bolieiros da cidade de Manaus.

⁵³⁹ Rever primeiro capítulo, que tratou sobre a empresa *Manáos Improvements Ltda.*, e seus conflitos com os habitantes da cidade e o governo local.

⁵⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 01/01/1914, p. 2.

⁵⁴¹ Decreto nº 847, 11 de outubro 1890 – Promulga o Código Penal – Capítulo VI – Dos crimes contra a liberdade de trabalho: Artigo 204 – Estabelece penalidade contra qualquer um que constranger ou impedir alguém de exercer sua indústria, comércio ou ofício; Artigo 206 – Considera crime causar ou provocar cessação ou suspensão do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário.

⁵⁴² LINDEN, 2013, p. 195.

3.1 ENTRE TUMULTOS E GREVES – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA

Após sair de um ano de 1913 agitado, o ano de 1914 que se inicia também será marcante para os moradores da cidade devido às paralisações que serão realizadas pelos seus trabalhadores. Como mencionado anteriormente, boa parte dos movimentos ocorridos tiveram como ponto em comum a questão do salário. Todavia, vamos perceber que todos esses movimentos irão servir para a construção de uma ideia de classe entre os trabalhadores.

Desta forma, iniciaremos com um dos primeiros movimentos ocorridos durante este ano de 1914, que é a greve dos funcionários de limpeza pública da cidade, que se inicia em 10 de fevereiro e se desenrola até o dia 14 de junho, totalizando quatro meses de movimentações destes trabalhadores, de forma intercalada. Buscaremos, nesta seção, apresentar os avanços e recuos do movimento.

O que motivou o movimento de greve por parte dos trabalhadores da limpeza pública de Manaus foi a falta de pagamento, que já se encontrava em atraso há seis meses segundo informado pelos trabalhadores e noticiado no *Jornal do Commercio* do dia 10 de fevereiro:

Hontem, seria pouco mais das quize horas, quando fomos surprehendidos em nossa redac- do dos serviços da limpeza publica: era o pessoal encarregado dos serviços da limpeza publica da cidade em visita collectica ao JORNAL DO COMMERCIO. De que se trataria – perguntamos nós, admirados. Por acaso, uma manifestação de gréve?⁵⁴³.

Percebemos, a princípio, certo espanto por parte da equipe da redação do jornal que, ao ver aquela multidão em sua redação, tem como reação imaginar que seria um movimento de grevistas.

Entretanto, os trabalhadores do serviço público foram ao meio de comunicação de maior alcance do período para fazer-se ouvir sobre suas dificuldades de sobrevivência, se utilizando do mesmo mecanismo que os patrões se utilizam para denegrir a imagem do trabalhador quando este requeria seus direitos. Sobre esta forma da imprensa agir, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto salientam “[...] que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma

⁵⁴³ *Jornal do Commercio*, 10/02/1914, p. 1.

opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”⁵⁴⁴.

E não foi ao acaso que, em seguida, eles abrem parênteses para a fala dos trabalhadores em suas páginas, para se justificarem quanto aquele ato que estava ocorrendo em frente à sede do jornal, que possuía umas das maiores circulações do período, iniciando assim a fala sobre os trabalhadores:

Aquilo ainda apenas um protesto nas ruas, perante os órgãos da opinião, a imprensa, protesto justíssimo, calmo e refletido. Paes de família, na sua maioria,... em seus lares o vintém para acudir as primeiras necessidades. Debaldo haviam até agora apelado para, já não diziam a obrigação, mas a caridade dos srs. Contractantes: os dr. Manoel Bretislao de Castro Junior e Jorge dos Santos. E explicavam, conformando-se: que podiam elles fazer? A intendência não lhes pagava!⁵⁴⁵.

A comissão dos trabalhadores era formada por representantes dos três turnos e tinha como principais interlocutores os senhores Antenor Ferreira dos Santos, chefe do forno crematório, Flavio de Albuquerque, chefe do serviço da noite, e Manoel Gonçalves Lopes, chefe do serviço da cocheira. Ainda, segundo o jornal, a comissão estava composta por cerca de quarenta⁵⁴⁶ trabalhadores, todos eles empregados na limpeza pública, como nos mostra a fotografia tirada pelo jornal.

⁵⁴⁴ CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007. p. 258.

⁵⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 10/02/1914, p. 1.

⁵⁴⁶ Turma do forno: Antonio Ferreira dos Santos, Fulgencio de Souza, José Lama, Francisco Lisboa, Raymundo Florencio, Alexandre Mathias, Joaquim Ferreira, José de Souza, Vicente Gomes, Antonio Alves, Preciliano Quebra, Jayme dos Santos e Joaquim Lima. Turma da Noite: Flavio de Albuquerque, Nicolau Silvino, Vicente Silvino, José Galão, Severino Rufino, Francisco Marmore, Januario Novelino, Paschoal Novelino, Francisco Casanova, João Pedro e Miguel Romano. Turma da Cocheira: Manoel G. Lopes, Antonio Alves, Henrique da Costa, Antonio Brandão, Manoel Pêra, Antonio Augusto, João de Oliveira Dantas, Raphael Spenido, Raymundo Souza, Bernardino Cabral, Alfredo Lopes, Francisco dos Santos, Evaristo Conde, Antonio Rodrigues e Francisco dos Santos.

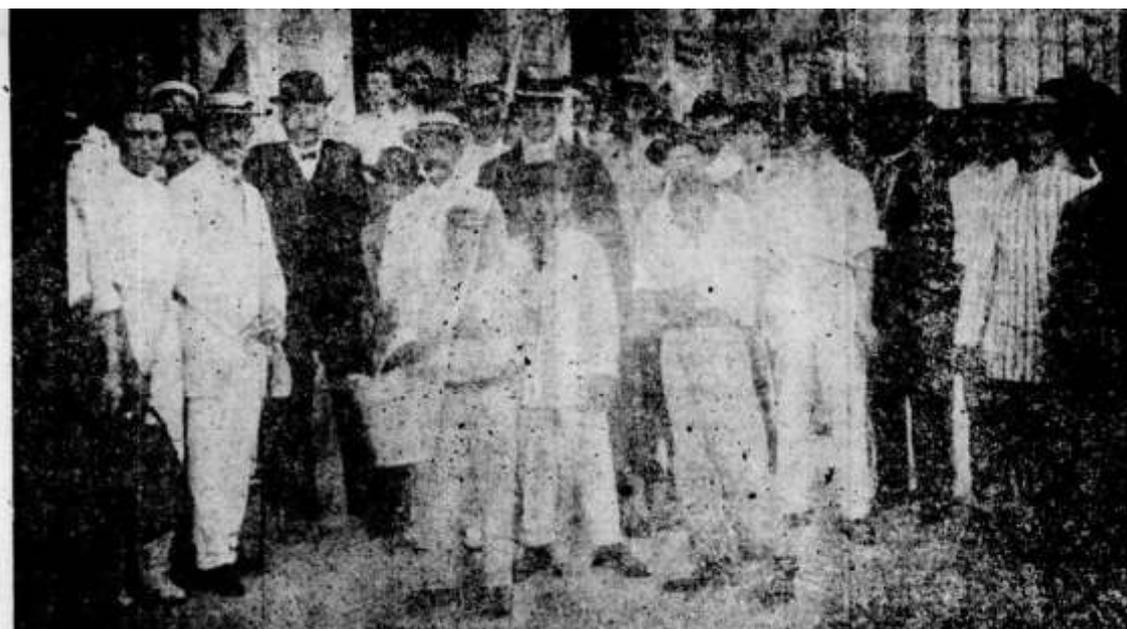


Figura 5 - Trabalhadores do Serviço de Limpeza Pública, 1914.
Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 10/02/1914.

A imagem nos mostra um grande número de pessoas que, segundo o jornal, faziam parte do grupo de trabalhadores encarregados da limpeza pública, tendo como destaque a presença de pelo menos três menores, que se encontram no centro da foto.

Desta forma, ao recorrer à imprensa, verificamos que os manifestantes tentavam evitar que seu movimento de luta recorresse à greve, colocando que, naquele momento, estavam ali somente fazendo um simples protesto e dando um aviso aos meios de comunicação e também à cidade sobre as dificuldades que estavam passando com a falta de pagamento e o descaso da firma *Castro & Santos* que os contratou. Os trabalhadores buscavam a legitimação do ato reivindicatório que estavam propondo, caso não fossem atendidas suas reivindicações.

A ideia de montar uma comissão que seria responsável por dialogar com os patrões ocorreu também em outras localidades do Brasil, como em São Paulo com a constituição do Comitê de Defesa Proletária (CDP)⁵⁴⁷, e em Porto Alegre com a Liga de Defesa Popular (LDP)⁵⁴⁸, ambas formadas no ano de 1917. Entretanto, não se formou em Manaus algo tão fixo como nas duas outras capitais, que conseguiram aglutinar boa parte dos trabalhadores. Neste caso específico na cidade Manaus, centrou-se mais com uma comissão simples formada pelas principais áreas específicas – a turma do forno, do serviço da noite e turma da coqueira – dentro da limpeza pública da cidade.

⁵⁴⁷ LOPREATO, 2000, p. 35.

⁵⁴⁸ QUEIRÓS, 2016, p. 44; SILVA JR., 1994.

Outra situação que vem à tona com o caso da limpeza pública é a dificuldade que muitas das firmas que prestavam serviço à cidade tinham de pagar os seus funcionários, principalmente aquelas que recebiam da intendência municipal. Como foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, a cidade estava envolta em uma crise política e econômica, prejudicando muito o setor público. Pinheiro & Pinheiro (2017) comentam que esses recuos nas rendas do estado “[...] levariam o funcionalismo a conviver, por décadas, com atrasos frequentes da folha de pagamento”⁵⁴⁹.

Devido a isso, podemos observar no trecho abaixo, a tentativa do dono da firma de tentar passar essa responsabilidade para a Intendência.

O dr. Bretislau, sobretudo, lamentava, amargurado e condoído, a sorte delles, a situação de infinitas dificuldades em que se encontravam. O remédio é que não podia dar, simplesmente pela impossibilidade material de não ter o dinheiro para isso. A intendência, só a intendência, a culpada pelas suas amarguras, pelo caso do atrazos⁵⁵⁰.

Silva Jr. (1994) comenta o caso de uma Empresa de Calçamento em Porto Alegre que “[...] obtivera concessões de obras públicas e, como tal, deveria agir como se fosse um funcionário público, *sine ira et estúdio*, levando em conta tão somente o bom andamento do serviço”⁵⁵¹. Entretanto, o serviço não estava ocorrendo como o planejado. Podemos considerar a situação da firma *Castro & Santos* semelhante, na qual tinha por obrigação dar bom andamento ao serviço do qual obtivera a concessão.

Devido a estes fatores, os trabalhadores da limpeza pública iniciaram esse movimento como forma de protesto contra suas dificuldades. Eles informaram que aguardariam até o dia quinze desse mês de fevereiro para receber pelo menos um mês dos pagamentos em atraso. “Caso não se faça o pagamento, caso a intendência não se mova, a greve, nessa data, será um facto”⁵⁵². Tal situação nos mostra que este movimento já estava bem mobilizado e preparado para uma possível greve.

Esperava-se que o protesto idealizado pelos funcionários da limpeza pública tivesse um grande poder de barganha, pois além de agirem de forma direta pressionando as partes em conflito, também tinha, em grande medida, uma força simbólica, principalmente quando foi estampada na primeira página do jornal a foto dos trabalhadores que participaram deste ato em frente à redação do *Jornal do Commercio*. Em princípio, a imagem poderia servir como prova contrária aos trabalhadores que

⁵⁴⁹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 142-143.

⁵⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 10/02/1914, p. 1.

⁵⁵¹ SILVA JR., 1994, p. 46.

⁵⁵² *Jornal do Commercio*, 10/02/1914, p. 1.

participaram do movimento, porém a imagem ganhou outro sentido, enfatizando um cenário de união e força dessa categoria contra todas as adversidades que estavam passando e que poderiam passar.

É nesse sentido que percebemos que há a consciência de que a greve nesse caso seria utilizada como último recurso, pressionando, assim, as forças políticas da cidade a se mobilizarem para tentar resolver essa situação. Queirós (2016) comenta que a “[...] greve – cenário das batalhas aqui estudadas – é uma das formas mais destacadas de militância operária e um dos meios mais difundidos de expressão entre capital e trabalho”⁵⁵³. E complementa que, “[...] para os operários que protagonizaram tais eventos, ‘uma greve representa o grito de agonia em que se debate a classe operária’, uma vez que ‘nenhuma coletividade obreira’ declarou ‘em algum tempo greve para luxo’”⁵⁵⁴.

E estas relações de forças entre os trabalhadores, a firma e a Intendência, ficam ainda mais visíveis quando o jornal publica, no dia seguinte, as respostas tanto da Intendência Municipal, como da empresa contratante.

Não cabe á superintendência municipal culpa alguma por tal atrazo. Os ex-contractantes estão pagos, pela municipalidade até setembro do anno findo, isto é, integralmente nos mezes anteriores e, neste, de oito contos de réis, por conta.

Se há, pois, o atrazo de seis mezes não é á esta superintendência que compete a responsabilidade do caso, mesmo porque na actual gestão municipal se contractante foi já entregue a quantia de 10.000s000. – José Tapaós, secretario⁵⁵⁵.

Verificamos, nessa primeira parte, a tentativa da Intendência Municipal de se isentar de tais cobranças, justificando que o antigo contratante – a firma *Soares & Maia* – não havia deixado nada de pendências, assim como a própria superintendência havia repassado as quantias necessárias para o desenvolvimento do trabalho da nova empresa concessionária. Entretanto, a firma veio com a seguinte resposta:

[...] A nossa firma não deve a estes empregados 6 mezes, nem tão pouco tem a Intendencia todos estes mezes de atrazo.

Somos responsáveis unicamente pelo activo e passivo da Empreza do mez de novembro para cá, pois os mezes de setembro e outubro são ainda de responsabilidade de Soares & Maia.

[...] No nosso escriptorio nunca deixamos de attender aos nossos empregados com o carinho, não commum em taes condições, todos aquelles que aqui veem, levam dinheiro por conta ou ordem para a taberna fornecer-lhes mercadorias. Podemos mesmo garantir que não

⁵⁵³ QUEIRÓS, 2016, p. 10.

⁵⁵⁴ Ibid., p. 10.

⁵⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 11/02/1914, p. 1.

há um só empregado que não tenha obtido alguma coisa por conta dos mezes vencidos.

A nossa firma a Intendencia deve os mezes de novembro, dezembro e janeiro: nós ao pessoal, devemos pequena parte de novembro e alguns e aos despedidas nada devemos⁵⁵⁶.

Nesta segunda parte, podemos perceber que novamente a firma tenta se isentar da responsabilidade das dívidas antigas visto que a firma declarante – *Castro & Santos* -- delega que a responsabilidade de qualquer dívida anterior ao mês de novembro seria da firma *Soares & Maia*, que era a antiga firma responsável pela limpeza pública, e que essa seria a responsável legal pelas dívidas dos meses de setembro e outubro ainda em aberto.

Declararam, ainda, que deviam aos trabalhadores apenas uma parte de novembro e que receberiam os trabalhadores em seu escritório, cedendo um adiantamento do dinheiro ou até mesmo um recibo para que consigam mercadorias nas tabernas. Porém, na declaração dada pela firma *Castro & Santos*, esta afirma que quem estaria devendo algo é a intendência: os meses de novembro, dezembro e janeiro.

Castellucci (2004), em seu trabalho “Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)”, nos traz informações sobre o movimento dos empregados da Empresa de Asseio da Cidade, em Salvador, no ano de 1919, que vieram a paralisar seus trabalhos no dia 13 de janeiro reclamando o pagamento de 9 quinzenas de salários atrasados⁵⁵⁷. Sobre este fato, a imprensa local “[...] frisava que a situação se tornava tanto mais revoltante em função do município nada dever ao empreiteiro Germano Assis, responsável pelo serviço de coleta de lixo”⁵⁵⁸, circunstância muito semelhante a que foi verificada na cidade de Manaus, onde a Intendência local afirmava que nada devia à empresa prestadora de serviço.

Outra semelhança foi que apenas parte do pagamento devido foi efetuado, neste caso “5 das 9 quinzenas devidas”. A diferença entre o movimento da cidade de Manaus e o de Salvador, foi que em Salvador “[...] os pagamentos sofreram todo tipo de reduções, inclusive os tradicionais descontos com equipamentos de trabalho (roupas, vassouras, pás), feitos de forma desigual, resultando disso uma nova paralisação”⁵⁵⁹, que ocorreu no dia 18. Já no caso de Manaus, não ocorreram essas penalizações aos trabalhadores locais, pois os mesmos não reclamaram posteriormente disso, focando sempre suas reivindicações em cima dos salários atrasados.

⁵⁵⁶ *Jornal do Commercio*, 11/02/1914, p. 1.

⁵⁵⁷ CASTELLUCCI, 2004, p. 180.

⁵⁵⁸ *Ibid.*, p. 180.

⁵⁵⁹ *Ibid.*, p. 180-181.

Retornando a discussão do movimento na cidade, a situação ainda dava a entender que permanecia indefinida, pois o jornal não noticiou nenhum tipo de acordo existente e nem que ocorreu a greve que os trabalhadores haviam ameaçado fazer caso não fosse sanado o atraso com o pagamento de pelo menos um mês de salário.

Entretanto, na edição do dia 28 março, retornam a surgir os mesmos personagens esclarecendo algumas situações que ocorreram. “Há bem pouco, houve uma ameaça de greve, a tempo evitada, por parte do pessoal encarregado do serviço da limpeza pública. Satisfazendo em alguma coisa as exigências dos reclamantes”⁵⁶⁰ e, neste caso, a Firma *Castro & Santos* pagou os salários do mês de janeiro deste ano. Esta primeira parte do artigo do jornal, nos mostra que foram acertados parte das reivindicações que os trabalhadores queriam, ou seja o pagamento de pelo menos um mês de seu soldo.

Contudo, os donos da firma vieram com uma declaração

[...] peremptória de nada poder fazer quanto aos atrasados do anno anterior. Um sentimento de geral mal-estar, de irritação, de pronunciado desgosto, içou roendo assim o coração dos prejudicados, prompto a explodir ao primeiro momento⁵⁶¹.

Porém, a negociação ficou por aí, pois não ocorreu o pagamento dos outros meses que ainda estavam sendo devidos.

Sobre a motivação subjetiva de se organizar e participar de uma greve, segundo Linden (2013) implicaria na combinação de três critérios: os problemas, o estopim e as reivindicações. Vimos que os problemas foram os constantes atrasos nos pagamentos dos trabalhadores da limpeza pública. O estopim foi a quebra do acordo de pagamento. E as reivindicações seriam o pagamento do restante dos salários em aberto. Como consta na continuação do artigo do jornal.

Decorreu o mez de fevereiro e março está prestes a findar, não recebendo o pessoal a importância de seus ordenados, três mezes ao todo, segundo nos informam.

Eis que, na manha de hontem, deixou de se realizar a tarefa do arrecadamento do lixo, visto como, de véspera, dando vazão ao seu descontentamento, havia os conductores de carroças e caminhões arrancado aos vehiculos em numero de dezoito as porcas dos parafuzos respectivos.

Assim, logo á noite, tendo de sahir o caminhão destinado ao apanhamento do lixo da varrição geral, verificou com surpresa o encarregado desse serviço especial que lhe faltavam as alludidas

⁵⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 28/03/1914, p. 1.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 1.

peças, impossibilitando por esta forma o carro do necessário movimento⁵⁶².

Percebemos neste momento que as reivindicações se concentraram nos meses de fevereiro e março. Até o momento em que saiu a reportagem a dívida ainda não havia sido paga, o que os levou a agir diretamente, com a paralisação dos seus serviços neste dia, como haviam prometido. Diferentemente do que havia ocorrido no mês de fevereiro, no qual os trabalhadores haviam criado um canal de comunicação através da imprensa para negociar e resolver esses problemas, eles agiram de forma direta e rápida, com a deflagração da greve, pois já havia sido comunicado meses antes que, caso não fossem sanados os atrasos, a greve seria deflagrada.

E, para que não houvesse nenhuma possibilidade de outros trabalhadores assumirem seus lugares, eles sabotaram as carroças e os caminhões que se encontravam no pátio da firma. Sobre a questão da “sabotagem”, Silva Jr. (1994) considera que ela pode “[...] muito bem constituir meios eficientes de garantia da abrangência da greve”⁵⁶³.

Uma sabotagem não seria só prática irracional, individualista e voluntarista, mas assumiria importância como um procedimento de greve, portanto coletiva, ao permitir que, mesmo uma minoria de declarantes, impeça o prosseguimento do trabalho de uma maioria não-aderida⁵⁶⁴.

As ações tomadas mostram a presença de organização, assim como de uma estratégia para conseguir desmobilizar os empregadores, caso utilizassem trabalhadores dispostos a furar a greve em andamento. Segundo Hobsbawm (2000), “[...] entre homens e mulheres mal pagos, sem fundo de greve, o perigo de furadores de greves é sempre agudo. A quebra de máquinas foi um dos métodos de contra-atacar estas fraquezas”⁵⁶⁵. No caso aqui tratado, foi utilizado o método da sabotagem, para impedir a utilização do maquinário da empresa pelos chamados fura-greves.

Avisados do facto anormal os empresários Castro e Santos, entraram eles a agir, sendo, porem, em absoluto desconhecido o paradeiro dos trabalhadores.

Adheriram imediatamente aos seus colegas de officio, os varredores e trabalhadores de carrinhos de mão, pelo que, suspensa a obra de asseio da cidade, bem triste seriam hoje as nossas condições se não fossem as boas chuvadas cahidas hontem por toda a manhã.

⁵⁶² *Jornal do Commercio*, 28/03/1914, p. 1.

⁵⁶³ SILVA JR., 1994, p. 72-73.

⁵⁶⁴ SILVA JR., 1994, p. 73.

⁵⁶⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a. p. 22.

Constou-nos, á ultima hora, que os paredistas só voltarão ao trabalhos, caso lhes paguem a metade dos seus salários a receber⁵⁶⁶.

Nesta situação em que se encontravam os trabalhadores, a greve se tornou o instrumento principal de luta, pois “[...] a greve, na forma como é declarada pelos trabalhadores, não reconhecera necessariamente tais direitos individuais. Uma greve é uma disputa e essa disputa é também uma contraposição de direitos”⁵⁶⁷.

Contudo, no dia seguinte ao movimento grevista, começaram as movimentações por parte dos proprietários da firma para normalizar o trabalho.

[...] na nossa edição de hoje, o que se passou sobre a greve e os grevistas durante o dia, o acordo ou a especie de acordo a que elles chegaram e a prosecução dos trabalhos da limpeza publica.

Resalvando as suas responsabilidades no caso e nas consequências delle advindas e por advir, dirigiu logo muito cedo, o dr. Bretislau M. de Castro Junior ao chefe da Communa o officio seguinte: - “Bretislau M. Castro Junior, contractante do serviço de limpeza publica e particular, vem communicar a v. s.^a que, desde hontem, os empregados desta empreza se manifestaram em greve pacifica, apossando-se apenas de peças que impedem a locomoção dos carros da collecta e transporte do lixo. – Aproveito o ensejo para apresentar a v. s.^a etc.”⁵⁶⁸.

Nas explicações dadas pelo proprietário, não são mencionados os motivos que levaram à greve dos trabalhadores, apenas que estavam em greve e que estavam de posse de algumas peças responsáveis pelo funcionamento do transporte, responsável pela coleta. Em resposta a esse ofício, a superintendência julgou que a “[...] empresa deva procurar os meios ao seu alcance a fim de cumprir o contrato que tem com a municipalidade que, diante do caso, tomará as providencias que o mesmo requer”⁵⁶⁹.

Desta forma, a superintendência colocava apresentava um ultimato aos donos da empresa, afirmando que eram somente eles os responsáveis por essa situação e que deviam resolver isso o mais rápido possível, a fim de normalizar o sistema de coleta de lixo e limpeza da cidade. E, no que concerne aos deveres da superintendência, eles tomariam as providências.

Desta forma, a autoridade municipal comunicou ao chefe de polícia sobre os fatos que estavam ocorrendo, como nos relata o jornal.

[...] Em officio de hoje datado, o contractante do serviço de limpeza publica e particular participou-me que se manifestaram em greve os empregados dessa Empreza, referindo-me também que elles se

⁵⁶⁶ *Jornal do Commercio*, 28/03/1914, p. 1.

⁵⁶⁷ SILVA JR., 1994, p. 73.

⁵⁶⁸ *Jornal do Commercio*, 29/03/1914, p. 1.

⁵⁶⁹ *Jornal do Commercio*, 28/03/1914, p. 1.

apossaram de peças que impedem a locomoção dos carros da collecta e transporte do lixo. Este facto póde ser o começo de acontecimentos mais graves e, assim, solicito da criteriosa e corecta auctoridade de v. exa. As necessárias providencias no sentido de ser guardado por força publica o forno de incineração, bem como garantindo o pessoal que tiver de executar o serviço, ora paralýsado. A superintendência, desde que teve conhecimento do caso, iniciou as providencias que lhe compete tomar, devendo hoje assentar uma resolução definitiva sobre o serviço, do que participará a v. exa. Para effeito das devidas medidas policiaes⁵⁷⁰.

No discurso utilizado pela municipalidade, percebemos o tom diferenciado quanto a questão desse enfrentamento com os grevistas. Principalmente quando solicitam ao chefe de polícia o apoio da força policial para garantir a ordem e a proteção do forno de incineração. Pois “[...] como se sabe, é comum o patronato solicitar a intervenção do aparato policial com vistas a garantir a segurança física – ameaçada por grevistas – dos trabalhadores que querem fazer uso do seu ‘direito ao trabalho’”⁵⁷¹.

No momento em que foi relatado às autoridades que os trabalhadores retiraram algumas peças e que estas ficaram em sua posse, vislumbrou-se a possibilidade de tumultos, podendo chegar ao enfrentamento físico com os manifestantes. Pois “[...] tais medidas não são de todo injustificadas e arbitrárias: são fenômenos de repressão policial, não necessariamente de repressão política”⁵⁷².

Desta forma, “[...] para garantir a abrangência declarada da greve, os trabalhadores aderidos à declaração”⁵⁷³ -- neste caso tínhamos os lixeiros, os varredores, e os trabalhadores de carrinhos de mão -- “[...] pelo menos nas greves que levam a tumultos, exercem uma violência por eles considerada legítima contra os trabalhadores não-aderidos. É claro que essa violência dos grevistas não se dá dentro do quadro de uma sociedade ‘ordeira e pacífica’”⁵⁷⁴.

Queirós (2016) observa que a greve é “[...] um importante instrumento de luta e pressão dos trabalhadores sobre o patronato, tanto no sentido de verem satisfeitos alguns anseios específicos, quanto, por vezes, no de promoverem transformações estruturais na sociedade”⁵⁷⁵.

Enfim, certos de que os trabalhadores não retornariam facilmente ao trabalho sem o pagamento dos meses atrasados, os donos mandaram “[...] procurar um, ao menos, dentre os grevistas, afim de com ele se entender a respeito, em nome da

⁵⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 29/03/1914, p. 1.

⁵⁷¹ SILVA JR., 1994, p. 72.

⁵⁷² *Ibid.*, p. 72.

⁵⁷³ *Ibid.*, p. 72.

⁵⁷⁴ *Ibid.*, p. 72.

⁵⁷⁵ QUEIRÓS, 2016, p. 11.

empresa”⁵⁷⁶. Buscando, dessa maneira, uma ponte de ligação entre empregadores e trabalhadores, que lhes ajudassem a fazer os outros trabalhadores a retornar ao trabalho, observando que não havia liderança identificável no movimento, além da ausência de uma associação ou sindicato que intermediasse as negociações. Infelizmente, não conseguimos identificar a pessoa que foi procurada pela empresa para fazer essa ligação. Entretanto, no dia 29 de março de 1914, cerca das dezesseis horas, foram chegando ao escritório da empresa, que se localizava na Rua Demetrio Ribeiro, um grande número de paredistas, assim como grande número de curiosos.

Iniciando a reunião para decidir que fim levaria o movimento, os primeiros a tomarem a palavra foram os trabalhadores:

Um da multidão reclamante, usando então da palavra, em termos simples, mas claros e verdadeiramente commovedores na essência das dolorosas verdades expostas, explicou e justificou perante os contractantes e o publico alli presente a gréve e os seus fins justos e pacíficos.

Respondeu, visivelmente emocionado o dr. Bretislao, aconselhando-lhes calma, prudência e reflexão no momento; tratou das dificuldades de ordem econômica e financeira que atravessa o município, ponderou que em breves dias um novo gestor effectivo estaria á frente dos negócios da communa, só elle podendo no caso tomar umas tantas deliberações e medidas, pelo que todos deveriam aguardar, confiantes e esperançosos, a sua posse próxima; concluiu, garantindo, que por estes oito ou dez dias, empenharia todos os esforços para que a intendencia effectuasse qualquer pagamento em favor delles, naquillo a que tinham absoluto direito, o recebimento dos seus salários.

Os operários da limpeza publica satisfizeram-se com as declarações do dr. Bretislau de Castro Junior.

Assentaram todos em reencetar os trabalhos á noite e durante a mesma executar o serviço em turmas dobradas, de maneira a mais completa, içando tudo perfeitamente normalizado⁵⁷⁷.

Após os discursos exaltados, tanto por parte dos trabalhadores quanto por parte de um dos donos da firma, os trabalhadores deram fim à greve e retornaram no mesmo dia a seus serviços. Entretanto, podemos perceber uma desmobilização muito rápida do movimento e o aceite muito rápido das justificativas apresentadas pela firma, neste caso, apenas uma garantia de que assim que a intendência pagasse o que devia a firma, passando de oito a dez dias os trabalhadores seriam pagos. E, novamente, a firma empurrando a culpa dos atrasos para a intendência.

A calma sobre os trabalhadores da limpeza iria durar até meados de junho, quando, na edição do *Jornal do Commercio* de 14 de junho, sai uma nota na primeira

⁵⁷⁶ *Jornal do Commercio*, 29/03/1914, p. 1.

⁵⁷⁷ *Jornal do Commercio*, 29/03/1914, p. 1.

página “[...] o pessoal da limpeza publica da cidade fez hontem uma espécie de sussurro de gréve”. Como nos relata o jornal:

Seriam quatorze horas desta tarde de sabbado, que passou, quando empregados do serviço da limpeza publica, em numero de vinte e seis, compareceram ao escriptorio da firma Castro e Santos, á rua Demetrio Ribeiro afim de receberem, como de costume, ao fim da semana, alguma pequena importância por conta dos seus salários.

Uma vez dentro do vasto salão do escriptorio da empresa, foi lhes dito pelo Sr. Jorge Santos um dos sócios, que em virtude não haver a intendência dado no dia, como de costume aos sabbados, nenhum dinheiro por conta, tivessem elles moderação e paciência, aguardando a próxima semana.

Parece que por ser a data consagrada aos festejos e alegrias de Santo Antonio, não se quizeram conformar com a declaração peremptoria e suasória alguns dos reclamantes mais exaltados e dahi o surgimento de protestos em voz alta, gritos de insubmissão, ameaças de abandono do serviço, etc⁵⁷⁸.

O discurso apresentado nos revela algumas situações. A primeira é de como era realizada a forma de pagamento dos trabalhadores da limpeza pública. Que, como dito antes pela própria empresa na edição do dia 11 de fevereiro, quando mencionam que todo trabalhador da firma que fosse ao escritório nunca era deixado de ser atendido com “carinho”.

Assim como “[...] todos aquellos que aqui veem, levam dinheiro por conta ou ordem para a taberna fornecer-lhes mercadorias”⁵⁷⁹. Entretanto, não foi isso que aconteceu, levando os 26 empregados a ficarem indignados.

Outro ponto novamente levantado é o problema do repasse financeiro por parte da intendência municipal e seus constantes atrasos. Nesta situação, não ocorreram declarações por parte da municipalidade sobre o fato. O principal ponto aqui é a reação por parte dos trabalhadores quando Jorge Santos declarou que não haveria dinheiro para eles naquele momento, diferente do que havia ocorrido no mês de março, com a aceitação rápida do acordo, não havendo nenhuma manifestação contrária noticiada pelo jornal. Neste caso, ocorreu um princípio de tumulto, pois já havia presente uma situação de tensão entre os trabalhadores e os empregadores, ocasionada pelos acontecimentos ocorridos nos meses anteriores. Levantando, assim, a pergunta que era se realmente os trabalhadores aceitaram o acordo afirmado em março por terem sido convencidos de que iriam lhes pagar, ou se por pressões da força policial, que foi acionada pela municipalidade.

⁵⁷⁸ *Jornal do Commercio*, 14/06/1914, p. 1.

⁵⁷⁹ *Jornal do Commercio*, 14/06/1914, p. 1.

Podemos tirar nossas conclusões com o desenrolar dos acontecimentos do dia 13 de junho.

O facto, que se passava em cima do sobrado, chegou ao ponto de atrair as atenções publicas, motivando mesmo a subida de um agente de policia ao escriptorio, cuja presença, por meio de conselhos, conseguiu acalmar de certa forma os ânimos.

Os protestantes, pouco a pouco, se foram dispersando e retirando.

Mas tarde, porem, já na rua uns seis lixeiros, os mais revoltados e insubmissos, acharam que se podiam collocar a um certo ponto, proferindo do mesmo palavrões inconvenientes.

Isso deu logar a que o empregado postal Reboão Filgueiras telephonasse do *Café dos Terriveis* á segunda delegacia, communicando o facto.

Dessa delegacia partiu immediatamente uma dilligencia, que chegando ao local da denuncia apenas veio a encontrar dois dos taes, o hespanhol de nome Raphael Espindola e o lusitano Joaquim Monteiro. Ambos foram presos⁵⁸⁰.

Como se pode perceber, a passividade não era uma característica dos funcionários da limpeza pública. E este princípio de tumulto, ocasionado pelos protestos acalorados desses trabalhadores, levou à necessidade da intervenção de um agente da polícia para resolver a situação que estava ocorrendo no escritório da firma. Mesmo os trabalhadores se dispersando, muitos ainda ficaram insatisfeitos com a situação, como foi apresentado pelo jornal, gerando a prisão de dois lixeiros: o espanhol Raphael Espindola e o lusitano Joaquim Monteiro.

Os mesmos conflitos e disputas entre os funcionários da limpeza pública e os donos da firma responsável continuaram no período de 1916, com os problemas de pagamentos persistindo e levando seus funcionários a agirem novamente, iniciando uma nova paralisação de quase dois dias de seus serviços, como nos relata o *Jornal do Commercio*:

Os lixeiros fiseram parede, hontem. No desembolso de muitos mezes de salários, tomaram esses pobres homens a resolução de suspender o seu trabalho. E hontem, pelas oito horas, na cocheira da limpeza publica, sita no alto da avenida Joaquim Nabuco, reuniram-se para accordar qual seria no caso a sua attitude. A cidade nessa manhã radiante de domingo, surgiu, por isso, com o aspecto triste de vasilhames de lixo á porta das casas, muitos delles derrubados pelos rafeiros vagabundos e esfomeados, emporcalhando as ruas.

No local em que se agrupavam os paredistas esteve um de nossos reporters que ouviu os lixeiros, na ocasião em que alli comparecia um representante da firma Castro e Santos, contratantes da limpeza publica, que explicou aos grevistas a razão do atraso dos pagamentos e terminou promettendo que em princípios de junho satisfaria todo o pessoal.

⁵⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 14/06/1914, p. 1.

A vista disso, os lixeiros resolveram abandonar a sua attitude, recomeçando, hoje, o serviço interrompido.

Para o ponto em que se haviam reunido os paredistas, a policia enviou quatorse guardas civis, não havido, porem, a menor alteração da ordem⁵⁸¹.

Voltamos a perceber que realmente a passividade não era algo presente nos trabalhadores da cidade de Manaus, principalmente na figura da classe da limpeza pública, no caso aqui os lixeiros, que novamente reivindicavam seus ordenados atrasados. Porém, desta vez, os representantes da concessionária agiram de forma rápida para evitar mais problemas, prometendo que tudo seria resolvido.

Percebemos ainda que, mesmo o jornal não informando o número de trabalhadores que estavam na paralisação, podemos inferir algumas conclusões. A primeira delas é a do possível número de participantes no movimento, que poderia estar em torno de oito a dez pessoas, devido ao envio de grande quantidade de guardas civis para o local: segundo as informações passadas pelo *Jornal do Commercio*, foram em torno de quatorze⁵⁸².

Possivelmente, os mesmos se recordavam dos atos anteriores que esta categoria já havia feito neste ano de 1914. Mesmo que de forma pacífica, em algumas paralisações, como as de fevereiro, até atos de sabotagem na greve de março. Porém, desta vez tudo ocorreu de forma controlada.

Outro ponto que podemos observar é a falta de uma liderança visível ou de uma organização sindical, já mencionada anteriormente, pelo menos não mencionado pelo jornal. Mas isto já havia ocorrido em outros movimentos da categoria, sempre atuando de forma mais coletiva, através de comissões, que ficariam responsáveis pelo andamento do movimento.

Desta forma, como nos recorda Silva Jr. (1994)

Embora os motivos (as reivindicações) da greve possam ser os mais variados (aumento salarial, diminuição da jornada, demissão de chefia, etc.), todos esses motivos são considerados direitos dos trabalhadores, sendo a greve, portanto, um instrumento de justiça. É esse aspecto que nos permite apontar semelhanças de uma greve com outras mobilizações populares, como motins ou quebra-quebras, assimilando-as, em algumas medidas, aos “tumultos”⁵⁸³.

Assim sendo, veremos na próxima seção a ação de grevistas causando tumultos novamente, e reivindicando seus direitos como trabalhadores, assim como categoria,

⁵⁸¹ *Jornal do Commercio*, 22/05/1916, p. 1.

⁵⁸² *Ibid.*, p. 1.

⁵⁸³ SILVA JR., 1994, p. 73.

que serão os tipógrafos dos jornais *O Tempo* e *O Amazonas*. Revelando-nos particularidades de sua categoria e da construção de seus movimentos.

3.2 A GUERRA PELO “CASTELO DE PAPEL”⁵⁸⁴ – A GREVE DOS TIPÓGRAFOS DOS JORNAIS *O TEMPO* E *O AMAZONAS*

O ano de 1914 continua com suas agitações e ebulições de movimentos reivindicatórios. No mesmo período em que ocorriam reivindicações por parte dos funcionários da limpeza pública, os tipógrafos do jornal *O Tempo* entram em greve devido à falta de pagamento. O jornal operário *A Lucta Social* informa que “[...] Havia cinco semanas eu os escravos d’aquelle orgam não tinha o prazer de contemplar o gorro frigio d’um nikel”⁵⁸⁵.

[...] O caso é que os graphics d’ ‘O Tempo’ á não podiam resistir á sr.^a miséria e lá vae – reuniram-se. Falaram, discutiram mas por fim convenceram-se de que a Fome só a *aprecia* quem a passa e... Zás – a acção directa explodiu - Não se trabalha! – Foram unanimes todos, até o próprio Silvestre, que também já desanimára, cedeu á causa e amparou-a de principio: no fim, - como sempre, o Silvestre já em posse do dinheiro, murmurou: Hurrah! Agora é preciso salvar o emprego: - Eu não fiz... eu não compactuo com *greves*. Isso não. Eu sou catholico. – “A Cezar o que é de Cezar”... Por fim as coisas foram a palácio: Despacho – Deferido. – Sim, pague-se em termos e ponha todos na rua. Não escapou *um*. Só o mestre *porque soube preparar as coisas de maneira que não deu na vista*⁵⁸⁶.

Podemos perceber que a luta foi intensa, assim como a reação dos donos do jornal, como podemos observar na passagem acima relatada. Resgatando novamente as ideias de Linden (2013) sobre as greves, elas “[...] dependem tanto da motivação subjetiva dos grevistas em potencial quanto da oportunidade material de implementá-la”⁵⁸⁷.

Esta subjetividade traduz-se na presença da carestia, ocasionada pelas dificuldades econômicas e sociais que a cidade estava passando no momento. E a questão da oportunidade ocorreu com a decisão tomada de forma coletiva para que ocorresse a greve, sendo tomada de forma unânime, até mesmo pelo “mestre”, que

⁵⁸⁴ Este título faz referência a um dos tópicos do segundo capítulo da dissertação de mestrado de Claudia Barros “O Palácio de Papel: novos ritmos e sinais”. Cf. BARROS, 2015, p. 55.

⁵⁸⁵ *Jornal A Lucta Social*, 29/03/1914, p. 6.

⁵⁸⁶ *Jornal A Lucta Social*, 29/03/1914, p. 7.

⁵⁸⁷ LINDEN, 2013, p. 207.

possuía fama de não participar das greves, auxiliando-os a superar essa relação de força que existia entre patrões e empregados.

Essa união dos tipógrafos fez pressão suficiente para que o dono do jornal pagasse os devidos ordenados atrasados. Porém, podemos perceber que tivemos dois resultados nessa disputa: um favorável, que foi o pagamento dos atrasados, e o segundo desfavorável, que foi a demissão em massa dos trabalhadores que participaram do movimento grevista. E “[...] mais uma vez era necessário o disciplinamento e punição como forma de exemplo para os demais. E o desemprego, em uma sociedade que tem o trabalho como elemento legitimador da cidadania”⁵⁸⁸, isso representaria para qualquer trabalhador uma exclusão social e moral.

Diferentemente do que ocorreu com os trabalhadores da limpeza pública, que buscaram em seu início de paralisação se desvencilhar do caráter de greve, os tipógrafos do jornal *O Tempo* não o fizeram, mesmo sabendo do risco que corriam não tanto pela perda do emprego, mas dessa sua exclusão, pois ao serem enquadrados como grevistas eram vistos pela sociedade como membros pertencentes às camadas mais perigosas presentes na sociedade, trazendo grandes dificuldades em arrumar um novo trabalho.

Porém, os redatores da *A Lucta Social* tiraram uma conclusão do movimento:

Os operários despedidos estavam satisfeitos. O cobre veio – a acção directa triumphou, e se não houvesse anjos, (como há em toda a parte) seria total a Victoria. O jornal tinha que engulir os mesmos operários e pagar-lhes em dia, para o futuro, porém alguns innocentes companheiros, que, talvez a negrura da fome ainda os não alcançou, correram, como galgos á porfia promptos a prestarem o seu apoio ao jornal. Foram acceitos; porém o Silvestre jurou aos céos que se vingaria e parece que a buxa á diminuiu para águaem...

[...]

Esses *denodados collegas* que tão *nobrememente* furaram a greve, são dignos de honrarias, pois além de ser um acto de *solidariedade social* demonstram á medicina ‘que o corpo, não carece de alimento’: Para ter saúde basta trabalhar sem comer.

Uma medalha de sola (ao que nos consta), vae ser colocada ao peito desses heróes gráficos que tão *valorosamente* se distinguiram dos animaes racionais.

[...]

Fallará no acto o companheiro Aristides Amazonas que será muito applaudido pelo auditório.⁵⁸⁹

Nesta conclusão do *A Lucta Social* sobre o movimento, podemos perceber que há “[...] a existência de um exército de reserva de mão de obra no setor gráfico, pronto a

⁵⁸⁸ BARROS, 2015, p. 96.

⁵⁸⁹ Jornal *A Lucta Social*, 29/03/1914, p. 7.

entrar em cena caso novas vagas fossem postas em disponibilidade”⁵⁹⁰. Barros comenta que possivelmente muitos dos tipógrafos que foram demitidos pelo jornal *O Tempo* não ficaram desempregados, pois logo foram absorvidos por outros periódicos devido à suas capacidades técnicas e domínio do ofício, além da própria experiência⁵⁹¹. Seguindo, assim, uma ordem, vemos outro ponto que é a grande quantidade de trabalhadores gráficos que aceitaram de imediato o trabalho daqueles que foram demitidos, deixando de levar em conta a luta que os antigos trabalhadores estavam travando com este jornal em relação ao pagamento.

Barros propõe duas possíveis causas, a primeira de que o emprego era bastante concorrido, principalmente nesse período de crises pelo qual a cidade estava passando. O segundo seria a de que os trabalhadores gráficos que não aderiram à greve, não estariam alinhados com as ideias dos paredistas, revelando assim um dinamismo de visões no interior da categoria.

E é nesse ponto que os redatores do periódico *A Lucta Social* vão tecer críticas e agir com sarcasmo em relação aos que furaram a greve promovida pelos antigos gráficos do jornal. O Sr. Silvestre foi a primeira das vítimas. Este gráfico já havia trabalhado em vários periódicos da cidade, como *O Diário do Amazonas*, *O Norte* e o *Jornal do Commercio*, mostrando o dinamismo de alguns trabalhadores gráficos dentro do mercado de trabalho da cidade.

Isso nos mostra que a ideia de Barros sobre um exército de mão de obra, que estava sempre ao aguardo de uma abertura de oportunidades, assim como a do dinamismo de visões, estava correta, principalmente sobre as visões dos diversos trabalhadores dentro do movimento operário, assim como dentro da categoria dos tipógrafos.

Esta situação ganha ainda mais força quando vemos em uma curta passagem no discurso do *A Lucta Social*, colocada de forma crítica, sobre as atitudes do tipógrafo Silvestre: “Pois sim, Silvestre, tens razão: Primeiro, tu; depois teu filho; logo mais, tu; si for cedo, teu filho; si é tarde, tu... Bonito p’ra tua cara, maganão. Isso é que é *socialismo puro*, hein, patriota?”⁵⁹².

Percebemos aqui um tom irônico, além de uma crítica às concepções ideológicas que o tipógrafo Silvestre seguia, que segundo o jornal seria o “socialismo puro”, porém essa ideia diverge do que o próprio Silvestre havia falado anteriormente,

⁵⁹⁰ BARROS, 2015, p. 97.

⁵⁹¹ BARROS, 2015, p. 97.

⁵⁹² Jornal *A Lucta Social*, 29/03/1914, p. 7.

relatado também pelo jornal “- Eu não fiz... eu não compactuo com *greves*. Isso não. Eu sou católico”⁵⁹³.

Possibilitando-nos indagar que havia uma pluralidade de ideias, presentes no mundo do trabalho manauara. Sobre essa situação, Teles enfatiza que “[...] é preciso destacar que no Amazonas a literatura que aborda a questão das influências das correntes políticas e ideológicas sobre o movimento operário destaca dois eixos: o anarquismo e o socialismo reformista”⁵⁹⁴.

E como já observado no segundo capítulo, alguns militantes, como Cursino Gama, que “embora se assumisse como *socialista*, suas posições pautavam-se sempre pela moderação, assumindo, por vezes, uma posição dissidente e contrária a deflagração de greve, propondo em seu lugar a negociação com o patronato”⁵⁹⁵.

Isso também nos possibilita observar como alguns demais trabalhadores e militantes agiam dentro de determinadas categorias: ao mesmo tempo em que se denominavam socialistas, outras vezes se diziam católicos e contrários a esses ideais e favoráveis há outras -- após conseguir alcançar seus objetivos. Como exemplo disso, temos o personagem Silvestre.

Duas ideologias que no período se contradiziam, pois como nos coloca Claudio Batalha,

A corrente católica, através de organizações ligadas à Igreja que buscavam subtrair o operariado da influencia anarquista e socialista e da ação sindical. Com base na doutrina social da Igreja católica..., essas organizações leigas estavam presentes nos principais centros urbanos a partir de fins do século XIX, dispondo com frequência de jornais próprios para difundir suas posições de defesa do catolicismo, do entendimento entre trabalhadores e patrões e contrários às greves, mesclados a uma tímida denúncia dos males da industrialização e a um virulento anti-socialismo.⁵⁹⁶

Acrescentemos a essa ideia que “[...] devido à sua heterogeneidade, o movimento operário organizado não pode ser tomado como um bloco de uma única tendência”⁵⁹⁷. Não bastaria “[...] fazer as distinções entre anarquistas e socialistas para dar conta da complexidade das orientações operárias na Primeira República brasileira”⁵⁹⁸.

⁵⁹³ Jornal *A Lucta Social*, 29/03/1914, p. 7.

⁵⁹⁴ TELES, 2015, p. 161.

⁵⁹⁵ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 213.

⁵⁹⁶ BATALHA, 2000, p. 27-28.

⁵⁹⁷ OLIVEIRA, 2003, p. 74.

⁵⁹⁸ *Ibid.*, p. 74.

Podemos, assim, perceber que alguns trabalhadores, como Silvestre, faziam uso das diversas correntes ideológicas presentes dentro do movimento operário, conforme sua necessidade e como comentado anteriormente. E é se utilizando desse fato que *A Lucta Social*, um jornal ligado ao *sindicalismo revolucionário*, e seu redator Tércio Miranda, um anarquista, fazem essa crítica ao trabalhador que, segundo o jornal, seria um socialista. E essa questão da pluralidade continuou ocorrendo também dentro das duas associações que irão se reformar nos anos de 1917 e 1918 na cidade de Manaus, se sobrepondo às ideias pregadas pelo periódico *A Lucta Social* e pelo *sindicalismo revolucionário*.

No Amazonas, Pinheiro & Pinheiro colocam que os sindicatos operários presentes, que estavam mais “[...] pontualmente ligados ao socialismo e ao sindicalismo revolucionário só começaram a aparecer na cidade no ano anterior, por volta de 1913, por iniciativa de algumas lideranças que também vinham da categoria dos trabalhadores gráficos”⁵⁹⁹. Dentre esses, temos o espanhol Joaquim Azpilicueta e o português Tércio Miranda, que foi o responsável por tecer as críticas aos trabalhadores que furaram a greve.

Essas críticas se tornam mais enfáticas quando eles atacam os outros gráficos que não aderiram à greve e aceitaram se submeter a trabalhar no lugar deles, principalmente a outra figura de importância desse meio que é Aristides Amazonas que, como Silvestre, foi atacado moralmente devido a não adesão ao movimento. Pois, assim como “[...] a greve, o boicote e o *meeting* fazem parte do ‘repertório de ações coletivas’ da classe operária”⁶⁰⁰, vamos ter da mesma maneira “[...] a repressão policial, a desqualificação destes movimentos e a substituição dos grevistas”⁶⁰¹, como parte do repertório utilizado pelo estado e o patronato.

No caso desta greve, podemos tirar algumas conclusões: a primeira delas é que realmente houve uma vitória parcial do movimento, principalmente no que se refere aos pagamentos atrasados, que foram quitados. Além de uma união que, mesmo não sendo consensual, fez com que ocorresse a deliberação da greve de forma unânime. Isso gerou uma força para o movimento desses trabalhadores, dentro do jornal. Outra conclusão que tiramos é que mesmo essa união não foi suficientemente forte para chegar a uma solidariedade com os demais trabalhadores gráficos, que também buscavam uma forma de trabalho em uma cidade que vivia em situações de crise.

⁵⁹⁹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 173.

⁶⁰⁰ QUEIRÓS, 2016, p. 17.

⁶⁰¹ Ibid., p. 17.

Trazendo assim uma insegurança estrutural para os trabalhadores gráficos, que mesmo sendo colocados como uma das categorias mais politizadas, sentem também problemas estruturais de divergências entre seus líderes, assim como uma dificuldade identitária com o movimento, não possibilitando, no momento destes acontecimentos, a visualização com maior clareza da necessidade de se organizar melhor para conseguir alcançar seus objetivos como categoria.

Porém, neste mesmo ano ocorre outra greve da categoria dos gráficos, agora deflagrada pelos trabalhadores do jornal *O Amazonas*⁶⁰². Considerado um dos maiores diários do período, a greve se iniciou no dia 1 de setembro de 1914, como noticiado pelo *A Lucta Social* e pelo *Jornal do Commercio*:

Estava a corporação gráfica deste periódico, há 6 ou 7 semanas, recebendo apenas pequenos vales, que mal chegavam para tomar uma garapa. E sem um protesto, sem um movimento de reação, o pessoal daquela casa continuava sempre trabalhando, até que no dia 29 declarou ao seu diretor, que não trabalharia, mais sem que lhe pagasse. Com promessa de que no dia seguinte domingo, receberiam algum dinheiro e que, na terça feira imediata, teriam uma outra satisfação, continuaram o trabalho. Porém houve falta na primeira promessa e sendo lembrada, teve a corporação como resposta que, *não se admitiam imposições*. [...]⁶⁰³

Ainda na mesma edição do jornal, saiu outra nota a respeito do movimento:

Num digno gesto de solidariedade, a corporação gráfica do *Amazonas*, em virtude das falsas promessas do seu diretor, abandonou o trabalho.
[...]

Atendendo á solidariedade reclamada ao Sindicato, dirigiu este um boletim á classe, lembrando o dever que todos tinham de não substituir aqueles que se recusaram a trabalhar sem a satisfação dos seus ordenados.

Nunca em Manaus se viu tão digno ato de solidariedade. Nem um gráfico proficional, traiu os seus companheiros.

Porém, o diretor do jornal, de quem nunca a dignidade se aproximou, vendo que não conseguiria que os seus operários se demovessem a trabalhar, arrebanhou alguém que se mantinha afastado da classe.

⁶⁰² Teve como periodicidade de 1866 a 1921, e circulou na cidade de Manaus pela primeira vez em 09 de julho de 1866. A partir do número 06, de 10 de agosto de 1866, passou a ser publicado com o nome de Amazonas, tendo por redatores Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Antonio Cunha Mendes, José de Albuquerque Melo e Luís Coutinho. A primeiro de janeiro de 1873 começa a ser publicado diariamente recebendo o nome de Diário do Amazonas. Em 6 de abril de 1874 (nº 76) volta a denominar-se Amazonas, sendo editado três vezes por semana. Em outubro de 1890 retorna a periodicidade diária. Quando era dirigido por Eusébio de Souza Caldas entra para o seu quadro de repórteres Ephigênio Sales. Caracterizou-se por uma postura crítica à política local, fazendo oposição em 1913 às facções Nery e Pedrosa (FREIRE, 1990, p. 34-35).

⁶⁰³ *Jornal A Lucta Social*, 01/09/1914, p. 1.

Foi assim, que apareceu o *Amazonas*, em criculação pretendendo ferir, quem nunca ludibriou o Sr....arlos S....., nem em certas empresas, logrou alguém.[...]⁶⁰⁴

Já o *Jornal do Commercio* traz a seguinte notícia:

A's vinte e uma horas de hontem foi telephonado do "Café dos Terriveis" pelo agente de ronda Manoel de Moraes á segunda delegacia, dizendo que os operários do "Amazonas" se achavam no edificio daquelle jornal em attitude exaltada.

Immediatamente para alli seguiu o sub-delegado Moysés que, chegando ao local, procurou syndicar do facto. Entendeu-se então com os referidos operários que lhe disseram haver tomado a resolução de não mais trabalhar nas officinas do referido diário sem que lhes fosse paga a importância de oito semanas que tinham a receber, estando por isso a passar privações.

Depois de dar taes explicações áquella autoridade esses operários retiraram-se pacificamente para sua residência.

Pouco tempo depois foi fechado o edificio do "Amazonas", mas a policia, como medida preventiva, fez alli postar durante a noite dois guardas civis.⁶⁰⁵

Podemos tirar algumas considerações deste movimento iniciado pelos gráficos do *Amazonas*. Primeiro temos a diferença de visão apresentada pelo jornal *A Lucta Social*, direcionada mais para as questões do operário, assim como para as medidas tomadas pelos operários em solicitar auxílio ao sindicato para intermediar esta disputa entre os trabalhadores e o dono do jornal. Além de colocar a importância da adesão total dos "gráficos profissionais", que não tomaram o lugar deixado vago pelos grevistas.

Já o *Jornal do Commercio* apresenta visão mais estereotipada do trabalhador, sempre em uma "atitude exaltada", havendo a necessidade de o subdelegado ter de intervir na situação. Porém, sabemos que por de trás dessa situação existem questões mais profundas, principalmente que o jornal era considerado um dos mais importantes do estado, além das relações que os sócios da empresa deveriam possuir com outras pessoas de importância da cidade. Isso levou a tomar medidas preventivas, como deixar guardas civis para cuidar do edificio, demonstrando novamente que o movimento grevista não era visto com bons olhos pelas autoridades.

A segunda consideração ficará mais focada no jornal *A Lucta Social*, fazendo uma correlação com o movimento de março. No primeiro trecho apresentado, vemos um tom de cautela por parte dos redatores do *A Lucta Social*, diferentemente de quando eles haviam noticiado a parede dos trabalhadores de *O Tempo*, quando havia um tom de maior agitação e entusiasmo por parte dos redatores da *Lucta*.

⁶⁰⁴ Jornal *A Lucta Social*, 01/09/1914, p. 3.

⁶⁰⁵ *Jornal do Commercio*, 02/09/1914, p. 1.

Esse discurso muda e ganha certo entusiasmo quando os mesmos fazem uma solicitação ao *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Amazonas* pedindo seu apoio às causas que estavam requerendo junto ao jornal *Amazonas*, que seria o pagamento dos salários atrasados. Prontamente, o sindicato acatou a solicitação de apoio às reivindicações, dando assistência ao movimento grevista⁶⁰⁶.

Diferentemente da greve ocorrida em março, podemos perceber a força que tem uma organização por trás do movimento, pois a pedido do sindicato, não ocorreram substituições de trabalhadores ligados ao sindicato, ou como o *Lucta* coloca, que nenhum “gráfico profissional” aceitou as vagas deixadas em aberto pelos grevistas e isto se passou três dias para que o jornal *Amazonas* voltasse a circular, com o auxílio de outros trabalhadores, que segundo o *Lucta* não estavam ligados à classe, que seriam o exército de mão de obra existente na cidade.

Entramos assim em outro ponto deste movimento de setembro, que vem se assemelhar com o movimento ocorrido em março. Pois, em ambos os movimentos, haviam trabalhadores que não estavam ligados diretamente aos trabalhadores gráficos da cidade. Esta situação nos revela de que forma funcionavam as relações de trabalho dentro dessa categoria, pois percebemos trabalhadores que não estavam associados ao sindicato por algum motivo, que pode ser ideológico⁶⁰⁷, visto que o sindicato seguia a linha de pensamento do *sindicalismo revolucionário*.

Ou como o próprio jornal faz referência de que esses trabalhadores não pertenciam à classe dos gráficos, porém possuíam algum conhecimento do ofício, nesta situação, assim como no último movimento de março, vemos dissensões dentro da classe tipográfica, gerando grande impasse na categoria, que nesse momento de greve via-se obrigada a tomar certas atitudes contra outros tipógrafos.

Como foi relatado pelo jornal *A União*, sobre os trabalhadores que furaram a greve ao jornal *O Amazonas*:

Como é sabido geralmente e na História sagrada está bem claro da existência de um homem superior que se chamou Jesus e que soffreu, padeceu e morreu pelo muito amor que tinha a seus discípulos, também deve saber que existiu um Judas Iscariotes, que sendo discípulo daquelle, commungando da mesma idéas, trabalhando pelos

⁶⁰⁶ BARROS, 2014, p. 100-101; PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 158-159.

⁶⁰⁷ Sobre as questões de pensamentos ideológicos presentes no movimento dos gráficos, Artur Vitorino coloca que “[...] a Federação Operaria de São Paulo (que, de certa forma, como vimos, adotava pontos estratégicos do sindicalismo revolucionário) aconselhava o proletariado a organizar-se em sociedades de resistências econômicas, sem adotar qualquer postura de ordem eleitoral ou religiosa, à que isso trazia rivalidades e, conseqüentemente, dissensões para o seio das associações operarias”. Cf. VITORINO, Artur Jose Renda. **Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico** (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000. p.166.

mesmos princípios, um dia tornou-se seu inimigo e falsamente trahio-o, covardemente vendeu-o aos despeitados contrários á sua doutrina, pela misera e insignificante quantia de 30 dinheiros.

Não temos pretensão alguma de historiadores, apenas queremos fazer uma comparação do Judas antigo com o Judas moderno (Augusto Reis), de quem nos occupamos neste momento⁶⁰⁸.

Nessa passagem, temos a figura de Augusto Reis que, segundo os tipógrafos do jornal, este seria o Judas moderno dos tipógrafos, pois o mesmo foi trabalhar no lugar dos seus companheiros em greve, assim como Virgílio. No caso de Augusto Reis, a explicação dada consistiu em que ele foi ao auxílio de um amigo. Porém, essa justificativa não serviu para livrá-lo da expulsão do sindicato. Pois aqui, havia muito mais que uma questão monetária ou de ajuda, pois neste momento o que deveria estar falando mais alto dentro da classe tipográfica seria a união entre os trabalhadores, contra o patrão e o capital em disputa.

Após os primeiros dias de paralisação, os funcionários que estavam participando da greve começaram a ser demitidos. Alguns deles irão permanecer em estado de greve contínua, porém não trabalhando mais para o jornal *O Amazonas*. Muitos desses grevistas resolveram montar seu próprio periódico, que pudesse servir como voz para explicar à sociedade os fatos que estavam ocorrendo.

Esta situação de gráficos produziram uma folha para informar sobre as causas do movimento já havia ocorrido em outros contextos, na capital federal no século XIX. Isso se deveu à greve dos compositores tipográficos, ocorrida no Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 1858, quando 32 compositores tipográficos do *Jornal do Commercio*, mais os 26 do *Correio Mercantil* e mais os 22 do *Diario do Rio de Janeiro*, simultaneamente paralisaram suas atividades. Segundo Vitorino, dois dias após a greve, os compositores que se recusaram a voltar ao trabalho lançaram o seu próprio jornal diário, que seria o *Jornal dos Typographos*⁶⁰⁹.

No caso do estado do Amazonas, o periódico lançado pelos grevistas foi *A União*, que também possui um significado que é explicado pelos próprios tipógrafos,

⁶⁰⁸ Jornal *A União*, 26/09/1914, p. 2.

⁶⁰⁹ Vitorino ainda coloca que através da nota publicada pela comissão dos compositores grevistas, pode-se depreender três aspectos relevantes: 1) era através de um jornal que os tipógrafos tornavam possível trazer a público uma discussão, que, até aquele momento, era somente um problema interno a ser resolvido entre os tipógrafos e os proprietários dos ornais; 2) com um jornal independente, praticava-se a criação de um espaço alternativo para trazer as coisas à discussão pública (com efeito, desde que uma coisa é trazida à discussão, isto significa que ela não tem legitimidade evidente e, nesse caso, o choque da argumentação abre a possibilidade de pôr fim aos princípios dominantes e de sentenciar a morte do status quo, até então inquestionáveis, porque admitidos como verdadeiros); e 3) que em uma discussão, caso não fosse só a rigor, mas de fato realizada numa sociedade moderna e civilizada, seria importante que prevalecesse o respeito com o público, enquanto um bom exemplo a ser dado (VITORINO, 2000, p. 72-76).

assim como foi explicado pelos tipógrafos do Rio de Janeiro, nas páginas iniciais do seu primeiro número:

[...] O nosso título significa bem o que pensamos e a que viemos; - a união é o segredo da victoria e a união ainda é o sentimento que nos impulsiona a pedir um logar humilde entre o jornalismo indígena. Consentís? Pois bem, saberemos honrar o logar que nos concederdes. O povo encontrará em nossas columnas um meio leal para fazer chegar as suas necessidades ao conhecimento dos que podem e devem minorar-lhes as afflicções, com especialidade nesta crise pavorosa que a todos abate impiedosamente. O nosso jornal senti-se-á bem até quando conseguir a sympathia e a confiança mais ampla do povo, do seio do qual vem de surgir para pleiteiar a sua causa e bater-se em prol dos seus interesses. Somos do povo e pelo povo, pois que operários somos, e não ambicionamos galgar posições que não nos competem por virem tolher a nossa liberdade de acção; mas, nada obstante, assiste-nos o direito de usar os privilégios que por lei nos são outorgados, e assim analysaremos os actos que toquem de perto ao bem estar do povo, com imparcialidade e justiça, pois que vimos sem ódios e ambições e cheios de esperanças olorosas.[...] ⁶¹⁰

Com a criação deste periódico que possuía ligação com a classe trabalhadora, vemos uma postura diferenciada, principalmente buscando a união entre os trabalhadores, algo que era muito dificultoso para o operariado da cidade. Podemos observar que, mesmo com o Sindicato dos gráficos dando um auxílio para o movimento, não conseguiam manter coesão entre os seus sócios. Tal divisão era causada principalmente pela falta de alinhamento político entre seus participantes que, como ocorria em outros estados da Federação, também era bastante instável, principalmente em referência a questões políticas e religiosas ⁶¹¹.

Mesmo assim, nasce um novo periódico com esse intuito de trazer a união através de suas folhas, não esquecendo também de suas lutas pessoais contra o jornal *O Amazonas* e seus donos, que foram responsáveis pela demissão dos mesmos. Barros explica que “[...] as lideranças da União lançam mão de uma série de denominações que tem como objetivo o descredenciamento desses trabalhadores perante a categoria e a sociedade” ⁶¹². Como podemos perceber pelas páginas da *União*:

Depois que sahiram do “Amazonas” os gráficos que o compunham e que foram no embrulho com a catanga das sereias dalli, aquillo tem andado a matroca.

⁶¹⁰ Jornal *A União*, 26/09/1914, p. 1.

⁶¹¹ Cf. VITORINO, 2000, p. 166-169.

⁶¹² BARROS, 2014, p. 102.

Ora vinha o celebre diário com as paginas trocadas, ora branco de não se poder ler, com a matéria composta pelo Gondim repetidas dias e dias; ora com uma revisão impagavel feita pelo “cara de cavallo”.⁶¹³

Porém, o movimento não fazia apenas atacar os tipógrafos que furavam a greve ou os proprietários do jornal, que nesta situação tinha um rosto bastante conhecido na sociedade, que era Carlos Eugenio Chauvin.

Sabemos que conheceis demasiadamente Carlos Chauvin e portanto, a sua “impoluta” moralidade e o seu “inclito” saber. Uma vez aparece ao publico como sócio do jornal e outras como empregado; umas vezes como accionista da empresa e outras como seu representante. No seu jornal não abandona as maiores insidias, as mais baixas infâmias, para desvirtuar as mais leaes e justas reclamações, feitas pela sua corporação graphica.⁶¹⁴

Assim como os tipógrafos do Rio de Janeiro do século XIX, os tipógrafos daqui não ficaram apenas discutindo os problemas internos do jornal e de sua categoria: ao longo desses três meses, eles também “[...] desenvolveu uma série de denúncias e ações que buscassem demonstrar a legitimidade de suas ações”⁶¹⁵. Dentre elas, podemos elencar os problemas da produção da borracha, assim como os de moradia e da carestia, além da questão da guerra⁶¹⁶.

Infelizmente, o movimento chega aos seus momentos finais, quando sai uma nota na *União* do dia 27 de outubro, onde “[...] eles apelam ao secretário da Segurança Pública João Lopes que prendesse Chauvin em nome do bem social”⁶¹⁷.

[...] Ao exm. sr. dr. Chefe de Segurança, a quem cumpre zelar pela segurança publica e que tem o dever de perseguir e castigar os criminosos, nós lembramos que venha em auxilio da sociedade, livrando-a do contacto de semelhante creatura. Faça s. s. com que em qualquer leva de deportados que partir para o interior, na primeira, vá este homem, talvez lá, em qualquer um barranco do Acre, separado dos homens a quem lesou e da sociedade a quem contaminou, ainda, talvez, a sua consciência embrutecida no mal possa despertar para o bem.

Attenda o digno sr. dr. João Lopes ao nosso pedido e terá conquistado os applausos de toda uma população.⁶¹⁸

Percebemos que a interferência do Sindicato no movimento, servindo como mediador, não surtiu efeito, levando os trabalhadores a apelarem à ajuda direta do estado, trazendo novamente a questão da insegurança estrutural, que em momentos de

⁶¹³ Jornal *A União*, 26/09/1914, p. 3.

⁶¹⁴ *Ibid.*, p. 3.

⁶¹⁵ BARROS, 2014, p. 105.

⁶¹⁶ Sobre as questões levantadas sobre a carestia e moradia, crise da borracha e a guerra, ver o primeiro e segundo capítulo dessa dissertação.

⁶¹⁷ BARROS, 2014, p. 106

⁶¹⁸ Jornal *A União*, 27/10/1914, p. 1.

grandes dificuldades os trabalhadores buscam encontrar as mais diversas alternativas para solucionar os seus problemas. Chegando a cogitar a ações extremas, segundo Barros⁶¹⁹.

Assim como nos eventos de março, o *Lucta Social* volta a fazer um balanço sobre os eventos de setembro, através do tipógrafo Tércio de Miranda, redator do *Lucta Social* e secretário geral do Sindicato:

No meio das maiores convulsões ou os mais iminentes perigos, eu nunca perdi a calma; e se digo serenamente, é porque pretendo fazer algumas objeções, agora que todos estão refeitos de qualquer pequeno susto, originado pela acidentalidade duma refrega mal sucedida ou a incerteza do seu papel, ante uma espétativa que se erguia aos olhos de todos.

A greve do *Amazonas* está perdida e o seu diretor, com o seu cinismo aliado á falta de dignidade e de escrúpulos, zombando daqueles que tiveram a veleidade de acreditar nas suas falas e deixar acumular nas suas mãos, algumas semanas que não receberam, vem ainda dizer criminosamente, que não deve nada. No entanto o dinheiro roubado, sim, - roubado, por essa creatura de peor espécie que os bandoleiros calabrezes – orça por 6.000\$000 (seis contos de reis).⁶²⁰

Após essas explicações iniciais, Tércio continua sua fala, agora destinada a esclarecer os principais prejuízos do movimento e as possíveis causas do seu fracasso:

Já no numero anterior do nosso jornal, se disse, que a tática seguida, ou pôr outra, a preparação de greve, não foi o que devia ser. Porém o principal prejuízo não foi esse. O principal prejuízo foi devido á falta de compreensão de deveres dos nossos camaradas: foi só pela má interpretação da solidariedade. Mas como praticar o contrario se apenas uma pequena parte da classe compreende o seu papel e se ainda entre estes encontramos alguns incapazes dum sacrifício e embuidos duma pusillanimidade atroz?

Todos se devem lembrar, pois não é muito o tempo passado, que desde a fundação do “Sindicato dos Trabalhadores Graficos”, quando eu me fazia ouvir, mostrava a necessidade de uma ação consciente, para a imancipação, mas nunca me esquecia de dizer, que o nosso primeiro trabalho, devia ser o levantamento moral da classe. Precisava-mos da adesão de toda a classe, que não é grande afinal, para estreitarmos indestrutivelmente, os laços da solidariedade, indispensável á nossa vitória. Mais que uma vez, como secretario geral do Sindicato, eu fiz sentir que a nossa agrupação, não podia assumir a responsabilidade de qualquer movimento, por se sentir ainda sem forças. O resultado seria negativo, e os nossos adversários, - adversários sim; porque os temos e muitos, e infelizmente na classe – teriam ensejo para apontar a nossa invalidade. Porém, fazia sentir, que se o pessoal de alguma casa tipográfica, tivesse necessidade de abandonar o trabalho, por qualquer motivo, o Sindicato prestaria o seu apoio. O Sindicato por sua vez, resolvia que só ás respétivas

⁶¹⁹ BARROS, 2014, p. 106.

⁶²⁰ Jornal *A Lucta Social*, 01/11/1914, p. 1.

corporações competia iniciar qualquer movimento. E é depois disto que se declara a greve no *Amazonas*.⁶²¹

Tércio inicia esclarecendo que a greve promovida pelos gráficos do jornal *O Amazonas* não foi bem planejada e organizada, sendo um dos pontos do seu fracasso, prosseguindo que a greve até poderia ter dado certo, porém o prejuízo foi maior devido à “má interpretação da solidariedade” entre os próprios tipógrafos, que como ele coloca: “Mas como praticar o contrario se apenas uma pequena parte da classe compreende o seu papel e se ainda entre estes encontramos alguns incapazes dum sacrifício e embuidos duma pussilanimidade atroz?”⁶²².

Fazendo-nos refletir sobre o processo de construção de classe dentro da categoria dos tipógrafos onde, mesmo após a formação de um Sindicato, haviam muitas divergências que impediam seu pleno funcionamento. Para Barros “[...] mais uma vez as ações dos não grevistas são alvos das principais críticas que levaram ao fracasso, não só do movimento paredista”⁶²³, mas do enfraquecimento do Sindicato.

Porém, o próprio Tércio admite que o Sindicato não estaria pronto para assumir qualquer responsabilidade sobre qualquer movimento, esclarecendo que, para a ocorrência de greve geral, esta deveria passar primeiro pelo Sindicato podendo, depois, ser declarada, o que não ocorreu neste caso.

Na continuação do artigo do jornal, Tércio admite que haviam vozes dentro da categoria que comentavam que, para conseguirem angariar a vitória total do movimento, deveriam partir para uma greve geral. Porém, o mesmo recuou nesta ideia. Mesmo assim, em suas falas finais, ele conclama o trabalhador a não “[...] desanimar, portanto, neste momento, seria o maior dos crimes. Sem persistência nada se faz. Uni-vos camaradas e segui firmes e sem receios pela estrada aberta á vossa imancipação... Por isso recuar seria uma covardia, abandonar será uma traição”⁶²⁴.

Desta forma, percebemos que, mesmo com todas as adversidades, os tipógrafos marcaram esse segundo semestre de 1914, principalmente com suas lutas já inseridas no contexto da Primeira Guerra, nos possibilitando observar a interação dos trabalhadores com os acontecimentos externos a eles. Outro ponto de destaque e que vamos tornar a ver na próxima seção é a aproximação do movimento com suas entidades representativas.

⁶²¹ Jornal *A Lucta Social*, 01/11/1914, p. 1.

⁶²² *Ibid.*, p. 1.

⁶²³ BARROS, 2014, p. 107.

⁶²⁴ Jornal *A Lucta Social*, 01/11/1914, p. 2.

3.3 OS FOGUISTAS E SUAS REIVINDICAÇÕES

No dia 25 de janeiro de 1914, o *Jornal do Commercio* noticia em suas páginas um movimento iniciado pelos foguistas, com o seguinte título: GREVE QUE ABORTOU – os foguistas perderam o tempo. E continua:

Ia havendo hontem a bordo do vapor *Alto Acre*, atracado ao “Roadway” da Manáos Harbour, um principio de gréve.

O pessoal do fogo desse navio estava completo e de accordo com o regulamento das capitancias.

Assim, porem, não entendeu a directoria da sociedade *União dos Foguistas*, que se dirigiu ao capitão do porto afim de fazer ver a essa autoridade, a deficiência do pessoal.

O commandante do *Alto Acre*, chamado á capitania, demonstrou cabalmente que o seu navio fora despachado obedecendo a todas as exigências das leis de navegação, accrescentando mesmo que ia emprehender a viagem com oito homens, quando já o tem feito com quatro.

O capitão do porto reconhecendo que ao commandante do *Alto Acre* assistia inteira razão, respondeu ao sr. Annibal Augusto..., que representava a directoria da sociedade *União dos Foguistas* que não via motivos para providenciar.

Ante esta decisão da autoridade federal, os foguistas que se encontram desembarcados, em numero bastante elevado, invadiram o Alto Acre, tentando sublevar o pessoal contractado, o que não **realizaram** devido a attitude enérgica do commandante José **Florencio** da Costa.

Tendo a policia sciencia do facto compareceu a bordo o subdelegado Feliciano que se fez de dois agentes e du....

Os promotores da gréve, **porem** se haviam retirado.

Annibal Augusto Dias representando a sociedade beneficente União dos Foguistas, veio a este jornal dizer-nos que essa aggremação julgando insufficiente o de foguistas e carvoeiros do Alto Acre, solicitaram providencias ao capitão do porto, nada obtendo dessa autoridade.⁶²⁵

Este episódio foi apenas um dos primeiros acontecimentos envolvendo os foguistas durante esse ano. No dia 23 de março deste mesmo ano, saiu uma nota no mesmo jornal que tinha como teor reclamações sobre motivos parecidos com os acontecimentos do dia 24 de janeiro:

Podem-nos chamemos attenção da autoridade competente para o facto de se despachar ou licenciar embarcações na capitania do porto por três dias, quando a viagem quase sempre excede de oito, assim só levando a bordo um machinista e dois foguistas, com verdadeiro prejuízo da classe e grave offensa ao respectivo regulamento.⁶²⁶

Observando esses dois episódios, podemos perceber que o segundo episódio esclarece muito os motivos que levaram à tentativa de greve do dia 24 de janeiro,

⁶²⁵ *Jornal do Commercio*, 25/01/1914, p. 2, grifo nosso.

⁶²⁶ *Jornal do Commercio*, 23/03/1914, p. 2.

elucidando as razões da revolta da *União dos Foguistas*, bem como de alguns trabalhadores. Aos olhos do comandante do navio, assim como da administração do porto, tudo estava em ordem. Porém, segundo a União, o número de trabalhadores estava muito abaixo do estipulado. No primeiro episódio, só foi apresentado o número total de trabalhadores dentro da embarcação, diferentemente do segundo em que eles especificaram que era um maquinista e dois foguistas.

Além do fato de não prestarem outros esclarecimentos, como a questão do número de dias de viagem feitos pelas embarcações, ponto crucial do debate. Quanto maior o número de dias de viagem, maior a necessidade de empregar mais trabalhadores, o que no caso não estava ocorrendo, pois nessa situação estavam sendo apresentados apenas três dias de viagem. Porém, como eles colocam, na maioria das vezes a duração das viagens excedia a oito dias, sobrecarregando, desta forma, os trabalhadores, sendo este o principal motivo de sua revolta.

Peter Linebaugh, em seu artigo “Todas as Montanhas Atlânticas Estremecem”, faz algumas considerações sobre o “navio”. Pois esta embarcação “[...] carregava trabalho cristalizado; e também levava trabalho vivo: navios de criminosos desterrados, de *indentured servants* e, sobretudo, de escravos africanos”⁶²⁷. Podemos acrescentar também os diversos imigrantes que chegavam e saíam da região Amazônica pelo único meio de transporte existente no período: as embarcações.

Linebaugh ainda acrescenta que “[...] o navio não era apenas o meio de comunicação entre os continentes, era o primeiro lugar onde os trabalhadores dos continentes se comunicavam. Todas as contradições do antagonismo social concentravam-se no seu bojo”⁶²⁸. Desta forma ao se observar estas duas situações, vemos que os trabalhadores estão tomando algo que pertence a eles mesmo não sendo deles, que é o navio. Entretanto, essa situação adquiria um caráter simbólico de luta, pois era o seu ambiente e meio de trabalho. No entanto, podemos presenciar a atuação da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas* nas duas situações relatadas.

No dia 21 de março de 1916, novamente a União dos Foguistas entrou em ação, como noticiado pelo *Jornal do Commercio* que traz em sua primeira página a seguinte notícia: SOLIDARIEDADE DE CLASSE – Os foguistas e os carvoeiros do “Comendador Eduardo” abandonaram, hontem, o seu navio:

⁶²⁷ LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, p. 7-46, 1984. p. 33.

⁶²⁸ *Ibid.*, p. 33.

O vapor nacional *Commendador Eduardo*, de sahida annunciada para o rio Pauhiny, hoje, ás dezeseite horas, estava, ontem atracado ao *roadway da Manáos Harbour Limited* para receber carga, quando penetraram a bordo diversos membros da *Sociedade dos Foguistas*, que procuraram o carvoeiro Francisco Luiz da Silva dizendo-lhe que não devia seguir viagem com o ordenado de sessenta mil reis, pois que isso não permittem os estatutos daquela associação.

Francisco Luiz da Silva ouviu o seu collega de serviço, cujo nome não conseguimos saber, e ambos dirigiram-se ao commandante da embarcação sr. Joaquim José da Matta, a quem solicitaram os seus bilhetes de desembarque, visto não ser possível augmentar-lhes os salários.

Mais tarde o presidente da *Sociedade dos Foguistas*, sr. José do Nascimento Gaya, quis penetrar a bordo do vapor *Commendador Eduardo*, mas isso lhe foi prohibido, de ordem do commandante do vapor.

Indignados com esse procedimento, os foguistas do *Commendador*, Antonio Affonso Coelho, que há quatro annos trabalha nesse navio, José Francisco Alves e Raymundo Silva declararam não continuar a bordo.

O commandante Joaquim José da Matta manteve a sua ordem e comunicou o facto á Capitania do Porto.⁶²⁹

Percebemos novamente a atuação da *União* junto a seus associados, diante de uma situação de desacordo entre o que estava previsto e o que andava acontecendo. Desta vez, foi sobre o salário a ser pago pelos dias que seriam trabalhados pelo foguista Francisco Luiz da Silva. Porém, como é relatado pelo jornal, após este primeiro contato com o foguista por parte da *União*, assim como após a conversa com o comandante da embarcação, não houve nenhum acordo entre as partes, pois ocorreu a necessidade de o próprio presidente da associação comparecer ao local.

No entanto, o mesmo não pôde subir na embarcação, pois foi impedido pelo comandante, gerando revolta entre os foguistas, que resolveram, em “solidariedade” aos companheiros, deixar a embarcação. Como o próprio jornal enfatiza, o mais antigo dos trabalhadores da embarcação, Antonio Affonso Coelho, se solidarizou e também abandonou a embarcação.

Vemos essa atuação por parte da *União* junto aos foguistas e carvoeiros ganhar mais forças quando eles declaram-se em greve, tendo como causa principal as questões salariais, gerando um grande embate entre a categoria dos foguistas e a Capitania. Principalmente quando foram enviadas duas cartas destinadas à administração da Capitania do Porto, como foi relatado através das páginas do *Jornal do Commercio*.

A Capitania do Porto recebeu pelo correio ás quatorze horas de hontem, dois officios anonymos: um, subscriptado ao capitão do porto e outro ao seu secretario. Esses officios contêm ameaças a essas

⁶²⁹ *Jornal do Commercio*, 16/04/1916, p. 1.

auctoridades. O primeiro aconselha o capitão do porto a tomar outras providencias na questão dos foguistas, pois, não o fazendo, teria o dissabor de ver perturbada a ordem em sua repartição. Diz ainda que a causa preponderante em tal questão está em o commandante do vapor Walter não ter recebido a necessária punição. O officio dirigido ao snr. Cruz e Souza, secretario da Capitania, avisa a esse funcionario que não continue a despachar os navios sem os foguistas.

O capitão de fragata José Martini, como medida preventiva, requereu ao chefe de policia uma força para garantir a sua repartição no que foi attendido.⁶³⁰

Não há nenhuma contestação da veracidade por parte dos foguistas, nem mesmo pela União, desses “ofícios” ou cartas presentes nos jornais ou em outras fontes levantadas. Desta forma, trabalharemos com a ideia de sua existência e que o teor delas seja este apresentado pelo jornal. Sendo assim, podemos fazer algumas análises.

No caso do primeiro “ofício”, que estava destinado ao capitão do porto, a principal reivindicação se refere ao comandante do vapor Walter, que não havia recebido as punições necessárias. Neste caso, podemos levantar uma hipótese sobre os motivos dessa punição, que em si já vem sendo debatida aqui neste trabalho, que é a questão do número de foguistas que trabalhavam nas embarcações, assim como a questão do pagamento, que não condizia com o número de dias de viagem que esta embarcação realizava.

Observamos que essa situação não havia sido resolvida e que era uma das muitas reivindicações que a *União dos Foguistas* requeria que fosse obedecida e aceita pela Capitania do Porto. E essa hipótese se confirma quando sai uma nota no *Jornal do Commercio*:

Noticiamos, em a nossa edição de vinte e oito do corrente, que o capitão do porto de Manáos, capitão de mar e guerra José Martini, nomeára uma commissão composta de diversos machinistas para estudar e organizar um mappa, determinando o numero de foguistas e carvoeiros para cada vapor e lancha, de accordo com o regulamento, armadores e classes.

Bôa,excellente a medida da Capitania do Porto, que veria assim por termo ás intermináveis questões, que a limitação do numero de tripulantes dos nossos gaiolas diariamente suscita [...]. Dest’arte, pequenas embarcações, antes muito bem tripuladas com dezoito pessoas passaram a ter vinte e mais, porque assim o deliberou a referida commissão. [...] ⁶³¹.

Podemos, assim, observar que uma das reivindicações que sempre provocava divergências entre os trabalhadores das embarcações e a Capitania do Porto teve uma solução aparentemente favorável a seus trabalhadores, que foi o aumento da tripulação

⁶³⁰ *Jornal do Commercio*, 16/04/1916, p. 1.

⁶³¹ *Jornal do Commercio*, 04/10/1916, p. 1.

dentro das embarcações, diminuindo assim a carga de trabalho sobre todas as categorias envolvidas na questão da tripulação.

O segundo “ofício” foi destinado ao secretário da Capitania, responsável por liberar as embarcações para as viagens que, nesta situação, estaria liberando as embarcações sem foguistas suficientes, ou até mesmo sem a presença deles dentro das embarcações, trazendo assim grande prejuízo para a categoria e para os trabalhadores, principalmente nesse momento em que os foguistas estavam em greve. Ainda sobre esse segundo “ofício”, o próprio Capitão do Porto, José Martin, nos passa a explicação dos fatos que estavam ocorrendo no porto, através de uma carta enviada ao *Jornal do Commercio* e publicada no dia 17 de maio:

“Snr. dr. director do JORNAL DO COMMERCIO. – Rogo-vos a publicação destas linhas, que teem por fim esclarecer certos pontos da greve duma parte de foguistas da marinha mercante fluvial. Acabo de receber com data de treze, telegramma cifrado do snr. vice-almirante inspector de portos e costas, approvando a minha resolução expressa em telegramma, também cifrado, de dez, de completar o pessoal de fogo com gente de convez, no intuito de evitar a interrupção do trafego commercial. Note-se que esta providencia foi por mim tomada, não por que alguns ou muitos foguistas se recusassem ao trabalho, o que era direito seu, mas porque estes impedissem, obstassem por completo que outros embarcassem, intimando-os, ameaçando-os, ostentando a força das armas e do número, e mesmo arrebatando-os á viva força de bordo dos navios: chegando a audácia ao ponto de tornar-se effectivamente, durante dois ou três dias, o seu chefe a primeira autoridade naval do porto. Se uma parte dos foguistas se houvesse recusado ao trabalho, sem querer transformar o littoral do Rio Negro na costa marroquina, o procedimento da Cpitania teria sido inteiramente outro: despacharia as embarcações que tivessem os foguistas e carvoeiros da lotação, e quando se manifestasse a falta de pessoal do fogo, diria aos armadores, como tem feito desde o principio: á autoridade administrativa não compete intervir na determinação da remuneração do trabalho dos tripulantes, que, como qualquer valor, é uma resultante das condições sociaes da offerta e procura. E tudo se resolveria suavemente, porque os interesses de uns se harmonisariam com os dos outros. [...]”⁶³².

Esta parte inicial da carta do Capitão do Porto publicada esclarece muitas situações já ponderadas nas linhas acima sobre os “ofícios” anônimos. Outros pontos sobre esta greve começam a aparecer. A greve teve início bem antes do dia 10 de maio, quando já haviam sido iniciadas por parte do Capitão algumas medidas para tentar regular a saída das embarcações do porto. Outro ponto que surge é que esta greve não tem caráter unânime, como muitas outras que vinham ocorrendo na cidade de Manaus.

⁶³² *Jornal do Commercio*, 17/05/1916, p. 1.

Apesar disso, conseguiram um fato marcante, que foi a tomada da coordenação do porto, como o próprio capitão colocou que eles tiveram “[...] a audácia ao ponto de tornar-se efetivamente, durante dois ou três dias, o seu chefe a primeira autoridade naval do porto”⁶³³.

Segundo Linden, nem sempre em uma greve os empregados abandonam o local de trabalho. O autor salienta a existência de três tipos de greves: a primeira seria do tipo *operação tartaruga temporária*, que seria o comparecimento regular ao emprego e trabalho integral, porém com a produção reduzida a um terço ou metade da de costume; a segunda seria a greve *sit-down* ou o *stay-in*, onde “[...] os trabalhadores ocupam o local de trabalho sem, no entanto, trabalhar”⁶³⁴. E a terceira forma seria o *work-in*, neste caso “[...] a produção continua durante a ocupação da empresa”, pois além de “[...] ocupar as instalações da fábrica, os trabalhadores assumem o controle do processo de trabalho – ou seja, há uma transição fluida em direção a uma cooperativa de produtores”⁶³⁵.

Sobre este curto período em que os foguistas tomaram o controle das atividades do porto, poderíamos enquadrá-los na terceira categoria de greve, a *work-in*, proposta por Linden, pois neste caso a produção continuou durante a ocupação da empresa, que nessa situação foram as operações do porto, pois além de “[...] ocupar as instalações da fábrica, os trabalhadores assumem o controle do processo de trabalho”⁶³⁶.

Entretanto, as disputas continuaram chegando ao meio jurídico, quando o advogado que representava os foguistas entrou com um pedido de *habeas corpus*, junto ao juiz federal. Porém, como relatado pelo *Jornal do Commercio* do dia 22 de maio, o referido pedido foi negado:

O caso dos foguistas de Manáos é por demais sabido. Ainda há poucos dias o capitão de fragata e do porto José Martini em carta que nos dirigiu e a que demos gazalhado nestas columnas, explicou fartamente o assumpto. Aquelles operários queriam augmento de salário e como os armadores não os attendessem, declararam-se em greve pacifica, tentando prejudicar o nosso serviço de cabotagem. O capitão do porto, porem, solicitou providencias á policia, conseguindo normalisar, mais ou menos, o trafego. Os foguistas, por sua vez, mantiveram-se na attitude hostile que haviam tomado e o seu presidente dizendo-se perseguido, requereu habeas-corpus ao juiz seccional. Esta magistrado, depois das informações necessárias, deu o seguinte despacho nos autos:

⁶³³ *Jornal do Commercio*, 17/05/1916, p. 1.

⁶³⁴ LINDEN, 2013, p. 205-206.

⁶³⁵ LINDEN, 2013, p. 205-206.

⁶³⁶ *Ibid.*, p. 205-206.

Vistos. Pede o advogado Francisco da Rocha e Silva, que se conceda habeas-corpus preventivo em favor de José Severino do Nascimento Gaya, presidente da Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Amazonas, que diz estar ameaçado de ser preso e deportado por acto violento da policia, que assim cumpre ordens do capitão do porto, em cujo desagrado se affirma ter incorrido o paciente, pelo motivo de vir prestando solicita assistência a seus companheiros de classe, membros daquela sociedade⁶³⁷.

Nesta parte do artigo publicado podemos perceber algumas situações, na qual mesmo com pressões da força policial os grevistas permaneceram firmes; apesar do retorno de parte do comércio de cabotagem, a rotina de trabalho não voltou a sua total normalidade, mesmo com todo o aparato policial agindo para que isso acontecesse.

A outro foi a ameaça ao presidente da *União dos Foguistas* que, segundo o jornal, dizia estar sendo ameaçado de prisão e deportação, motivo esse que levou o advogado da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Amazonas* a entrar com um pedido de *habeas corpus* preventivo em favor de José Severino do Nascimento Gaya, levando-nos a supor que este não seria um trabalhador de origem brasileira e sim um imigrante.

E essa situação se agravaria devido ao período de guerra em que o mundo estava vivendo, assim como às constantes expulsões⁶³⁸ que vinham sendo realizadas pelo governo, como já mencionamos nos capítulos anteriores.

Entretanto o jornal finaliza este artigo com o parecer final do *habeas corpus*:

[...] Considerando que a informação official declarando não estar o paciente ameaçado em sua liberdade revestida de fé da autoridade publica, não pode deixar de prevalecer sobre as allegações do impetrante, salvo a este a prova em contrario, que alias não pode resultar sinão de prova authentica, e neste caso a autoridade informante incorre em responsabilidade. [...] Considerando, em face do exposto, que não há razão fundada para o temor que manifesta o impetrante, denego o pedido de habeas-corpus. Custas na forma do regimento. Manãos vinte de maio de mil novecentos e dezeseis. (a) Francisco Tavares da Cunha Mellho.⁶³⁹

Observando que, logo após essa negativa do pedido feito pelo presidente da União, teve fim o movimento grevista, sendo tomadas algumas medidas enérgicas por parte do capitão do porto.

O capitão de fragata e do porto, José Martini, baixou a respeito, hontem, uma portaria em a qual, reconhecendo que a situação actual dos foguistas é mais grave que anteriormente, pois que seus

⁶³⁷ *Jornal do Commercio*, 22/05/1916, p. 1.

⁶³⁸ BONFÁ, 2009a, p. 183-216; BONFÁ, 2009b, p. 63-85.

⁶³⁹ *Jornal do Commercio*, 22/05/1916, p. 1.

vencimentos agora serão menores, resolve considerar desertores não só os que foram violentamente privados de embarque, como os que, suggestionados, abandonaram os navios, sem ameaça pessoal, multando a todos na quantia de trinta e seis mil reis⁶⁴⁰.

Vemos, assim, os trabalhadores sofrendo não somente pelos seus salários, mas pela retaliação tomada pelo capitão do porto, demitindo a grande maioria dos foguistas e dos trabalhadores que participaram direta e indiretamente do movimento.

Entretanto os movimentos continuam pela cidade, mostrando o dinamismo dos trabalhadores buscando suas reivindicações para resolver seus problemas. Desta forma iremos ver como os alfaiates da cidade também resolviam seus problemas, assim como iremos presenciar a interferência direta da associação a seu favor na próxima seção.

3.4 PANOS, LINHAS E TESOURAS – O MOVIMENTO GREVISTA DOS ALFAIATES

As greves continuam no ano de 1915, e novamente “[...] por desavenças entre patrões e empregados no tocante aos valores a serem pagos” de seus salários⁶⁴¹. Porém, dessa vez, temos na linha de frente deste movimento a categoria dos alfaiates. Conforme anunciado na primeira página do *Jornal do Commercio* de 18 de agosto de 1915: GREVE PACIFICA DOS ALFAIATES – Revolução da União dos Alfaiates de Manáos.

Originou uma gréve um facto bem simples. O Sr. Guilherme Johson, empregado da alfaiataria As Tesouras, sita á rua Henrique Martins, numero vinte e quatro, foi receber, de seu patrão, o Sr Augusto de Oliveira, a quantia de noventa e dois mil reis. O proprietário negou-se a pagar a importância exigida, dizendo dever somente quarenta e dois mil réis. Surgiu, disso, uma forte discussão. O Sr. Guilherme, então, para documentar o que afirmava, sacou de uns vales distribuídos pela citada alfaiataria. O Sr. Oliveira tentou brutalmente arrebatá-los, chegando mesmo a rasgar alguns. E puxou de um medonho revolver, querendo atirar sobre o seu empregado. Este sahiu e deu, sem mais hesitações, aciencia do que se passára á *União dos Alfaiates de Manáos*. Esta effectou uma grande reunião, a que compareceram cento e tantos alfaiates. Incluindo os srs. Guilherme Johnson, Albino Felipe da Silva, Senaro Ernesto, Alberto Pereira da Costa, Augusto Marques, Alvaro Ferreira Lopes, Manoel Antonio e Francisco Antonio Ferreira, empregados n’As Tesouras.⁶⁴²

⁶⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 23/05/1916, p. 1.

⁶⁴¹ PINHEIRO, L.; PINHEIRO, M., 2017, p. 155-156.

⁶⁴² *Jornal do Commercio*, 18/08/1915, p. 1.

Após esta reunião, segundo o *Jornal do Commercio*, foi deliberado que nenhum alfaiate presente naquela assembleia deveria trabalhar para este empregador, “nem mesmo sob as melhores propostas”⁶⁴³. Segundo o mesmo jornal, todas essas informações foram passadas por uma junta formada pelos membros da União⁶⁴⁴ que foram à redação do jornal. Presenciamos novamente dentro dos movimentos dos trabalhadores uma junta formada para esta situação de greve, que ficou como responsável por passar as informações sobre os acontecimentos ao jornal.

Podemos perceber, desse modo, como a *União dos Alfaiates* agiu de forma bem organizada a respeito dos acontecimentos que se deram com seus trabalhadores da alfaiataria *As Tesouras*. Rapidamente, eles conseguiram se organizar e deliberar o fato trazido pelo trabalhador Guilherme Johnson, caso este que poderia ter ido também a uma das delegacias e prestar queixas, pois o senhor Oliveira além de tentar rasgar os recibos que eram as únicas provas concretas de que o seu patrão lhe devia, viu-se ameaçado de morte, pois o mesmo puxou uma arma. Porém, podemos observar que ele preferiu ir aos seus companheiros de profissão, do que apresentar uma queixa.

Algumas considerações podem ser tiradas dessa situação. Primeiro, as queixas não iriam resolver o problema da dívida em questão, pois o máximo que a polícia poderia fazer era chamar o senhor Oliveira para prestar informações do fato ocorrido e, nesta situação, haveria a grande probabilidade de ele sair sem pagar suas dívidas. Segundo, existia entre estes trabalhadores um senso de união bastante forte para se ajudarem nesses momentos de dificuldade.

E isso podemos perceber em uma nota publicada no *Jornal do Commercio*, quando um dos grevistas agradece a ajuda dada pela União neste momento de dificuldades.

⁶⁴³ Ibid., p. 1.

⁶⁴⁴ O *Jornal do Commercio* publicou todos os nomes daqueles que participaram desta junta que passou essa informação que são os seguintes: João Francisco Mota, Manoel Joaquim Lopes, Manoel Francisco Marques, Herminio Pereira Machado, Antonio Rodrigues Maio, José Ferreira Aguiar, Manoel Pinto de Souza, Augusto Emilio de Oliveira, Juezus Cota Janeiro, Antonio da Costa Junior, Paulino Jesus de Loureiro, Antonio Fernandes Cadilho, Abilio Madeira, Antonio Augusto Rodrigues, José Alves Correia, Gabriel Dias, Manoel M. Soares, José Souto, José Laprovihera, Sicola Perlot, Cosentino Francisco, José Brojo Martins, Alvaro Nunes Miguel, João dos Reis, Manoel da Silva, Raymundo Natividade, José Rodrigues Maio, Albino Felipe da Silva, Manoel Rodrigues dos Reis, Manoel José Gradim, Antonio Monteiro, José Manoel Gaspar, Nazario José de Souza, Antonio S. Affonso, David Augusto D. Azevedo, José Marques Figueiredo, Joaquim Henriques, Pedro Scadino, Henrique Gregorio Pestana, Argenio José da Cunha, Joaquim Moreira do Carmo, Miguel Gregorio, Vicente Cosentino, Theodorico Lopes, Manoel da Silva Laires, Antonio Gomes Morim, João Rosa Pires, Manoel Fernandes Gaspar, Antonio Nunes Forres, José Joaquim Ribeiro, José da Conceição Rocha, Cesar da Gama, Felisberto Lopes, Manoel Arraez Pereira Barreto, Albertino Custodio, Alfredo Luiz Vieira, Antonio Rodrigues da Silva, Antonio Soares de Carvalho, Francisco L. da Silva e Americo Ferreira Braga. (*Jornal do Commercio*, 18/08/1915, p. 1).

Alberto Pereira da Costa, sócio da mesma União, vem por este meio patentear todos os seus companheiros o seu reconhecimento pelo auxílio prestado na sua ultima emergia causado pela gréve dos alfaiates em que a mesma União foi extrenua defensora. Tanto á União como aos seus companheiros apresenta a sua despedida e offerece o seu préstimo no Porto, Portugal⁶⁴⁵.

Neste caso do alfaiate Alberto Pereira da Costa, vemos que ele foi um dos grevistas que lutou pelos seus direitos, assim como Guilherme Johnson, Albino Felipe da Silva, Senaro Ernesto, Augusto Marques, Alvaro Ferreira Lopes, Manoel Antonio e Francisco Antonio Ferreira, todos ex-funcionários da alfaiataria *As Tesouras*.

Nesta situação, podemos fazer as seguintes considerações. Primeiramente, que a greve perdurou por um longo período, e que mesmo assim a *União dos Alfaiates* não deixou de dar auxílio aos grevistas. Linden coloca que durante uma greve “[...] é essencial manter elevado o moral dos grevistas. Os trabalhadores têm que continuar envolvidos no processo e não podem perder a esperança”⁶⁴⁶. É como vimos acima, nos agradecimentos dos trabalhadores que estavam participando do movimento à *União dos Alfaiates*, pela sua ajuda neste momento de dificuldades.

E como podemos perceber em outras notas que saíram no jornal ao longo desse mês de agosto, a “[...] *União* continua em sessão permanente e mantém de pé a gréve nas alfaiatarias *As Tesouras* e *Manãos Chic* até que fique resolvida a questão com essas alfaiatarias”⁶⁴⁷. Assim como as notas do início do mês de setembro,

A União dos Officiaes de Alfaite, em sessão permanente até final soluçionamento do conflito com a alfaiataria *As Tesouras*, depois de varias deliberações tomadas na sessão de hontem, teve conhecimento official de que foi embolsado de seus salários em debito, o companheiro Genaro Armesto, um dos ex-officiaes daquela casa. Disseram-nos que a gréve contunuará no emtanto, até que os demais companheiros sejam também embolsados das importâncias devidas pelos seus trabalhos.⁶⁴⁸

Percebemos desta forma uma união por parte dos grevistas, assim como de sua associação ao movimento paredista. E sobre a situação apresentada pelo jornal de a União estar em uma “sessão permanente”, isso ajudaria a manter as esperanças dos trabalhadores, pois no momento em que os grevistas são “[...] convidados a participar de amplas reuniões em que os líderes da greve dão aos colegas notícias sobre o curso dos

⁶⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 28/11/1915, p. 2.

⁶⁴⁶ LINDEN, 2013, p. 214.

⁶⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 26/08/1915, p. 1.

⁶⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 01/09/1915, p. 1.

acontecimentos e interação com eles”⁶⁴⁹ há uma grande motivação em manter o movimento.

Três dias depois dessa nota do dia primeiro, sai uma segunda na coluna “As queixas do povo”:

A União dos Officiaes de Alfaiate continuará em gréve com a alfaiataria *As Tesouras* até que Augusto de Oliveira termine o pagamento dos seus ex-officiaes. Alguns desses officiaes á foram embolsados de seus salários, fantando ainda alguns por receber, inclusive o ex-contramestre dessa casa, que é quem tem maior importância a receber. Augusto de Oliveira não satisfez, como havia promettido, o pagamento de todos os seus empregados no dia dois de setembro, razão por que a União continuará em sessão permanente e em greve com a referida casa.⁶⁵⁰

Podemos observar que até a última nota que apareceu nos jornais da cidade, a greve já estava no seu décimo sétimo dia, segundo informações contidas nas fontes, levando em considerações que em nenhum momento saiu, nos periódicos trabalhados como nossas fontes, alguma notícia que pudéssemos considerar de que outros trabalhadores tivessem tomado os lugares dos que estavam em greve.

E essa certeza ganha força observando quando na última nota, do dia 04 de setembro, nos mostra que a União estava como intermediadora das negociações, “[...] a União dos Officiaes de Alfaiate continuará em gréve com a alfaiataria *As Tesouras* até que Augusto de Oliveira termine o pagamento dos seus ex-officiaes”⁶⁵¹. E isso ocorreu, pois havia sido firmado um acordo entre a União e o dono da alfaiataria, de que todos os trabalhadores seriam pagos até o dia 2 de setembro. Como parte dos pagamentos ainda estava em aberto, eles continuariam em greve.

Porém, não encontramos nas fontes dos dias seguintes referências sobre este movimento grevista, o que nos leva à possibilidade de ele ter terminado logo após a última nota do dia quatro, com o pagamento de todos os trabalhadores. O segundo ponto seria o de que os trabalhadores em greve não foram de apenas uma alfaiataria, mas sim de duas. Uma já mencionada, que é a alfaiataria *As Tesouras*, e a segunda seria a *Manãos Chic*. Essa última só aparece uma única vez nas fontes, levando assim à conclusão de que a mesma conseguiu sanar suas dívidas com os trabalhadores, não voltando a ser cobrada pela União, diferentemente da outra que ficou com dívidas abertas com os trabalhadores, o que os levou a manter a greve.

⁶⁴⁹ LINDEN, 2013, p. 214.

⁶⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 04/09/1915, p. 1.

⁶⁵¹ *Jornal do Commercio*, 04/09/1915, p. 1.

Um último ponto a acrescentar sobre o movimento, que se liga muito a esses laços de solidariedade, é a questão étnica, pois nos relatos apresentados, assim como no material conseguido entre as fontes, é de que boa parte desses trabalhadores eram portugueses. Como nos recorda Maria Luiza Ugarte Pinheiro que,

De longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, de padarias e de mercearias na cidade. A tomar-se como verdadeira a afirmação do cônsul português em Manaus, “a maior parte do trabalhador dirigente, do comércio a retalho e do grande comércio é portuguesa”, o que resultava em remessas significativas, rendendo “anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes”⁶⁵².

Assim como percebemos que, quando não corre tudo da forma que o imigrante deseja, ele retorna a sua terra natal, como no caso do português Alberto Pereira da Costa, que retorna para a cidade do Porto, em Portugal, logo após o término do movimento dos alfaiates, mostrando as diversas faces dos movimentos na cidade.

Dentre os movimentos grevistas até o momento analisados, podemos considerar este dos alfaiates como um dos mais coesos e solidários dentro das categorias até o momento trabalhadas, pois, como já foi comentado, não ocorreu nem ao menos um caso de fura-greve no movimento, além de se manterem paralisados por um longo tempo e bastantes solidários uns com os outros, além de demonstrarem uma organização bastante forte, através da *União dos Alfaiates de Manáos*.

Outro movimento que vai buscar coesão para se manter forte, para conseguir alcançar seus objetivos, será o dos *chauffeurs* e bolieiros da cidade de Manaus, que veremos na próxima seção.

3.5 A “ECONOMIA MORAL” DA CIDADE – A GREVE DOS *CHAUFFERS* E BOLIEIROS.

O período de 1917 foi emblemático dentro da história e historiografia dos movimentos sociais no Brasil devido às diversas greves que estavam ocorrendo de norte a sul do país, tendo o ponto de ebulição nos meses de julho a agosto de 1917. Os diversos estudos que estão sendo produzidos sobre o período nos mostram que um dos eixos principais, que levou ao grande movimento ocorrido durante este ano, decorreu principalmente das grandes dificuldades que o mundo estava passando devido à Grande

⁶⁵² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920). In: ARRUDA, José Jobson de Andrade et al. (Orgs.). **De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013. p. 564. Cf. PINHEIRO, 2011.

Guerra na Europa. Esse evento começou a afetar com grande força outras nações, que não estavam diretamente ligadas ao conflito, mas que se viram afetadas quando os primeiros ventos de carestia e dificuldades econômicas começaram a afetar diversas partes do mundo, inclusive o Brasil.

Verificamos que a população mais carente, assim como os trabalhadores, eram os primeiros a sofrer os impactos da Grande Guerra. E, se vendo prejudicados, começaram a reivindicar por soluções para esses problemas, como podemos observar nos casos de São Paulo e Rio Grande do Sul:

Difícilmente poderemos negar a importância do papel desempenhado pela crise econômica que se alastrava na cidade de São Paulo naquele momento. Assim como a ausência de uma rede organizativa entre os empresários paulistanos (grandes e pequenos) deve ter determinado uma certa lentidão em atender aos pedidos de operários enfurecidos por uma inflação diária nunca vista até então e, portanto, uma inaptidão para compreender a necessidade de fornecer uma plataforma comum de contrapropostas viáveis para as comissões grevistas que se formavam.⁶⁵³

[...] greves de 1917 e 1918, a maioria das reivindicações dos sindicatos classistas foi dirigida ao patronato, transformando-o no principal interlocutor dos grevistas. Em 1917 e 1918, talvez por causa da influência da carestia provocada pelo cenário internacional conturbado, as reivindicações foram dirigidas prioritariamente ao governo de estado.⁶⁵⁴

No Ceará, a situação dos trabalhadores também não estava muito boa, como nos informa Eduardo Oliveira Parente. Para ele, “[...] o aumento no custo de vida, pressionando as frágeis economias operárias, está na raiz do descontentamento social desse momento”⁶⁵⁵, no ano de 1917.

Encontramos também movimentações na cidade de Belém do Pará, no período de 19 de fevereiro, onde os empregados da *Pará Eleetric* organizaram uma greve com o objetivo de diminuição do tempo de serviço ou, como uma segunda opção, o aumento dos salários⁶⁵⁶. E, na data de 13 de junho, os condutores de veículos (bondes e automóveis) entraram em greve, contando com a adesão dos estivadores que paralisaram também seus serviços.

⁶⁵³ BIONDI, Luigi. A greve geral em 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. **Cadernos AEL**, v. 15, n. 27, p. 259-310, jun./dez. 2009. p. 265.

⁶⁵⁴ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A ação coletiva da classe patronal de Porto Alegre nas grandes greves da Primeira República (1917-1919). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 9, p. 215-237, jan./jun. 2013. p. 215-216.

⁶⁵⁵ PARENTE, Eduardo Oliveira. O tufão das reivindicações operárias: trabalho urbano e conflitos sociais. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, p. 124-147, jan./jul. 2010. p. 131.

⁶⁵⁶ *Jornal Gazeta da Tarde*, 19/02/1917, p. 2.

Já para o Amazonas esta situação não era muito diferente, como podemos observar através das constantes notícias que estavam sendo divulgadas nos jornais sobre a grande alta de preços e a dificuldade de comprar os principais gêneros de sobrevivência. Como noticiado no jornal *Gazeta da Tarde*, do dia 17 de abril de 1917:

Mas o que é sobremodo extraordinário é que certos gêneros, para nós, de primeira necessidade venham *pari passu* acompanhando os elevados preços das mercadorias estrangeiras como se fossem onerados de impostos equivalentes e que tanto obriguem os senhores comerciantes. [...] Já não nos podemos externar com igual sinceridade e justiça em se tratando da carne fresca, do peixe, do pão, etc. [...] ⁶⁵⁷

A situação se agravava ainda mais, devido aos conflitos político-oligárquicos pelos quais o estado estava passando durante o ano de 1917. Pois, no ano anterior, haviam ocorrido as eleições estaduais e, como já havíamos comentando no primeiro capítulo, essas disputas hegemônicas se tornam mais caóticas nos períodos de eleições. E essa situação irá perdurar durante todo esse período de 1917.

Além desta situação política-oligárquica e da crise de subsistência, a situação econômica também estava precária, pois como ainda possuíamos uma dependência das exportações de borracha, com a queda de preço dessa matéria-prima no mercado internacional e as dificuldades com o transporte, agravadas pela guerra, a crise só se alastrava. A economia local não se movimentava, principalmente devido à crise da navegação local, bastante prejudicada com o início do conflito europeu, perdurando mesmo após o término da guerra.

É neste período conturbado que vai ocorrer a única greve registrada na cidade de Manaus em 1917, até o momento, que teve início no mês de agosto. Esse movimento espontâneo, como muitos do período, foi iniciado pelas categorias dos *chauffeurs* e bolieiros, tendo como principal motivação a falta de pagamento por parte de seus clientes, levando-os a fazer esta greve. Iniciou-se, desse modo, a disputa que se dará entre a força pública e os grevistas, sendo noticiada pela imprensa manauara nos principais jornais matutinos e vespertinos.

Trabalharemos esta greve dos *chauffeurs* e bolieiros em duas partes. Na primeira parte iremos nos concentrar no aspecto de sobrevivência dos trabalhadores, que estava sendo afetada pela constante falta de pagamento em seu trabalho. Além das pressões constantes em que eles viviam, visto que trabalhavam de forma independente e, na maioria das vezes, seu instrumento de trabalho não os pertencia.

⁶⁵⁷ Jornal *Gazeta da Tarde*, 17/04/1917, p. 1.

Sobre este ponto, iremos utilizar o conceito de “insegurança estrutural”, proposta por Mike Savage, onde ele analisa que uma distribuição desigual de recursos materiais na sociedade torna os trabalhadores um grupo muito vulnerável às incertezas da vida, gerando assim uma busca para solucionar de alguma forma seus problemas através de diversos mecanismos dentro da sociedade em que estão inseridos⁶⁵⁸.

Esta situação irá gerar a segunda parte desta seção, pois a greve em si, foi ocasionada pelas dificuldades impostas pelas forças que fazem parte do estado, que no caso foram a polícia e seu chefe. Os mecanismos que a categoria dos *chauffeurs* e bolieiros buscou para solucionar seus problemas foram diversos, até o momento em que se viram obrigados a deflagrar este movimento paredista, visto que suas reivindicações não foram acatadas pelas forças públicas do município, nem por seu chefe geral de polícia.

Desta forma, iremos trabalhar com os conceitos de E.P. Thompson sobre as distinções entre código legal e código popular não-escrito. Pois este último foi um dos primeiros instrumentos que os grevistas tentaram fazer uso e que gerou toda a discussão sobre a temática de sua greve, se haveria legalidade no movimento e em suas reivindicações, e como o estado deveria solucionar esta situação. Esses fatos foram muito mais amplamente debatidos nas páginas da *Gazeta da Tarde*, do que nas páginas da *A Capital*.

Como vimos no primeiro capítulo, durante esse primeiro semestre na cidade de Manaus as notícias que ganhavam destaque nas páginas principais eram as discussões políticas sobre a legitimidade do governador do estado em sua função, além da crise econômica e de carestia que a cidade como um todo estava passando. Mas toda essa situação político-econômica muda quando se inicia o mês de agosto, precisamente na terça-feira dia 7 de agosto de 1917.

Nesse dia, ganham as primeiras páginas a paralisação promovida pelas categorias dos *chauffeurs* e bolieiros, que haviam iniciado o movimento paredista no dia anterior, sendo a greve noticiada pelos jornais *A Capital*, *Gazeta da Tarde* e o *Jornal do Commercio*.

O jornal *A Capital*, que é um periódico matutino, foi um dos primeiros a noticiar esta greve, tendo publicado a seguinte nota sobre o movimento que havia iniciado sua paralisação na manhã do dia 6 de agosto:

⁶⁵⁸ SAVAGE, 2004, p. 33.

Os bolieiros de carro de luxo e chauffeurs de automóveis declararam-se em greve paralyndo por completo o trafego, desde a manhã de hontem. Os paredistas reclamam a intervenção da policia para cobrança de dividas pelas corridas de carros e automóveis e, affirmam, não tornarão ao serviço antes que medidas favoráveis aos seus intuitos sejam tomadas. É irrazoavel o que pretende os paredistas. O sr.dr. chefe de policia, ao ter conhecimento dos motivos determinantes do movimento que paralysoo o trafego dos carros de praça e automóveis, baixou a seguinte portaria: - “Determino aos srs. Delegados dos 1° e 2° districtos que façam saber aos seus subalternos não deverem tomar conhecimento de queixas por dividas de corridas de automóveis, carros de luxo, hotéis e bem assim quaisquer outras, sob pena de suspensão ou demissão”. – Igual determinação o sr.dr. chefe de policia fez á inspeetoria da Guarda Civil.⁶⁵⁹

Podemos observar nesta situação as redes de relações existentes na cidade, onde muitas das situações ainda possuían uma ligação direta com o passado. Pois essas relações de ajuda entre as diversas categorias presentes na cidade, tanto de trabalhadores particulares como de funcionários públicos ainda eram de forma direta, entretanto podemos perceber quebras a esta antiga tradição presente ainda no cotidiano da cidade.

Não que não existissem leis, que regessem o cotidiano da população. Contudo, existia um conjunto de regras entre o povo, onde a lei era comum e sem as dificuldades burocráticas que estavam tentando impor, neste caso aos *chauffer* e bolieiros. E essa situação fica evidente através da publicação de outro jornal do período: a *Gazeta da Tarde*.

Neste caso a *Gazeta da Tarde* tem sua circulação no período vespertino, possuindo uma visão diferenciada sobre este movimento grevista, pois um grupo formado por membros do movimento foi à redação do periódico para explicar a real situação do movimento. Saindo o seguinte artigo:

A propósito da *gréve* pacifica hontem estalada nesta capital da parte dos *chauffeurs* e cocheiros empregados no serviço de viação urbana, recebemos hoje pela manhã a visita de uma commissão da parte dos *grevistas*, composta dos srs. Manoel Cavalcante Raposo, B. Pires, Elias Perez e Avelino Pinto, a qual nos procurou afim de explicar a razão por que assumiram todos os que pertencem ás duas classes a attitude em que se têm mantido, suspendendo o trafego dos seus automóveis e carros. Disseram-nos, ao mesmo tempo, que outro é o fim da *gréve*, e não o a que fazem referencia os jornaes da manhã e bem assim, que jamais, solicitaram o concurso de carroceiros, estivadores, motoneiros ou qualquer outra classe, para os fins que têm em vista, segundo affirma o ‘Jornal do Commercio’. A parede não tem intuitos hostis contra quem quer que seja; unicamente aguardam os *grevistas* com esse procedimento que, pelas autoridades competentes, sejam tomadas providencias no sentido de lhes ser garantido o pagamento aos seus serviços na conducção de vehiculos, visto ter o sr.

⁶⁵⁹ Jornal A Capital, 07/08/1917, p. 1.

dr. chefe de policia cassado a garantia única com que contavam para não serem victimas dos escrocs que constantemente os enganam, depois de aproveitaram-se dos seus trabalhos. Taes garantias, sabem-nas todos, são as constantes da portaria d'aquelle chefe determinando aos seus subordinados não tomarem conhecimento de queixas sobre dividas de automóveis, carros de praça, hotéis, etc.⁶⁶⁰

A situação apresentada pelos dois jornais sobre o movimento grevista iniciado na manhã do dia 6 de agosto de 1917 tem óticas diferenciadas. E, como já havíamos comentando anteriormente, o jornal *A Capital* coloca a atitude dos grevistas como irrazoável, devido à solicitação de que o poder público interferisse em questões que, para o jornalista eram consideradas de menor importância e que não deveriam ser resolvidas naquele âmbito de poder, considerando a greve inadmissível, pois estava causando transtorno para o tráfego local.

Assim sendo, os jornalistas do periódico *A Capital* não conseguiam compreender as relações existentes entre esses trabalhadores. Essa tentativa de modificar uma tradição existente criando outra, neste caso, tem como necessidade de estabelecer ou legitimar “instituições, status ou relações de autoridade”⁶⁶¹.

Já no artigo apresentado pela *Gazeta da Tarde* o discurso muda de figuração, principalmente com diversas informações relevantes que são passadas pela comissão que vai ao encontro do jornal e expõe, desta forma, o que realmente estava ocorrendo. Um dos pontos comentados pelos grevistas é de que havia sido relatado por outro periódico que esta categoria havia entrado em greve e teria solicitado um “curso de carroceiros, estivadores, motoneiros ou qualquer outra classe”. Só que esta reivindicação não existia em sua pauta, sendo seu principal objetivo a garantia dos pagamentos pelos serviços prestados na praça, que não haviam sido pagos por aqueles que se utilizavam do serviço.

É através desse discurso que começamos a visualizar o que realmente estava em debate neste movimento, iniciado no dia 6 e tendo seu fim, pelo menos no contexto da greve, no dia 14 de agosto. Pois em uma

Sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrange-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências”⁶⁶².

⁶⁶⁰ Jornal *Gazeta da Tarde*, 07/08/1917, p. 1.

⁶⁶¹ HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 17.

⁶⁶² SAVAGE, 2004, p. 33.

Portanto há a retirada desse meio de “sobrevivência” das mãos destes trabalhadores, bem como o fato do não pagamento de seu trabalho diário é uma forma de constrangê-los e desvalorizar o seu trabalho. Além das diversas pressões que sofrem por parte da sociedade, do estado e do mercado, pois “[...] o mercado, visto sob o prisma da ‘economia moral’, é um campo de lutas intensas e intermináveis”⁶⁶³.

Levando-os a procurar diversos meios para solucionar esses problemas, pois “[...] o objeto da luta é um objeto de luta: há todo momento há luta para dizer se é ‘conveniente’ ou não lutar sobre tal ou qual ponto”⁶⁶⁴. E o momento conveniente encontrado pelos *chauffeurs* e bolieiros para reivindicar seu objeto de luta revelou-se quando foi imposta a proibição do auxílio, por parte da força policial à sua causa. A partir daí, viram-se obrigados a tomar uma consciência coletiva e, assim, lutar por seu objetivo.

Pelo que nos disseram os representantes da aludida comissão, cremos que não é tão disparatado, como a primeira vista pode parecer, o motivo da *greve*, pois, as autoridades bem podiam resolver o caso de modo a fazer alguma coisa em favor os paredistas, quaes, a não ser contado com a própria policia, outro recurso não têm para evitar os *calotes* e os *caloteiros*.

Esta é que é a verdade. Bem sabemos que a queixa não é um meio hábil para proceder-se a cobrança de dividas, mas, o que se depreende do seu papel no caso vertente não é de cobradora e sim de policier costumes, evitar que, pelo emprego do calote qualquer individuo explore a bôa-fê dos que sirvam com os eu “carro ou auto”, após aproveitar-se de afanoso serviço durante horas e muitas vezes dias inteiros.⁶⁶⁵

Percebemos aqui o jornal saindo em defesa dos grevistas, mesmo fazendo ponderações sobre a forma com que eram feitas as queixas, assim como explicando que a polícia tinha seu papel dentro da sociedade, neste caso o de “policier costumes”. E a defesa às causas dos trabalhadores, por parte do jornal, não é exclusividade da *Gazeta*. Loner e Gill comentam a relação existente entre o dono do jornal *O Rebate* com os libertários em Pelotas, onde podiam divulgar suas ideias através do jornal, demonstrando essa relação entre alguns jornais da grande imprensa e grupos ligados aos trabalhadores⁶⁶⁶.

⁶⁶³ NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral versus Moral Econômica (Ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 39-57, fev. 1998, p. 50.

⁶⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 270.

⁶⁶⁵ *Jornal Gazeta da Tarde*, 07/08/1917, p. 1.

⁶⁶⁶ LONER; GILL, 2015, p. 16.

E isso fica ainda mais evidente quando o próprio jornal comenta em suas páginas que “[...] coibir os desregramentos e os maus costumes, é de competência da polícia”. Justificando assim em boa parte os argumentos apresentados pela comissão *chauffeurs* e bolieiros.

Só de um recurso poderão lançar mão às vítimas do *calote*, de hoje em diante – o da violência, deste, entretanto, não lhes permite o uzo a própria polícia...

Assim sendo, cremos que, ponderando melhor, o ilustre dr. Freitas Bastos poderia dar uma solução mais satisfatória ao caso, tendo em vista que o procedimento dos grevistas é apoiado pelo bom senso não lhe sendo contrario o próprio Reg. Da Polícia Civil, bem interpretado.

⁶⁶⁷

Lançando mão, dessa forma, ao único recurso que os trabalhadores viram como sendo capaz de resolver esse problema de “insegurança estrutural”. Pois,

[...] o dado básico da insegurança não implica forma específica alguma de desdobramentos na consciência de classe ou na política expressas pelos trabalhadores. Não implica união do operariado, em detrimento de suas rivalidades internas. Mas reforça a necessidade de olhar para os fatores contextuais que explicam como a própria carência geral dos trabalhadores em lidar com tal insegurança conduz a diferentes tipos de resultados culturais e políticos.⁶⁶⁸

Observa-se que muitas dessas reivindicações não estavam presentes só com os *chauffeurs* e bolieiros, mesmo que fossem os únicos no momento a reivindicar o pagamento dos serviços de forma mais contundente. Como a própria imprensa noticia, há casos de hotéis e outras pessoas que reclamavam da mesma situação, de serviços prestados e não pagos. Pois, para os trabalhadores, as autoridades, nesse caso representadas pela polícia, têm o dever de aplicar medidas de defesa contra “os calotes e caloteiros” nesses tempos de crise.

Entremos assim em nosso segundo momento que são as leis que estavam sendo usadas, tanto por parte da sociedade como pelas forças policiais, demonstrando que muitas das situações que irão desencadear a greve promovida pelos *chauffeurs* e bolieiros surgiram, desta forma, da maneira a qual a lei estava sendo utilizada por essas duas forças sociais: a sociedade e a polícia.

Esta dualidade entre o que seria o código legal e o código popular não-escrito vai ganhar algumas peculiaridades locais, para a questão do movimento grevista em 1917. Principalmente devido a como ela será apresentada e representada nos jornais *A Capital* e *Gazeta da Tarde*, do dia 8 de agosto de 1917 em diante.

⁶⁶⁷ Jornal *Gazeta da Tarde*, 07/08/1917, p. 1.

⁶⁶⁸ SAVAGE, 2004, p. 33-34.

Continua paralyzado o trafego de carros de praça e automóveis cujos conductores insistem em querer que a policia satisfaça suas exigências.

A ordem publica, entretanto tem continuado inalterável, havendo o sr. dr. chefe de policia tomado todas as providencias para impedir qualquer movimento que porventura tente perturba-la.

A policia, felizmente, já conhece quaes os cabeças da greve assim como os que estão aconselhando os bolieiros e os *chauffeurs* no sentido de mais demorar a paralyzação do trafego.

A cidade tem sido rigorosamente policiada e o numero de pontos aumentados.

Estamos informados de que os paredistas constituíram seu advogado o sr. dr. Carlos Chauvin, fracassando a tentativa que tiveram para adesão dos motoristas e condutores da Tramways.

Parece que o movimento grevista cederá hoje ou amanhã, normalizando-se assim o serviço.⁶⁶⁹

No trecho acima apresentado, o periódico demonstra a eficácia promovida pela força policial e pelo seu chefe, que desempenham a ordem e a justiça segundo as leis em vigor. Tentando passar um ar de tranquilidade para a população, principalmente na demonstração da existência de uma extensiva força policial deslocada para resolver qualquer problema que ocorra. Além de notificarem o público de que os líderes já haviam sido identificados, como modo de coagir o próprio grupo de grevistas, fazendo eles se desmobilizarem devido ao receio de irem presos, algo que não ocorreu.

O ponto de mudança ocorre quando os trabalhadores constituem um advogado para servir de mediador na defesa de suas causas, que no caso é o Dr. Carlos Chauvin. Demonstrando que a linha de atuação do movimento grevista começou a investir em duas linhas: a permanência da greve, com sua luta direta e de forma indireta, que ocorreu no campo do judiciário.

No artigo publicado na *Gazeta da Tarde*, a situação apresentada demonstra a realidade de como o código legal e o código popular não-escrito estavam sendo aplicados na cidade de Manaus.

Estão em gréve os *chauffeurs* e bolieiros de carro de praça.

Tomaram esta posição em virtude de se julgarem sem garantias para o exercício da profissão.

[...]

Nos casos omissos aplicam-se as disposições concernentes aos casos análogos, e, não os havendo, os princípios geraes do direito. (Código Civil Brasileiro arts. 5 e 7)

Há um regulamento que declara quaes são os deveres dos condtores de vehiculos, as suas obrigação, e uma tabela estabelecendo os preços dos seus serviços, preparada para o regimen do *calote*.

A menor falta ou exigência do bolieiro, a policia aparece austera e rigorosa, multando-os e prendendo-os.

⁶⁶⁹ Jornal A Capital, 08/08/1917, p. 1.

No entretanto, uma meretriz, ou qualquer pelintra, toma o carro, percorre horas e horas as ruas da cidade, e, quando termina o passeio, se recusa ao pagamento, deixando impunemente e protegidos pela policia, o pobre bolieiro a *ver navios*.

Onde há deveres deve haver direitos e, se os há o caso presente é da competência da policia pois que ella, intervindo e obrigando o pagamento, evitará o desforço ou a pratica de um crime.

Temos visto a policia expedir força para intervir em mediações de terras, para o que lhe falta competência; mas nestas ocasiões, se acoberta dizendo que intervem para impedir o crime!!⁶⁷⁰

Esta posição de ideias apresentadas na *Gazeta da Tarde* mostra a outra parte da realidade vivida pela cidade, principalmente quando se trata de questões como a greve e o movimento de reivindicações dos trabalhadores. Como o próprio jornal coloca, se tratam de dois pesos e duas medidas.

É próprio das estratégias dos trabalhadores o facto de não serem eficazes a *não ser que sejam colectivas*, portanto conscientes e metódicas, quer dizer mediatizadas por uma *organização* encarregada de definir os objectivos e de organizar a luta. O que bastaria para explicar que a condição operária tenda a favorecer *disposições colectivista* (por oposição a individualista), se todo um conjunto de factores constitutivos das condições de existência não agisse no mesmo sentido: os riscos do trabalho e os aspectos aleatórios de toda a existência que impõem a solidariedade, a experiência da intercambiabilidade dos trabalhadores (reforçada pelas estratégias de desqualificação) e da submissão ao veredicto do mercado de trabalho que tende a excluir a ideia de ‘preço justo’ do trabalho (tão forte nos artesãos e nos membros das profissões liberais).⁶⁷¹

Como foi comentado anteriormente, os aspectos das leis vão entrar em conflito com os aspectos comuns da população e, como colocado por Bourdieu os factores “constitutivos das condições de existência”, essa posta em risco por causa dessa disputa de leis entre os grevistas e o Estado. O último, que se utilizava de mecanismos diferenciados para resolver cada caso, começou a desmoronar quando se viu em dificuldade para resolver uma “simples” situação de briga entre credores e devedores, que era resolvida por um código popular não-escrito em vez do código legal, amplamente utilizado pelas forças do Estado.

E é esse momento que o jornal *Gazeta da Tarde* quer revelar para a população em geral: que o movimento poderia ter sido resolvido de forma pacífica e rápida, sem a necessidade de ir à justiça e se utilizar do código legal, como o chefe de polícia ordenou.

⁶⁷⁰ Jornal *Gazeta da Tarde*, 08/08/1917, p. 1.

⁶⁷¹ BOURDIEU, 2003, p. 271.

O crime de furto é de acção particular. O Código diz: Apoderar-se da propriedade alheia, de qualquer valor, para si ou para outros, penas etc.

A punição, portanto, só pode ter lugar mediante uma queixa em processo regular com inquirição de testemunhas, pronuncia e condenação.

No entretanto, quantas vezes o jornal, nas queixas do povo, não noticia o furto de galinhas dizendo que a policia descobriu o malfeitor, fazendo restituir o furto e trancafiando o gatuno no xadrez? Não havendo flagrante delicto, um tal prizão é, em face da lei, ilegal; mas, quem deixará de apoiar a autoridade que arbitrariamente assim proceder?

A Mariquinha vae á policia e queixa-se que a Joanna lhe furtara um broche; a autoridade ouve testemunhas que affirmam o facto. Manda-se buscar a Joanna e xadrez com Ella. – O processo foi sumaríssimo, verbal, não houve flagrante, mas a ladra é punida, é detida alguns dias, paga carceragem e si a põe em liberdade.

Não houve advogado para accuzar nem defender, mas deu-se a punição discricionária da autoridade e ninguém a censurará por assim ter feito.⁶⁷²

Após amplas discussões sobre como deveriam proceder em relação tanto aos pagamentos que não se concretizavam quanto na resolução dessa situação de forma pacifica para a cidade, que a *Gazeta da Tarde* resolveu promover uma enquete sobre a legalidade da greve e como poderiam resolver tal assunto, que estava mobilizando a cidade. Desta forma, na sexta-feira 10 de agosto de 1917, foram divulgadas as seis perguntas sobre o assunto da greve, sendo divulgadas as respostas da enquete nos dias 11 e 13, todas contrárias a greve e suas reivindicações, mas tecendo críticas ao comportamento das forças policiais.

Já no periódico *A Capital*, a notícia divulgada sobre a greve era a seguinte:

Ainda continuam em greve os chauffeurs e bolieiros de carros de praça.

O que se tem notado é que a greve nada influe na vida da cidade, trazendo apenas prejuízos aos grevistas e aos proprietários de vehiculos.

E enquanto aquelle prejuízo se avoluma, a Manaós Tramways aufere invejáveis vantagens.⁶⁷³

Desde o princípio da greve, o periódico buscava passar para o público um sentimento contrário ao que estava ocorrendo, buscando desmobilizar o movimento e a população, mostrando assim a greve como de carácter nocivo para a sociedade e para os trabalhadores de uma forma geral, principalmente no aspecto econômico.

Já a *Gazeta da Tarde* representava o outro lado desta história:

⁶⁷² Jornal *Gazeta da Tarde*, 08/08/1917, p. 1.

⁶⁷³ Jornal *A Capital*, 10/08/1917, p. 1.

Sentimos profundamente seja esta a primeira vez que se estabelece divergência entre a nossa opinião e a do dr. Freitas Bastos, pois, em todos os casos proteritos temos estados sempre ao lado de S. S.^a, por espírito de indefectível justiça ao seu modo de proceder.

Hoje, porem, a causa de uma classe laboriosa, como soe ser a dos *grevistas*, colloca-nos em terrenos oppostos, por estarmos convencidos dos direitos que lhe assintem na reclamação que ella faz, contidos no protesto tacito dessa *greve* pacifica. E tanto quanto o direito que lhe reconhecemos, fallaram ao nosso coração as sympathias a que toda a parte fraca tem direito, quando vimos levantarem-se em todos os demais periódicos desta capital as mais injustas accusações contra os *grevistas* que só tinham contra a sua cauza a portaria do Dr. Chefe, pois, com elles está a opinião publica.⁶⁷⁴

Porém, no dia 14 de agosto de 1917, terminou esse período de oito dias incessantes de embates entre os *grevistas* e o estado, saindo as seguintes notícias nos jornais *A Capital* e *Gazeta da Tarde*:

Depois da conferencia que tiveram, hontem, alguns proprietários de automóveis e carros de praça com o sr. dr. governador do Estado, resolveram ordenas aos seus empregados que voltassem ao trabalho abandonado há dias.

Ainda bem que os principaes interessados deliberaram não continuar nessa greve, que em nada os podia aproveitar.⁶⁷⁵

Procurou-nos hontem, uma comissão da parte dos *chauffeurs* e cocheiros, envolvidos na *greve* ultimamente estalada nesta capital, a qual nos veio agradecer a solidariedade desta folha á causa que eles pleiteiam junto aos poderes públicos do Estado.

Com os protestos da sua gratidão fez sciente a alludida commissão que tinham resolvido voltar ao trabalho os seus companheiros em virtude de lhe ter sido assegurado pelo dr. governador que, em breve, tomaria as necessárias providencias perante a Assembléa Legislativa, no sentido da dita classe ser garantida nas suas reclamações.⁶⁷⁶

No momento em que se encerra esse movimento *grevista*, muitas das relações entre condutores e seus clientes continuavam em conflito. Novamente, foi noticiado na *Gazeta da Tarde* dos dias 21 e 22 um desentendimento causado por falta de pagamento dos serviços prestados. Porém, desta vez não houve grande mobilização como anteriormente e, como foi percebido nos dias que se seguiram nas páginas dos jornais estudados, levanta-se a hipótese de o conflito ter sido resolvido de forma pacifica pelas partes envolvidas.

Verificando em seu contexto, a greve dos *chauffeurs* e bolieiros serviu para exemplificar como estavam ocorrendo os relacionamentos existentes entre os trabalhadores da cidade e a sociedade durante esse ano conturbado de 1917. Em

⁶⁷⁴ Jornal *Gazeta da Tarde*, 09/08/1917, p. 1.

⁶⁷⁵ Jornal *A Capital*, 14/08/1917, p. 1.

⁶⁷⁶ Jornal *Gazeta da Tarde*, 14/08/1917, p. 1.

especial, a relação dos profissionais que trabalhavam de forma independente das grandes empresas que prestavam serviço para o estado, tendo como exemplo a *Manaós Tramways*, que era a principal prestadora de serviços de transporte da cidade.

Desta forma, podemos perceber que as relações entre trabalhadores, patrões e Estado, estavam interligadas durante esse período principalmente devido à questão salarial. Entretanto, podemos perceber também a questão social como a carestia, a dificuldade de arrumar e de se manter no trabalho, interferindo na vida do trabalhador, assim como na de outros moradores da cidade. Assim, os movimentos grevistas e outros movimentos de reivindicações que estavam ocorrendo pela cidade, não buscavam apenas o pagamento de seu salário, mas esforçavam-se em solucionar uma variedade de problemas que perpassavam no seu cotidiano, assim como a busca de autoafirmação das categorias dentro deste mundo do trabalho manauara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste pequeno mundo chamado Manaus, encontramos uma pluralidade de pessoas, com diversas personalidades, buscando a sua sobrevivência em um período caótico que o chamado mundo contemporâneo estava passando. Entre guerras externas e internas, os trabalhadores se viam em uma luta constante, que chegava a ser ao ponto ameaçadora para sua própria vida, muitas vezes saindo do domínio do seu controle.

Muitas vezes causadas, como vimos, devido a lutas político-oligárquicas, que afetavam sua vida, que já era complicada, pois lutavam contra doenças, fome -- muitas das vezes causada pela ganância dos comerciantes. Estes, para se livrar das crises que afetavam a cidade, buscavam como subterfúgio o aumento dos preços dos alimentos, que já se encontravam escassos devido à dificuldades no transporte e ao fato do único meio de transporte, que era a navegação, se encontrar praticamente paralisado por conta da Primeira Guerra que assolava a Europa. Porém, a sobra da guerra se encontrava por todo o globo.

Aqueles que tentavam encontrar uma solução com suas próprias plantações eram muitas das vezes impedidos, devido a firmas estrangeiras, com sua ânsia pelo capital, assim como a busca financeira para sustentar os países em guerra. Essas empresas obrigavam muitos dos governos a aceitarem sua política econômica, em troca de empréstimos que auxiliassem a sustentar a utopia das elites brasileiras.

Foi dentro deste caos, que vemos renascer a esperança do trabalhador que não desiste e encontra mecanismos que os irão auxiliar na luta contra todos esses contratempos, buscando soluções através de reivindicações, tumultos e revoltas nos espaços urbanos da cidade de Manaus.

Desta forma, suas estratégias de luta perpassavam por sua vida cotidiana diária na cidade, lidando com crises de carestia de alimentos, questões de saúde e moradia, e principalmente, a questão da falta de trabalho e sua busca por oportunidades. Oportunidades que os auxiliassem a lidar com essa insegurança estrutural causada por fatores que fugiam ao seu domínio, procurando, assim, o mercado informal de trabalho como um dos meios de lidar com a conjuntura que, no momento, não lhes favorecia.

Entretanto, os grupos e lideranças buscaram continuação na tradição de lutas, já galgada nos primeiros anos do século XX: as antigas associações de trabalhadores. Essa continuidade possibilitou a construção de novas associações, com características diferenciadas, muitas delas “pluriprofissionais”, outras trazendo resquícios das antigas associações existentes na cidade de Manaus. Observamos desta forma um adensamento

da ideia de uma classe trabalhadora manauara. Pois, como pondera Thompson, essa classe seria “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”⁶⁷⁷.

Podemos presenciar um pouco desta ideia nos acontecimentos anteriores ao período estudado, e que foi ganhando volume durante o período de 1914 a 1918. Nesta conjuntura de crises há a tentativa de lidar com todos os por menores dos trabalhadores, ora buscando um “colaboracionismo” com o governo e com os empresários, ora de forma direta através das relações humanas presentes.

E uma dessas formas de relacionamento humano deveu-se ao Primeiro de Maio, que tem como lição principal a de lembrar que, por de trás de uma data existe uma tradição de luta, mesmo que inventada, e que precisa ser lembrada pelos trabalhadores. Desde a vida dada por diversos trabalhadores que lutaram e que morreram para reivindicar seus direitos, assim como um novo raiar do dia vitorioso e de glória, que pode ser alcançado por todos os trabalhadores de Manaus, buscando assim a união de todas as categorias. Essa pesquisa possibilitou observar que o movimento do Primeiro de Maio, “[...] desenvolveu suas próprias tradições, compartilhadas por líderes e militantes”⁶⁷⁸, entretanto “[...] a classe poderia desenvolver ‘tradições inventadas’ próprias, independentes dos movimentos organizados”⁶⁷⁹.

E chegamos, assim, ao ponto principal proposto: o estudo dos movimentos reivindicatórios e de resistências dos trabalhadores da cidade de Manaus durante os anos de 1914 a 1918, dentro da conjuntura da Primeira Guerra. Como vimos, esse movimento não ocorreu de um momento para outro, mas veio de uma construção de relações, existentes dentro da cidade. E que foram afetadas diretamente pelos fatores internos e externos já mencionados.

Esses fatores externos e internos geraram insegurança estrutural, levando os trabalhadores a construir uma rede de relações próprias para sobreviver, criando novas tradições de lutas baseadas nas experiências existentes. Muitas das vezes, essas tradições foram manifestadas de uma forma considerada violenta e sem sentido para muitos e, para outros era o único caminho possível para alcançar os reais objetivos dos trabalhadores: a greve.

⁶⁷⁷ THOMPSON, 2004, p. 9.

⁶⁷⁸ HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 295.

⁶⁷⁹ Ibid., p. 295.

A greve fez surgir este trabalho, que vai possibilitar gerar novos caminhos para debates futuros, pois um dos pontos que foram buscados, de compreender os motivos pelos quais no Amazonas, assim como em outros estados da federação, não ocorreu uma greve geral. O caminhar deste trabalho permitiu-nos observar, através do caso da Bahia, que a influência da conjuntura em que cada estado está vivendo ganha grande peso, quanto ao desenvolvimento dos movimentos sociais locais, como Hobsbawm trabalha em suas “flutuações econômicas”, assim como nos seus “saltos” e “explosões”.

No caso do Amazonas, como as flutuações econômicas afetaram de tal maneira que levou a um salto em 1913, que considero um marco devido, principalmente, ao grande movimento reivindicatório, iniciado por conflitos entre os moradores da cidade e a empresa inglesa *Manáos Improvements*. Esses conflitos instauraram um caos na cidade, onde se buscavam em todos os lugares culpados pelo evento, que teve como principais causadores o governo, as oligarquias que controlavam a cidade e a própria *Manáos Improvements*, gerando assim uma “explosão”. Essas explosões traduzem-se em “[...] expansões do movimento dentro de novas indústrias, novas regiões, novas classes de população; elas coincidem com o amontoamento de novas organizações, e a adoção de novas idéias e políticas tanto pelas unidades novas como pelas existentes”⁶⁸⁰.

E essa explosão só será vista novamente quando duas novas organizações advindas do meio operariado surgem e se unem, em conjunto com outras categorias, levando assim a greve geral de 1919. E, durante este período intermediário no qual situamos nosso estudo, vemos o crescimento do combustível para essa explosão. Mesmo com a existência de movimentos grevistas, eles não foram suficientes para acender a centelha, porém, como mencionado anteriormente, foram de fundamental importância para o desenvolvimento de combustível suficiente para que ocorressem às reivindicações do ano de 1919, pois esses movimentos possibilitaram aos trabalhadores ganharem experiência, fundamental nesse período de crise, para conseguirem se organizar, não apenas por categoria, mas em um sentido bem mais amplo: como a classe trabalhadora manauara.

⁶⁸⁰ HOBBSAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a, p.156.

REFERÊNCIAS

1. Bibliografia

ARÊAS, Luciana Barbosa. As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930). **História Social**, Campinas, n. 4/5, p. 9-28, 1997.

AVELINO, Alexandre Nogueira. **O patronato amazonense e o mundo do trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919)**. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. **Revista Métiis: história & cultura**, v. 2, n. 4, p. 181-224, jul./dez. 2003.

BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. **Vozes operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2015.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Nós filhos da Revolução Francesa”: a imagem da Revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 233-249, mar./ago. 1991.

_____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 41-67, 1999.

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 12-22, ago./dez. 2010.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BERTUCCI, Liane Maria. A ameaça permanente: o alcoolismo na imprensa operária em São Paulo, início do século XX. **História Social**, Campinas, n. 1, p. 95-116, 1994.

BESANCENOT, Oliver; LOWY, Michael. **Afinidades revolucionárias**: nossas estrelas vermelhas e negras: por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BILHÃO, Isabel Aparecida. Dia de festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. **Revista de História Iberoamericana**, v. 6, n. 1, p. 29-55, jan./jun. 2013.

_____. “Informar” para “formar”: reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 16, n. 24, p. 138-156, jan./jun. 2015.

BIONDI, Luigi. A greve geral em 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. **Cadernos AEL**, v. 15, n. 27, p. 259-310, jun./dez. 2009.

BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do estado do Amazonas**. Manaus: ACA; Fundo editorial, 1985.

_____. **Aspectos sociais e políticos do desenvolvimento regional**. 2. ed., rev. Manaus: Ed. Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2001.

BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. “Com lei ou sem lei”: as expulsões de estrangeiros na Primeira República. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 183-216, 2009a.

_____. As expulsões de estrangeiros e a defesa da soberania nacional na Primeira República brasileira (1891-1926). **História Social**, n. 16, p. 63-85, jan./jun. 2009b.

BONOW, Stefan Chamorro. As listas negras e a Grande Guerra: repercussões sobre capital e trabalho germânicos em Porto Alegre. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 280-304, ago./dez. 2010.

BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 263-275.

BRAGA, Genesino. **Chão e graça de Manaus**. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1995.

CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. Trabalho & imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manauara (1890-1930). **Revista Hydra**, v. 1, n. 1, p. 226-236, mar. 2016.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1984. v. 1.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004.

_____. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M (Orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014. p.47-82.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (Orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915)**. Manaus: Editora Valer; Fapeam, 2014.

CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Epoque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **A cidade, o teatro e o paiz das seringueiras: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia**. São Paulo: Contexto, 2016.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

FEITOSA, Orange Matos. **A sombra dos seringais**: militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924). 223 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FENDT JR. Roberto. Investimentos ingleses no Brasil, 1870-1913: uma avaliação da política brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 521-539, jul./set. 1977.

FLORES, Hilda Agnes Hubner; NEUBERGER, Lotário (Orgs.). **I Guerra Mundial**: reflexos no Brasil. Porto Alegre: Ediplat, 2014.

FONSECA, Roberto. A guerra. In: FLORES, Hilda Agnes Hubner; NEUBERGER, Lotário (Orgs.). **I Guerra Mundial**: reflexos no Brasil. Porto Alegre: Ediplat, 2014. p. 231-238.

FORTES, Alexandre. O direito na obra de E. P. Thompson. **História Social**, Campinas, n. 2, p. 89-111, 1995.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)**: catálogo de jornais. Manaus: Editora Calderado, 1990.

GAMA, Rosineide de Melo. **Dias Mefistofélicos**: a gripe espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

GIORGIS, José Carlos Teixeira. A Grande Guerra na imprensa de Bagé. In: FLORES, Hilda Agnes Hubner; NEUBERGER, Lotário (Orgs.). **I Guerra Mundial**: reflexos no Brasil. Porto Alegre: Ediplat, 2014. p. 95-122.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Orgs.). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2000. p. 19-26.

HARDMAN, Francisco Foot. “**Nem Pátria, nem patrão!**”: memória operária, cultural e literatura na Brasil. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed., 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. Flutuações econômicas e alguns movimentos sociais desde 1800. In: HOBBSAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b. p. 155-188.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55).

JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 6, p. 7-46, 1984.

LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. O Primeiro de Maio em disputa: apropriações e significados do Dia do Trabalho no Ceará no início do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., Fortaleza, 12-17 jul. 2009. **Anais...** Marília, SP: ANPUH, 2009. p. 1-10.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. História de uma cidade e de seus trabalhadores em tempos de guerra: Pelotas (1914-1918). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 8-21, jan./jun. 2015.

LOPREATO, Cristina Roquette. **O espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

LOUREIRO, Antônio. **A grande crise**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2008. (Série Memórias da Amazônia).

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A Cervejaria Brahma e os investimentos alemães no Brasil durante as duas Guerras Mundiais. **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 19, n. 2, p. 244-245, maio/ago. 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus**: história e arquitetura, 1852-1910. 3. ed. Manaus: Editora Valer; Prefeitura de Manaus; Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Carros e carroças de bois**: subsídios para a história social do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1984.

MOURA, Kleber Barbosa de. **Caixeiros**: organização e vivências em Manaus (1906-1929). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (Ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 39-57, fev. 1998.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A Primeira Guerra e o Brasil. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). **A experiência nacional**: identidades e conceitos de nação na África, Ásia, Europa e nas Américas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 51-78.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização operária na República excludente**: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

_____. A neutralidade política no sindicalismo anarquista brasileiro (1906-1913). In: QUEIRÓS, Cesar de; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). **Cultura operária**: trabalho e resistência. Brasília: Ex Libris, 2010. p. 177-192.

PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. **Para além das chaminés**: memória, trabalho e cidade, a navegação a vapor no Amazonas (1850-1900). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

PARENTE, Eduardo Oliveira. O tufão das reivindicações operárias: trabalho urbano e conflitos sociais. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, p. 124-147, jan./jul. 2010.

PENNINGTON, David. **Manaus e Liverpool**: uma ponte marítima centenária, anos finais do império, meados do século XX. Manaus: EDUA; UNINORTE, 2009.

PEREIRA, Diego Marques Morlim. A hegemonia britânica no Brasil do século XIX. **Revista Interação**, v. 8, n. 8, jan./jun. 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Minha história das mulheres**. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Revista Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 3, n. 3, p. 129-153, jun. 1995.

PINHEIRO, Geraldo Pantaleão Sá Peixoto. **Imprensa, política e etnicidade**: portugueses letrados na Amazônia (1885-1937). Tese (Doutorado em História) - Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Universidade do Porto, 2011.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores (1910-1930). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 9, n. 17, p. 79-100, jan./jul. 2017a.

_____. **Vozes operárias**: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930). Rio de Janeiro: Gramma, 2017b.

PINHEIRO, Luís Balkar Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha**: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Muiza Ugarte. Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920). In: ARRUDA, José Jobson de Andrade et al. (Orgs.). **De colonos a imigrantes**: i(e)migração portuguesa para o Brasil. São Paulo: Alameda, 2013. p. 563-577.

_____. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). 3. ed. Manaus: FUA, 2015a.

_____. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015b.

PIRES, Livia Claro. Os inimigos da nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o “perigo alemão” durante a Grande Guerra (1915-1919). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 62-81, jan./jun. 2015.

PISTOIA, Cristiane Debus. A identidade cultural em evidência. In: FLORES, Hilda Agnes Hubner; NEUBERGER, Lotário (Orgs.). **I Guerra Mundial**: reflexos no Brasil. Porto Alegre: Ediplat, 2014. p. 21-32.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PRADO, Maria Ligia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **III. O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 285-307.

PRAIA, Benta Litaiff. **A crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **O positivismo e a questão social na Primeira República (1895-1919)**. Guarapari, ES: Ex Libris, 2006.

_____. A ação coletiva da classe patronal de Porto Alegre nas grandes greves da Primeira República (1917-1919). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 9, p. 215-237, jan./jun. 2013.

_____. O Dia da Independência e a disputa pelo espaço simbólico: a greve de 1919 em Porto Alegre. **Revista Litteris**, v. 2, n. 12, p. 470-480, set. 2013.

_____. **“Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense”**: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016.

REIS, Daniel Aarão. **A revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 264 p.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89-120. (O Brasil republicano; v. 1).

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915**. 3. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

SANTOS, Eloina Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. 3. ed., rev. Manaus: Valer, 2001.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS JR., Paulo Marreiro dos. História e ação social: moradia e ameaça urbana. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 83-95, jan./dez. 2007.

_____. **Cotidiano da suspeita: etnia e criminalização na Belle Époque amazonense: portugueses, índios, tapuios, cabocos e nordestinos, 1890-1920.** 335 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 25-48.

SCHMIDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” do Rio Grande (1893-1911). **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, p. 147-169, 1999.

SILVA, Júlio Santos da. **Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877-1920).** Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. **Povo! Trabalhadores!:** tumultos e movimento operário: estudo centrado em Porto Alegre, 1917. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **III. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930).** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 345-390.

SOUZA, Leno José Barata. **Vivência popular na imprensa amazonense do início do século XX.** Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Revista Tempos Históricos**, v. 14, n. 2, p. 106-133, jun./dez. 2010.

TELES, Luciano Everton Costa. **Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920.** Manaus: UEA Edições, 2015.

_____. Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 9, n. 17, p. 101-119, jan./jul. 2017a.

_____. João Cursino da Gama: a trajetória de uma liderança operária socialista no Amazonas (1902-1935). **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 9, n. 1, p. 138-154, dez. 2017b.

_____. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. (v. 1. A árvore da liberdade).

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. **Revista Perseu**, n. 10, ano 7, p. 11-31, 2013.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

VIEIRA, Ana Amélia Bittencourt. **Uma data e dois discursos: o Primeiro de Maio na imprensa cotidiana de Manaus (1898-1914)**. Manaus: Universidade do Amazonas; MIMEO, 1995.

VITORINO, Artur Jose Renda. **Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.

2. Publicações Periódicas

Jornal A Capital, Manaus, 1917/1918:

Ano I, nº 23, 07/08/1917.

Ano I, nº 24, 08/08/1917.

Ano I, nº 26, 10/08/1917.

Ano I, nº 30, 14/08/1917.

Ano I, nº 104, 29/10/1917.

Ano I, nº 105, 30/10/1917.

Ano II, nº 284, 01/05/1918.

Ano II, nº 294, 12/05/1918.
Ano II, nº 324, 11/06/1918.
Ano II, nº 355, 12/07/1918.
Ano II, nº 393, 20/08/1918.
Ano II, nº 452, 20/10/1918.

Jornal A Imprensa, Manaus, 1915:
20/08/1915

Jornal A Lucta Social, Manaus, 1914:
Ano I, nº 1, 27/02/1914.
Ano I, nº 1, 29/03/1914.
Ano I, nº 2, 01/05/1914.
Ano I, nº 3, 01/06/1914.
Ano I, nº 4, 01/09/1914.
Ano I, nº 4, 01/10/1914.
Ano I, nº 6, 01/11/1914.

Jornal A União, Manaus, 1914:
Ano I, nº 1, 26/09/1914.
Ano I, nº 3, 01/10/1914.
Ano I, nº 14, 27/10/1914.

Jornal Correio do Norte, Manaus, 1906:
Ano I, nº 80, 25/04/1906.

Jornal do Commercio, Manaus, 1913/1918:
Ano IX, nº 2771, 06/01/1912.
Ano XI, nº 3478, 01/01/1914.
Ano XI, nº 3502, 25/01/1914.
Ano XI, nº 3518, 10/02/1914.
Ano XI, nº 3519, 11/02/1914.
Ano XI, nº 3527, 19/02/1914.
Ano XI, nº 3528, 20/02/1914.
Ano XI, nº 3529, 21/02/1914.
Ano XI, nº 3558, 23/03/1914.
Ano XI, nº 3563, 28/03/1914.
Ano XI, nº 3564, 29/03/1914.
Ano XI, nº 3639, 13/06/1914.
Ano XI, nº 3640, 14/06/1914.
Ano XI, nº 3688, 02/08/1914.
Ano XI, nº 3697, 11/08/1914.
Ano XI, nº 3704, 18/08/1914.
Ano XI, nº 3719, 02/09/1914.
Ano XII, nº 3956, 01/05/1915.
Ano XII, nº 4063, 18/08/1915.

Ano XII, nº 4077, 01/09/1915.
 Ano XII, nº 4080, 04/09/1915.
 Ano XII, nº 4165, 28/11/1915.
 Ano XII, nº 4409, 05/08/1916.
 Ano XIII, nº 4277, 16/05/1916.
 Ano XIII, nº 4316, 01/05/1916.
 Ano XIII, nº 4332, 17/05/1916.
 Ano XIII, nº 4337, 22/05/1916.
 Ano XIII, nº 4338, 23/05/1916.
 Ano XIII, nº 4344, 29/05/1916.
 Ano XIII, nº 4407, 03/08/1916.
 Ano XIII, nº 4469, 04/10/1916.
 Ano XIV, nº 4850, 27/10/1917.
 Ano XIV, nº 4852, 29/10/1917.
 Ano XIV, nº 4867, 14/11/1917.
 Ano XV, nº 5045, 12/05/1918.
 Ano XV, nº 5046, 13/05/1918.
 Ano XV, nº 5078, 15/06/1918.
 Ano XV, nº 5080, 17/06/1918.
 Ano XV, nº s/n, 17/11/1918.

Jornal Folha Marítima, Manaus, 1916.

Jornal Gazeta da Tarde, Manaus, 1913/1918:

Ano I, nº 147, 22/01/1914.
 Ano I, nº 159, 06/02/1914.
 Ano II, nº 428, 22/01/1915.
 Ano V, nº S/N, 19/02/1917.
 Ano V, nº 1130, 09/06/1917.
 Ano V, nº 1138, 19/06/1917.
 Ano V, nº 1179, 07/08/1917.
 Ano V, nº 1180, 08/08/1917.
 Ano V, nº 1181, 09/08/1917.
 Ano V, nº 1186, 14/08/1917.
 Ano V, nº 1260, 14/11/1917.
 Ano VI, nº 1385, 16/04/1918.

Jornal Imparcial, Manaus, 1917.

Jornal O Tempo, Manaus, 1917.

3. Documentos Oficiais

PEDROSA, Jonathas de Freitas. Mensagem lida ao Congresso do estado do Amazonas. 25 fev. 1913.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. Mensagem lida ao Congresso do estado do Amazonas. 10 jul. 1913.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. Mensagem lida ao Congresso do estado do Amazonas. 10 jul. 1914.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. Mensagem lida ao Congresso do estado do Amazonas. 10 jul. 1915.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. Mensagem lida ao Congresso do estado do Amazonas. 10 jul. 1916.

BACELLAR, Pedro de Alcântara. Mensagem lida ao Congresso do estado do Amazonas. 10 jul. 1917.

BACELLAR, Pedro de Alcântara. Mensagem lida ao Congresso do estado do Amazonas. 10 jul. 1918.

BACELLAR, Pedro de Alcântara. Mensagem lida ao Congresso do estado do Amazonas. 10 jul. 1919.